

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Karla Leandro Rascke

“Divertem-se então à sua maneira”: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940)

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO

2013

Karla Leandro Rascke

“Divertem-se então à sua maneira”: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940)

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Antonieta Martines Antonacci.

SÃO PAULO

2013

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa, neste momento, um gesto singelo diante de todo apoio recebido de pessoas maravilhosas, atenciosas e cuidadosas com as quais convivi durante estes dois anos. Tempo que rapidamente se completou e, agora, ressoa como saudade.

Em primeiro lugar, agradeço a todos os deuses que me acompanharam nesta trajetória, nas escolhas, em muitas dificuldades, e também, nas inúmeras conquistas. Sei que eles estavam comigo.

Tenho dois exemplos e parceiros incansáveis, amados e orgulhosos desta “pequena” aqui. Meus pais, Albertino e Florentina, são incríveis e a eles devo a vida, os sonhos e a confiança sempre presente. Amo vocês! A família, cada dia mais extensa, faz parte desta conquista e, não poderia deixar de agradecer meus irmãos Antonio Carlos e Kele; minhas cunhadas, cunhados, amigos, sogra, sogro, avós... e a lista vai longe. Em especial, agradeço ao companheiro que comigo divide a experiência cotidiana do crescimento em família, Maiko, sempre especial.

Há pessoas que, simplesmente, encontramos, conhecemos e, que mudam nossa vida. Christiane Gally, nos encontramos, assim... como eu nem sei explicar! E, com sua solidariedade, carinho e hospitalidade, cumpri uma etapa importante destes 2 anos. Você é mais que especial! Além disso, pude conviver com duas crianças lindas, Marianne e Antonio, simplesmente, maravilhosos. Muito obrigada por tudo!

Outras pessoas foram “aparecendo” também, não é Helenice e Heitor!? Agradeço imensamente o carinho e a receptividade de vocês, sempre disponíveis. Obrigada! Esticando, agradeço aos colegas de turma, com as quais pude vivenciar momentos, discussões e experiências exitosas e inesquecíveis: Reginaldo, Danilo, Tatiane, Talita, Camila, Henry, Isabela, Egnaldo, Fábio, Maria, Tiago, Sandra, Luiz Felipe, Cláudia, Joilson, Juliana, Fabiana, Davi e Rudá. Saudades de todos/as!

Agradeço a todas as oportunidades, conhecimento e crescimento possibilitado nestes dois anos pela PUC-SP, pelas bolsas CAPES e CNPQ concedidas e que auxiliaram de maneira fundamental para a concretização deste trabalho. Agradeço, também, esta universidade, pelas disciplinas e professores/as com as quais tive contato: Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Prof. Dr. Antonio Rago Filho, Prof.^a Dr.^a Maria Izilda Santos de Matos, Prof.^a Dr.^a Estefânia Knotz Canguçu Fraga e, em especial, minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Maria Antonieta Martines Antonacci. A ela

sou eternamente grata, pois a cada texto, discussão, palavra sua, eu pude enxergar o que meus olhos ocidentais nem sempre permitiam ver. Aprendi, reaprendi, sonhei e – espero -, consegui vislumbrar horizontes e possibilidades por caminhos apresentados pela encantadora, atenta e paciente professora Antonieta. Sou eternamente grata!

Não poderia deixar de mencionar dois professores, também muito especiais, que contribuíram na qualificação deste trabalho: Prof. Dr. Ênio José da Costa Brito, da PUC-SP e o Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso, da UDESC, com a qual tenho carinho especial e pude conviver enquanto aluna, orientanda e bolsista. Muito obrigada!

Há também aqueles e aquelas que nos acompanham durante as diferentes etapas de nossas vidas, às vezes longe, às vezes perto, presencialmente. Estas pessoas estão conosco e fazem parte de nós, em especial “as negas velhas” do NEAB-UDESC e muitas e muitos que por lá passaram, pessoas com as quais cultivo amizade, admiração e projetos de vida, sonhos: Graziela, Priscila F., Willian, Júlio, Priscila H., Mariana S., Maria Gerlane, Camila, Ana Júlia, Thaís, Juliana K., Eduarda, Maristela, Ângelo, Michelle, Renata, Tamelusa, Aline, Laíse, Priscila B., Andréia, Líbia, professoras Neli Góes Ribeiro, Maria Aparecida Clemêncio, Vera Márcia Marques, Cláudia Mortari Malavota e Luisa Wittmann. Obrigada pela longa e prazerosa parceria!

Finalizando, mas enfatizando grande importância, agradeço a todos os locais de pesquisa que me permitiram acesso às fontes deste trabalho: Casa da Memória, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Biblioteca Nacional, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UDESC) e, especialmente, a Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Florianópolis. Um agradecimento caloroso pela possibilidade de conhecer novos caminhos trilhados por homens e mulheres desta cidade. Aproveito para dirigir minhas palavras de afeto, carinho e imensa gratidão às pesquisadoras que disponibilizaram material de pesquisa antes localizados, digitalizados e transcritos por elas: prof.^a Dr.^a Cláudia Mortari Malavota, Prof.^a Msc. Maristela dos Santos Simão e prof.^a Msc. Michelle Maria Stakonski.

Sem mais delongas, agradeço a todas e todos, que de um modo ou de outro, contribuíram para a realização deste trabalho. Espero agora alcançar os tão sonhados dias de férias...

OBRIGADA!

Banca Examinadora

RESUMO

RASCHE, Karla Leandro. **“Divertem-se então à sua maneira”**: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo: PUC-SP, 2013.

Este trabalho apresenta considerações acerca das experiências dos irmãos e irmãs atuantes na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, em Florianópolis/SC na virada do século XIX para o XX. Propomos utilizar, enquanto fontes, memórias registradas em documentos escritos e fotografias que revelam olhares e performances nas quais possamos inferir expressões de seus viveres e traços culturais. Pretendemos compreender o impacto que as mudanças sociais advindas com a abolição da escravidão, a instalação da República e suas obras/reformas higienizadoras, a romanização clerical e a vinda de padres germânicos para Santa Catarina, tiveram nessa Irmandade, interferindo em suas formas de organização, expressão cultural, espaços de sociabilidade e visibilidade social de descendentes de africanos na cidade de Florianópolis. Voltamos atenção especial para as festividades em homenagem aos santos padroeiros, sendo a festa e a procissão dotada de muito preparo, adornos, sinos e músicas; e para o cuidado com os mortos, no sentido de proporcionar uma morte com todos os rituais dignos e muitas missas pelas almas.

Palavras-chave: História – Irmandade – afrodescendente – experiência - Florianópolis

ABSTRACT

RASCHE, Karla Leandro. "**Juice up your way then**": death feasts and the Brotherhood of Our Lady of the Rosary and Saint Benedict, Florianópolis (1888-1940). Thesis (MA in History) - Catholic University of São Paulo (PUC-SP). Sao Paulo: PUC-SP, 2013.

This work presents considerations about the experiences of the brothers and sisters active in the Brotherhood of Our Lady of the Rosary and Saint Benedict, in Florianópolis/SC at the turn of the nineteenth to the twentieth. We propose to use as sources, memories recorded in written documents and photographs that reveal looks and performances in which we can infer expressions of their cultural traits and you live. We intend to understand the impact that social changes stemming from the abolition of slavery, the installation of the Republic and his works/hygienist reforms, Romanization clerical and coming of Germanic priests to Santa Catarina, had this Brotherhood, interfering in their forms of organization, expression cultural spaces of sociability and social visibility of African descent in the city of Florianópolis. We returned attention to the festivities in honor of the patron saints, being the feast and procession endowed with much preparation, decorations, bells and music, and to care for the dead, in order to provide a death rituals with all worthy and many masses for souls.

Keywords: History - Brotherhood – afrodescendant – experience - Florianópolis

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa atual de Santa Catarina com destaque para Florianópolis, antiga Desterro	29
Imagem 2 - Nossa Senhora do Desterro - 1809.....	30
Imagem 3 - Vista de Desterro.....	31
Imagem 4 - Mapa de Desterro	36
Imagem 5 - Detalhe Mapa de Desterro.....	38
Imagem 6 - Mercado Público – meados da década de 1910	42
Imagem 7- Mercado Público. Venda de peixe do lado de fora, 1898- 1935	48
Imagem 8 - Centro – Praça XV de Novembro. Década de 1940.....	50
Imagem 9 - Tipos populares	52
Imagem 10 - Tipos populares de Florianópolis no início do século XX.....	53
Imagem 11 - Detalhe das obras na Rua João Pinto	54
Imagem 12 – Rua João Pinto - 1909	54
Imagem 13 – Rua do Vigário, década de 1920.....	57
Imagem 14 - Florianópolis - 1910. Ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.....	68
Imagem 15 - Fotografia atual da Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.....	68
Imagem 16 - Prováveis caminhos percorridos por associadas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	90
Imagem 17 - Festa de negros na Ilha de Santa Catarina – 1803.....	104
Imagem 18 – Carlos Julião. Cortejo de uma Rainha Negra, Rio de Janeiro, Brasil – 1776.....	111
Imagem 19 - Ambiente do Brasil-Colônia, a dança da congada	112
Imagem 20 – Kalimbas: africana e brasileira	114
Imagem 21 – Desenho do viajante Louis Choris, retratando as danças e as músicas na Ilha de Santa Catarina no século XIX	116
Imagem 22 – Coleta de Esmolas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – Rio Grande do Sul - 1828.....	124
Imagem 23 – Emblema da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito..	130
Imagem 24 - Nossa Senhora do Rosário – Foto do Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Florianópolis	137
Imagem 25 - Foto de São Benedito do Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Florianópolis – S/d (meados do século XX)	141
Imagem 26 - Fotografia da Coroação de Nossa Senhora do Rosário – Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. S/d.	156
Imagem 27 - Fotografia da Capela com destaque para os andores e decorações da festa a Oraga – Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. S/d	157
Imagem 28 - Fotografia da Procissão a São Benedito – Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. S/d.....	165
Imagem 29 – Padiola – análoga a uma maca. Objeto que se assemelha ao esquife ou caixão aberto, utilizado para transporte do corpo em cortejo fúnebre.....	169
Imagem 30 – Vista do Centro da torre da Ponte Hercílio Luz (1945) – Destaque em realce rosa para o Hospital de Caridade. Acervo Velho Bruxo.....	170
Imagem 31 – Vista parcial de Florianópolis – 1920. Destaque para o Cemitério localizado na cabeceira da Ponte Hercílio Luz – ênfase em realce amarelo para o cemitério	171

Imagem 32 – Vista do Hospital, Florianópolis (Desterro), 1828 – Acervo Museu Castro Maya IBRAM/Minc	175
Imagem 33 – Johann Moritz Rugendas. Enterro de um negro na Bahia, c. 1830	180
Imagem 34 – Trajeto de cortejo fúnebre com saída da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito a caminho do Cemitério Público do Estreito – destaque em realce branco.....	185
Imagem 35 – Carroça e “Carro Funerário” adaptado para funerais	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados Censitários de 1872.	39
Tabela 2 - Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos entre 1728 e 1899	92
Tabela 3 – Registros/causas de expulsões de membros da Irmandade – 1888 a 1937....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Irmandades existentes em Florianópolis – século XIX e início do XX.....	61
Quadro 2 – Tabela de Cargos dos Compromissos de 1842 e 1905	77
Quadro 3 – Sínodos Diocesanos de Florianópolis.....	159

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - A CIDADE DE DESTERRO/FLORIANÓPOLIS E AS MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS NA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO	28
1.1 A CIDADE E A PRESENÇA DE AFRICANOS/AS.....	28
1.2 O QUE SÃO IRMANDADES?.....	58
1.3 IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO.....	62
CAPÍTULO 2 – A IRMANDADE TOMAVA AS RUAS: FESTAS E CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS NA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO	103
2.1 AS FIGURAS DO REI E DA RAINHA: MANIFESTAÇÕES POPULARES DE FINS DO SÉCULO XVIII ATÉ MEADOS DO XIX.....	103
2.2 DEVOÇÕES, FESTAS E PROCISSÕES: EXTINÇÃO DE CARGOS, ALTERAÇÃO DE PRÁTICAS	129
2.3 DEVOÇÕES A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.....	137
2.4 CULTUANDO SÃO BENEDITO	140
2.5 A COROA, A SANTA E AS PRÁTICAS FESTIVO-RELIGIOSAS EM FINS DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO XX	144
CAPÍTULO 3 – CELEBRAÇÕES DA MORTE	167
3.1 UM FUNERAL "DIGNO": SINOS, VELAS, CORTEJO.. E MISSAS PELA ALMA	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	199
FONTES	210
ANEXOS	212

INTRODUÇÃO

Remanescentes das corporações de artes e ofícios da Europa na Baixa Idade Média, as irmandades surgiram entre os séculos XII e XV, com objetivo inicial de “congregar fiéis em torno da devoção a um santo escolhido como padroeiro, obedecendo a regras contidas no compromisso que determinava objetivos, modalidades de admissão, deveres e obrigações”¹. Consideradas instituições oficiais, fundadas pelos portugueses como forma de integrar à sociedade civilizações por eles exploradas, estavam intimamente ligadas à profissão da fé católica. No entanto, no Brasil colonial, grupos culturais africanos fazem desta profissão de fé católica uma experiência diferenciada, com suas interpretações e incorporações acerca do catolicismo, santos de devoção e, principalmente, do entendimento que possuíam em solo africano – e passado aos descendentes na diáspora –, dos seus sistemas religiosos que, inegavelmente, constituíam uma cosmologia, uma visão de mundo diferenciada daquela “ensinada” pelos europeus através do catolicismo e suas práticas.

Estas confrarias tinham duas finalidades principais: a religiosa, que “consistia em celebrar as festas, cumprir as devoções, realizar o enterro cristão dos associados” e, a finalidade social, que “consistia em resolver certos problemas no campo econômico, e na parte assistencial em caso de doenças graves e de pobreza extrema”². Pretendemos, neste trabalho singelo, mas significativo, no que tange aos estudos sobre a memória e história das populações de origem africana em Santa Catarina, apresentar muitas Domingas, Joãos, Marias, homens e mulheres com muito a nos dizer sobre Desterro/Florianópolis e as experiências vividas.

Para tanto, importa dizer sobre minha trajetória que, embora curta, possibilita compreender caminhos que me permitiram chegar ao tema desta pesquisa sobre as festas, procissões e mortes na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Florianópolis, no período seguinte à Abolição da Escravatura no Brasil, mais especificamente, 1888 a 1940. Importante salientar que vim de pequena cidade do interior de Santa Catarina, com uma

¹ OLIVEIRA, Vanessa dos Santos e MENESES, Verônica Maria. A Festa do Rosário dos Homens Pretos na cidade de São Cristóvão (SE). **Cadernos de História** (publicação do corpo discente do departamento de História da UFOP). Ano II, n. 2. Seção Livre, setembro de 2007, p.14-25. Disponível em www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria.

² ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de cor e de fé: irmandades na Parahyba do século XIX**. João Pessoa: UFPB, 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2006, p. 31.

formação cristã familiar que me levou a temas voltados a pensar o mundo desde experiências “dos/as mais pobres”, ou esquecidos/as, invisibilizados/as.

Saindo de Grão-Pará (SC) para estudar e trabalhar em Florianópolis tive a oportunidade de conhecer o NEAB/UDESC (Núcleo de Estudos Afro- Brasileiros), onde recebi uma “intimação” para desenvolver projetos junto ao seu laboratório, sentindo-me profundamente disposta a conhecer universos de populações de origem africana. Ainda caminhei por outros horizontes, ao realizar projetos com as populações Guarani, da região da Grande Florianópolis. Só então, ao finalizar este trabalho, recebi uma nova atrativa “intimação”: participar do grupo de pesquisa que desenvolvia o projeto “Irmandades e Confrarias Católicas de Africanos e Afrodescendentes em Desterro no século XIX”. Assim, a partir de 2008, comecei meu contato com o acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, material transcrito, digitalizado e impresso pelo grupo para consulta, tanto no acervo da própria Irmandade, como no acervo da Biblioteca de Referência do NEAB/UDESC. Minha entrada no grupo de pesquisa “Irmandades” aconteceu no último semestre da pesquisa, quando uma boa parte da documentação já estava transcrita, fruto do trabalho de várias bolsistas que dela participaram³.

Meu trabalho de conclusão de curso utilizou-se desta documentação disponibilizada pelo projeto de pesquisa e nele trabalhei, especificamente, com o tema das festas, procissões e celebração da morte, na segunda metade do século XIX. Agora, voltando olhares para o pós-abolição, apresento um novo estudo, outro dos muitos desdobramentos advindos do projeto de pesquisa “Irmandades e Confrarias Católicas de Africanos e Afrodescendentes em Desterro no século XIX” e, assim como as demais produções oriundas do núcleo, possui engajamento e, principalmente, compromisso social. Não propomos uma história idealizada, nem composta por heróis, mas a modesta intenção de visibilizar experiências de pessoas comuns. Enfim, esta é minha proposta após os estudos, debates, orientações realizadas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E pensar que há dez anos experimentando meu primeiro emprego, como costureira, nunca imaginaria vir a São Paulo para estudar. Creio que a experiência adquirida no NEAB-

³ Fizeram parte do Grupo de pesquisa “Irmandades e Confrarias Católicas de Africanos e Afrodescendentes em Desterro no século XIX” desde 2006, quando iniciou o trabalho, até 2008, as bolsistas Maristela dos Santos Simão, Michelle Maria Stakonski, Jéssica Camargo Geraldo, Gabriela de Oliveira Ribeiro, Karolina Kika Uemura, Priscila Catarina Hoffmann e eu, Karla Leandro Rascke, sob a coordenação do professor Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso.

UDESC me permitiu perceber a importância de continuar, seguir adiante... e fazer a opção pela Universidade na qual defendo esta dissertação. Agradeço imensamente a todas estas oportunidades!

O objetivo principal dessa pesquisa é compreender, por meio do estudo das festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, formas de organização, espaços de sociabilidade, modos de celebrar a vida e a morte de populações de origem africana no pós-Abolição em Florianópolis/SC. Especificamente, elaboramos um recorte mais detalhado, entre 1888 e 1940, que tem como marco principal, a abolição e a dissolução do último “território negro” de Florianópolis: o antigo bairro da Figueira, pertencente ao espaço que hoje conhecemos como região central da cidade.

O pós-abolição não implica um recorte temporal específico, sendo que as expectativas e desejos, lutas e experiências das populações de origem africana, sujeitos deste trabalho, não estão fixados a partir de 1888, mas fazem parte de mudanças políticas, anseios, busca por melhores condições de vida e cidadania. A região central de Florianópolis, até as primeiras décadas do século XX, era marcada pela forte presença de origem africana. Não apenas exercendo trabalhos, atividades quotidianas e suas religiosidades, mas residindo, constituindo e resistindo neste território. As investidas da República, aliadas aos saberes médico-higienistas, transformaram o cenário central da cidade alargando ruas, criando avenidas, derrubando cortiços, canalizando rios⁴ e expulsando as classes populares, pauperizadas e indesejáveis deste perímetro.

O bairro da Figueira, local de marcante presença africana e de seus descendentes extinguiu-se como “território negro” na década de 1930. Até os anos de 1940, a cidade, uma capital que deveria seguir os rumos do progresso segundo inspirações das elites político-dirigentes, estava transformada. A região central passou a ser espaço da administração pública, dos comércios estabelecidos, da prestação de serviços. As classes populares tiveram que construir suas vidas nas regiões periféricas da cidade, os contornos dos morros. Além dessa população que vivia no centro, muitas famílias de migrantes de origem africana também compuseram este cenário e atuaram na reconfiguração destes espaços urbanos, cada um a seu modo. Assim, desde estes dois eventos basilares, pretendemos estabelecer relações, dialogar com fontes e bibliografias adequadas para

⁴ Este assunto será mais bem detalhado no primeiro capítulo do trabalho.

tornar possível reescrever uma parte da história de Florianópolis, e mesmo Santa Catarina, através de um olhar voltado aos/às esquecidos/as até então pela historiografia.

O tema envolve a compreensão das expectativas de africanos/as, afrodescendentes, libertos/as e “nacionais” livres, vislumbrando costumes e linguagens enquanto práticas culturais de sujeitos históricos cujas formas de vida eram celebrativas. Nas palavras de Maria Clementina Pereira da Cunha, tentamos “perseguir dimensões particulares das sociedades nas quais as celebrações se produziam”⁵. Festas, procissões e morte experienciadas por sujeitos em suas múltiplas relações, tensões, intrigas e artimanhas nos permitem pensá-los enquanto pessoas ativas em processos históricos. A celebração - da vida, das festas, da morte -, constitui ponto de encontro destes sujeitos, que através de “formas lúdicas” construía seu cotidiano e seus anseios e, através destas formas, tentaremos conhecer suas vivências.

Ressaltamos, entretanto, que este recorte funcionará como “tópico-guia”, de modo que, às vezes, recuamos ou avançamos no tempo, de acordo com as demandas necessárias. Ou seja, ao apresentar a cidade de Florianópolis e a Irmandade, suas estruturas de funcionamento, retornamos a legislações, documentações, relatos, anotações que se fizerem necessárias à questão discutida, sendo que isso não significará, de forma alguma, uma fuga ao recorte temporal proposto, mas apresentará informações relevantes para a compreensão do trabalho. Esse recuo a outras temporalidades possibilita reflexões acerca da conjuntura em que se inserem nossos sujeitos históricos, estabelecendo nexos e relações para discussão, de acordo com o período selecionado no tema da pesquisa.

Nossas fontes são, principalmente, a documentação existente na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito – Livros Ata, Livros Caixa, Tabela de Registro de Irmãos, Compromissos de 1842 e 1905; Códigos de Postura da cidade de Florianópolis; Relatos de viajantes do século XIX; Jornais de época que noticiavam em suas páginas os acontecimentos festivos e os ritos fúnebres de seus irmãos e irmãs falecidas. Além disso, uma documentação fotográfica sobre a cidade permite perceber populares de origem africana em diferentes funções e espaços, auxiliando no estabelecimento de relações entre a vida cotidiana e as atuações na Irmandade.

A documentação da Irmandade, em especial os livros Ata e Caixa são produtos da própria associação, apesar de organizados para fins de “prestar contas” a Igreja Católica do que era discutido e onde eram gastos os recursos arrecadados. É possível perceber também,

⁵ CUNHA, Maria Clementina Pereira da. **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

nesta documentação, interesses de grupos da administração pública, pois as demandas encaminhadas ou “intimidadas” à Irmandade provinham de setores públicos em seu afã de modernizar ruas, casas, posturas e vidas. Com relação aos documentos da Irmandade, nem todo o acervo existe em posse da associação. Segundo a própria Irmandade e as narrativas de Oswaldo Rodrigues Cabral⁶, a invasão espanhola ocorrida em 1777, teria também afetado os documentos da Irmandade, que foram usurpados. A maior parte da documentação existente atualmente refere-se ao século XIX e XX, sendo poucas as fontes do XVIII sobre a fundação, estruturação e organização da associação⁷.

As fotografias do acervo da Irmandade foram produzidas com objetivo de retratar as festividades organizadas em homenagem a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, no período já do bicentenário da associação (1950) e até posteriormente. Assim, mesmo em se tratando de uma documentação que data, provavelmente, dos anos 1950/1960, permite perceber características das pessoas, das decorações, corais em substituição às orquestras e bandas, vestuários e espaços urbanos. Além destas fotografias, consideramos importante o Acervo da Casa da Memória, instituição que se constitui enquanto um centro de documentação da vida social e cultural do município de Florianópolis⁸. O órgão reúne, restaura, organiza, preserva e divulga registros visuais, sonoros, bibliográficos e documentais relativos à história, à memória, à identidade e à produção cultural da cidade, sendo parte do acervo composto de doações feitas pela população. As fotografias da cidade de Florianópolis são referentes ao período das duas primeiras décadas do século XX, em

⁶ CABRAL, Oswaldo R. **Notícia Histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito**. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Florianópolis, 1950. (Mandada imprimir pela Mesa Administrativa da Irmandade).

⁷ Segundo Cabral, “os primitivos Livros da Irmandade já em 1778 haviam sido extraviados, possivelmente durante a ocupação da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis de D. Pedro de Zebalos. Com efeito, a 24 de agosto de 1778, num livro de pagamento de anuidades, cujas primeiras folhas já não existem, às páginas 33, encontra-se um ‘Termo de Mesa’, lavrado no mesmo ‘por se ter perdido os Livros da Irmandade’. Naquela oportunidade entrava a Irmandade em face de reorganização, voltando á sua atividade através de várias providências que então foram tomadas. O Tesoureiro da confraria, José Luiz do Livramento, informou ter em suas mãos, ‘em dinheiro de contado’, a importância de 158\$340 com que se havia então de fazer face a diversas despesas inadiáveis: - os livros perdidos deveriam ser substituídos por outros, novos; havia mister fosse pedido ao Bispo do Rio de Janeiro um novo Compromisso e, além de tudo, o sino da pequena capela que se erigia no mesmo local em que hoje se assenta a bela igreja, construída em puro estilo colonial, fora quebrado pelos espanhóis, havendo portanto necessidade de ser enviado para o Rio, afim de ser por outro trocado. Necessitava a Irmandade de fundos, está visto, pois as despesas, embora pudessem ser cobertas com aqueles de que dispunham, tendiam a aumentar e, assim, a Mesa resolveu que se continuasse a prática antiga de saírem os Irmãos da confraria, na maioria escravos, a pedir esmolas pelas ruas e casas do Destêrro”. Ver CABRAL, 1950, p. 03.

⁸ A casa da Memória é gerida pela Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC) ligada à Prefeitura do Município. Para maiores informações consultar:

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?cms=casa+da+memoria&menu=6>

especial, e retratam espaços urbanos marcados pela presença de populações de origem africana.

Também utilizamos imagens disponibilizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. O Instituto, fundado em 1896 pelo seu idealizador José Artur Boiteux, com apoio de políticos, professores, comerciantes, industriais e profissionais liberais. O Instituto objetiva “pesquisar, investigar, interpretar e divulgar fatos históricos, geográficos, etnográficos, arqueológicos, genealógicos e das demais ciências afins à História e à Geografia, relacionados com o Estado de Santa Catarina”⁹. Diferente de uma visão estereotipada e dos discursos de época de que eram “dados” à vagabundagem, prostituição, vadiagem e outros tantos adjetivos negativos, estas pessoas aparecem realizando trabalhos fundamentais para o andamento da vida cidadina. Uma população que, finda a escravidão, “sumiu” da historiografia e dos livros didáticos, mas que estava lá, quotidianamente lutando por espaço, dignidade e cidadania.

Ao nos depararmos com os Códigos de Postura da cidade de Florianópolis, voltamos o olhar não para a perspectiva das normas, mas das burlas, de afazeres quotidianos¹⁰ que continuavam a ser exercitadas no dia a dia. Estes documentos permitem perceber quais os interesses e demandas dos grupos dominantes e sugerem inquietações, principalmente, para com os grupos populares, cujas práticas vinham de encontro ao proposto nas condutas. Convém destacar que se algo se encontra criminalizado é porque perturba “alguns” e está em constante prática.

Os relatos de viajantes sinalizam visões de mundo, ao mesmo tempo em que trazem informações valiosas sobre práticas culturais de africanos/as e seus descendentes. Esta documentação remete a um período anterior ao recorte temporal pensado para esta pesquisa, no entanto, tonou-se fundamental para o entendimento de códigos culturais de matrizes africanas vivenciadas em Desterro/Florianópolis. Organizados numa obra publicada em 1996, intitulada *Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*, estes relatos permitem vislumbrar vestígios de Áfricas.

Utilizamos para este trabalho algumas informações contidas em jornais que circularam na antiga Desterro/Florianópolis. Deste modo, faz-se necessário explicar alguns

⁹ Para maiores informações, consultar a página da instituição:
<http://www.ihgsc.org.br/index.php/institucional/o-ihgsc>.

¹⁰ Concordamos com as interpretações de Maria Odila Leite da Silva Dias sobre como pensar o quotidiano: “Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o quotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. Trata-se de reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia”. DIAS, 1995, p. 14-15.

apontamentos no que tange ao entendimento e funcionamento desta imprensa local, seus interesses, conteúdos e público-alvo. Segundo a historiadora Joana Maria Pedro, a imprensa surgiu em Desterro, na década de 1830, por interesse e iniciativa de pessoas envolvidas com o poder público. Até os anos de 1888, esta imprensa manteve-se dependente das publicações de atas da Câmara e demais atividades administrativas ligadas aos partidos políticos. Jornais foram criados e, caso os partidos se alterassem na configuração do governo, dentro de pouco tempo eram desfeitos. Inúmeros tiveram esta mesma história. Alguns podem ser elencados pelo destaque durante a segunda metade do século XIX: *O Conservador*, *A Regeneração*, *O Progresso*, *O Conciliador*, *O Despertador*, *Jornal do Comércio* (surgido na década de 1880)¹¹. Já o jornal *A República*, citado nesta dissertação de mestrado, era um periódico ligado ao Partido Republicano, cujos ideais de uma cidade higienizada, limpa, a caminho do progresso, da moral, seguem o coro cantado desde os fins do século XIX pelas elites dirigentes de Florianópolis. Neste periódico vemos anúncios de diferentes produtos, artigos sobre moral, bons costumes e famílias importantes da cidade; além, é claro, das atividades desenvolvidas pela Câmara, suas cobranças, códigos de posturas, impostos e tantos outros itens representantes do desenvolvimento e do almejado progresso das elites da cidade.

A justificativa principal desta pesquisa é o próprio contexto atual que vivemos, e que traz à tona o debate sobre as políticas de promoção da igualdade, as quais reconhecem o “desaparecimento” das populações de origem africana da historiografia e exigem uma mudança de foco nos estudos sobre história e cultura destas populações, uma conquista das lutas do movimento negro. As iniciativas e lutas proporcionaram, por exemplo, algo que atualmente é lei e institui como obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas redes oficiais de ensino¹². Ou seja, estamos lidando com questões do presente¹³ e que são fundamentais para atender às legislações vigentes em nosso país e, principalmente, visibilizar experiências dignas de serem lembradas e contadas.

¹¹ Consultar: PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro no século XIX, (1831-1889). Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1995.

¹² Sobre o que tem sido discutido e implementado até o momento, após a referida Lei, sugiro a leitura: PAULA, Benjamin Xavier de. Ensino de História e Cultura da África e Afro-Brasileira: da experiência e reflexão. In: FONSECA, Selva Guimarães (Org.). **Ensinar e Aprender História**: formação, saberes e práticas educativas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009, p. 171-198. No presente capítulo o professor faz um balanço das discussões e das legislações aplicadas a partir da Lei Federal 10.639/2003, dialogando também com as formações de professores/as e algumas fragilidades ainda marcantes no que tange aos desafios a serem superados na perspectiva de uma educação plural e de respeito a diversidade.

¹³ Sobre história do tempo presente, fontes para o tempo presente, ver: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (org.). **Questões para a História do Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

As práticas das populações de origem africana em Santa Catarina, no pós-abolição, apresentam um campo de estudos ainda pouco trilhado por nossa historiografia. Muitos dos estudos realizados em nosso estado são voltados para a escravidão ou então, “esquecem” de discutir a experiência das populações de origem africana e a participação ativa destes sujeitos na construção da história. Os trabalhos de Ilka Boaventura Leite e Joice Farias elucidam essa “inexistência”, que é antes de tudo ideológica em seu esquecimento¹⁴. “A memória social de suas vidas”, nas palavras de Silva Dias, “vai se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos”¹⁵. Neste sentido, temos desafios na luta antirracista no sentido de como visibilizar memórias, experiências e histórias¹⁶.

Ângelo Renato Biléssimo (2010) analisa o que a historiografia catarinense produziu sobre a história do estado e de que forma esta construção resultou na invisibilização da presença africana. Aliando a ideia de pouca presença cativa em virtude da falta de demanda no mercado produtor catarinense, os trabalhos realizados pelos açorianos que não necessitavam de mão de obra cativa e a crença na “salvação” da imigração europeia estão entre os fatores componentes deste resultado. A historiografia privilegiou um tipo de história, tradicional e europeizante. Apenas a partir da década de 1990, em especial, tem-se uma alteração nesta perspectiva, quando surgem trabalhos, em especial no âmbito da história social que discutem as experiências das populações de origem africana no estado, além de temas relativos às mulheres, populações indígenas e tantos outros sujeitos “esquecidos”¹⁷.

Assim, ao lidar com experiências de pessoas comuns, suas expectativas, práticas e devoções na cidade e, especialmente, na Irmandade, esperamos ter novas histórias para

¹⁴ Para maiores informações a respeito desta invisibilidade e esquecimento – antes de tudo, ideológico – da historiografia para com a história e memória das populações de origem africana, ver: LEITE, Ilka Boaventura. *Descendentes de Africanos em Santa Catarina: Invisibilidade Histórica e Segregação*. In: LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996; FARIAS, Joice. **O negro inexistente: um estudo sobre a escravidão africana na historiografia catarinense (1980-1999)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História - Universidade do Estado de Santa Catarina, 1998.

¹⁵ DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. 2ª ed, p. 13.

¹⁶ Nas palavras de Roselane Neckel Kupka, temos “(...) uma mesma preocupação: a de abrir espaço, em estudos sobre Florianópolis, para sujeitos sociais por muito tempo ausentes, das análises historiográficas como mulheres, negros, menores, idosos, populações mais humildes, os chamados ‘desqualificados sociais’, que, com suas experiências históricas, podem contribuir para considerações em torno da relatividade das normas sociais de comportamentos pré-fixadas”. Consultar KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910/1930**. São Paulo: PUC-SP. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 1993.

¹⁷ BILÉSSIMO, Ângelo Renato. **Grandes Fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa (UL). Lisboa, 2010, p. 28-43.

contar em nossas academias, escolas e sociedade. Histórias que nos permitam perceber pessoas e não apenas suas condições de cativos, libertos, marginalizados sem esperança ou expectativas de vida. Como discutiremos mais adiante, com base nas obras de Hebe Maria Mattos, George Andrews, Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Maria das Graças Maria e tantos outros, a irmandade possibilita-nos ponto de referência para pensar de que modo as mais diversas populações criaram possibilidades e táticas, articularam pessoas, mobilizaram órgãos governamentais e a imprensa, ou seja, a partir deste espaço micro, entender questões mais abrangentes dentro da atual historiografia brasileira, que se volta para os estudos do pós-emancipação.

Como muitos estudos de História Social da Cultura, produzidos a partir da década de 1980 apontam, vale reiterar: este estudo se situa nos termos de um combate pela memória, um engajamento no esforço para retirar das garras do esquecimento as marcas da presença africana¹⁸. Para alguns, as estatísticas populacionais atuais tornam insignificante a investigação sobre viveres de africanos e seus descendentes. Imaginam o presente como um ponto de chegada obrigatório, necessário. Optamos por imaginar o passado como obra aberta, cheia de possibilidades e nas quais a experiência de vida e sobrevivência das pessoas comuns são dignas de História.

Temos alguns aportes que nos permitem melhor visualizar e compreender as experiências de nossos sujeitos. Trabalhamos com a noção de afrodescendentes ou populações de origem africana, não no sentido de uma raça, mas enquanto grupos populacionais com suas perspectivas de cultura, na tentativa de fugir dos “pesos” que termos como “negro” pode carregar enquanto uma identidade entre pessoas das mais variadas origens e experiências, possível homogeneidade e ideologia, o que não nos cabe trazer neste texto. Percebemos, nos irmãos e irmãs do Rosário, muitos “dissabores” entre si, acontecimentos que nos permitem interpretar diversidades e dinâmicas de identificação. Ao pensar em populações de origem africana, despertamos para possibilidades mais amplas, podendo inserir e tentar vislumbrar diferentes povos e experiências.

O foco principal deste trabalho pauta-se na cultura¹⁹, que envolve todas as esferas da vida dos sujeitos históricos e, nessa perspectiva, o ofício do historiador faz-se no

¹⁸ CARDOSO, 2008.

¹⁹ Partimos dos estudos culturais – Escola Inglesa –, especialmente, Hoggart, Williams e Hall que, relendo Marx, perceberam a cultura como central nas discussões e estudos. Hoggart estuda a “cultura de massa” termo que ele questiona, pois não temos como avaliar o impacto direto das indústrias culturais na vida das pessoas, tendo em vista não sabermos de que modo pessoas comuns incorporam ideias e experiências oriundas desses meios. Para o autor, essas tecnologias (imprensa a cores, rádio, televisão e depois o cinema) permitem reelaborar atitudes, comportamentos, tradições, costumes, valores, crenças dentro de novas formas

diálogo com experiências culturais, na perspectiva do intelectual como agente político e social. Deste modo, buscamos compreender experiências de sujeitos históricos da diáspora enquanto múltiplas, circundadas por incorporações de práticas do catolicismo e por performances nas ações da vida quotidiana.

Como nos diz Walter Benjamin em “Sobre o conceito de História” (1994), precisamos perceber que as histórias dos vencedores, tão conhecidas, possuem saberes, formas de vida, bens culturais que eram dos vencidos²⁰ e, deste modo, as culturas sempre questionarão essas vitórias dominantes. Percebemos, assim, a necessidade de conhecer e compreender a história de outro modo, não apenas do ponto de vista dominante, mas histórias silenciadas, e que por isso, devem ser escavadas a contrapelo. Para o autor, a narrativa histórica é cultural, carregada de sentidos; e o presente, que nos traz indícios do passado, permite pensar alternativas de futuro. Estas questões devem ser mencionadas, pois expõem o sentido de história que propomos e nossa forma de enxergar os sujeitos históricos em nosso ofício de historiador/a. São pessoas comuns, homens e mulheres afrodescendentes, cujas expectativas e supervivências foram registradas de formas imprevisíveis, como nas memórias de uma Irmandade organizada por afros leigos.

Tratando de finais do século XIX, começos de XX, Lilia Schawrcz entendeu que, em meio a um contexto “caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava”²¹. Estas teorias contribuíram para que, no contexto da abolição e pós-emancipação, fossem reatualizadas hierarquias sociais, antes vigentes pela estrutura escravista e, agora, excluindo diferentes populações das oportunidades de acesso a bens, riquezas e poder²².

No entendimento de Willian Robson Soares Lucindo o pós-abolição²³ é, mais do que um período histórico marcado por uma data inicial e outra final, um problema

de linguagem. Importante é destacar que diante desses meios de “massa” os receptores de informações não são apenas receptores, mas reinterpretem, ressignificam e readequam os elementos recebidos, incorporando o que lhes convêm, ou, dito de outro modo, selecionam os elementos culturais que satisfazem as demandas de seus grupos em determinado momento histórico. Deste modo, com o exemplo específico do trabalho de Hoggart é elucidativo sobre qual caminho percorrido pelos Estudos Culturais: estudar a cultura dos grupos populares.

²⁰ BENJAMIN, 1994, p. 224.

²¹ SCHWARCZ, 1993, p. 18.

²² CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Multiculturalismo e Políticas de Ação Afirmativa no Brasil:** temas para investigação. NEAB/UEDESC. Mimeo.

²³ LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-abolição:** um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931). Itajaí: Casa Aberta, 2010.

histórico²⁴, cuja proposta é identificar em que medida a experiência e a herança escrava arquitetam a identidade negra e quais os prejuízos e vantagens dessa construção no processo de formulação de direitos enquanto cidadão. Nesta perspectiva, precisamos questionar a naturalização da noção de raça,

ao remontar as categorias e identidades raciais através das construções sociais dadas historicamente e evidenciar que a emergência do racismo nas identificações no Brasil está imbricada às condições de acesso aos novos direitos civis e políticos, às relações de trabalho dos novos sistemas econômico, político e social, ou seja, esse campo de estudo busca dar entendimento à formação da cidadania dos afrodescendentes²⁵.

Torna-se importante perceber que Lucindo, discutindo os processos de escolarização, organizados pelos afros em São Paulo na virada do século XX e primeiras décadas, compreende que o termo negro será utilizado enquanto categoria de classe, sendo que a ideia de uma identidade negra é pensada pelas elites negras letradas, muitas vezes não atingindo as “camadas populares”. Assim, como nos chama a atenção Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, precisamos atentar porque a ideia de identidade negra tanto revela quanto esconde: revela no sentido de congregar diferentes denominações vindas das classificações herdadas do sistema escravista (“negros”, “pretos”, “pardos”, etc.), enquanto um grupo diferente em relação aos grupos dominantes; no entanto, esta ideia esconde as múltiplas estratégias e experiências de identificação²⁶. Sendo assim, para evitarmos generalizações, incorreções e construções abstratas, talvez não experienciadas pelos sujeitos históricos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, optamos por utilizar a categoria afrodescendente na proposta de dar conta destes múltiplos sujeitos, identidades e significados sociais incorporados por cada um/a.

No intuito de apreender as formas de organização e experiências da Irmandade e seus diferentes sujeitos, utilizamos as interpretações de Alessandro Portelli no que tange ao entendimento de memória, sendo esta pensada como um exercício da fala que pressupõe a “presença de um outro”. Nesses apontamentos, o autor considera que cada sujeito histórico produz, em suas múltiplas relações, versões da história relatada através de sua memória. No caso específico da pesquisa sobre a irmandade, torna-se importante pensar como o autor trabalha com a experiência da escravidão presente na memória de cativos, a partir da

²⁴ Ver MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista TOPOI**. Vol 5, n. 8, jan-jun 2004, p. 170- 198.

²⁵ LUCINDO, 2010, p. 23.

²⁶ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Revista Afro-Ásia**. n. 29/30, 2003, p. 247-269, p. 247.

análise das autobiografias escritas por Frederic Douglass no século XIX²⁷. Este entendimento de Portelli nos faz perceber de que modo a memória social pode ser significativa no conjunto das expectativas e experiências de diferentes grupos e, especificamente, ao pensarmos a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, na qual muitos de seus membros foram cativos e libertos, nestas primeiras décadas do século XX; há uma memória compartilhada.

Neste esforço, almejamos olhar o catolicismo praticado pelos irmãos e irmãs da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de forma particular. A partir das leituras sugeridas consegui compreender uma noção fundamental sobre as práticas desses sujeitos, percebida por estudos dos últimos anos enquanto expressões de “catolicismo criouliizado”. Esta perspectiva de catolicismo criouliizado²⁸ é marcada pela cosmologia de populações de origens africanas, que ao entrarem no “novo mundo” a partir do tráfico, trouxeram consigo experiências, expectativas, visões de mundo que se recriaram e ressignificaram nestes espaços diaspóricos.

Sendo assim, revisitamos o entendimento acerca do que é considerado catolicismo barroco, popular ou tradicional, vistos por Caio César Boschi, Michelle Maria Stakonski e João José Reis; a noção de catolicismo ultramontano já com maior atuação e vigilância da Igreja Católica sobre determinadas práticas por vezes consideradas profanas e o catolicismo criouliizado, pensado nesta nova etapa da pesquisa.

Percebemos que o modo de lidar com a cultura implica em pensar de que forma era praticado esse “catolicismo criouliizado” e que tais práticas envolviam elementos africanos, europeus e indígenas. Assim, longe da crença de que o catolicismo utilizado pela Igreja

²⁷ O autor discute num artigo de que forma a memória e, principalmente a memória coletiva da escravidão nos EUA faziam parte da vida de cativos e libertos. Com base nas autobiografias de Frederic Douglass, um cativo nos EUA, Portelli discute que ao narrar suas experiências de cativo, Douglass já a interpreta. Nas palavras do autor, “recordar e contar já é *interpretar*” (PORTELLI, 1996, p. 2). Ao discutir a memória interpreta que apesar de muitos cativos nunca terem sofrido a experiência de um açoite; “não são as chicotadas efetivamente recebidas, mas as potenciais, que o definem no horizonte de expectativas para os escravos, incluídos aqueles que nunca haviam sido açoitados” (PORTELLI, 1996, p. 8). Para maiores informações, consultar: PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, no. 2, 1996, p. 59-72. Disponível em http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf, acesso em 25 de junho de 2011.

²⁸ Especificamente sobre criouliização, consultar: GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da Diversidade**. Juiz de Fora: UFJF, 2005. (tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha). A noção de catolicismo criouliizado é trabalhada por diferentes autores, sendo os principais utilizados nesta pesquisa: SWEET, James H. **Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)**. Lisboa: Edições 70, 2007; SILVEIRA, Renato da. A guerra do requebrado na Bahia Colonial. In: **Seminário Eparrei**, Bárbara: fé e festas do Largo de São Salvador. Salvador, Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2005; HEYWOOD, Linda M. **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009; SAVIETO, Mônica Carolina. **Catolicismos criouliizados: presença centro-africana na região do Vale do Paraíba (SP)**. 2011. São Paulo: PUC-SP. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2011.

predominou nas manifestações de africanos/as e seus descendentes no Brasil, optamos por compreender que essa manifestação intitulada “católica”, é múltipla, plural, repleta de significados e de embates. Diante disso, é possível questionar/refletir em que medida as populações de origem africana incorporaram elementos culturais europeus, de modo a atualizar suas crenças e visões de mundo²⁹.

Hoggart indica, e isso será debatido com maior profundidade por Williams, que em práticas culturais, em constante contato com elementos culturais, sujeitos históricos incorporam, seletivamente, o que consideram importante acrescentar às suas formas de ser, pensar, viver sua cultura, resignificando-a. Deste modo, essas diferentes interpretações apresentam um embate entre o real e a representação: o real emite indícios, evidências, fragmentos das experiências e vivências dos sujeitos; a representação pinta formas de intervenção no real.

Neste sentido, Hoggart destaca as lutas culturais, num contexto onde não há vitórias ou derrotas definitivas, mas construções permanentes do processo de resistência a hegemonia. Para ele, a construção de representações sociais apreende o campo da cultura como campo de batalha permanente e, por isso, propõe pensar a hegemonia enquanto constante embate e nunca como algo dado, definido. Assim, o popular ou as tradições de culturas populares estão em contínua discussão/tensão com valores, hábitos e práticas de grupos dominantes.

Este ponto é fundamental para percebermos as alianças, embates, dissabores e tantos outros elementos que constituíam o dia a dia de irmãos e irmãs do Rosário de Florianópolis. Seu universo, permeado pelas antigas lutas por liberdade, no pós-abolição tiveram o centro da cidade enquanto espaço marcado para as elites, contrastando com as manifestações realizadas na capela da Irmandade do Rosário e nas ruas: batuques, festas, cortejos fúnebres e procissões enquanto movimentos de sociabilidade, encontro e devoção.

Oswaldo Rodrigues Cabral inicia seus estudos sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, com a intenção, de acordo com a proposta elaborada pelos irmãos da irmandade, de narrar alguns acontecimentos considerados “importantes” para a história da instituição. Sendo assim, comentou a respeito dos

²⁹ Como bem interpreta Richard Hoggart: “Pois aquilo a que dei o nome de atitudes ‘antigas’ e aquelas que passo a apresentar coexistem nas mesmas pessoas. As alterações dos comportamentos processam-se, na maioria dos aspectos da vida social, com grande lentidão. As atitudes novas são incorporadas noutras já existentes, parecendo por vezes, à primeira vista, formas das atitudes “antigas” que receberam uma nova aparência”. HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Presença, 1973, p. 11. (Tradução de Maria do Carmo Cary).

Compromissos, das festas do Reisado, da prática de esmolar, da libertação de algum cativo quando houvesse fundos, etc. No entanto, sua visão apresenta a Irmandade e seus irmãos enquanto submissos ao poder das autoridades eclesiásticas e sem autonomia³⁰. Esta obra foi organizada por Cabral a pedido da própria Irmandade, em momento comemorativo ao bicentenário da associação. Sendo um dos escritores do período da comemoração (anos 1950) e com projeção social, a Irmandade fez o convite e indicou fatos que consideravam importantes para destaque. No entanto, a obra possui a marca do autor, sua forma de escrever.

Cláudia Mortari Malavota, Maristela dos Santos Simão e Michelle Maria Stakonski³¹, ao longo dos últimos dez anos levantaram questões sobre as experiências de irmãos e irmãs. Em especial, buscaram romper com a imagem de humildade e submissão dos irmãos, para focar seus estudos nas tensões que permeavam este espaço de sociabilidade de africanos e afrodescendentes. Segundo Mortari, as Irmandades se instituíam a partir da definição de um santo para devoção, como ponto de união entre os Irmãos. Mas, ao mesmo tempo, em seu interior também ocorriam embates. “Estes embates só podem ser compreendidos a partir da constatação de que estamos falando (...) de sujeitos plurais, o que requer considerar a existência de aspectos que ligam ou separam os indivíduos”³².

³⁰ CABRAL, 1950, p. 17.

³¹ Os trabalhos são respectivamente: MORTARI, Cláudia. **Os homens Pretos de Desterro** – um estudo sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1841-1860). Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2000; MALAVOTA, Cláudia Mortari. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2007; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco e MALAVOTA, Cláudia Mortari (Orgs.). **Pretos/as do Rosário**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (Século XIX). Itajaí: Casa Aberta, 2008; MALAVOTA, Cláudia Mortari. **Os homens Pretos de Desterro** – um estudo sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1841-1860). Itajaí: Casa Aberta, 2011; SIMÃO, Maristela Santos. “**Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte**”- A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2006; SIMÃO, Maristela Santos. “**Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte**”- A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). Itajaí: Casa Aberta, 2008; STAKONSKI, Michelle Maria. **Da Sacristia ao Consistório**: tensões da Romanização no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880-1910). Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) Florianópolis, 2007. STAKONSKI, Michelle Maria. **Da Sacristia ao Consistório**: tensões da Romanização no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880-1910). Itajaí: Casa Aberta, 2008; STAKONSKI, Michelle Maria. **Tramas da Sacristia, Táticas do Consistório**: Romanização e Modernidade na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito - Florianópolis (1905-1925). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2010.

³² MORTARI, 2000, p. 18.

No âmbito das discussões sobre a Irmandade do Rosário da capital catarinense, Simão interpreta que as devoções a Nossa Senhora e São Benedito possuem origens medievais portuguesas. Além das discussões sobre a devoção, o foco de Simão é analisar o perfil dos irmãos e irmãs que entram na instituição em meados do século XIX. Os mais variados cargos, posições sociais, condições jurídicas fazem parte deste mundo. Mas, é importante destacar que a Mesa Administrativa e as decisões da Irmandade eram tomadas por seus representantes pretos³³.

Na tentativa de decifrar o mundo pós-Abolição e as reverberações deste na vida de pessoas comuns da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Desterro/Florianópolis, Stakonski (2008) extrai da expulsão de um membro de uma confraria católica em uma cidade do sul do Brasil, um aspecto importante dos confrontos entre os mundos das novas elites republicanas e os modos de vida herdados de séculos anteriores. O Caso Nolasco, como foi interpretado, analisa as lutas por autonomia em uma irmandade leiga intensamente vigiada pelos olhares clericais. Esta expulsão, promovida com o apoio do vigário, esboça elementos de um catolicismo romanizado que interfere em práticas realizadas pelas irmandades afro. Diferentemente da noção de catolicismo romanizado, Caio César Boschi analisa as irmandades em Minas Gerais do século XVIII e estuda os vários conflitos entre as autoridades eclesiásticas e a forte presença do catolicismo popular no seio destas instituições leigas³⁴.

Em sua dissertação de mestrado, Michelle Maria Stakonski também apresenta como objeto de análise a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, investigando as ações promovidas pela Igreja Católica em relação às práticas e posturas vivenciadas na Irmandade e apreendendo rupturas e permanências na instituição nas primeiras décadas do século XX. Utilizando-se dos Sínodos Diocesanos, da documentação do Acervo da Irmandade e da Mitra Diocesana, a autora apresenta brevemente o cenário da capital catarinense no período e discute as implicações das políticas pautadas nos ideais médico-higienistas na cidade e na Irmandade. Analisando, principalmente, as normas impostas pela

³³ Segundo trabalho de MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 30; interpretação incorporada também por CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro**: as experiências das populações de Desterro na segunda metade o século XIX. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). São Paulo, 2005; ao pensar as populações de origem africana em Desterro no século XIX: a cor estava associada à condição social do indivíduo. Portanto, no entendimento de Mattos e Cardoso: mulato era a pessoa de origem africana de pele clara; o termo pardo significava o escravo descendente de homem livre (branco) ou nascido livre, mas com as marcas da ascendência africana; preto designava a origem africana do escravo; crioulo era o escravo nascido no Brasil. “Já a palavra ‘negro’ designava sempre a condição cativa do indivíduo”. Consultar: CARDOSO, 2005, p. 203.

³⁴ BOSCHI, 1986.

Igreja Católica a partir dos Sínodos, percebe que as festas e procissões foram alvo de discussões e preocupações, visto que ainda carregavam muito do seu caráter barroco³⁵ e mesmo profano, com batuques, músicas e danças³⁶. No entanto, como bem salienta em seu trabalho de conclusão de curso, obra publicada em 2008, e na sua dissertação de mestrado, os objetivos destes estudos possuem como foco compreender as transformações do Catolicismo, vislumbrando “o esforço da Igreja Católica nas tentativas de remodelação, normatização de manifestações, posturas e práticas devocionais de cunho popular”. Segundo a autora, o intento não foi analisar a instituição irmandade nos seus pormenores³⁷.

Assim, estabelecemos um diálogo com as pesquisas elaboradas pelas autoras e autores elencados anteriormente, especialmente com Stakonski, e aprofundamos algumas questões de modo a vislumbrar e compreender as táticas utilizadas pelos irmãos e irmãs em relação às posturas exigidas pela Igreja Católica em fase de romanização de suas práticas. Deste modo, nosso trabalho, por meio do estudo das festividades e celebração da morte pretende compreender ações, posturas e práticas destes sujeitos frente a uma cidade que se modernizava e uma Igreja que se romanizava, exigindo novos métodos e modos de agir. Nossa contribuição nesta cadeia de conhecimento já produzido por excelentes análises destes/as pesquisadores/as é compreender experiências, desejos, práticas, em fins do século XIX e início do XX, na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, conhecendo seus Irmãos e Irmãs, suas condições de vida, suas práticas religiosas, como realizavam sua devoção em festas e práticas mortuárias. Esperamos que esta dissertação dê conta desta proposta a contento.

Este trabalho está dividido da seguinte forma: o primeiro capítulo almeja esboçar experiências constituídas por africanos/as e afrodescendentes em Desterro/Florianópolis na década seguinte à Abolição da escravidão e nas primeiras décadas do século XX, atentando principalmente para conexões estabelecidas entre uma cidade em mudanças estruturais e a Irmandade que também passava por transformações em suas ações, estrutura e vivências. Procuramos também, compreender o funcionamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, sua composição, membros, estrutura administrativa, além de intrigas, dissabores entre si e com outras irmandades. A Irmandade era uma associação

³⁵ Segundo Riolando Azzi, o catolicismo tradicional ou barroco constitui-se baseado no caráter leigo, popular e com manifestações públicas de fé, em geral, sem muitos “controles” sobre estas práticas devocionais, o que muitas vezes era visto pela Igreja como profanidade. Como o próprio autor destaca, este catolicismo dito tradicional, popular é leigo, medieval, luso-brasileiro, familiar e social. Ver: AZZI, Riolando. Elementos para a História do Catolicismo Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 36, face 141, mar. 1976.

³⁶ STAKONSKI, 2010, p. 90-91; 106.

³⁷ STAKONSKI, 2008, p. 29.

católica, organizada e gerida por leigos. Nossa intenção é perceber quais as tensões entre os membros da Irmandade do Rosário e a Igreja, aliado às reformas modernizadoras da cidade, e de que modo a associação lidou com exigências de mudanças e restrições de autonomia. Para tanto utilizamos, enquanto fontes, a documentação do Acervo da Irmandade, em especial a Tabela de Registro de Irmãos, os Códigos de Postura da cidade e fotografias do Acervo da Casa da Memória.

O segundo capítulo centrou-se em práticas festivo-religiosas exercidas pelos irmãos e irmãs da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Intentamos compreender manifestações culturais a partir de experiências vivenciadas no cotidiano da associação, em especial nos seus momentos de organização e realização da festa ao orago/padroeiro. Sempre que possível - marcada pelas procissões, coroações, foguetórios e música -, a festa era momento de destaque e celebração de suas tradições na confraria. No entanto, tais manifestações devocionais foram alvo de controle da Igreja em seu caráter romanizador e, germânico em Santa Catarina, pretendendo reduzir o poder leigo, alterar práticas consideradas profanas e, sobretudo, conduzir a associação de modo a impedir ações desvinculadas dos “novos” rumos do catolicismo.

O terceiro e último capítulo anseia compreender como a associação cultuava seus mortos, os preparos para o além-morte, as rezas pelas almas e os sentidos de cortejar dignamente os irmãos e irmãs associados. Consideramos relevante destacar as mudanças nos Códigos de Posturas que interferiram nas práticas de enterramento, além das obras e modificações nos cemitérios que nem sempre foram no mesmo terreno. Além das Posturas, utilizamos para este capítulo, em especial, livros Ata e Caixa da Irmandade, fotografias da cidade e dos cemitérios. Assim como as festas, os rituais de morte não eram eventos isolados. Envolviam a vida quotidiana da associação, a mobilização dos sócios, acontecendo o ano todo.

CAPÍTULO 1

A CIDADE DE DESTERRO/FLORIANÓPOLIS E AS MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS NA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO

Esboçamos experiências de africanos/as e afrodescendentes em Desterro/Florianópolis, na década seguinte a abolição da escravidão e nas primeiras do século XX, atentando principalmente para conexões estabelecidas entre uma cidade em mudanças estruturais - demolição dos casebres, desapropriação, reconstruções, saneamentos, calçamentos, intensificação dos serviços de iluminação pública, canalização dos rios¹ - e a Irmandade, que também passava por transformações em suas ações, estrutura e vivências. Nossos sujeitos, Irmãos e Irmãs desta irmandade, atuaram nestes processos, seja sentindo o “peso” dos impostos sobre seus serviços e bens, como olhares sobre as marcas da escravidão impressas nos corpos ou nas formas de vivenciar e expressar suas religiosidades, nem sempre vistas como algo sagrado. Deste modo, adentramos em expressões do cotidiano de centenas de irmãos e irmãs, conhecendo seus “perfis”, alguns caminhos seguidos, trajetórias em busca de dignidade e sobrevivências, tendo como espaço de análise a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, lugar de sociabilidades, memórias e culturas. Quais as relações dos membros da Irmandade com o cotidiano da cidade de Desterro/Florianópolis? Quais os trabalhos, afazeres, espaços de atuação, lazer, devoção e moradia? Como populações de origem africana se organizaram a partir das modificações ocorridas no catolicismo? De que modo mantiveram as atividades da associação? Quais as tensões entre a agremiação e a Igreja Católica?

1.1 A CIDADE E A PRESENÇA DE AFRICANOS/AS

Nossa Senhora do Desterro², fundada oficialmente por volta de 1651, situada na Ilha de Santa Catarina, constituiu-se importante núcleo central de apoio ao processo de ocupação provido pela Coroa Portuguesa na região do Brasil Meridional.

¹ KUPKA, 1993.

² Segundo o historiador Carlos Humberto Corrêa, dificilmente o nome como havia sido fundado por Dias Velho era utilizado nas correspondências e documentos ditos oficiais trocados entre autoridades. “Em sua correspondência para São Paulo, Dias Velho jamais chamou o local que havia fundado de Nossa Senhora do Desterro, mais tarde, em 1736, quando a póvoa foi elevada à categoria de vila e foi criado o município, com Senado da Câmara e todas as autoridades instituídas, a antiga póvoa, sem nome, passou a ser oficialmente designada de Vila de Nossa Senhora do Desterro, tornando-se a sede da Capitania da Ilha de Santa Catarina. Entretanto, praticamente em todo o período colonial, tempo da existência da capitania, nenhum dos

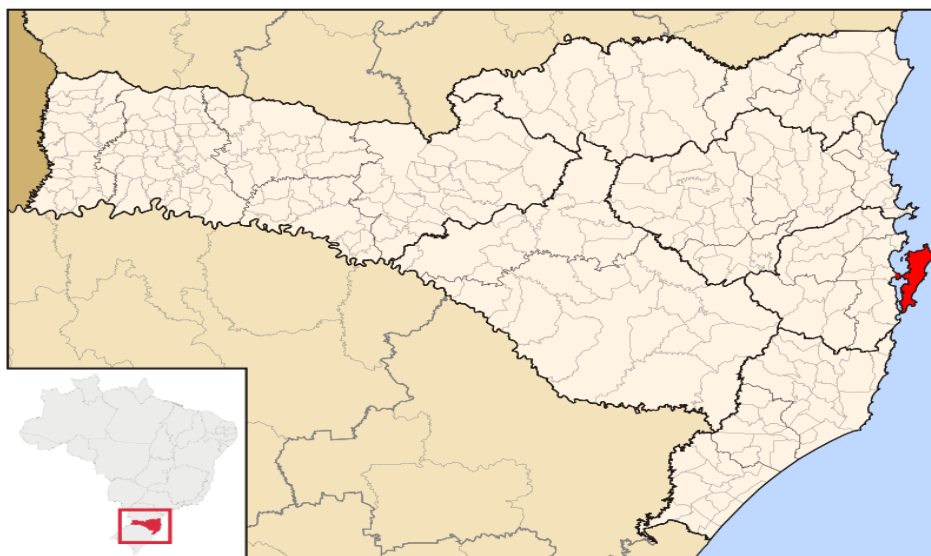


Imagem 1: Mapa atual de Santa Catarina com destaque para Florianópolis, antiga Desterro.³

Localizada no caminho entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, seu porto era destaque e possibilitou a sua característica de base militar, inicialmente influenciando na escolha para sede da Capitania de Santa Catarina durante o século XVIII⁴, por meio do qual a elite mercantil, nos séculos XVIII e XIX, controlou a economia do centro-sul da região. Também os cargos administrativos e militares, responsáveis em um primeiro momento pelo abastecimento da Corte do Rio de Janeiro e, posteriormente, através do comércio de cabotagem, ampliaram os contatos entre Desterro e o Rio Grande do Sul, Montevideu e Buenos Aires.

governadores, desde José da Silva Paes, colocou em sua correspondência com a Corte o topônimo de *Vila de Nossa Senhora do Desterro*, mas sim de *Ilha de Santa Catarina*. Sequer a correspondência endereçada da Corte aos governadores era destinada à Vila de Nossa Senhora do Desterro, mas sim à Ilha de Santa Catarina. Este aspecto é importante porque afirma o caráter de insularidade de Capitania”. CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis - Ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2005. 2ª ed. Interessante também que a própria gravura de 1803, utilizada na primeira página do capítulo 3 desta dissertação, usada por Corrêa em seu trabalho, indica na referência que se tratava de uma festa de “negros na Ilha de Santa Catarina”.

³ Fonte: http://vereadores.wikia.com/wiki/Florian%C3%B3polis_no_mapa

⁴ Sobre Desterro no século XVIII e primeira metade do século XIX, especialmente discutindo laços de parentesco e relações de compadrio envolvendo africanos e também a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, num olhar africanizado sobre a cidade: MALAVOTA, Cláudia Mortari. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades**. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2007.

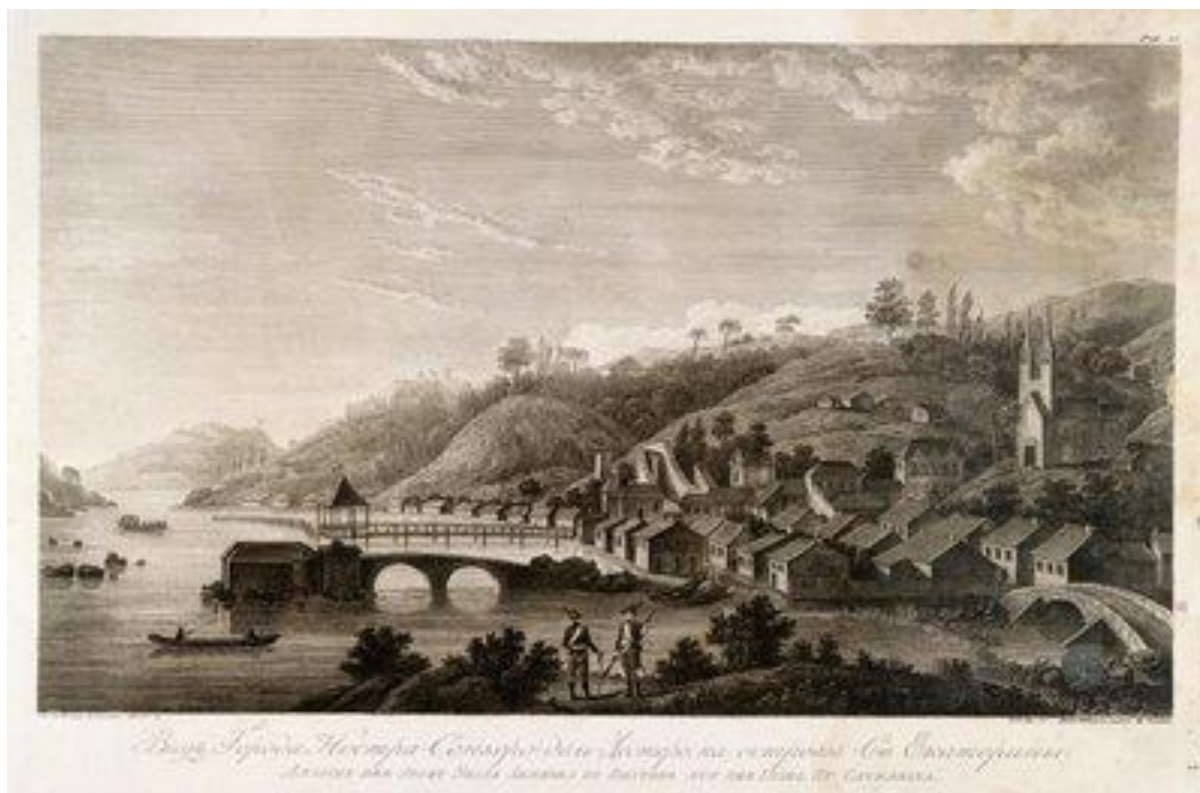


Imagem 2: Nossa Senhora do Desterro – 1809.⁵

A cidade tornou-se Capital da Província de Santa Catarina em 1823. Ilustrações anteriores apresentam visões do século XIX (primeira metade), indicando elementos perceptíveis nas bibliografias que estamos utilizando sobre a cidade neste trabalho: uma póvoa pequena, poucos habitantes e esparsas casas. A presença forte de elementos da natureza altera-se de acordo com o tempo, pois na pintura de Victor Meireles percebemos que as casas, construções, ruas e outras características do processo de colonização da cidade, alteraram a paisagem. No entanto, nas duas gravuras temos a presença da Igreja, elemento de destaque que permeia as propostas lusas de culto, civilização e religião. A Catedral (hoje Catedral Metropolitana de Florianópolis), cuja construção foi iniciada no século XVIII⁶, destaca-se na paisagem.

⁵ Imagem disponibilizada no Acervo online: <http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>. Acesso em 01 de junho de 2012.

⁶ Segundo informações de especialistas em arquitetura e engenharia civil que analisaram a obra da Catedral, a “capelinha de pau-a-pique, edificada pelo bandeirante Francisco Dias Velho em 1651 e passa pela Capela de “pedra e barro”, com data provável de 1721. Após, a nova Matriz é projetada pelo Brigadeiro José da Silva Paes em 1748. Na virada do século XX transforma-se em Catedral, em 1922, o projeto concebido no séc. XVIII é alterado e a estrutura parietal da nave é literalmente ‘rasgada’ para a construção do transepto, além da elevação das torres sineiras e dos aditamentos decorativos”. Consultar: LANER, Márcia Regina Escorteganha; VALLE, Ângela do; NAPPI, Sérgio Castello Branco. Catedral metropolitana de Florianópolis: retrospectiva histórica das intervenções arquitetônicas. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**.



VICTOR MEIRELLES: *Vista do Desterro*, 1847.
Óleo sobre tela, 71,7 x 119,2 cm.
Santa Catarina, Acervo do Museu Victor Meirelles.

Imagem 3: Vista de Desterro.⁷

Com o advento da República, em 1889, tornou-se Florianópolis (1894), passando por profundas transformações urbanas, no contexto do processo de modernização das principais capitais do Brasil. Junto a estas transformações estruturais e organizacionais, ocorreu a emergência de novas elites, sobretudo de origem germânica, em confronto às práticas e experiências de luso-brasileiros na condução dos destinos do estado⁸. A cidade vivenciou um processo de modernização aliado a estruturas comandadas por estas novas elites. Até a República, Desterro/Florianópolis era mercantil, controlava o mercado de farinha de mandioca e abastecimento interno da Corte do Rio de Janeiro⁹, resquícios de atraso para os “novos tempos”.

Fortaleza, CE, 2008. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ea000388.pdf. Acesso em 04 de junho de 2012.

⁷ Obra produzida por Victor Meireles em óleo no ano de 1847, do Adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Disponível no Acervo Victor Meireles, no centro de Florianópolis e no Blog <http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>, um espaço de divulgação das imagens produzidas na e sobre a cidade de Desterro/Florianópolis. Acesso em 25 de maio de 2012.

⁸ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; MALAVOTA, Cláudia Mortari (Orgs.). **Pretos/as do Rosário: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX)**. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

⁹ CARDOSO, 2008, p. 31.

Durante o século XIX percebemos mudanças na estrutura da cidade. Se até o ano 1837, sua iluminação dependia da lua cheia ou de alguns moradores que recebiam um trocado da Câmara, nas noites de festa, para acenderem os lampiões de suas casas, percebemos em meados do século a preocupação de iluminar as vias públicas. Este serviço, como muitos outros fundamentais para o andamento da cidade, foram realizados por populares de origem africana. A iluminação pública foi inaugurada com cinquenta candeeiros, funcionando a óleo de baleia, administrados por uma concessionária, cujos empregados, muitos deles cativos, deveriam acender os pavios nas noites escuras (sendo desnecessário quando eram refletidas pela lua) e reacender quando o vento ou alguém as apagasse. Nos anos seguintes, o serviço sofreu modificações, outros contratos foram assinados e rescindidos e a cidade, eventualmente, ficava às escuras, com falta de verba pública. A iluminação funcionou com muita precariedade até o início do século vinte¹⁰.

Segundo interpretação de Hermetes Reis de Araújo¹¹, ao analisar este período “transitório” de uma cidade antiga com paisagem antiquada, para uma capital em pleno século XX, aconteceram em Florianópolis¹² processos de demolições, desapropriações, reconstruções, saneamentos, calçamentos, intensificação dos serviços de iluminação pública, canalização de rios¹³ e, o que nos interessa discutir particularmente, a demolição dos casebres que se situavam em áreas de bairros mais próximos ao núcleo central, expulsando dali seus moradores. As elites locais fizeram um investimento decisivo no sentido de resolver a situação destas zonas da cidade, há muito tempo consideradas como alguma coisa perigosamente problemática.

¹⁰ CARDOSO, 2004, 2008; SEBRÃO, Graciane Daniela. **Presença/Ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2010, p. 31.

¹¹ ARAÚJO, Hermetes Reis. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**, São Paulo. PUC-SP: 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989, p. 24.

¹² Desterro/Florianópolis teve nos fins do século XIX e primeiras décadas do XX um reordenamento de sua estrutura urbana e tentativa das elites locais de “forjá-la como modelo de uma urbe moderna”, de acordo com os sonhos da República. Neste sentido, a cidade nos interessa para refletir e perceber como africanos e afrodescendentes sentiram estas mudanças e suas formas de atuação dentro deste espaço em transformações. Nos dizeres de Cardoso (2007), ocorre um agravamento das tensões em fins do século XIX e, “nelas é possível vislumbrar não apenas a triste decisão de demolir as moradias, mas também a intenção de re-estruturar modos de viver citadinos, nos quais a população de origem africana aprendera a transitar, sem oferecer alternativa para além da segregação e da manutenção das relações de dependência e subordinação. A República e seus porta-vozes não tinham parâmetros para lidar com estes grupos populares, e, na dúvida, tornaram-se todos inimigos, incontroláveis desenraizados sociais. A esperança, parece, era mantê-los sob vigilância generalizada e esperar, de acordo com as novas teorias, que desaparecessem afogados nas suas incapacidades”. Consultar: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888. **Revista PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**. UniCEUB, FACJS, Vol.2, N.1/07, p. 16.

¹³ KUPKA, 1993.

Conforme Paulino de Jesus Francisco Cardoso, até a década de 1870, as elites lusas de Desterro baseavam-se nas atividades da produção e comércio de farinha e demais produtos necessários ao abastecimento da Corte, além de outras províncias com as quais negociavam, experimentando impactos sócio-políticos com a presença de novas forças em ascensão, sinais de germanização em Florianópolis.

Em nosso entendimento, diferentes de Hermetes Reis de Araújo e Joana Maria Pedro¹⁴, a década de 1880 e as tensões políticas que atravessaram os primeiros anos da república, não foram em função da ascensão de classes mercantis, em confronto com as antigas elites civis e militares. Neste período, afirmaram-se novas casas de negócios que eram desde os anos de 1870, dirigidas por comerciantes de origem não-portuguesa. Estes comerciantes foram paulatinamente ocupando os espaços tradicionalmente controlados pelos lusos¹⁵.

De acordo com o autor, ruas foram ganhando nomes ilustres, relacionados à República e outras atividades lucrativas; nomes com novas fonéticas começaram a despontar comercialmente, como os Wanzeller e Wellman & Bade; outros se manifestaram politicamente, como os Müller, os Luz¹⁶. Lauro Müller assumiu o governo do estado em 1889 e, para fortalecimento do Partido Republicano instituiu Conselhos Municipais, no lugar das Câmaras, permitindo assim a indicação efetiva de cargos políticos para as prefeituras, ampliando a consolidação do Partido. Os diversos grupos que formavam o Partido Republicano – republicanos “históricos” (que haviam lançado o manifesto Republicano durante o Império), militares, positivistas e políticos dos antigos partidos existentes no Império (conservadores e liberais) – estavam insatisfeitos com as medidas do partido e seu modo de governar. Em 1891 surgiu então um partido de oposição, o Partido da União Federativa, formado por ex-membros do Partido Republicano Catarinense (PCR). Lauro Müller renunciou e o governo ficou sob a responsabilidade de uma Junta. Em 1893 eclodiu a Revolução Federalista e, em 1894 assumiu Hercílio Luz (do PCR), resultado do embate vitorioso contra os federalistas. Foi neste período que a mudança de nome da cidade se concretizou, uma homenagem a Floriano Peixoto.

Hercílio Luz, em 1900, indicou para assumir sua posição, o primo Felipe Schmidt. Lauro Müller e Hercílio Luz tinham divergências políticas, apesar do pertencimento ao mesmo partido. Hercílio também esteve entre os dirigentes políticos e atuou em diferentes

¹⁴ ARAÚJO, Hermetes Reis. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República, São Paulo. PUC-SP: 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989; PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

¹⁵ CARDOSO, 2008, p. 32.

¹⁶ Consultar, em especial o primeiro capítulo, da obra: DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação Escolar das Elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. Referimo-nos, em especial, aos governos de Lauro Müller e Hercílio Luz.

instâncias do estado, sendo governador entre 1894 e 1898 e depois na década de 1920¹⁷. Em 1918, Luz e Müller lançaram-se para eleição no governo do estado, como governador e vice, criando nesta disputa a oposição da oligarquia dos Ramos, ligados ao latifúndio do planalto serrano de Santa Catarina¹⁸.

Reconfigurou-se um novo cenário permeado de confrontos entre estilos de vida ou visões de mundo, pois ruiu um antigo modo de pensar a cidade, baseado nos ideais lusos, das elites portuguesas¹⁹. As novas elites procuravam distanciar-se das antigas elites imperiais (lusas) e das classes populares, em especial por meio de mecanismos estéticos, sociais e econômicos. A elegância e refinamento, normas de conduta e práticas culturais destas camadas abastadas era importada, europeia, excludente e imperialista²⁰.

As reformas urbanas da capital, Florianópolis, ocorreram efetivamente na Primeira República, sendo a nova elite republicana responsável pela remodelação de espaços e práticas urbanas²¹. A “picareta modernizadora” empurrou afrodescendentes, pobres e desvalidos para as periferias da cidade, “especialmente com a abertura da Avenida Hercílio Luz, que delimitou a segregação espacial e provocou o início da ocupação dos morros adjacentes ao centro urbano”²².

A partir dos detalhes apresentados por Araújo e através de conexões estabelecidas com a obra de Cardoso e Mortari²³, percebemos que os espaços desapropriados pelas elites dirigentes, concretizadoras das reformas urbanas, eram ocupados, em grande parte, por populações de origem africana. O período ao qual nos referimos situa-se no final do século XIX e inícios do XX e a cidade, até o momento, apresentava um número considerável de afrodescendentes, principalmente nas áreas compreendidas no que hoje é o centro da cidade (historicamente antiga Freguesia), em virtude mesmo da própria organização do antigo sistema escravista. Deste modo, a intencional retirada destas populações de seus recintos impulsiona as populações “não desejáveis” para outros espaços.

¹⁷ PIAZZA, Walter F. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. 2ª ed; MORAES, Marcos Juvêncio de. **Do Governo Provisório ao Fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no Governo Catarinense**. S/d. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Hist%C3%B3ria%20Econ%C3%B4mica/DO%20GOVERNO%20PROVIS%C3%93RIO%20AO%20FIM%20DA%20PRIMEIRA%20REP%C3%9ABLICA.pdf

¹⁸ Para maiores informações, consultar: VIEIRA, Jaci Guilherme. **História do PCB em Santa Catarina: da sua gênese até a Operação Barriga Verde - 19-2 a 1975**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1994.

¹⁹ CARDOSO, 2008, p. 33.

²⁰ DALLABRIDA, 2001, p. 61.

²¹ DALLABRIDA, 2001, p. 59.

²² DALLABRIDA, 2001, p. 62.

²³ MORTARI, Claudia; CARDOSO, Paulino de Jesus. Territórios negros em Florianópolis no século XX. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 83-101.

Rosângela Miranda Cherem salienta a existência de uma espacialização social, pois no centro da cidade se localizava o comércio e a administração pública, e nas “franjas desta área se registrava a presença de outros segmentos sociais, que habitavam cortiços ou casas muito pequenas, geralmente superlotadas”²⁴. Conforme indicação da autora, além dos indesejáveis que se localizavam rodeando o centro da cidade, as elites ainda se preocupavam com a imagem da capital manchada pela localização inadequada do seu cemitério e todo tipo de argumentos estéticos e higiênicos contrários a tais situações. Hermetes Reis de Araújo bem salienta, em outro momento, quais populações tinham suas habitações condenadas, estando impróprias para a nova ordem da cidade:

os habitantes que formavam a população de pescadores, biscateiras, carregadores, trabalhadores do porto, meretrizes, mendigos, etc., tinham nos bairros da Figueira, assim como no da Tronqueira, da Toca e da Pedreira (todos na área do centro urbano) o seu lugar de maior concentração e convívio²⁵.

A relação estabelecida entre estes territórios que se formavam na cidade e nosso tema de pesquisa refere-se ao fato de que muitos destes “migrantes” advindos das reformas urbanas eram também integrantes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Estes territórios formados por populações de origem africana, vindos de diferentes municípios da Grande Florianópolis e daqueles/as que saíram das regiões centrais da cidade, compreendiam, nos dizeres de Cardoso e Mortari, “territórios negros”. Para os autores, com a instalação de serviços de bondes, água e esgoto, aterros e demolições, foram sendo destruídos estes antigos territórios negros. Lugares como a Tronqueira (atual Artista Bitencourt, por ironia da história, um dos poucos abolicionistas populares), a Figueira (na Conselheiro Mafra), Toca (rua São Martinho), Beco do Sujo (Hercílio Luz), foram sendo eliminados, “a bem da tranquilidade pública”²⁶.

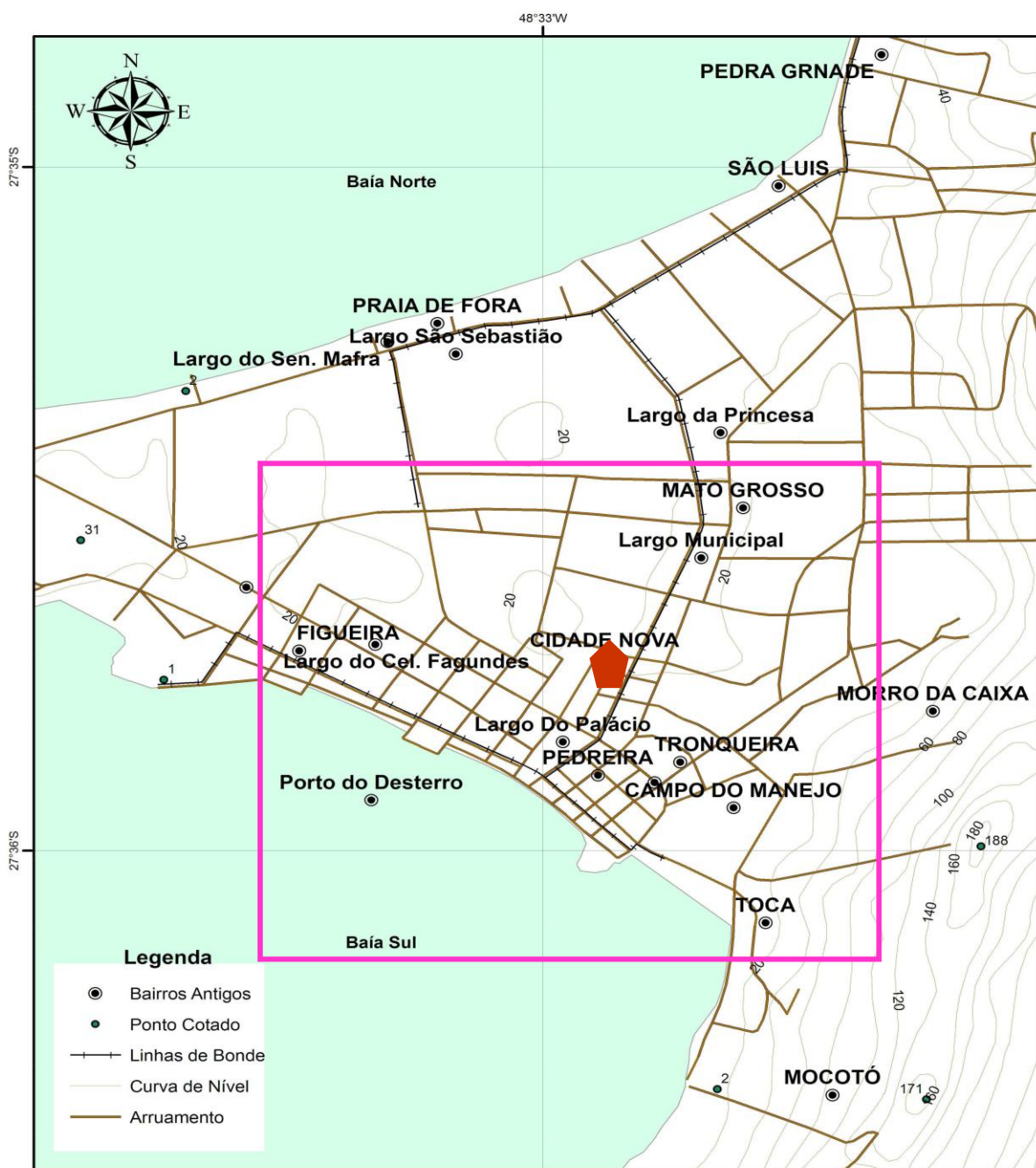
Estes antigos bairros foram alvo das reformas urbanas, dos sonhos de uma cidade limpa, higienizada e que rumava ao progresso. Lugares de gente humilde, das camadas populares, zonas indicadas pelas autoridades e elites locais como áreas de meretrício, espaço de lavadeiras, soldados, “gentes do mar”, estavam distantes dos objetivos de bairros de classes

²⁴ CHEREM, Rosângela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.) **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001, p. 299.

²⁵ ARAÚJO, 1989, p. 36.

²⁶ CARDOSO; MORTARI, 2004, p. 92. Também sobre esta região hoje central de Florianópolis, suas ruas, bairros, afazeres e experiências de africanos/as e afrodescendentes, consultar: SANTOS, Carina Santiago dos. **Um lugar chamado Figueira: experiências de africanos e afrodescendentes nas duas últimas décadas do século XIX**. Florianópolis: UDESC, 2005. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2005.

abastadas, como a Praia de Fora e Mato Grosso, onde ficavam afastados das “perdições” existentes no centro, em meio a populares.



LOCALIDADES DE FLORIANÓPOLIS - INÍCIO DO SÉC. XX

0 125 250 500 750 m
Escala

Fonte: Base Cartográfica IBGE 1980
Levantamento Aerofotogramétrico esc. 1:25.000
Aerofoto Cruzeiro do Sul 1938
Elaboração: Marcelo Machado
Organização: André L. Santos



Capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Imagem 4: Mapa de Desterro - Localidades de Florianópolis, com destaque para os antigos bairros. Fonte: Mapa elaborado sob a organização de André Luiz Santos. Disponível em: SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2009, p. 517.

A partir do mapa anterior, podemos identificar os locais habitados por estas classes mais abastadas (os já mencionados, Mato Grosso e Praia de Fora); e lugares onde residiam libertos, lavadeiras, soldados, onde ocorria o comércio, as atividades do porto e, em especial, onde nossos sujeitos históricos construíram seus laços de relacionamento, suas intrigas, vivências, experiências de trabalho, seu cotidiano de expectativas, estratégias e táticas.

Salientamos que este mapa retrata apenas o que hoje é considerada a área central de Florianópolis e a Beira-Mar Norte. Era o que, no século XIX, conhecia-se por Freguesia de Desterro. Consideramos importante utilizá-lo visto que muitos de nossos sujeitos residiam nesta área, faziam este percurso até a Irmandade localizada na Figueira, caminhavam em procissão carregando o andor da santa de devoção, saíam pelas ruas e casas a cobrar anuais e tudo mais que a Irmandade exigisse. Como bem apresenta Simão, “a Capela (do Rosário) ficava no Bairro da Figueira, em frente ao Cortiço Cidade Nova²⁷, e aos fundos uma região ainda não habitada, já limite com o Bairro do Mato Grosso”²⁸.

Estas alterações, transformações do cenário urbano, a mobilidade de pessoas, mercadorias, culturas e experiências podem ser discutidas, com atenção especial aos sujeitos históricos de origem africana, foco deste trabalho, a partir de imagens produzidas sobre a cidade em fins do século XIX e início do XX. A cidade apresentava um número considerável de afrodescendentes, principalmente nas áreas compreendidas no que hoje é o centro da cidade de Florianópolis, antiga Vila de Desterro.

²⁷ “Com a abolição, os libertos (...) concentraram-se na Figueira, na Toca; próximo a Pedreira e na mesclada Tronqueira onde os mais pobres viviam no trecho próximo à Fonte Grande e os mais abastados nas chácaras ao longo do caminho em direção ao Morro do Antão. Não encontramos nenhum anúncio do comércio de escravos com endereço na Toca, e na Figueira apenas um, na Rua das Flores (atual Bento Gonçalves) na Figueira. Esses locais não concentravam o comércio e eram locais de marinheiros e pescadores”. Consultar: SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro**: a geografia da pobreza urbana em Florianópolis. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2009, p. 197.

²⁸ SIMÃO, 2008, p. 38.

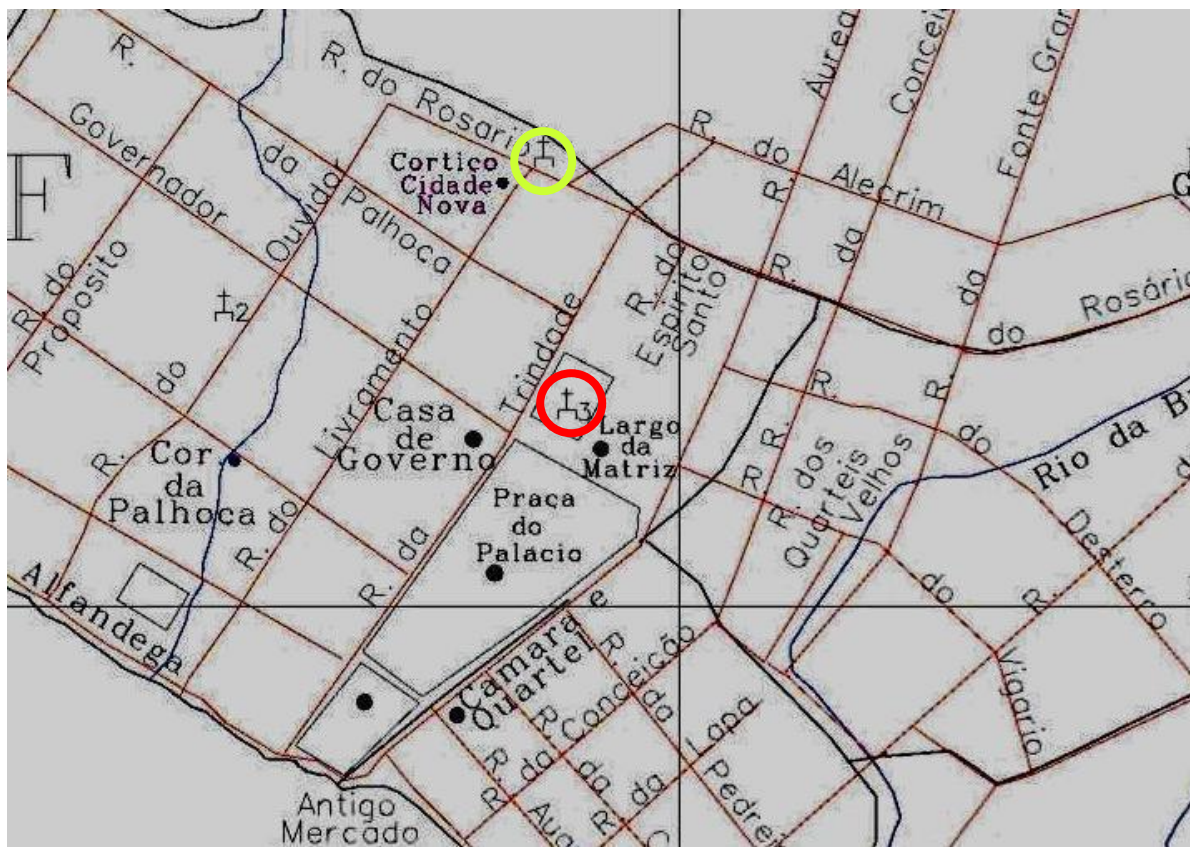



Imagem 5: Detalhe Mapa de Desterro²⁹

Legenda:  Localização da Igreja do Rosário.

 Localização da Igreja de Nossa Senhora do Desterro, atual Igreja Matriz.

Conforme questões trazidas por Fernando Henrique Cardoso³⁰, em relação aos quantitativos populacionais, explicitando a presença das populações de origem africana, depreendem-se, por exemplo, de acordo com estes dados utilizados que, em 1866, a freguesia de Desterro tinha 4.361 brancos, 1.275 pretos e 838 pardos; em 1872, havia 5.884 brancos, 1.910 pretos e 1.296 pardos. Tais números permitem considerar que a população

²⁹ **Detalhe do Mapa de Desterro** (Antigos bairros em Florianópolis) em 1900. Fonte: Elaborado por Sabrina Boeira, a partir da digitalização de material de “VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: Memória Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993”. É resultado do Projeto Escravidão na Ilha de Santa Catarina, ligada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB-UDESC. Disponível em: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX**. Itajaí: Casa Aberta, 2008, p. 65.

³⁰ A obra de Fernando Henrique Cardoso, embora importante no rompimento com uma historiografia catarinense que incluía as populações de origem africana apenas da perspectiva economicista e, mesmo assim, com participação irrelevante, o trabalho do autor merece nota. Os dados e as bibliografias utilizadas são extremamente importantes e permitiram novos estudos e discussões sobre relações raciais e história de africanos/as e seus descendentes em Florianópolis, em especial. No entanto, Fernando Henrique Cardoso não conseguiu perceber táticas, estratégias e visões de mundo destas populações nos documentos e informações que analisou. Sua visão prendeu-se aos limites da discussão sobre relações raciais, sem, no entanto, aprofundar como “os oprimidos” neste processo, atuaram, lutaram e tentaram se impor enquanto sujeitos.

afrodescendente, nos dois períodos, chegava, respectivamente, a 32,64% e 35,27%³¹. Dados coletados por André Luiz Santos, no Jornal o Conciliador, permitem-nos ampliar um pouco estas informações sistematizadas por Cardoso.

**Tabela 1 – Dados Censitários de 1872.
População da Ilha de Santa Catarina em 1872:**

	Desterro	(%)*	Município	(%)	Freguesias	(%)**
Branca	5.232	66,1	18.319	75,9	13.087	80,7
Parda	1.255	15,8	2.661	11,0	1.406	8,6
Preta	1.432	18,1	3.164	13,1	1.732	10,7
Total de pretos e pardos	2.687	33,9	5.825	24,1	3.138	19,3
Total	7.919		24.144		16.225	
Mulheres	4.122	52,1	12.490	51,7	8.368	51,6
Homens	3.797	47,9	11.654	48,3	7.857	48,4
“Que sabem ler”	3.515	44,4	6.816	28,2	3.019	18,6
Livres			20.785	86,1		
Escravos			3.359	13,9		
Brasileiros	7.097					
Total estrangeiros	822	11,7	1.047	4,3	225	1,4
Alemães	278					
Africanos	209					
Portugueses	198					
Espanhóis	39					
Italianos	37					
Franceses	27					
Paraguaios	14					
Ingleses	8					
Austríacos	6					
Holandeses	4					
Russos	2					

* Percentuais em relação ao total da população de Desterro.

** Percentuais em relação ao total das freguesias.

Fonte: Tabela organizada por André Luiz Santos a partir do Recenseamento Geral 1872. Jornais O Conciliador de 17 e 24 de abril, 1 e 8 de maio de 1873, ano II, números 59, 60, 61 e 62. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Consultar: SANTOS, 2009, p. 133.

Apesar da crítica do jornal com relação ao Censo de 1872, afirmando que na cidade existiam mais habitantes do que os dados apresentaram, o material destaca a presença das populações de origem africana. Os dados são significativos para a compreensão do quantitativo populacional de origem africana existente em Desterro/Florianópolis no período. O Censo apresenta dados anteriores ao período estudado por nós, mas, além de enfatizar a

³¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Editora Insular, 2000, p. 136, Quadro IV.

presença marcante, permite-nos inferir que o período posterior - fins do século XIX e começo do XX –, contava com uma população africana e afrodescendente expressiva para a cidade.

Utilizamos como marco referencial para pensar os populares afrodescendentes que se apresentam nas fotografias, questões levantadas por Carlos José Ferreira Santos. Este estudioso capta e analisa “dimensões da experiência e do modo de viver de parte da parcela nacional pobre dos paulistanos – caipiras, lavadeiras, ‘pretos véios’, carroceiros, quituteiras, vendedores de ervas e outros ambulantes -, aparentemente indesejada pelos grupos no poder”³², através de fotografias cujo objetivo principal não era apresentar estes populares. No entanto, estas figuras constituem presença marcante às margens das fotografias e, apesar de representarem sinal de atraso ao progresso, conforme proposto pelas elites, fizeram parte de vivências e experiências de uma cidade em movimento. Situadas nas bordas destas imagens, Santos conseguiu perceber importantes detalhes sobre formas culturais, práticas e profissões exercidas por estas pessoas, na virada do século XIX para o XX. Seu trabalho consegue flagrar personagens que contradizem os discursos dominantes das elites republicanas, pois

ao contrário dos relatos que os apresentavam como um ‘meio conhecido de sobrevivência’ ou ‘vagabundos’, os nacionais surgem em quase todas as fotos com algum tipo de ocupação ou carregando algo. (...)

Percebe-se logo de início que aquela população da Várzea, descrita como ‘vivendo em uma promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa’, quase sempre aparece carregando trouxas, cestas, tabuleiros e balaios; lavando roupas; tratando de cavalos; conduzindo carroças; ou talvez esperando carregar mercadorias em frente dos mercados³³.

Assim, as contribuições reflexivas deste autor permitem que esboçemos também algumas imagens e vivências de populares de origem africana em Florianópolis nesta época. Temos para este primeiro capítulo algumas imagens recolhidas em diferentes acervos de Florianópolis, conforme indicação de nossas fontes. Dentre elas, escolhemos algumas que destacam, em sua apresentação, afros³⁴ e afazeres na cidade e outras que os mostram sob uma perspectiva secundária na fotografia. Estão “disfarçados” em meio a pessoas e paisagens. Diante disso, optamos por fotografias sobre o trabalho e a movimentação aos arredores do

³² SANTOS, Carlos José Ferreira. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)**. 3ª edição. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998, p. 25.

³³ SANTOS, 1998, p. 82; 97.

³⁴ Utilizaremos neste trabalho o termo afro como significante mesmo de origem africana. Em minicurso realizado com a professora Íris Amâncio, em 2012, no evento *5º Seminário de Literatura Infantil e Juvenil: letramento literário e diversidade* discutiu-se que o radical “Afr” indica algo relativo a África e, nestes termos, apesar do pouco uso acadêmico que se faz do termo afro, seu sentido se completa ao indicarmos que trata-se de pessoas ou grupos de origem africana. O evento ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina entre os dias 11 e 13 de abril de 2012.

Mercado Público³⁵, espaço muito frequentado por populares de origem africana e na qual desenvolveram diferentes atividades e sociabilidades, além de disputas por espaços com alemães, lusos e libaneses naqueles fins do século XIX e início do XX.

Esta fotografia, da década de 1910, permite vislumbrar o transporte de mercadorias via carroças, a venda de leite pelos leiteiros, homens fardados, crianças, homens da roça que trouxeram seus produtos para vender no mercado, vindos de diferentes lugares...³⁶ O foco principal está voltado para a presença de carroças e suas mercadorias, encontradas à Rua do Mercado, sinalizando a movimentação de inúmeras pessoas. Vemos que a carroça à esquerda está cercada por três homens afros, tendo dois deles feito pose para a fotografia (o condutor e o senhor à direita próximo a uma criança). A carroça, situada à direita da foto, tem produtos sobre sua estrutura e consideramos complicado perceber se o senhor ao lado direito da carroça é seu proprietário (ou então presta serviços ao dono da carroça), sem identificar com maior firmeza também sua origem. Carroceiros conduzindo uma carroça com materiais de construção (telhas e alguma sacaria com cal ou areia), uma mulher ao fundo carregando trouxas sobre a cabeça, crianças e homens (ambos afros) descalços; a “modernidade” dos trilhos de bonde sobre a rua calçada e os cabos de linha telefônica. Contrastes de uma cidade em transformação.

Interessante ressaltar que uma parcela dos fotografados fez pose ou pelo menos mirou o olhar na direção do fotógrafo, talvez uma situação “nova” em suas vidas, afinal muitos provavelmente não tiveram outro registro fotográfico antes. A “fotografia é uma representação elaborada cultural/estética/tecnicamente”³⁷ e seu processo de registro envolve construção de representação, pois o fotógrafo, ou quem o contratou para o trabalho, possui intenções, subjetividades e objetivos na produção daquele momento capturado pela câmera.

³⁵ Segundo delimitações Municipais, através do Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital, “O mercado abrange, além da área do respectivo edifício, a praia que lhe fica aos fundos, as duas ruas laterais e a da frente”. Código de Posturas da Câmara Municipal – 1888. *Jornal A Regeneração*, 14 de dezembro de 1888. Acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

³⁶Sobre os lugares de procedência de diferentes comerciantes e vendedores de produtos, consultar: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro**: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX. Itajaí: Casa Aberta, 2008; FARIAS, Joice. **A Lagoa da Conceição também é dos pretos!** Experiências dos grupos populares no leste da Ilha de Santa Catarina (1870-1920). Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF); SILVA, Haroldo Silis Mendes da. **“Carroceiros, quitandeiras, marinheiros, pombeiros e outras agências”**: trabalho e sobrevivência de africanos e afro-descendentes em Desterro na década da Abolição. Florianópolis, 2001. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); HOFFMANN, Priscila Catarina. **Negros de São Pedro**: experiências das populações de origem africana no pós-abolição em São Pedro de Alcântara. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2009.

³⁷ KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 41-48, p. 43.



Imagem 6: Mercado Público – meados da década de 1910.³⁸

No entanto, para além de serem afros ou não, a intenção da fotografia era retratar de algum modo o Mercado - moderno, simétrico e padronizado aos moldes de uma cidade desejada -, e suas atividades de comércio. Não sabemos quem produziu esta fotografia e se as intenções seriam mostrar um Mercado Público novo, recém-construído³⁹, ou a ainda presente precariedade do transporte de mercadorias, o atraso “indigno”⁴⁰ para uma capital. O padrão de construção destoava da ocupação realizada pelas pessoas neste espaço; afinal carroças,

³⁸ Esta imagem encontra-se disponível no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e também no site da instituição: www.ihgsc.com.br. Acesso em 10 de novembro de 2011.

³⁹ O Mercado Público teve sua primeira construção realizada em 1851. “Em 1838, o governo da província autorizou a construção de uma Praça de Mercado e em 1845, com a visita de Dom Pedro II e do Bispo do Rio de Janeiro, a Câmara de Desterro aprovou a mudança de lugar das barracas e quitandas. O centro urbano foi higienizado, e as barraquinhas foram removidas para as proximidades do Largo Santa Bárbara, junto à Ponte do Vinagre, fora do perímetro urbano. Em 1851 o primeiro prédio do Mercado Público foi construído ao sul do Largo da Igreja Matriz, junto ao mar”. (1899 – **História do Mercado Público de Florianópolis**. Disponível em: <http://www.bemsul.com/sc/florianopolis/1899-historia-do-mercado-publico-de-florianopolis/>. Acesso em 09 de junho de 2012). No final do século construiu-se um novo Mercado inaugurado em 1899 que em 1915 também passou por reformas. Estas reformas significaram também a ampliação do Mercado quando se construiu uma nova ala sobre um aterro realizado na região.

⁴⁰ ARAÚJO, 1989; CARDOSO, 2008; KUPKA, 1993; PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

sacarias, burros, leiteiros, afros, compunham a heterogeneidade nada padronizada que a dita modernidade da capital pretendia.

A figura do leiteiro aparece no canto inferior direito da imagem e também esta atividade estava sendo realizada por um popular de origem africana. Este serviço, feito de casa em casa ou nas ruas em volta do Mercado, sinaliza um hábito da população com relação a compra do leite. Assim como muitos produtos alimentares vendidos nas ruas e de porta em porta, o leite também o era. Não sem reclamações dos olhares médico-higienistas ou sanitaristas⁴¹, que viam em tais práticas, além de problemas de ordem sanitária, condutas populares indesejáveis e muitas não autorizadas. Por exemplo, temiam o contato das elites abastadas, republicanas e modernas com estas “más condutas” e práticas⁴².

Os olhares fotográficos e imagéticos produzidos sobre as populações de origem africana, desde a expansão marítima, possuíam intenções exploratórias, analisando a natureza e *o outro* que a habitava. Nos séculos XVIII e XIX, em especial, um grande número de pinturas, fotografias, cartões-postais e diferentes ilustrações, aliados aos relatos de viajantes, registraram o “diferente”, de modo a confirmar a “identidade de homem branco europeu”⁴³, carregados “em seu espírito de imagens preconcebidas da realidade que iriam encontrar”⁴⁴.

Muitas foram as imagens compondo a ideia de um mundo do trabalho no século XIX, cujas figuras eram lavadeiras, cativos domésticos, homens e mulheres da lida nas lavouras, artesãos, vendedores de aves e doces, carregadores, e muitos outros. “Na condição de escravos ou libertos, contribuíram para o burburinho das cenas urbanas, tomando conta do cais do porto, das ruas, chafarizes, feiras, vendas e mercados (...)”⁴⁵. Estas imagens, longe de compor um retrato fidedigno da realidade, constituem visões de mundo, representações e tentam, de acordo com cada fotógrafo, ou pintor, dar tons a realidades múltiplas.

Na República, apesar de alterações quanto à condição jurídica do sujeito de origem africana fotografado, das mudanças nas técnicas imagéticas, persistiu a ideia de “aparência do passado”. A mentalidade do “consumidor de imagens permaneceu a mesma, estimulando a

⁴¹ Nas ruas paralelas ao porto da cidade de Desterro/Florianópolis estavam instaladas as casas comerciais, o Mercado Público, as linhas de bonde, o cais e muita gente “sem eira nem beira”, no ponto nevrálgico de uma região que foi alvo marcante das políticas e ações médico-higienistas. Consultar: CARDOSO, 2008; MACHADO, Vanderlei. **Entre Apolo e Dionísio**: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930). Porto Alegre: UFRGS. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2007, p. 23.

⁴² Ver BRIGNOL, Juliane Moreira. **Bordados do Destino**: saberes das mulheres afro-descendentes na passagem do século XIX ao XX na capital de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2002; ARAÚJO, 1989; KUPKA, 1993; dentre outros.

⁴³ KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Olhar Europeu**: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 19.

⁴⁴ KOSSOY; CARNEIRO, 2002, p. 25.

⁴⁵ KOSSOY; CARNEIRO, 2002, p. 109.

exploração comercial do antigo tema: *o negro como modelo de representação*⁴⁶. As fotografias analisadas por Kossoy e Carneiro, relativas ao período do final do século XIX, realçam o trabalho, as profissões, além dos trajés. Homens e mulheres, carregadores, vendedoras de frutas, barbeiros, enfim, diferentes ofícios de um viver urbano permeado de africanos/as e afrodescendentes. Capturas fotográficas que se assemelharam às imagens produzidas sobre Florianópolis na virada do século XIX para o XX, envolvendo trabalhadores de origem africana em seus afazeres quotidianos.

Estevão Manoel Brocardo, homem claro⁴⁷, associado à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, pagava seus impostos por duas carroças de sua propriedade em 1906, na prefeitura da cidade. Esteve coligado à Irmandade do Rosário durante os anos de 1866 a 1885⁴⁸. Conviveu durante aproximadamente duas décadas com o irmão Dionísio da Silveira Pedro, que entrou na confraria com apenas 17 anos de idade (em 1863) e lá permaneceu até 1895. Dionísio aparece registrado como pedreiro, solteiro e cativo de João Narciso da Silveira⁴⁹. Não sabemos, com base na documentação, como adquiriu a liberdade: se foi alforriado ou apenas com a abolição em 1888 chegou a esta condição. O fato é que continuou na Irmandade, participou cumprindo com seus anuais, acompanhando as procissões, encontros, festas e rituais funerários. Dionísio da Silveira Pedro⁵⁰ estava entre os mesários em 1870, 1871, 1873⁵¹, 1877, 1878⁵², 1885, 1889, 1892, quando deixou a Irmandade.

⁴⁶ KOSOY; CARNEIRO, 2002, p. 195.

⁴⁷ Tabela de Registro de Irmãos 1816-1937. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Transcrição realizada por Maristela dos Santos Simão e Michelle Maria Stakonski.

⁴⁸ Tabela de Registro de Irmãos 1816-1937. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Transcrição realizada por Maristela dos Santos Simão e Michelle Maria Stakonski.

⁴⁹ Tabela de Registro de Irmãos 1816-1937. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Transcrição realizada por Maristela dos Santos Simão e Michelle Maria Stakonski.

⁵⁰ Em alguns registros de Ata, consta o nome como Dionísio Pedro da Silveira, em outros, Dionísio Silveira Pedro. Durante toda sua passagem pela Irmandade, nos momentos em que foi membro da Mesa e presenciou as reuniões com poder de voto, sempre teve em sua assinatura um “a rogo”, pois como muitos afrodescendentes neste período, não sabia ler e escrever.

⁵¹ Livro Ata 2 (1862-1875). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Transcrição realizada por Maristela dos Santos Simão.

⁵² Estamos com dúvidas em relação a este dado de 1878, visto que há um irmão chamado Dionísio Silveira de Sousa, livre ao que parece e que não está relacionado em nossa tabela de irmãos, mas que atuou na Irmandade. Dionísio Silveira (de Sousa ou Pedro?) foi eleito Irmão de São Benedito nas eleições de 1877 para exercer seu cargo em 1878. Podemos crer que, sendo os cargos mais altos, a exceção de tesoureiro e escrivão por envolverem escrita, os demais cargos eram assumidos por homens pretos, como o “costume” pregava e assim mandava o Compromisso de 1842, vigente até 1905. Deste modo, sendo o irmão Dionísio Silveira Pedro, cativo, tudo leva a crer que este exerceu o cargo de Irmão de São Benedito neste ano, participando das decisões da mesa, da procissão como seu cargo lhe conferia e das demais atividades da Irmandade, trajado por sua alfaia branca, destaque aos membros da mesa em público. Estas informações são baseadas no que pudemos depreender de atas da Mesa pertencentes ao Livro Ata 3 (1875-1905) do Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, transcrição realizada por Michelle Maria Stakonski.

O caso de Dionísio faz-nos pensar por que deixar a Irmandade, ainda mais no “fim da vida”? Dionísio entrou com 17 anos na associação, ainda na condição de cativo. Compreendemos que, para o período (1863), estando nesta condição, participar dos quadros de uma Irmandade poderia indicar garantias, inclusive no caso de morte, como possibilidade de um enterro digno e cortejo dos associados. Em 1892, última vez que localizamos Dionísio nos registros da Irmandade, ele estaria com 42 anos. Por que deixar a associação sabendo das dificuldades de assistência mortuária e social no período? Teria encontrado alguma nova associação, clube, sociedade que possibilitasse melhores garantias do que a Irmandade? Os sentidos de participar da Irmandade teriam sofrido alterações com as modificações do catolicismo naquele período sob a influência da romanização? Estas são algumas questões que nos permitem refletir sobre os sentidos de se manter sócio/a, as expectativas das pessoas para com a Irmandade e as alterações das práticas vivenciadas na associação a partir de modificações no catolicismo. Seria possível pensar outros espaços, territórios ocupados por populares de origem africana além Irmandade, novos horizontes de expectativas fazendo sentido às vidas e práticas de pessoas comuns em busca por cidadania e dignidade?

O Irmão Joaquim Agostinho Vieira adentrou oficialmente na Irmandade do Rosário em 1897, quando de sua matrícula e pagou seus anuais até 1903 quando, não sabemos o motivo, deixou a instituição. Joaquim tinha uma carroça, conforme encontramos registro no jornal *A República*⁵³, referente ao pagamento de imposto do ano de 1896, cobrado pelo governo municipal. Também pagou seus impostos, referentes a uma carroça, o Irmão João dos Passos e Silva⁵⁴. João associou-se à Irmandade em 1895, quando Dionísio da Silveira Pedro (liberto) registra o pagamento de sua última anuidade. Este último, pedreiro; o primeiro, carroceiro. Dionísio havia experienciado a condição de cativo, diferentemente de João, um cidadão livre. Ambos prestavam devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, caminhavam nas ruas da antiga Desterro, “nova” Florianópolis, a esmolar pela irmandade, participar de procissões, vender seus produtos e/ou serviços nas ruas da capital. João transportava produtos para serviços como Dionísio, que era pedreiro e, provavelmente, ajudara em obras necessárias na cidade, na capela da irmandade e nas casas que esta possuía.

⁵³ Jornal *A República*, quinta-feira, 24 de setembro de 1896. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Setor de Obras Raras.

⁵⁴ Jornal *A República*, quinta-feira, 24 de setembro de 1896. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Setor de Obras Raras.

A Irmã Luisa Amélia da Costa entrou na Irmandade em 1859 e permaneceu como associada até o ano de 1906⁵⁵. No momento de sua adesão estava na condição de cativa. Seus dois registros posteriores (datados de 1896) apontam a condição de livre, e que foi excluída por não pagar seus anuais. Encontramos seu registro no jornal *A República*, em 1896, como dona de tabuleiro, tendo pagado seus impostos referentes ao exercício de 1897⁵⁶. Segundo interpretação de Juliane Moreira Brignol⁵⁷, em interessante trabalho sobre as práticas de mulheres afrodescendentes na Desterro/Florianópolis, das décadas finais do século XIX e começo do XX, várias mulheres das chamadas classes populares, muitas delas de origem africana, desenvolviam ofícios nas casas e ruas da cidade. Nas palavras da autora:

Os ofícios exercidos por essas mulheres variavam muito, alguns desses eram compartilhados por várias delas. O cotidiano recheado de atividades, desde o riacho com outras mulheres lavando as roupas da família, do quarto ou da cozinha da sinhazinha, do tabuleiro na esquina, da lavoura, ou do engenho, todos serviços com o uso do corpo, com o corpo à mostra, o que ocorria mesmo quando as autoridades tentavam a toda prova vigiá-las, separá-las, ou mesmo disciplinar seus hábitos e suas manifestações culturais⁵⁸.

Muitos destes ofícios eram realizados em fins do período escravista, junto a outras atividades, como a venda em tabuleiros⁵⁹, afazeres de lavadeiras, engomadeiras, quituteiras, trabalhos domésticos em geral, que acabaram por continuar sendo desenvolvidos, em grande parte, por estas mulheres. Podemos imaginar que a Irmã Luisa Amélia da Costa desenvolveu, quando de sua condição de cativa, atividades voltadas à venda de quitutes (doces) e, no pós-abolição, por uma questão de sobrevivência ou experiência neste tipo de trabalho, continuou a exercê-lo. No entanto, a trajetória de Luisa pode ser completamente diferente, tendo adentrado

⁵⁵ A Irmã Luisa Amélia da Costa está registrada na Tabela de Irmãos desde 1859 e nos anos de 1898 e 1899 foi Juíza por Devoção de Nossa Senhora do Rosário. Encontramos seu nome eleito para o cargo por dois anos consecutivos. Consultar: Livro Ata 3, p. 46V, 47, 50, 50v.

⁵⁶ Jornal *A República*, quinta-feira, 25 de setembro de 1896. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Setor de Obras Raras.

⁵⁷ BRIGNOL, Juliane Moreira. **Bordados do Destino: saberes das mulheres afro-descendentes na passagem do século XIX ao XX na capital de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2002.

⁵⁸ BRIGNOL, 2002, p. 22.

⁵⁹ Em relação às vendedoras em tabuleiros, Cabral expõe alguns indícios de como era este comércio em épocas festivas. “À frente da Matriz, no adro, alinhavam-se as doceiras, com os seus baús de folha, coloridos, ou caixas com tampo de vidro (...). E havia o tabuleiro do arroz doce, com umas latinhas pouco maiores do que um dedal, cheias dele, muito macio, bem cozido e temperado, com farta cobertura de canela por cima (...). As doceiras, quase todas crioulas velhas, sentavam-se em caixotes por trás dos tabuleiros abertos à espera dos fregueses certos, pois nem todos os que iam à festa poderiam adquirir o que se expunha nos leilões, destinado a dar o maior lucro. Isto durou até os começos do século [XX] – e a última delas, ou uma das últimas, já quase centenária, ainda muita gente terá dela recordação e se lembrará de tê-la visto a cochilar sobre o tabuleiro – a preta Eva – a Eva Urubu, como a chamava a garotada – devido à sua carapinha curta, de pimentinhas negras e brancas a cobrir-lhe o crânio redondo, ou então, a levar sob o braço, o tabuleiro, naquele passo lento que a velhice concede a todos, para que não apressem o término da jornada...”. CABRAL, 1979, p. 264.

no universo das ruas vendendo com seu tabuleiro, por uma questão de renda para si e para a família, assim como adentrado neste universo sem ter atuado nesta atividade antes.

Luisa, com seu tabuleiro sobre a cabeça - uma característica de diversos trabalhos realizados por mulheres de origem africana (lavadeiras, vendedoras com tabuleiros, etc.) - talvez vendesse seus produtos nas proximidades do Mercado Público, região bastante movimentada e, desde a década de 1840, afastada das barracas de comidas e quitandas⁶⁰. Assim, além de caminhar pelas ruas laterais do Mercado, Luisa talvez frequentasse as ruas do chamado Largo Santa Bárbara, onde ficava a ponte do Vinagre, mais retirado do perímetro central/urbano. Uma das características do tipo de trabalho realizado por Luisa Amélia da Costa indica sua mobilidade e fluxo na cidade.

Outros tantos Irmãos e Irmãs do Rosário atuavam na Irmandade e nas lutas quotidianas por sobrevivência: pedreiros, carroceiros, quitandeiras, leiteiros, domésticos/as, pintores, sapateiros, estivadores, pescadores⁶¹, trabalhos importantes para as necessidades básicas da cidade no dia a dia. Assim, percebemos na fotografia anterior, da região ao lado de fora do Mercado Público, no início do século XX, o comércio, envolvendo vendedores e compradores. Pessoas trajadas de diferentes maneiras, trabalhadores do porto, vendedores, senhoras comprando peixe, crianças, marinheiros, muita gente experienciando relações nos entornos do mercado. Local, como vimos anteriormente, onde carroceiros de diversas procedências raciais e de inúmeras localidades, traziam seus produtos para venda e/ou troca. Muitos carroceiros atuavam de forma independente, não necessariamente ligados a alguma companhia especializada neste tipo de serviço. De certo modo, a emergência e a importância

⁶⁰ Maria Odila Leite da Silva Dias, em seu interessante trabalho sobre cotidiano e poder em São Paulo no século XIX, desenvolve argumentações, memórias e histórias registradas ou não, fugidias, existentes nas entrelinhas de documentos oficiais ou criminais que permitem perceber elementos (ainda que esparsos) do cotidiano de mulheres pobres: quitandeiras, donas ou vendedoras de tabuleiros, carroceiras, roceiras, quituteiras, lavadeiras e tantas outras atividades realizadas na cidade de São Paulo. A partir de suas considerações, e das disputas entre as quitandeiras e as autoridades municipais por causa do fisco, cremos na importância de destacar elementos destas trabalhadoras: “Toda a sua maneira de sobreviver implicava a liberdade de circulação pela cidade, pois dependiam de um circuito ativo de informações, bate-papos, leva-e-traz, contratos verbais... contra os quais havia medidas de repressão forjadas pelo sistema colonial, envolvendo licenças, toques de recolher, passaportes, salvo-condutos, que afetariam drasticamente, se fossem ser cumpridas a ferro e fogo, a possibilidade de seu ganha-pão. (...) Sobreviver vendendo quitandas subentendia, antes de tudo, ter meios seguros, mais ou menos sub-reptícios, de acesso aos gêneros alimentícios, a fim de poder obtê-los mais baratos, estocá-los... Era uma ocupação urbana razoavelmente difundida, além da que oficialmente se declarava nos recenseamentos, pois, anônima, podia esgueirar-se do fisco”. DIAS, 1995, p. 73; 78.

⁶¹ Como bem salienta o autor Walter Fraga Filho ao discutir as últimas décadas da abolição e do pós-abolição na Bahia, muitas profissões continuaram a ser exercidas por africanos e seus descendentes e, utilizando-se da argumentação de Bert Barickman, percebe que os “trabalhadores livres especializados, carpinteiros, costureiras, ferreiros, marceneiros e outros artesãos costumavam receber por tarefa, ou pelo número de dias trabalhados. Para trabalhadores no corte de cana, pagava-se salário diário, ou pela quantidade de cana cortada. Ambas as formas de remuneração permaneceram no pós-abolição e, por certo, foram bem aceitas pelos libertos, por terem sido feitas em dinheiro”. Para maiores informações, ver: FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 231.

destes carroceiros comporta pensar possibilidades de vida urbana. Os carroceiros transportavam “desde carne verde do matadouro para os diversos pontos de distribuição, hortaliças para os mercados livres, encomendas para os diversos estabelecimentos comerciais, pão e leite para os consumidores, tijolos, terra e madeira para as construções (...)”⁶². Segundo interpretação de Cruz (1991), o baixo custo para a construção de uma carroça tornava possível a entrada neste serviço, pois populares poderiam fabricá-las. Além disso, esta profissão permitia certa resistência à venda da força de trabalho para uma empresa, “um espaço alternativo de garantia de sua sobrevivência”. Para a autora, que analisa em especial a situação destes trabalhadores na cidade de São Paulo, importa também pensar na mobilidade física destes transportadores que, “aliada à sua independência, parece ter transformado os carregadores em verdadeiros elos na rede cotidiana de comunicação e generalização da experiência dos trabalhadores urbanos”⁶³.



Imagem 7: Centro – Mercado Público. Venda de peixe do lado de fora, 1898- 1935⁶⁴.

⁶² CRUZ, Heloisa Faria da. **Trabalhadores em Serviços: dominação e resistência** (São Paulo – 1900/1920). São Paulo: Marco Zero; CNPQ, 1991, p. 30.

⁶³ CRUZ, 1991, p. 31.

⁶⁴ Esta imagem do comércio realizado no Mercado Público, onde se localizava o porto está disponível no site: <http://jornalocarona.blogspot.com.br/2010/05/um-serie-de-fotos-antigas-para-guardar.html>. Acesso em 15 de novembro de 2011.

Desterro, até fins do século XIX esteve muito voltada para as atividades portuárias⁶⁵: a comercialização de farinha de mandioca, aguardente e de outros produtos vendidos para alguns estados ou para o exterior; os trabalhadores envolvidos em atividades da marinha, pesca, os marinheiros. Populares de diferentes origens e profissões utilizavam-se da área em torno do porto para comercializar, adquirindo mercadorias que abastecessem “seus lares” por preços mais módicos, algo que a expansão da urbe e do porto movimentava.

O porto sempre foi lugar de trocas comerciais e também culturais, uma espécie de janela “para o mundo”⁶⁶. Era através do porto que o abastecimento da população se concretizava, além da ligação estabelecida com outras regiões. As articulações entorno do porto possibilitaram o acúmulo de riquezas, “criando uma próspera classe de comerciantes, armadores e agenciadores de navios”⁶⁷ que se relacionavam com populares na zona portuária. No entanto, em fins do século XIX as atividades portuárias tiveram um período de decadência em atuação e importância. Nas primeiras décadas do século XX, o porto deixa de ser o centro das atividades; no entanto, as atividades em volta do Mercado se mantiveram atuantes.

Além de carroceiros, quitandeiras, vendedoras com seus tabuleiros, a cidade de Desterro/Florianópolis possuía muitas atividades que envolviam carrinhos de mão e burros ou mulas carregando mercadorias em balaios.

Em 1914 Florianópolis possuía 606 casas comerciais. A indústria era de bens de consumo - móveis, chapéus de sol, torrefação de café, telhas de cimento, vinagre, bebidas, sabão, caramelos, fogos de artifícios, cigarros, massas alimentícias, refinação de açúcar, gelo. Grande firma existente na cidade instalara, em 1896, a fábrica de prego e em 1907, o estaleiro da Arataca. A outra fábrica importante de Florianópolis viria em 1917, a de rendas e bordados. (...) Automóveis percorriam as ruas da capital - eram em número de quatorze. Ainda não havia táxis, pois o transporte era feito em carros de praça de tração animal, no total de trinta e cinco. As cargas eram transportadas por vinte veículos de carreto, cento e quarenta carroças e vinte e oito carrinhos de mão. Todos os distritos na ilha ligavam-se à sede por estradas de rodagem⁶⁸.

⁶⁵ “Os membros das firmas exportadoras e importadoras, os agricultores que abasteciam o mercado dos produtos exportáveis e de consumo da vila, os armadores, os quais mantinham as relações entre a vila e o restante do país, além dos funcionários públicos e os militares eram as pessoas abastadas; os artífices e pequenos empregados e a massa da população sem meio de vida definido, sempre pronta a ocorrer a qualquer lugar em que surgisse possibilidade de ganho, constituíam o povo, os pobres. E era na praia do mercado que se encontravam os representantes mais baixos da primeira sociedade com a massa da segunda, procurando adquirir, por preços reduzidos, as mercadorias para o lar”. Consultar: PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade**. (Publicado originalmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3ª fase, nº 3.981). S/D, p. 13. Disponível em: http://www.arq.ufsc.br/urbanismoV/artigos/artigos_pj.pdf

⁶⁶ Para maiores informações sobre as atividades portuárias em Desterro consultar: CARDOSO, 2004; CARDOSO, 2008; MALAVOTA, 2007; HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

⁶⁷ PEDRO, 1995, p. 37.

⁶⁸ PELUSO JUNIOR, S/d, p. 14-16.

Chama atenção os desdobramentos que estes dados potencializam em termos de trabalhos populares no setor de serviços ou autônomos, como os Irmãos carroceiros que pagavam impostos por suas carroças. Cargas eram transportadas por veículos de carreto, carroças e carrinhos de mão, conduzidas pelas ruas da cidade por sujeitos pobres, de origens africanas, contrastando com a modernização europeizante⁶⁹ e os ideais republicanos.

As duas imagens a seguir trazem nitidamente homens afros realizando seus afazeres: na primeira, um carregador, contratado para inúmeras atividades do dia a dia da cidade, até mesmo para carregamentos de materiais nas obras da capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, por exemplo. Já na segunda (imagem 9), trazendo consigo um burro ou mula e balaios, provavelmente com mercadorias, um homem afro caminha lateralmente ao trilho do bonde. Também se fez marcante a presença dos leiteiros (imagem 10), atuantes nas ruas e nas moradias distribuindo o leite aos habitantes. A fotografia, cujo foco volta-se para dois leiteiros, apresenta elementos da atuação no mercado de trabalho de inúmeros afros da cidade e arredores.



Imagem 8: Centro – Praça XV de Novembro. Década de 1940.⁷⁰

⁶⁹ SANTOS, 2008, p. 139.

⁷⁰ Esta gravura apresenta nitidamente um homem afro trabalhando como carregador. Esta era uma atividade comum nas primeiras décadas do século XX em Florianópolis. Disponível no Acervo on-line da Universidade Federal de Santa Catarina: http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album005/pages/Centro%20-%20Praca%20XV%20-%20Decada%20de%201940_jpg.htm. Acesso em 04 de junho de 2012.

A figura do carregador é muito marcante no universo urbano em expansão. E, em diferentes momentos, os livros caixas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito apontam despesas oriundas do transporte de moios de cal, tábuas, ferro, tijolos, através de carretos. No ano de 1890, por exemplo, consta como despesa o pagamento de ferragens e diversos objetos, também tintas, serviços com vidraceiro e carretos⁷¹. Além de contratações realizadas, o próprio Irmão João Fernandes Capella era proprietário de dois carrinhos de mão, conforme registro de 1896, referente ao pagamento de 12\$000 réis de impostos⁷². Seu primeiro registro encontrado, na documentação da Irmandade, data de 1873, quando participa de uma reunião e o Irmão Manoel Tavares de Lima assina “a rogo” de João Fernandes Capella⁷³.

Francisco Antonio de Oliveira, provavelmente uma pessoa de poucas posses, ao que tudo indica possuía um carroto para condução de produtos, mercadorias e realização de pequenos serviços. Conforme destacamos, a figura do carregador conduzindo seu carroto foi constante na Irmandade. Entregando materiais para as constantes obras, muitos carregadores receberam pelos trabalhos realizados. Barro, areia e telhas foram os produtos entregues pelo senhor Francisco em 1895, a pedido da Irmandade e, provavelmente, após negociação com o tesoureiro Antonio Jeronymo Pires. Francisco, não sabendo ler e escrever, teve um “a rogo” registrado por Joaquim Bazilio da Silva.

Nº 37 recebi do senhor Antonio Jeronymo Pires tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a quantia de sete mil duzentos réis, 7200 reis___ proveniente de condução de barro e areia e telha que conduzi para o trabalho da igreja à de julho de 1895 e eu por não saber ler nem escrever pedi ao senhor Joaquim Basílio Silva por mim fizesse e assignasse.
Desterro, 9 de Fevereiro de 1896
A rogo de Francisco Antonio de Oliveira
[Ass.] Joaquim Bazilio da Silva⁷⁴.

O condutor do carroto, conforme imagem anterior, possui chapéu, assim como o senhor que, com sua mula, provavelmente levava produtos para comercialização aos arredores do Mercado. Caminhava o vendedor num dia de sol, com a mula carregada de produtos e

⁷¹ Livro Caixa 11 (1876-1890), p. 50. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

⁷² *Jornal A República*, 24 de setembro de 1896. Acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

⁷³ Seu nome não foi localizado na lista de Registros de Irmãos, o que nos indica a possibilidade de que a tabela possa estar incompleta, ou, como ocorreu com alguns Livros Caixa, existir mais de uma tabela (livro de registros).

⁷⁴ Livro Caixa 13 (1891 - 1906), p. 5. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

balaios em destaque, sendo talvez oriundo de uma área mais afastada da região de forte comércio. Os contrastes da modernidade apresentam-se marcantes nos trilhos do bonde tracejados sobre a estrada na qual segue compassadamente.



Imagem 9: Tipos populares.⁷⁵

Na foto seguinte, os vendedores de leite, ambos com seus chapéus, também apresentam como típico uma vestimenta que se assemelha a um paletó e calça comprida. Cremos ser o traje um indicativo de respeito⁷⁶, de postura e também de afirmação após a

⁷⁵ Acervo da Casa da Memória. Pasta 1910 a 1920.

⁷⁶ Esta questão do respeito pode ser analisada a partir de referenciais das sociedades recreativas, por exemplo. Instituições organizadas pela sociedade civil, de origem africana, em contraponto aos clubes mais elitizados que não permitiam a entrada de afros, as sociedades recreativas tinham entre suas recomendações o uso de ternos, paletós, sapatos (para os homens) e vestidos mais recatados (para mulheres). No entendimento de Carvalho, “vestir-se bem também servia de linguagem para expressar e manter a estabilidade nesses espaços sociais. Dessa forma, a aparência física é importante para reafirmar a condição social dos afrodescendentes perante o grupo dominante”. Neste sentido, podemos crer que a ideia de bem trajar-se, utilizada nos clubes recreativos organizados por afros integrou, de certo modo, a população afro, trabalhadora, em especial vendedores de porta em porta, como era o caso dos leiteiros. Isso não significa uma homogeneização dos sujeitos aqui discutidos, mas uma possibilidade. Sobre as sociedades recreativas, organizações fundadas em fins do século XIX, em especial nas primeiras décadas do século XX, consultar: CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido. **Negros de Lages: memória e experiência de afrodescendentes no planalto serrano**. Florianópolis: UDESC. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2001; ROSA, Júlio César da. **Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950)**. 2011.110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011.

abolição. O leiteiro à esquerda parece estar descalço, talvez pela pobreza e sua condição de liberto, uma das marcas das condições do período escravista. Ambos aparentam conversar, um encontro em meio a lida diária de fornecer leite à população citadina. Figuras observadas por legislações e fiscais municipais, os leiteiros envolviam uma necessidade – o provimento de leite – e, ao mesmo tempo, demonstravam indícios de uma cidade que “precisava” de medidas sanitário-higienistas.

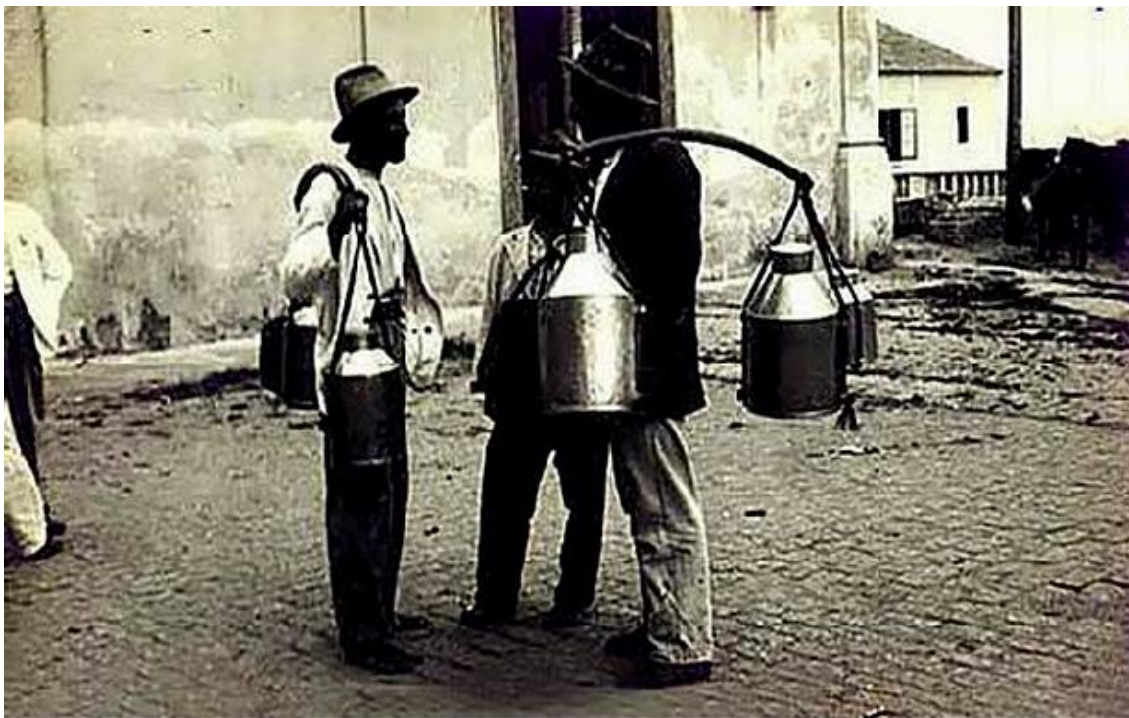


Imagem 10: Tipos populares de Florianópolis no início do século XX.⁷⁷

Os populares de origem africana, longe de serem “viciados”, “vagabundos”⁷⁸ e “promíscuos”, como induziam crer as autoridades, interagiram, de diferentes formas, com as mudanças urbanas do período. Em especial, atuaram nas obras reformadoras, indiretamente responsáveis pela expulsão das classes populares do perímetro urbano. Paradoxos do que ficou conhecido como modernidade, que construindo palacetes, arruamentos, avenidas, incluía para excluir, afastar populares.

⁷⁷ Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Disponível on-line no site desta instituição: www.ihgsc.com.br. Acesso em 25 de abril de 2011.

⁷⁸ No entendimento de Carlos José Ferreira dos Santos, “a designação ‘vagabundo’, atribuída a alguém, não significava necessariamente uma falta de atividade ou de trabalho, mas, por vezes, a existência de ocupações indesejáveis, vinculados a modos de vida diferenciados, que se contrapunham à disciplina que se estabelecia. A perseguição à chamada ‘vagabundagem’ era também uma tentativa de expropriar hábitos, costumes, tradições, saberes que pudessem conferir uma relativa autonomia às pessoas”. (SANTOS, 2008, p. 117)

Imagem 11: Detalhe das obras na Rua João Pinto.**Imagem 12: Rua João Pinto – 1909.⁷⁹**

Esta outra foto (imagem 11), um recorte enfocando pessoas que trabalhavam em obra de calçamento da Rua João Pinto (imagem 12) em 1909, indica a expressiva participação de homens afros a realizar trabalhos de reconstrução, remodelação e reordenamento, que os

⁷⁹ Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Disponível on-line no site desta instituição: www.ihgsc.com.br. Acesso em 25 de abril de 2011.

expulsava para os morros. Crianças com cachorros “espiando” as movimentações, as aberturas, os esquadrinhamentos; homens afros com pás, enxadas, canos; uma rua que mais parecia um bairro popular. A Rua João Pinto também esteve presente nos registros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. A Mesa conseguiu recursos para adquirir uma casa em 1903, ao custo de dois contos e oitocentos mil réis. A casa, em posse de Leopoldina Rocha, era herança de João Fernandes Capela (que foi membro da Irmandade, inclusive) e sua esposa Joana. Leopoldina, irmã de João, vendeu a casa, número 17, à Irmandade⁸⁰.

Os ideais de urbanização à europeia - civilização, assepsia, modernidade -, pretendidos pelas elites dirigentes necessitaram das mãos trabalhadoras das classes populares para sua concretização. Assim, pedreiros e calafates que muito trabalharam nas ruas de Florianópolis, em busca de melhores condições de vida, tornaram-se incômodos, inconvenientes para esta sociedade, sendo seus corpos⁸¹ e modos de vida, empurrados para as periferias de cidades republicanas.

Entre os anos de 1930 e 1940 todas as grandes – no sentido de impactantes – obras remodeladoras, higiênico-sanitaristas, estavam materializadas. Homens e mulheres pobres, afros em sua maioria, sem seus casebres ou cortiços - transformados em “belos” sobrados em que pessoas “civilizadas” e homens de negócio teriam morada -, foram arremessados às periferias, contornos da região considerada então perímetro central. Serviços vistos como desqualificados, de baixa remuneração, mas imprescindíveis aos projetos políticos de modernização, constavam entre as inúmeras atividades, ações e experiências diárias destes sujeitos populares de origem africana.

As décadas de 1930 e 1940 envolveram uma nova configuração política no estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis. Período de atuação do governador Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos, também político. Com a ascensão de Vargas no cenário nacional (o Estado Novo), em Santa Catarina pressionou-se a população à entrada na brasilidade. Assim, a Campanha de Nacionalização, por meio do ensino escolar, foi uma das medidas governamentais, obrigando o português como língua única, em detrimento das demais faladas, em especial por populações afro e imigrantes. A corrente adotada por Nereu Ramos neste momento, seguia interesses das elites latifundiárias serranas.

⁸⁰ Livro Caixa 13 (1891 – 1906), p. 33v.

⁸¹ “Como povos africanos socializavam-se em redes de tradições orais, o corpo constitui-se em suporte comunitário de memórias, sendo que o ritmo e a palavra produzem interações sociais e metafísicas, conectando pessoas e elementos do cosmos”. ANTONACCI, Antonieta Martines. Decolonialidade de corpos e saberes: ensaio sobre a diáspora do eurocentrismo. In: **Memórias Ancoradas em Corpos Negros**. São Paulo: EDUC, 2013, p. 04 (No prelo).

Em Florianópolis, na década de 1930,

a parte central da cidade abrigava os edifícios comerciais, os da administração pública, o Palácio do Governo, algumas agências bancárias e a catedral metropolitana. Todo esse cenário era emoldurado pela Praça XV de Novembro, lugar de múltiplos prazeres e encontros, e onde os jovens de todas as camadas sociais e de diferentes etnias costumavam frequentar aos domingos e feriados. No interior da Praça, tendo a figueira como testemunha, ficavam os coretos onde animadas bandinhas tocavam para o povo se alegrar. O cinema tinha como uma das suas grandes atrações a seção das moças. Os cafés e as confeitarias eram os lugares para os bate-papos. As principais ruas do centro eram pavimentadas e o serviço de telefonia e saneamento básico, embora precariamente, já funcionava, atendendo apenas uma camada muito reduzida da população que era mais abastada. A Ponte Hercílio Luz já ligava a Ilha ao Continente, facilitando o transporte, e eram abertas novas ruas para os arredores da cidade⁸².

No entendimento de Maria das Graças Maria, por volta dos anos 1930 e 1940, a cidade havia se transformado intensamente com as reformas urbanas cultivadas pelos empreendedores políticos e “o centro da cidade já não “abrigava” mais a massa de despossuídos, pois a maior parte fora transferida para outros lugares”. Segundo a autora, ainda assim, no interior daquela cidade normatizada pela política do Estado Novo, sob a forma de tentativa de empreender um movimento homogeneizador sobre a sociedade da época, passou a existir uma outra, a ‘cidade esconderijo’. Esta foi palco de histórias de homens e mulheres que, na sua multiplicidade de experiências e apesar das normas reguladoras, da política e dos valores dominantes, viveram seu cotidiano em meio a movimentos constantes a instituírem, por assim dizer, uma cidade transgressora. Dessa forma refizeram seus territórios, inventaram seus códigos, redefiniram seus espaços, imprimindo a marca de suas tradições culturais⁸³.

Podemos apreender que mesmo tendo sido destruídos, os antigos territórios habitados pelas populações de origem africana, a “cidade esconderijo” apresentada por Maria, nos permite vislumbrar novos territórios em pontos específicos da cidade. Entre estes, importa referir o footing – da Praça XV, da rua Arcipreste Paiva e da calçada do Palácio do Governo; os lavadouros públicos (fontes de água onde trabalhavam as lavadeiras), as Irmandades Católicas, os Clubes Recreativos, as Comunidades Negras, as Escolas de Samba, os terreiros de Umbanda e a dança do Cacumbi⁸⁴. Territórios que, “ao se constituírem além da presença dos cidadãos negros também foram resultado das impressões simbólicas deixadas por aqueles sujeitos históricos de descendência africana”⁸⁵. Para a autora, a própria Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito constituía um “território negro”, de modo que estabelecia uma rede de solidariedade entre seus irmãos e irmãs, uma possibilidade de construir táticas de

⁸² MARIA, 1997, p. 36.

⁸³ MARIA, 1997, p. 92.

⁸⁴ MARIA, 1997, p. 20.

⁸⁵ MARIA, 1997, p. 125.

sobrevivência em meio às tensões daquele contexto urbano, com inúmeras resistências e encontros⁸⁶. Mas, este período de virada para a década de 1940, suas transformações e inquietações, limitam-se apenas a estas breves linhas nesta dissertação. Mesmo assim, sugerem “potencialidades” de outras histórias. Nosso recorte temporal termina por aqui, quando se desfazem os núcleos centrais marcados pela forte presença das populações de origem africana.



Imagem 13 – Rua do Vigário, década de 1920⁸⁷.

Os anos 1930 experienciaram “novos ares” urbanos, tendo sido concretizadas as obras remodeladoras empreendidas pelos governos e elites governantes. A fotografia acima, da Rua do Vigário, expõe ao fundo uma construção em ruínas, demolida, dando espaço para o “novo”, belo e moderno. Provavelmente, a intenção do fotógrafo informava medidas a serem tomadas a partir do visual retratado⁸⁸. Edificações, ruas, morros compunham cenários de um “dossiê iconográfico”, ora retratando imagens do que precisava ser alterado e modernizado, ora evidenciando demolições e novas construções⁸⁹, alinhadas aos projetos republicanos, padronizados, hierarquizantes e higienistas. Quando muitos cortiços foram desfeitos, casas

⁸⁶ MARIA, 1997, p. 136.

⁸⁷ Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Disponível on-line no site desta instituição: www.ihgsc.com.br. Acesso em 25 de abril de 2011.

⁸⁸ OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio Ribeiro de. O visível e o invisível: um fotógrafo e o Rio de Janeiro no início do século XX. In: SAMAIN, Etienne. **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 73-84.

⁸⁹ OLIVEIRA JÚNIOR, 1998, p. 80.

demolidas, ruas alargadas, rios canalizados e territórios de memória reordenados para o “bem público”, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, território de vivências afros no centro da cidade, buscou maneiras de acompanhar estas alterações físicas, de poder e também de luta por espaço e sobrevivência numa realidade de romanização das práticas católicas. Num precário equilíbrio entre manutenção de práticas de seus irmãos afros e incorporação de mudanças propostas pela Igreja Católica, a associação, e seus diferentes sujeitos históricos, (re)construiu e ressignificou vivências “rejeitadas, ignoradas e desqualificadas”⁹⁰ pelos poderes públicos e dirigentes. Vivências estas não condizentes com as posturas desejadas para a capital do estado.

Acreditamos ser este o contexto da cidade em que estava inserida a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito desde primórdios do século XX. Espaço fundado por populares de origem africana, ainda no século XVIII, e que persiste até os dias atuais no centro da cidade. Interessante que, no período da abolição da escravatura e até algumas décadas depois, muitas destas irmandades organizadas por afrodescendentes no Brasil deixam de existir e suas instalações acabaram sendo demolidas, junto a obras modernizadoras ocorridas nas cidades do país. Cremos que a permanência e o funcionamento da Irmandade de Florianópolis, que ainda contestou a romanização/germanização de seus universos, possuem significados e um sentido para seus membros que empregam tempo, recursos e vivem sua religiosidade nesta área.

1.2 O QUE SÃO IRMANDADES?

As irmandades constituíam instituições leigas, surgidas no período medieval na Europa e, conforme Silvia Hunold Lara, prefaciando a obra de Lucilene Reginaldo, em pesquisa do Vocabulário Raphael Bluteau, publicado entre 1712 e 1728, constitui-se “uma ‘sociedade de pessoas em virtude de um compromisso de debaixo da invocação de um santo se obrigam a fazer alguns exercícios espirituais’”⁹¹. A criação e difusão das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário são atribuídas à Ordem dos Dominicanos quando, no século XV, mais propriamente em 1475, tem-se o registro da primeira confraria no convento desta Ordem, na cidade de Colônia (atual Alemanha)⁹². No entanto, temos o registro de que estas

⁹⁰ SANTOS, 2008, p. 59.

⁹¹ REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 10 (prefácio).

⁹² BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005, p.49.

associações devocionais do Rosário surgiram por incentivo de São Domingos de Gusmão, em 1282, em Portugal, tendo depois se espalhado por França e Espanha. Após a morte de São Domingos, as confrarias teriam ficado no abandono, retornando fortemente com os Dominicanos no século XV⁹³.

Nos séculos seguintes, temos registros de que as Irmandades do Rosário, surgidas por “devoção branca”⁹⁴, acabaram por se tornarem muito comuns em Portugal, no Brasil e em países africanos colonizados por Portugal. O culto a Nossa Senhora do Rosário⁹⁵ virou prática entre as populações negras nos diferentes continentes⁹⁶. Lucilene Reginaldo faz um interessante estudo comparando irmandades do Rosário em Luanda (Angola) e na Bahia no século XIX. Além disso, apresenta elementos da difusão deste culto em Portugal, mostrando a extensão tomada pelas confrarias⁹⁷, que tinham duas finalidades principais: a religiosa, que “consistia em celebrar as festas, cumprir as devoções, realizar o enterro cristão dos associados”, principalmente e, a finalidade social, que “consistia em resolver certos problemas no campo econômico, e na parte assistencial em caso de doenças graves e de pobreza extrema”⁹⁸.

Tais instituições podem ser caracterizadas como fortemente marcadas pela presença de homens e mulheres comuns (não necessariamente ligados a alguma hierarquia religiosa da Igreja), cujos objetivos, conforme mencionamos com relação à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, era acompanhar o enterro dos Irmãos e Irmãs (no caso de

⁹³ SIMÃO, 2008, p. 30.

⁹⁴ Consultar: TINHORÃO, José Ramos. **Os sons dos negros no Brasil: cantos – danças – folguedos: origens**. São Paulo: Art Editora, 1988; TINHORÃO, José Ramos. **Festa de Negro em Devoção de Branco: do carnaval na procissão ao teatro no círio**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

⁹⁵ Nas palavras de Lucilene Reginaldo: “A identificação dos africanos e seus descendentes com a Senhora do Rosário não foi um fenômeno particular à Bahia. Ao contrário, foi construída numa dimensão atlântica. Nascida em terras europeias durante o século XIII, a devoção ao Rosário emergiu num contexto de combate às heresias modernas. Após quase dois séculos de esquecimento, foi reavivada no século XV, sendo então associada à vitória dos católicos contra os turcos na batalha de Lepanto, embate que ‘reabriu’ o Mar Mediterrâneo aos europeus. Desde então, a Senhora do Rosário foi escolhida como padroeira das novas conquistas espirituais, tornando-se uma das principais invocações do movimento de conquista e conversão dos povos gentios. Com essa bandeira, foi adotada por todas as ordens religiosas expansionistas (...)”. REGINALDO, 2011, p. 357.

⁹⁶ Ver: REGINALDO, 2011.

⁹⁷ Segundo Borges, “os termos irmandade, confraria e ordem terceira denotavam situações semelhantes: eram associações de leigos com o objetivo de promover o culto a um santo devoto. Apesar de, na prática, estabelecerem funções similares, elas comportavam diferenças, quer do ponto de vista da legislação, quer do ponto de vista dos princípios organizacionais. (...) As pias uniões: eram associações de fiéis eretas com o objetivo de exercer obras de piedade ou caridade. Quando constituídas em organismos, reguladas por um estatuto, chamavam-se irmandades. As que se erigiam para promover tão somente o culto público (procissões, rezas e representações de vária natureza) denominavam-se confrarias. (...) As ordens terceiras perfilavam-se como associações de leigos cuja existência dependia de autorização conferida por uma ordem primeira. Sua origem remonta a São Francisco de Assis (1182-1226), que, no início do século XIII, fundou a Ordem Terceira de São Francisco vocacionada para agregar fiéis livres de contrair votos. Seu objetivo consubstanciava à prática da devoção e à caridade (...)”. Consultar: BORGES, 2005, 52-53. Como bem ressalta a autora, de modo que utilizamos também esta noção em nosso trabalho, trataremos confrarias e irmandades enquanto sinônimos.

⁹⁸ ALVES, 2006, p. 31.

instituições que permitiram o acesso de mulheres – o que era muito frequente nas irmandades de pretos e pardos), rezar pelas almas dos/as falecidos/as e realizar festas anuais aos padroeiros e às padroeiras.

Os irmãos das confrarias promoveram a caridade e a devoção, intervindo diretamente nos assuntos da Igreja. A gestão da vida religiosa pelos leigos e os choques com a Igreja católica projetam um movimento de longa duração, que teve seu início na Idade Média, quando o leigo passou a adquirir uma postura decisiva nos assuntos religiosos do culto da Igreja Católica⁹⁹.

Estas Irmandades passavam pelas instâncias da Igreja para aprovação, mas eram mantidas, organizadas e administradas pelos Irmãos, compostos numa Mesa Administrativa. Além da finalidade religiosa impressa nas irmandades, tinham função social, auxiliando na resolução de problemas econômicos, situações de doenças e miséria¹⁰⁰.

Cada Irmandade era composta por membros, Irmãos e Irmãs associadas. De acordo com o Compromisso, estatuto que regulamentava as normas da irmandade, e interesses da associação, o público frequentador também variava. Muitas destas agremiações eram formadas exclusivamente por brancos, outras por brancos ricos, algumas por *pardos*, *mulatos*, *pretos*, ou apenas *mulheres afros*, como a Irmandade da Boa Morte, com grande tradição na Bahia, por exemplo. Sendo as populações de origem africana impedidas de participar, na maioria dos casos, das irmandades de brancos, criaram suas próprias associações, com capelas e todos os demais aparatos materiais e simbólicos para celebração, encontros e festividades.

Em Desterro/Florianópolis, um grande número de Irmandades com diferentes objetivos e perfis de associados/as fez-se presente e atuante na sociedade. Para auxiliar no entendimento sobre estas associações e mesmo disputas políticas, de poder e interesses, organizamos uma tabela listando as irmandades, período de fundação e perfis gerais dos membros.

⁹⁹ BORGES, 2005, p. 61.

¹⁰⁰ Consultar livro da professora Julita Scarano, um dos trabalhos pioneiros sobre irmandades religiosas no Brasil, em especial irmandades organizadas por populações de origem africana. SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

Quadro 1 - Irmandades existentes em Florianópolis – século XIX e início do XX.¹⁰¹

Irmandade/Associação Religiosa	Período de existência	Perfil geral de associados/as
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos ¹⁰²	1750 (data de 1726 o primeiro documento da associação)	Fundada por Homens Pretos, aceitava como sócios/as todas as pessoas interessadas, exceto para cargos de Mesa.
Ordem Terceira de São Francisco da Penitência	1745	Fundada por homens brancos das elites abastadas, não aceitava cativos entre seus membros.
Irmandade de Nosso Senhor Jesus dos Passos	1765	Fundada por homens brancos, não aceitava cativos entre seus membros.
Irmandade de Nossa Senhora do Parto	1833	Fundada por Irmãos Crioulos, aceitava como associados/as demais interessados/as.
Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	1855	Fundada por Irmãos Pardos Livres, não aceitava cativos como sócios. Hoje a capela está demolida e a Irmandade alojada na Capela da Imaculada Conceição.
Irmandade do Divino Espírito Santo	1773	Fundada por homens brancos, não aceitava cativos entre seus membros.
Irmandade do Santíssimo Sacramento	1774	Fundada por homens brancos, não aceitava cativos entre seus membros.
Irmandade do Glorioso Arcanjo São Miguel das Almas	1855	Fundada por homens brancos, não aceitava cativos entre seus membros.
Irmandade de Nossa Senhora das Dores	1855	Fundada por homens brancos, não aceitava cativos entre seus membros.

¹⁰¹ Tabela organizada a partir das obras: CABRAL, 1979; STAKONSKI, 2008.

¹⁰² “De acordo com a historiografia, dita ‘oficial’, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário seria segunda em antiguidade fundada em 1750 na vila de Desterro. O título tradicional de confraria mais antiga é prerrogativa da ordem Terceira de São Francisco, que segundo Cabral, foi fundada em 1746, e teve as obras de sua capela iniciadas em 1803 e finalizadas em 1814”. STAKONSKI, 2008, p. 63.

1.3 A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO

Domingas Maria da Conceição, preta de nação conga¹⁰³, iniciou sua vida na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos¹⁰⁴ de Desterro em 1866, quando provavelmente seu senhor pagou a joia de entrada para que ingressasse na instituição. Dois anos depois, percebemos que a mesma Domingas Maria da Conceição, ingressava novamente, agora sob os olhos de uma senhora. Tendo permanecido até 1895, quando fora expulsa por não pagar suas anuidades enquanto irmã associada, Domingas esteve na Irmandade por quase 30 anos, algo bastante considerável. O registro de 1866 indica que era cativa, no entanto em 1895, sua condição era diferente: não sabemos como adquiriu sua liberdade, se antes ou apenas depois de 1888. Provável ter saído por não poder pagar, como liberta, apontando para paradoxos da sociedade brasileira pós-emancipação.

Domingas Maria da Conceição era africana, com múltiplas experiências e vivências. Não sabemos sua profissão, onde morava, se constituiu família. Estas respostas são impedidas por falta de elementos para afirmações. No entanto, sabemos que em muitos momentos desta caminhada de Domingas, na Irmandade, ela esteve pelas ruas a acompanhar procissões, festejos e cortejos fúnebres. Estas eram atividades desenvolvidas pela Irmandade e contavam com a participação de seus inúmeros irmãos e irmãs. Assim, mesmo não tendo sido juíza, mordoma ou zeladora – estes cargos eram assumidos por mulheres na instituição – podemos inferir que Domingas Maria da Conceição deslocava-se junto ao cortejo de Nossa Senhora do Rosário em procissão pelas antigas ruas do Ouvidor ou do Alecrim¹⁰⁵, por exemplo.

Em ata registrada do dia 20 de abril de 1890¹⁰⁶, o irmão João de Deus do Nascimento, com cargo de juiz, presidiu a reunião da Mesa Administrativa, como costumeiramente

¹⁰³ Domingas Maria da Conceição está entre os mais de 2.300 irmãs e irmãos registrados entre 1866 e 1936 disponíveis na documentação da Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Florianópolis. Consultar: Livro de Registro de Irmãos (Tabela de Irmãos) – 1866 a 1936. Esta tabela foi organizada pelo projeto de pesquisa Irmandades e Confrarias Católicas de Africanos e Afrodescendentes, sob a coordenação do prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso. À época, 2006 e 2007, as professoras Msc. Michelle Maria Stakonski e Msc. Maristela dos Santos Simão eram bolsistas de iniciação científica na pesquisa; e foram responsáveis pela organização da tabela. Tenho muito a agradecer-las. Atualmente, este material pode ser encontrado transcrito e impresso na própria Irmandade e no acervo do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC). Veremos nas próximas notas os significados relacionados à nação e condição.

¹⁰⁴ A Irmandade passou a ser assim denominada a partir da reformulação do Compromisso, em 1905. Antes tinha a denominação “dos homens pretos”, muito comum à época e por serem os cargos da Mesa assumidos por esta “qualidade” de homens. Durante as considerações deste trabalho, perceberemos melhor estas mudanças, não apenas no nome, mas no sentido da associação, cujo foco principal passou a ser então a beneficência.

¹⁰⁵ No primeiro capítulo deste trabalho, alguns mapas elucidam de que locais estamos falando. Mas, para melhor compreensão, informamos que estas ruas ficavam nas proximidades da capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

¹⁰⁶ Consta na Ata da reunião que esta aconteceu no consistório da Irmandade (como era de costume) e contou com a presença de: Vigário José Manuel Joaquim Alves Cidade, João de Deus do Nascimento (juiz), Antônio

acontecia na Irmandade e constava em Compromisso. O motivo da reunião parece envolver membros da Mesa e algumas atitudes que geraram polêmica durante a assembleia. Ao que tudo indica, não ficara bem esclarecido o que havia sido feito com arrecadações da quinta-feira santa, resultando em alguns pagamentos que o irmão teve que fazer com recursos próprios para comprar cera e outros produtos para a associação. Pelo que depreendemos do Compromisso, vigente desde 1842, e pelo nome do juiz, tratava-se de um afrodescendente, enquanto os cargos de tesoureiro e de secretário, por exemplo, estavam preenchidos por lusos ou teuto-brasileiros que tiveram acesso a escrita e leitura. Essa diversidade sempre fez parte da Irmandade, apesar de que cargos principais na Mesa Administrativa ficassem em sua maioria sob a custódia dos afros, conforme o “costume” tão mencionado nos Compromissos de 1807 e 1842, e frequentemente lembrado em reuniões da Mesa pelos membros.

A partir deste episódio podemos atentar para a diversidade de membros componentes da Irmandade. Além de diferentes origens africanas como monjolos (é o caso de Antonio, matriculado na condição de cativo¹⁰⁷, solteiro), congos (como Catharina, matrícula registrada como cativa), angolas (como Cristianna, cativa), minas (é o caso de Diogo da Costa, liberto), benguelas (como Maria Lobo, 57 anos, livre, casada com o Irmão Vicente da Costa Furtado), registrados até a década de 1890; outros descendentes de africanos/as, crioulos e pardos marcaram presença na Irmandade; além de muitos que apareceram sob a denominação apenas de brasileiro/a na virada do século XIX para o XX. Também compõem o quadro de associados e associadas, imigrantes de diferentes origens: Emilia Lili, natural da Itália; Manoel Gardiola, espanhol 43 anos; sendo que três são identificados como protestantes, sem indicação da origem, Roza Camara da Cunha, José Epiphany da Cunha e Justo Mario da Costa; João Kowalski, 43 anos, polaco; Renailo Fohias, alemão, padre, 30 anos, expulso da Irmandade em 1921¹⁰⁸.

Esta diversidade permite perceber alguns entrelaçamentos, alianças, desavenças ocorridas na Irmandade e já discutidas por Mortari e Stakonski. Mortari destacou como uma briga desencadeada em 1841, entre pretos e pardos, marcou uma disputa de poder pelos cargos na Mesa Administrativa, mobilizando a justiça da cidade e culminando na retirada da

Jerônimo Pires (tesoureiro), Carlos A. Caminha (escrivão), Costa A. Caminha (secretário); e demais mesários: José Maria do Espírito Santo, José Francisco da Costa, Paulo Capella, Ipollito e Domingos Vieira, Francis Antônio Cesar, de Custodio Tromposki, José Botelho, José Gularte, Claudino José da Costa, Estelita Freitas, João Ipolito e Agostinho José Raymundo.

¹⁰⁷ Estes são alguns casos de associados e associadas que entraram antes de 1888 e permaneceram até fins do século XIX ou começo do XX na Irmandade e, no momento do registro, foram identificados como cativos no livro de matrículas.

¹⁰⁸ Estas informações serão mais bem discutidas no decorrer do texto, inclusive alguns destes personagens serão retomados para melhor compreensão do funcionamento da Irmandade.

Irmandade de Nossa Senhora do Parto de dentro da Capela do Rosário, tendo a imagem desta santa sido encaminhada para a Igreja Matriz, enquanto a capela do Parto não ficasse pronta¹⁰⁹. Este desentendimento mobilizou a reorganização do Compromisso, aprovado em 1842 e que reafirmava os cargos de Mesa aos homens pretos, como o “costume” da Irmandade ditava.

Stakonski também tratou um episódio interessante sobre a expulsão de um juiz em 1901, acusado de emprestar alfaías da Irmandade aos maçons. Salustiano Fernandes Nolasco foi uma das “vítimas” das fortes tensões vividas pela associação na virada do século XIX para o XX, permeada de práticas leigas, consideradas profanas e atacadas pela romanização, como vemos no decorrer deste trabalho, já que estas questões sustentam diálogo com o presente texto no decorrer das interpretações.

Voltando ao caso da desavença discutida durante uma sessão da Mesa em 1890, as discussões sobre os recursos, quando foram pagos e a quem, parecem ter-se resolvido; afinal a reunião terminou e chegaram ao acordo de que fosse pago o que se devia, e a quem se devia. O juiz tomou então, novamente, a palavra, como o secretário e demais membros da Mesa, afim de que resolvessem a situação. Este é apenas um dos episódios possíveis de apreender da análise destas reuniões. Afinal, a Irmandade nos permitiu conhecer seus registros, que mesmo organizados por estratégia da Igreja Católica, possibilitam perceber resquícios, sinais e expectativas não programadas institucionalmente, mas experimentadas no cotidiano. Estas eram questões costumeiras a serem resolvidas na Irmandade, assim como as ações voltadas para as festas e para o cuidado com os mortos.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que possui seu primeiro compromisso datado de 1750¹¹⁰, já realizava suas atividades em período anterior, como indica um documento de 1726¹¹¹. Percebemos, com base na documentação e bibliografias sobre

¹⁰⁹ A Capela da Irmandade de Nossa Senhora do Parto ficou pronta em 1859. Para maiores informações sobre o funcionamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos na primeira metade do século XIX, as articulações, embates e práticas cotidianas, consultar MORTARI, 2010.

¹¹⁰ “Lucas Alexandre Boiteux, nas suas preciosas ‘Notas para a História Catarinense’, diz que ‘com Provisão de 6 de junho desse ano (1750) começou a Irmandade do Rosário a erigir uma igreja’, o que evidencia a existência da Irmandade naquela data, com seu Compromisso e a devida aprovação eclesiástica, tanto que se lhe permitia a construção da sua capela. Atendendo a que, na época, os passos para a concessão da aprovação eclesiástica e real bem como para a concessão do compromisso não eram possíveis com grande presteza, demorando sempre as providências e muito mais ainda os transportes, a nossa opinião é que a fundação da Irmandade remonta a época anterior a 1750, pelo menos de um a dois anos”. (Cabral, 1950, p. 03).

¹¹¹ “Segundo o atual provedor [falecido em 2009] Sr. Oscar Paulo de Souza, a história da primeira capela de Nossa Senhora do Rosário data de antes de 1750. Para ele esta seria a data de fundação da irmandade em caráter oficial, mas a rústica capela já deveria existir desde 1728 pois por determinação do rei de Portugal, o 1º pároco enviado para o Brasil foi Francisco Justo Santiago, em 1730 e este teria rezado missa na referida capela”. SALES, Sandra Makowieck; LIMA, Débora da Rosa; MACHADO, Marcelo. **As Igrejas e Capelas de Florianópolis: século s XVIII e XIX**. Relatório de Pesquisa. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 1994.

diferentes irmandades existentes desde o Brasil Colonial¹¹², que esta era uma prática comum, pois havia um tempo entre a organização destas instituições e sua legalização, baseada na aprovação do compromisso.

A construção da Igreja, como ressaltou Cabral, resultou de árduos dias de trabalho e dedicação de muitos/as cativos/as, livres e libertos/as que, nos dias santificados e domingos, planejavam e executavam as obras da capela¹¹³. Seus irmãos e irmãs, nos dias permitidos por seus senhores e/ou senhoras, levantaram as paredes, carregaram os “moios de cal”, os arames, as tábuas, tornando possível realizar seus encontros desde a edificação deste espaço. Aos poucos, a igreja tomava forma, entendendo que certa lentidão das obras relacionava-se aos poucos recursos em alguns momentos e ao pouco tempo dos/as irmãos/ãs, de acordo com os dias que lhes eram permitidos. Entretanto, muitos senhores e senhoras, devotos e católicos, permitiam estas realizações por parte de seus cativos como forma de “agradar” os olhos da própria Igreja Católica e evitar as agruras do “inferno” quando morressem.

A capela estava erguida nos anos de 1750, não significando que estivesse pronta (terminada). Esta foi uma inquietação de seus membros durante todo o período do século XIX e inícios do XX, sempre havia algo para ser melhorado, modificado, aumentado. De acordo com os livros caixas e atas, foram constantes as obras, os reparos, as reformas. Nestes documentos, encontramos itens que fizeram parte das despesas da capela durante praticamente todo o século: pedra, cal, vidros, pregos, tijolos, tábuas, telhas, e tantos outros utensílios e materiais. Além destes, era recorrente o pagamento de pessoas para a execução do serviço, tanto das obras como da conservação do local. Deste modo, além de reformar, era preciso manter o local asseado, capinado, pintado, limpo.

A edícula foi construída na antiga Rua do Rosário, hoje Rua Marechal Guilherme, próximo a Igreja Matriz da cidade de Florianópolis. A iniciativa da construção da atual Igreja surgiu em fins do século XVIII. “Só em 1787, entretanto, chegou ao Destêrro a licença do Bispo do Rio de Janeiro para a construção da nova Igreja”¹¹⁴. As obras foram lentas. “Em [17]92, sete anos depois de iniciadas, foi que a Mesa pôde determinar ‘fazer o madeiramento para faixar a nova Capela e juntamente feixar o arco da mesma com tijolo singelo’¹¹⁵. As imagens de santos existentes na capela antiga, que naquele ano fora demolida, destinou-se a Igreja Matriz, onde ficariam abrigadas até que as obras da nova capela findassem. Longos

¹¹² REIS, 1996; BORGES, 2005; XAVIER, 2008; STAKONSKI, 2008; SIMÃO, 2008; MORTARI, 2011 e tantos outros.

¹¹³ SIMÃO, 2008, p. 41-42; RASCHE, 2008, p. 83-113.

¹¹⁴ CABRAL, 1950, p. 07.

¹¹⁵ CABRAL, 1950, p. 08.

anos... Segundo Cabral, “ao raiar do século XIX, não estava ainda a nova igreja concluída”, “entretanto, em 1800, já se encontra notícia da tradicional missa de 26 de dezembro, embora ainda sem as solenidades que haviam marcado época em outros tempos, isto é, sem cantos e sermão”¹¹⁶.

Localizamos um interessante relato do viajante Adam Johann von Kruesenstern no século XVIII que, apesar dos preconceitos e visão completamente estereotipada, permite-nos pensar na construção da capela. Nas palavras do russo,

a cidade, que está situada em local muito agradável, consiste de cerca de 100 casas mal construídas, e é habitada por 2.000 ou 3.000 portugueses pobres e escravos negros. A casa do Governador e o quartel são as únicas construções que se distinguem, por sua aparência, das outras. Eles estavam, nessa época, construindo uma igreja, que em muitos países católicos é considerada muito mais importante do que hospitais ou outras edificações úteis. Eu fiquei muito surpreendido ao ver numa noite por volta das dez horas, quando me dirigia a bordo, diversos escravos negros de ambos os sexos carregando pedras para aquele propósito; mas minha admiração diminuiu um pouco, quando considerei que a recompensa por esse zelo religioso pertencia menos a eles do que aos seus senhores.¹¹⁷

O viajante, chegado à Ilha de Santa Catarina em 1803, nos dá indícios prováveis de que a capela em construção por “diversos escravos negros de ambos os sexos”, tratava-se da Igreja do Rosário. A capela construída em 1750, de madeira, e mais frágil, havia sido destruída pela invasão espanhola em 1777. O próprio viajante menciona a invasão e, do seu ponto de vista, as fragilidades da Ilha com relação à segurança de ataques estrangeiros. No período que esteve em Desterro, a Irmandade do Rosário já havia recebido autorização para a construção da nova capela e realizava, mesmo que a passos lentos, a obra. Chama atenção também o fato de as pedras serem carregadas à noite, bem tarde. Um indício de que após o dia de trabalho exigido por senhores, aqueles homens e mulheres cativos organizavam-se para construir o que era seu. Tratava-se de africanos/as elaborando uma obra sua, feita comunitariamente, compartilhada por muitos. Mesmo que africanos e seus descendentes tenham realizado a construção de outras capelas, na condição de cativos ou libertos prestando serviços, ao que tudo indica, pelo período em questão (final do século XIX e pós-invasão espanhola), há grande probabilidade de que o viajante tenha relatado um episódio da construção da igreja do Rosário, por ele presenciado. Segundo Santos, “além da Catedral, os escravos já haviam erguido mais três Igrejas: São Francisco; do Rosário e da Caridade no hospital que atendia aos enfermos indigentes”¹¹⁸.

¹¹⁶ CABRAL, 1950, p. 09.

¹¹⁷ HARO, Martim Afonso Palma de (org.). **Ilha de Santa Catarina**: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardelli, 1996, 3ª. ed, p. 139. Relato de Adam Johann von Kruesenstern.

¹¹⁸ SANTOS, 2009, p. 52.

Infelizmente o viajante não nos indica maiores detalhes. Estariam eles cantando? Entoando uma música coletiva no trabalho, em coro? Conversavam sobre as obras, a vida, as expectativas ou desilusões? Não sabemos. Outra questão nos incomoda, ainda em relação à visão do russo: sua admiração estaria mais próxima aos senhores do que daqueles “escravos”. Talvez tenha percebido como todos os poderes envolviam-se com a “domesticação” e ocupação dos cativos, canalizando suas energias para universos eurocêntricos. No entendimento do viajante, provavelmente a ação evangelizadora empreendida pela Igreja Católica foi eficaz, no sentido de que aqueles homens e mulheres, cativos, estavam à noite, seus poucos horários de descanso, construindo uma capela. No entanto, cabe ressaltar que aqueles momentos - noites, feriados e domingos – significavam possibilidades de encontro, de vivências comunitárias, trocas de experiências e momento de vivificar as tradições africanas, por mais que a estrutura das irmandades fosse católica. O espaço coletivo da associação era plural, não preso ao que significava o catolicismo, ou a construção de uma capela católica.

Em 1811, voltaram “as missas a apresentar alguma pompa” na capela do Rosário, apesar das dificuldades financeiras e investimentos em obras. O assoalho foi iniciado em 1819, junto com os ajustes no cemitério e catacumbas; o adro ficou para 1820, mas em 1828 não estava completamente concluído. Nas palavras de Cabral,

É possível que em 1830 já estivesse o novo templo concluído. Se assim foi, levava 45 anos a sua construção, o que mostra a soma de sacrifícios que êle exigiu dos pobres Irmãos, homens de condição humilde, quase todos escravos, para que a sua confraria pudesse apresentar um templo decente e sólido além de tudo de belas linhas, como ainda hoje se pode admirar¹¹⁹.

A menção de Cabral, aliada às percepções do viajante russo, aciona a ideia de que o tempo da escravidão era constituído por vários tempos: do trabalho, da devoção, da festa e tantos outros tempos vivenciados por aqueles homens e mulheres cativos. A própria construção da capela denotava uma vivência de tempo, em que “sacrifícios” e sociabilidades em torno de um objetivo comum, reuniam pessoas e experiências. A igreja sempre ficou no terreno à Rua do Rosário. Mesmo com a cidade tendo se modificado, com as reformas urbanas, deslocamento de pessoas, culturas, casas, demolições, a Irmandade não deixou de lá permanecer, com sua Igreja das famosas “escadarias do Rosário”¹²⁰.

¹¹⁹ CABRAL, 1950, p. 09.

¹²⁰ Esta localização é muito conhecida na cidade pelas escadarias que se iniciam na Rua Trajano (denominação vinda com o período republicano) e terminam na porta da Capela. A rua atravessa as escadarias, mas para os olhos de quem as observa do começo da Rua Trajano, parecem uma só.

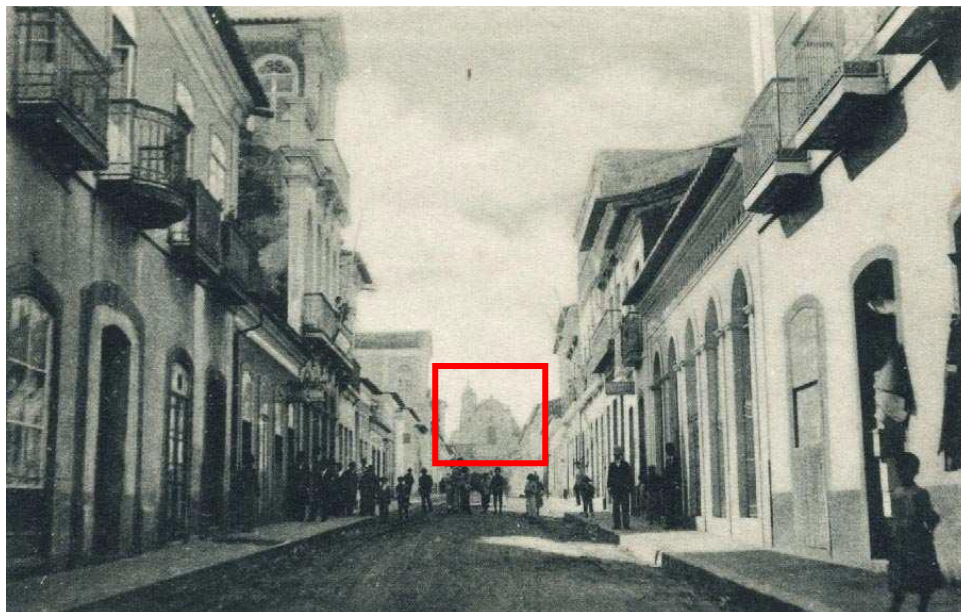


Imagem 14: Florianópolis - 1910. Ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.¹²¹



Imagem 15: Fotografia atual da Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito¹²².

Durante todo o período de análise da documentação utilizada para esta pesquisa, percebemos que, conforme aumentaram as exigências e padrões por uma cidade limpa, higienizada e bela, mais também a Capela e as casas da Irmandade precisavam de reformas e demandavam gastos. Muitas questões a serem resolvidas diziam respeito ao cemitério ter novo cercado, ou casas a receberem uma nova pintura, reparos, escadaria a ser arrumada... Foi o que ocorreu em 1905, quando reunidos no consistório da Irmandade, o Conselho Administrativo deliberou sobre obras necessárias no adro e nas escadarias da Capela por

¹²¹ Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Disponível no site: www.ihgsc.org.br. Acesso em 25 de abril de 2011.

¹²² Acervo da autora, 2011.

solicitação do Conselho Municipal de Intendência. Receberam um ofício informando da demanda destas obras, como necessidade de padronizar a beleza de acordo com as reformas urbanas realizadas no período nas proximidades da Igreja. A reordenação dos espaços continha novos padrões de beleza, onde tudo se realizava em cascata, do alto ao mais básico da cidade e do poder.

Assim, com as modificações nas ruas, os calçamentos, as novas construções de prédios, instalações de luz, serviços de água, era de se esperar que a administração pública fosse requerer “ajustes”.

O Juiz abriu a sessão e fez ver a todos os irmãos que por deliberação do Conselho Municipal, foi esta irmandade intimada a reedificação do adro desta igreja, formoseando esta com escadaria de acordo com os reparos feitos na mesma rua, ficando resolvida com as vantagens seguintes: a demolição do muro por conta da mesma intendência. Foi resolvido à chamar-se proponentes para estas obras, por conta da irmandade, e bem assim organizar uma comissão de três membros para agenciar donativos para serem aplicados neste melhoramento¹²³.

Em reunião seguinte, ainda no mês de julho, novamente entram na pauta os assuntos envolvendo a obra das escadarias e do adro, como a contratação de pessoas experientes no tipo de serviço necessário. Mas não foram apenas o adro e as escadarias objetos de incômodo às autoridades públicas. Novamente, a Irmandade recebe solicitação da Intendência, e desta vez, uma visita, para assuntos do terreno ao lado da capela. A intendência pedia que a Irmandade cedesse o terreno lateral que se achava cercado pelo muro da capela. Os irmãos do Conselho Administrativo cederam ao pedido desde que todas as despesas ficassem à custa da Intendência¹²⁴.

Logo resolveram esta pendência e alguns anos mais tarde, em 1911, ao que tudo indica, o terreno ao lado estava destinado a um prédio e devido às legislações em voga, não seria permitido que uma janela e uma porta da Capela da Irmandade ficassem abertas para o lado do dito prédio. O Governo do Estado encaminhou ofício para a Irmandade a fim de que a situação pudesse ser resolvida. Foi dada a permissão para que se fechasse a janela e a porta sem, no entanto, que a Irmandade perdesse com esta questão. Logo, os irmãos decidiram por

¹²³ Livro Ata 4 (1905-1914), p. 03. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Transcrição realizada pela autora. Optamos por atualizar o português escrito e retirar os equívocos permitindo mais compreensão na leitura deste documento.

¹²⁴ Livro Ata 4 (1905-1914). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

abrir uma porta e duas janelas no lado da Igreja que ficava de frente para a Rua Artista Bitencourt; com todas as despesas sendo pagas pelo Governo¹²⁵.

As constantes obras, muitas vezes exigidas pelas autoridades e com prazos para execução, demonstram que a sobrevivência da associação no centro da cidade não ocorreu de forma tranquila. Os espaços do perímetro urbano sentiram a intensidade das reformas, das obras, canalizações... No entanto, estes territórios estavam marcados pelas experiências sociais de grupos, pessoas, famílias, pequenos comerciantes, “gentes do mar” e muitas outras pessoas “sem eira nem beira”.

A Irmandade, constantemente cobrada, para reformas, construção de cercados, escadaria, muros, apreendia uma nova forma de viver o urbano, a partir da estética reformadora das ruas, casas, e também das pessoas. Afinal, era necessário um novo sujeito revitalizado nos costumes para experienciar estes espaços urbanos. Algo que nem sempre a Irmandade pôde oferecer às autoridades, às elites¹²⁶.

1.3.1 *Compromissos ou Estatutos e Mesa Administrativa*

Cada irmandade era regida por um estatuto ou “compromisso” que, segundo Alves, enumerava “os direitos e deveres de seus membros, diferenciando-se de acordo com as características locais e as exigências específicas de cada época em que era apresentado para aprovação”¹²⁷. Os Compromissos são divididos em capítulos que tratam dos objetivos da Irmandade, da condição jurídico-civil daqueles que poderão ser aceitos por irmãos e irmãs, e também seus direitos e deveres, suas formas de organização, além de questões religiosas e sociais. Nas confrarias do período medieval, recomendava-se como deveria ser o funcionamento, “as obrigações de seus membros, assim como os direitos adquiridos ao se tornarem membros dessas associações”¹²⁸. No entendimento de Borges, os estatutos organizados pelas Irmandades tinham um modelo mais ou menos padrão.

Estabeleciam a data de eleição da mesa diretora, a função de cada um na hierarquia da organização, as regras a serem obedecidas, os dias e as festas dedicadas aos santos devotos e as obrigações dos irmãos para com os membros da fraternidade (vivos e mortos), as condições de contratação do capelão e os motivos para sua demissão¹²⁹.

¹²⁵ Livro Ata 4 (1905-1914). Ata número 30, referente ao dia 26 de março de 1911. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

¹²⁶ Discutiremos, na sequência, os impactos das reformas urbanas e religiosas na vida da Irmandade.

¹²⁷ ALVES, 2006, p. 45.

¹²⁸ QUINTÃO, 2002, p. 74.

¹²⁹ BORGES, 2005, p. 79.

No século XVIII, as irmandades remetiam seus compromissos a Lisboa, para aprovação da Coroa¹³⁰, motivando inclusive o cuidado com estes documentos, visto a demora na autorização e a viagem necessária à Portugal para aprovação. Até a República, “em função do Padroado Régio, estes estatutos compromissais deveriam ser aprovados tanto pela Igreja Católica quanto pelo Estado”¹³¹, representando o poder temporal e o espiritual, respectivamente.

Com a assinatura do Decreto que firmou a separação entre Igreja e Estado (1890) e a Proclamação da República (1889), o Padroado foi abolido. Dentro deste contexto, as reformulações das práticas católicas começaram a fazer sentido, pois a implantação do regime republicano, que se dizia laico, dirigiu para a Igreja Católica a alçada da problemática da sua separação do Estado. Nesse sentido, a necessidade de suscitar condições organizacionais do catolicismo em todas ‘[...] as unidades da federação e articular-se ao poder constituído, no sentido de defender seu patrimônio e conquistar espaços [...]’, passou a ser estratégia de uma Igreja Católica em plena reforma estrutural.¹³²

No caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito estamos trabalhando com dois Compromissos vigentes. Veremos, a partir de alguns apontamentos, que cargos foram modificados quando da organização do Compromisso de 1905. No compromisso anterior, de 1842, a Irmandade ainda estava nominada como Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, visto que pelo “costume” apenas os “homens pretos” assumiam os Cargos da Mesa Administrativa, com exceção dos cargos de escrivão e tesoureiro que exigiam conhecimentos em contabilidade, saber ler e escrever.

Se pensarmos nos controles exercidos desde a escrita, o domínio da cultura letrada excluía, racializava a administração das irmandades, cabendo a “homens brancos” funções nobres ou de status na associação. Nem sempre “homens brancos” assumiam os cargos que poderiam ser ocupados por eles - tesoureiro e escrivão -, visto que, em alguns casos, “homens pretos” sabiam ler e escrever. Mas, “a falta de domínio das letras, certa inserção social e a posse de um patrimônio minimamente considerável impossibilitaram, durante muito tempo, o acesso dos irmãos de cor a estes cargos”¹³³.

¹³⁰ “A Coroa, através do direito canônico e da própria legislação, propiciava uma série de regalias e direitos às corporações. Cada irmandade era proprietária, com direitos civis reconhecidos, das igrejas ou capelas que construía; do cemitério onde eram sepultados seus irmãos falecidos; animais de sela, imagens, utensílios e mobiliário dos seus respectivos templos e dos seus escravos, quando os possuía”. SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades em Minas no século XVIII. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 52. Com as várias modificações ocorridas em fins do século XIX, esta configuração se alterou e autonomia e bens materiais começaram a ter restrições.

¹³¹ STAKONSKI, 2008, p. 68-69.

¹³² STAKONSKI, 2008, p. 109. Para maiores informações, consultar também: SERPA, Élio C. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

¹³³ REGINALDO, 2011, p. 178.

Lucilene Reginaldo, em seu trabalho sobre Irmandades negras em Angola e na Bahia do século XVIII, levantou na documentação alguns indicativos de brechas dos irmãos pretos do Rosário para alcançar tais cargos, sem que se seguisse “o costume” de eleger “homens brancos”. Em fins do século XVIII, segundo a autora, o padre Joaquim Álvares denunciou às autoridades que os mesários planejavam “a exclusão” dos “brancos e mesmo dos pardos na disputa pelos cargos de tesoureiro e escrivão”. A presença de “homens brancos” nestes cargos estava sendo questionada pelos “homens pretos” que se mobilizaram de modo a assumir tais cargos diretores.

Segundo o padre denunciante, embora o compromisso não impedisse o acesso dos pretos, o ‘costume’ e a preocupação com o ‘bom governo dos cabedais e esmoladas da irmandade’ vinham reservando estes cargos aos brancos.

Entretanto, esse costume, tão defendido arduamente pelo padre Joaquim Álvares, já estava sendo colocado abertamente em xeque pelas confrarias negras no final do Setecentos. A irmandade do Rosário dos pretos da Matriz de Camamu estabelecia em seu compromisso, feito no ano de 1788, que apenas se admitiriam homens brancos para os cargos de escrivão e tesoureiro ‘quando sucede[sse] haver falta de algum irmão preto para [estes cargos]’¹³⁴.

A questão do acesso às letras e das implicações do conhecimento desta ferramenta de poder, também era uma das preocupações da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Desterro/Florianópolis, abrangendo o ensino da escrita aos associados, em especial aos filhos dos associados pobres. Em 1859, a Irmandade organizou um curso, conforme apontamos brevemente na introdução desta dissertação. O curso, destinado aos filhos de associados, ensinaria a ler, escrever e aprender as funções básicas matemáticas.

Que se fundas-
se na Sacristia da Capela da Confraria u-
ma escola de ler, escrever e contar as quatro
espécies fundamentais d’aritmética a filhos de
irmãos pobres, que se achassem quites com seus
anuais; e isto até o número de vinte, ficando
ficando salvo ao respectivo Mes-
tre receber mais alguns por ajus-
te particular com os respecti-
vos pais, ou superiores; e que este mestre, que ficaria
sob a imediata inspeção do Procurador da Irman-
dade, fosse praticado com o mínimo de cem mil reis
anuais pagos mensalmente¹³⁵.

O debate ocorrido no consistório da associação durante a reunião de 04 de julho de 1859 indica a importância atribuída pela Irmandade à escolarização. Os irmãos pobres, muitos deles cativos, aos quais se refere o discutido em ata, teriam a possibilidade de encaminhar seus filhos à escola, em especial para aprender a ler e escrever. Podemos inferir que, além dos

¹³⁴ REGINALDO, 2011, p. 179.

¹³⁵ Ata de 04 de julho de 1859. Livro Ata 1 (1816-1861), p. 181 v. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

filhos dos irmãos pobres, os próprios membros, em contato com a escrita apreendida por seus filhos, teriam acesso a novas oportunidades, inclusive conhecer este universo letrado que se expandia com a República.

Também o Compromisso de 1905 destacou a educação como ponto importante. Uma das preocupações marcantes na virada do século era o conhecimento da escrita e da leitura. De certo modo, o fato de desconhecer estes códigos de comunicação, implicava exclusões, não apenas na sociedade republicana, do pós-Abolição, mas dentro da própria Irmandade, onde alguns cargos exigiam estes conhecimentos e envolvia disputa por status. A própria Irmandade, que já havia organizado na década de 1860 um curso de alfabetização para as crianças filhas de irmãos e irmãs, evidencia preocupações com a educação, reafirmada no Compromisso de 1905,

CAPÍTULO XXII DA EDUCAÇÃO DOS FILHOS DOS IRMÃOS

Art. 37. Quando o capital da Irmandade atingir a 20 contos de réis, a mesa administrativa que estiver funcionando fundará uma escola grátis para a educação dos filhos legítimos dos irmãos:

§1. Os filhos dos irmãos serão admitidos na escola com autorização do juiz e deverão fazer parte da Irmandade.

§2. A escola funcionará num prédio da Irmandade.

Art.38. Haverá nessa escola dois professores: um para o sexo masculino e outro para o sexo feminino.

§1. Os professores deverão fazer parte da Irmandade e serão nomeados pela mesa.

§2. Deverão cumprir as ordens que a mesa determinar.

Art. 39. A Irmandade contribuirá com um ordenado mensal aos professores e fornecerá aos alunos indigentes o material necessário ao estudo.

Art. 40. Qualquer estranho que quiser matricular seus filhos nessa escola, contribuirá, mensalmente, com a quantia que a mesa estipular.

§único. Esses alunos só serão admitidos com prévia autorização da Mesa¹³⁶.

Previa-se que, quando a Irmandade atingisse certa quantia em caixa, deveria abrir um curso de alfabetização para as crianças filhas de irmãos e irmãs, dentro das restrições e exigências que a Mesa impunha. Neste caso, não havia ressalvas para filhos de irmãos e irmãs, ou seja, não seria apenas para os pobres, como ocorreu em 1859. O empecilho maior envolvia não associados, pois estes deveriam pagar um ordenado estipulado pela Irmandade caso quisessem incluir seus filhos na escola da associação. Não sabemos se o curso realmente se concretizou, visto que os documentos disponíveis encontrados até o momento não informam maiores detalhes sobre o assunto. Sabemos, e percebemos, pela documentação analisada, em especial os livros atas, que muitos associados aprenderam a ler e escrever, “atendendo” a exigências do Compromisso de 1905, já marcado pelas influências da romanização da Igreja e do clero.

¹³⁶ Compromisso de 1905, capítulo XXII, p. 27-28.

O fato de aprender a ler pode envolver muitas questões: teriam, os irmãos, atendido às exigências da Igreja, ou estariam aprendendo a ler para defenderem seus interesses enquanto membros de uma associação compreendida e experienciada como leiga? Ou sinaliza como a luta continuava, travada por outras regras? Talvez, aprender a ler e a escrever tenha sido uma resposta a esta Igreja Católica que pretendia controlar todos os passos das irmandades. Assim, não apenas “homens brancos” teriam poder de registro escrito em atas e prestações de contas, mas os “homens pretos”, sujeitos atuantes quotidianamente na associação, poderiam expressar pontos de vista e argumentações a partir da escrita, da linguagem formal. Uma linguagem combatente diante das tensões envolvendo a Igreja Católica, os governos e órgãos públicos que, durante este período de reformas urbanas viam a Irmandade enquanto problema, símbolo de práticas permeadas por afros, cujos hábitos e marcas nos corpos expressavam um passado escravista não condizente com os objetivos da República.

Dentre os cargos existentes nas corporações, o papel do tesoureiro, designado a cuidar das contas da associação, deveria “reunir em sua pessoa, probidade, zelo e estabelecimento capaz”¹³⁷, pelo qual poderia responder pelas vendas e transações realizadas pela Irmandade. Recebia a importância das joias de entrada, dos anuais, aluguéis, recepções, legados, ofertas, esmolas, rendimento de sacristia. Tudo que fosse de pertencimento da Irmandade ficava nas mãos de homens de letras¹³⁸. Estava sob sua responsabilidade o asseio das alfaias¹³⁹ e, após as celebrações, guardá-las em seus devidos lugares. Importante salientar que estava proibido o empréstimo de alfaias ou trajés para fora da associação sem autorização da Mesa ou do Juiz¹⁴⁰.

¹³⁷ Compromisso de 1842. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

¹³⁸ Antonia Aparecida Quintão, ao estudar irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco no século XVIII, traçou alguns indicativos sobre os cargos ocupados por brancos nestas associações. “Os cargos ocupados por brancos na Mesa Administrativa eram geralmente o de tesoureiro e de escrivão, e isso se explica pela falta de personalidade jurídica do escravo, pela necessidade de alfabetização e de amparo econômico; em vários compromissos exige-se que o tesoureiro seja uma pessoa abonada, e que o escrivão saiba escrever”. Ver: QUINTÃO, 2002, p. 61.

¹³⁹ Nome que se dá ao conjunto dos objetos litúrgicos usados nas celebrações. Chamam-se alfaias, os pequenos panos e objetos encapados com tecido que se usa junto aos vasos sagrados: Corporal, Pala, Sanguíneo, Manustérgio, Véu do Cálice, Bolsa do Corporal. Informações coletadas em: <http://www.saovicentemartir.com.br/simbolos.htm>; <http://www.salvemaliturgia.com/p/vocabulario-de-alfaias-e-objetos.html>. Acesso em 17 de junho de 2012.

¹⁴⁰ Sobre o empréstimo de alfaias, a historiadora Michele Maria Stakonski discutiu em seu trabalho publicado em 2008, interessante enredo envolvendo o irmão Juiz Salustiano Fernandes Nolasco, o pároco recém - chegado a Florianópolis Francisco Topp e alguns irmãos que se reuniram com o padre organizando a expulsão de Nolasco com base no Compromisso de 1842. A reunião aconteceu em 1901, sendo chamada pelo próprio vigário e com todos os votantes favoráveis a exoneração. Segundo acusaram, o Juiz teria emprestado as alfaias sem autorização da Mesa e pior ainda, para uma associação condenada pela Igreja Católica: a maçonaria. STAKONSKI, 2008, p. 89-124. Consultar também o Livro Ata 3 (1875 a 1905). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, transcrito por Michelle Maria Stakonski.

A partir das novas orientações acordadas pelo Compromisso de 1905, o tesoureiro tinha lugar de assento nas reuniões da Mesa à direita do Reverendo Capelão¹⁴¹. Um dos Irmãos que teve destaque na Irmandade e atuou no cargo de tesoureiro foi Norberto Alexandre Braga. Sua entrada na Irmandade data de 1875 e sua participação foi intensa nas atribuições da Mesa até a década de 1910. Auxiliando nas decisões, na melhor forma de organizar as obras, os pagamentos, as finanças da Irmandade, foi eleito muitas vezes tesoureiro, secretário e também juiz de Nossa Senhora. Norberto Alexandre Braga possuía relações políticas e tinha trânsito em diferentes espaços da cidade; seu nome apareceu nos jornais vinculados à Irmandade.

Por certo, a Irmandade, sempre que pôde, publicou notas nos jornais informando sobre suas festas, convidando para procissões, chamando Irmãos e Irmãs para o cumprimento dos anuais e prestígio às atividades da congregação. No entanto, em 1896, além das notas sobre a festa, a procissão, enquanto secretário da Irmandade¹⁴², Braga publicou um agradecimento ao Governador do Estado de Santa Catarina¹⁴³ pois este colaborou com a “grandeza” da festa em honra a Nossa Senhora “cedendo”¹⁴⁴ a Banda Musical do Corpo de Segurança para a animação¹⁴⁵. Se esta banda foi “cedida”, muito provavelmente bandas ou grupos populares que costumeiramente animavam com música e dança as festividades da irmandade, ficaram

¹⁴¹ Compromisso de 1905 (transcrito pela autora desta pesquisa). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Capítulo VI – Das atribuições do Tesoureiro, p. 10-11.

¹⁴² As atribuições do irmão escrivão (Compromisso de 1842) foram realizadas pela figura do Secretário a partir de 1905. O escrivão deveria reunir em sua pessoa zelo, caráter, aptidões de contabilidade e escrituração e pelo menos ter servido em mesa anteriormente. Suas funções envolviam a guarda e conservação dos livros e papéis que dissessem respeito à Irmandade. Também os documentos referentes a títulos e prédios da Irmandade, por exemplo, ficavam sob sua responsabilidade. Havia pra isso um arquivo fechado na Irmandade para guarda destes documentos. Além disso, todas as proposições realizadas em reuniões da Mesa Administrativa deveriam ser registradas pelo escrivão, os registros dos irmãos e irmãs que se associavam, as missas mandadas dizer aos mortos, a cobrança das esmolas, fazer a nominata dos irmãos para serem votados na eleição¹⁴². A partir de 1905 este cargo toma o nome de Secretário, sendo eleitos 1º e 2º secretários. No entanto, em algumas atas do período da segunda metade do século XIX já apresentavam o escrivão dizendo-se ou assinando como secretário. Os cargos eram equivalentes apesar de constar o registro de escrivão no Compromisso. As atribuições deste cargo envolviam as antigas funções do escrivão com alguns acréscimos: auxiliar nos meses de setembro e outubro o irmão Procurador, o Tesoureiro e o Juiz na cobrança dos anuais dos Irmãos e Irmãs associadas e “dividir em três partes iguais as quantias arrecadadas no mês anterior, das quais será a primeira para aumento do capital, a segunda para as despesas da Irmandade e outra para ser empregada em socorros e funerais dos irmãos”¹⁴². O seu lugar à Mesa era ao lado esquerdo do Juiz de Nossa Senhora, em assentos continuados era depois do Juiz de São Benedito. (Compromissos de 1842, 1905 e Tabela de Registro de Irmãos). Sobre a questão das arrecadações, veremos com mais detalhes no último tópico este capítulo.

¹⁴³ *Irmandade de N. S. do Rosário – AGRADECIMENTO*. Jornal *A República*, 18 de outubro de 1896. Acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

¹⁴⁴ Voltaremos a esta questão específica da festa no segundo capítulo, pois “ceder” a Banda Musical do Corpo de Segurança, implicava interesses, controles sobre que tipo de música seria tocado.

¹⁴⁵ Esta discussão será mais bem direcionada no segundo capítulo quando discutiremos as relações da Irmandade em momentos como as festividades. Diferentes bandas, contratos para atividades da festa eram realizados através de contatos de membros da agremiação com instituições estatais, Ligas, Bandas e tantos outros contatos.

excluídas. Mas, participando em tantos espaços, Norberto Alexandre Braga acabou consolidando conquistas junto a Irmandade.

Como tesoureiro, assim como secretário, cargos que normalmente necessitavam do conhecimento da escrita, a associação “aceitava” que tais cargos fossem preenchidos por “homens brancos”, já que muitas vezes, os de origem africana não tinham domínio sobre a escrita, forma de registro e comunicação que fugia a suas visões de mundo. Compreendemos que mesmo sendo irmandades organizadas por africanos/as e seus descendentes, seguiam regras estatutárias muito semelhantes a outras associações brancas. Cremos que um diferencial estava nas vivências, nos desejos e cuidados, presentes nas sociabilidades entre os/as associados/as.

Sabemos que o secretário registrava e assinava as atas, mas não sem antes lê-las aos demais membros da Mesa. Além disso, em muitos momentos, membros da confraria pediam a palavra e que esta fosse registrada em ata, como o fez João Manoel Guimarães, pedindo o registro em ata do seu voto contrário ao depósito de 500 mil réis numa nova caderneta de poupança, em nome de São Benedito. A Irmandade possuía uma caderneta de poupança na Caixa Econômica Federal, em nome de Nossa Senhora do Rosário e, nesta reunião realizada em 25 de abril de 1909, a discussão posta pelo juiz Francisco José Fernandes foi pela criação de uma nova caderneta com o nome de São Benedito para depósito da quantia de 500 mil réis, que estava em posse do tesoureiro Ismael Peixoto; ao que toda a Mesa concordou, exceto João Manoel Guimarães que indicou a hipoteca como uma alternativa mais rentável talvez¹⁴⁶.

O registro escrito possuía muitos atributos, pois além de significar uma memória das discussões realizadas internamente pela associação, também apontava para seus gastos e fontes de renda. Esta parte mais “prática” e burocratizada da vida da irmandade ficava nestas notas. No entanto, muitas vezes, os registros encaminhados pelo tesoureiro, para prestação de contas, apresentaram problemas. Nem sempre as informações foram detalhadas e quando apresentadas ao Juiz Provedor de Capela da cidade, com irregularidades, falta de especificação das despesas ou ausência de documentação, a associação recebia uma reprimenda e orientações para que deixasse a situação ajustada¹⁴⁷.

A administração de cada Irmandade ficava a cargo de uma *mesa* – a *Mesa Administrativa*-, presidida por juízes, presidentes, provedores e composta por escrivãos, tesoureiros, procuradores, consultores, mordomos(as), zeladores (as), mesários, que desenvolviam diversas tarefas: convocação e direção de reuniões, arrecadação de fundos,

¹⁴⁶ Livro Ata 4 (1905 a 1914), ata nº 22.

¹⁴⁷ Livro Caixa 11(1876-1890). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

nomeação dos empregados e ordenações, guarda dos livros e bens da instituição, visitas de assistência aos irmãos necessitados, organização de funerais, festas e outras atividades.

A seguir temos uma tabela com os cargos existentes nos dois Compromissos/Estatutos em questão e, a partir da qual, esboçaremos aspectos referentes às funções de cada irmão e irmã componente da Mesa.

Quadro 2: Cargos de Mesa nos Compromissos de 1842 e 1905.¹⁴⁸

Compromisso de 1842	Compromisso de 1906
Juiz de Nossa Senhora do Rosário	Juiz de Nossa Senhora do Rosário
Juiz de Nossa Senhora do Rosário por devoção	Juiz de Nossa Senhora do Rosário por devoção
Juiz de São Benedito	Juiz de São Benedito
Juiz de São Benedito por devoção	Juiz de São Benedito por devoção
Escrivão	1º Secretário 2º Secretário
Tesoureiro	Tesoureiro
Procurador da Irmandade	Procurador da Irmandade
Procurador de Caridade	3 Procuradores de Caridade
Juíza de Nossa Senhora do Rosário	Juíza de Nossa Senhora do Rosário
Juíza de Nossa Senhora do Rosário por Devoção	Juíza de Nossa Senhora do Rosário por Devoção
Juíza de São Benedito	Juíza de São Benedito
Juíza de São Benedito por devoção	Juíza de São Benedito por devoção
18 Irmãos de Mesa	7 Irmãos Consultores
16 Zeladoras de Nossa Senhora e São Benedito	1 Zeladora do Altar de Nossa Senhora 1 Zeladora do Altar de São Benedito

¹⁴⁸ Tabela elaborada de acordo com os cargos descritos nos dois Compromissos em discussão (1842 e 1905). A ideia de enumerar os cargos a partir de uma tabela foi retirada do estudo realizado por Maristela dos Santos Simão que estabeleceu relações e divergências entre os Compromissos de 1807 e 1842. Ver: SIMÃO, 2008, p. 50.

8 Zeladoras de órfãos	
12 Mordomas de Nossa Senhora do Rosário 12 Mordomas de São Benedito	24 Mordomas
Regente	
6 Irmãos de Capela	
Reverendo Capelão	Reverendo Capelão
Andador	
Sacristão ¹⁴⁹	

Ambos os Compromissos, de 1842 e 1905, têm semelhanças: era dever da Irmandade prestar devoção a Nossa Senhora do Rosário; sepultar os irmãos defuntos e rezar pelas suas almas. No entanto, os dois parágrafos seguintes, diferem um do outro, pois no de 1842 temos como terceiro item o cuidado com a educação dos filhos legítimos de irmãos que morreram na indigência e, como quarto objetivo, libertar da escravidão os irmãos cativos. Estando ainda em 1842 sob o regime escravista, a Irmandade pôs entre seus objetivos libertar da escravidão os irmãos cativos de acordo com suas possibilidades. Para isso criaram um cofre específico, dirigido por letrados, destinado a arrecadações para libertação de algum irmão no dia da Festa de Nossa Senhora do Rosário¹⁵⁰. Já o cargo de tesoureiro, para além da ressalva de ser ocupado por letrados, possuía significado político, pois muitas decisões ficavam a cargo da tesouraria. De acordo com os documentos da Irmandade não conseguimos localizar informação sobre a efetividade deste objetivo, visto que nada confirma se realmente o cofre dos cativos funcionou e libertou algum irmão da escravidão. Esta preocupação não rondava mais os Irmãos no período desta pesquisa, mas ainda constava no Compromisso em vigência.

No caso do Compromisso de 1905, o parágrafo segundo preocupou-se com os irmãos enfermos e impossibilitados de trabalhar ou que viviam em estado de pobreza. A Irmandade,

¹⁴⁹ O Sacristão devia obediência aos irmãos, em especial ao Juiz e oficiais, Regente e Capelistas. Segundo consta no Compromisso de 1842 seria morador de um quarto da Igreja e teria as chaves deste espaço sob sua responsabilidade. No entanto, exigia-se que ninguém poderia pernoitar no referido quarto e também se reforçava que não deveria ser aberto antes da matina. Havia dias de varrer a igreja e a sacristia e também era tarefa do sacristão mandar realizar este serviço. Alfaias e todos os demais objetos litúrgicos utilizados nas celebrações deveriam ser por ele guardados após o uso. Deveria estar a disposição dos sacerdotes contratados para atender as demandas espirituais da Irmandade.

¹⁵⁰ Adentraremos mais nessa questão quando no capítulo 2 adentrarmos no universo das festividades.

neste período, volta-se mais ainda para a beneficência e aumentava seus mecanismos de recolhimento de recursos para atender a necessidades de seus irmãos e irmãs pobres, adoentados/as, viúvos/as e órfãos/ãs, indício de que após abolição a precariedade da vida tornou-se mais grave. Uns saíram da Irmandade e esta precisou atender mais de perto demandas de seus associados empobrecidos. O irmão Manuel Carlos da Silva, brasileiro, tendo 23 anos quando se registrou pela segunda vez na associação (1905), encaminhou, em 1909, o seguinte pedido à Mesa da Irmandade:

Foi apresentado à mesa um ofício do irmão Manuel Carlos da Silva, pedindo auxílio de uma pensão em vista de seu estado de saúde, o qual impossibilita-o de trabalhar. O Juiz em vista do que trata o parag. 9 do art. 30 deu plena liberdade a mesa para deliberar uma pensão, tendo o Irmão Norberto Braga apresentado a quantia de oito mil reis mensais, fazendo ver o mesmo que não podendo ser esta maior pela diminuta renda da beneficência, sendo aprovado¹⁵¹.

Ao que tudo indica, Manuel possuía uma saúde frágil, pois em 1909, com 27 anos, já estava debilitado. Segundo consta na tabela de registro de irmãos, Manuel teve problemas de saúde, sendo ligado à beneficência. Em 1930, cremos que por questão de doença, deixou de pagar joia/anuidade por decisão da Mesa. Cremos, por ser um homem doente e, pelas circunstâncias, sem muitos recursos financeiros, pois pediu uma pensão à Beneficência. Manuel Carlos da Silva faleceu em 05 de fevereiro de 1932, tendo vivido 54 anos.

Estas são, de um modo geral, atribuições da Irmandade. Os demais capítulos dos Compromissos enumeram funções de acordo com cada cargo da Mesa Administrativa e informações gerais sobre joias de entrada, anuidades, prestações de contas, eleições, formalidades, festas, sufrágios, funerais e outros apontamentos. No entanto, ao final do Compromisso, algumas cláusulas são redigidas pelo Bispo Diocesano Dom Duarte, em visita Pastoral, aprovando o documento, desde que a associação seguisse as seguintes restrições:

1. A Irmandade não poderá adquirir personalidade jurídica sem expressa autorização nossa;
2. A Irmandade fica obrigada a prestar contas à Autoridade Diocesana, ou ao seu delegado, sempre que lhe for exigida, sob pena de dissolução.
3. As eleições para os diversos cargos da Irmandade serão sempre presididas pelo Vigário da Paróquia, ou por outro sacerdote por nós designado, sob pena de nulidade.
4. O Vigário da Paróquia goza do direito de voto a quaisquer deliberações da Irmandade, no seu caráter de representante da Autoridade

¹⁵¹ Ata 22, Livro Ata 4 (1905-1914). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Diocesana. Fica salvo, porem, à Irmandade, o direito de recorrer à Autoridade Diocesana.

5. Os irmãos que se filiarem a sociedades secretas ou condenadas pela Igreja, ficam ipso facto privados dos seus direitos e serão eliminados por proposta do Vigário ou de algum dos mesários.

6. No caso de dissolução ou extinção, todos os bens da Irmandade são devolvidos à Autoridade Diocesana que os aplicará em benefício de obras pias existentes na Diocese¹⁵².

Este documento, anexo ao Compromisso, traz muitos indícios da atuação romanizadora na Irmandade. O controle das contas deveria passar pela autoridade diocesana, com ameaça de dissolução da associação caso a exigência não fosse cumprida sempre que solicitada. Assim, além das reuniões trimensais exigidas pelo Compromisso, entre os membros da Mesa para acompanhamento das receitas e despesas, a associação deveria atender à autoridade competente da Igreja quando requisitada fosse. Em especial, o último ponto mencionado pelo Bispo ressalta as ingerências da Igreja para com a associação. Deste modo, a Igreja estava atuando/intervindo em práticas, decisões, modos de ser e viver que antes competiam à esfera da Irmandade.

O período de fins do século XIX foi marcado pelo catolicismo romanizado ou ultramontano, ação impetrada pela Igreja Católica a fim de controlar os costumes do catolicismo dito tradicional (leigo) praticado, em especial, pelas irmandades. O poder religioso, na ótica deste catolicismo, concentrava-se nas mãos do clero, tendo os leigos, perda na autonomia e gestão das associações nas quais atuavam como dirigentes. Estas argumentações de Antonia Aparecida Quintão, seguidas da documentação que a autora coleta e expõe em seu texto, indica que as ações romanizadoras não foram exclusividade de Santa Catarina. O documento que citamos, na íntegra, anteriormente, aparece quase de forma idêntica, relacionado no texto de Quintão quando a autora cita os documentos discutidos nas Conferências Episcopais de Mariana.

Comparando o documento analisado por Quintão ao da Irmandade do Rosário de Florianópolis, percebemos que a preocupação era a mesma com as práticas das irmandades, chamando atenção dos padres/vigários sobre a concretização de uma nova mentalidade, baseada nas premissas romanizadoras. As seitas ou sociedades secretas condenadas pela Igreja; as contas a serem prestadas às autoridades diocesanas, os bens das Irmandades que, se extintas, ficariam sob a posse da Igreja; os bens que não poderiam ser vendidos sem

¹⁵² Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de 1905. Transcrição realizada pela autora.

conhecimento da Autoridade Eclesiástica; os membros das associações que estavam proibidos de envolver-se com sociedades ditas secretas, “proibidas pela Igreja”; a obrigatória presença do pároco nas eleições; os conflitos, se não resolvidos “pacificamente” sofreriam intervenção da Igreja; os livros Atas, inventários de bens e demais documentos de receitas e despesas, passariam pela Câmara eclesiástica; e, por fim, o capelão não poderia ser nomeado ou exonerado do cargo sem anuência da Diocese¹⁵³.

Estes “informes” direcionados à formação dos padres que assim deveriam cobrar e exigir em suas referidas cidades, matrizes e capelas, são praticamente iguais aos apontados pelo Bispo, no caso da Irmandade do Rosário de Florianópolis. Ao que tudo indica, as ações da Igreja Católica tinham como meta o controle das associações leigas e, quando isso não fosse possível, sua dissolução, tendo ainda os lucrativos bens móveis e materiais das irmandades desfeitas.

Os membros, leigos e leigas, tinham poder de decisão sobre aquilo que eles próprios em seus dias de feriado, ou dia santo, haviam construído. Mas, a partir das novas ações da Igreja Católica, se envolveram em tensões que competia desde espaço até práticas consideradas inadequadas e a administração, a ser controlada pelos olhares vigilantes da instituição católica. Esta “carta”, destinada aos membros da Irmandade, indica também o que poderíamos chamar de “falhas” na administração católica com relação aos seus fiéis, visto que todas as práticas, ações e atitudes acenadas no documento do Bispo referem-se a situações que a própria Igreja Católica não tinha controle e, naquele momento, passaria a tê-lo; ou pelo menos, tentaria.

Ao que percebemos, incluir o vigário da paróquia em todas as atividades “autorizadas” ou mais decisivas da Irmandade, significava acompanhar o andamento da associação – não apenas no sentido religioso – e deliberar durante as reuniões. Neste ponto também encontramos tensões, visto que a partir dos registros das atas, apenas as reuniões de eleição da Mesa e alguns assuntos, como o da expulsão de Nolasco, mobilizaram o tempo do padre Francisco Topp em assistir às reuniões. De acordo com esta documentação, muitas foram as ausências do padre, não significando descaso com as funções a ele incumbidas pela Igreja, mas, dentre outras coisas, que talvez não conseguisse atendê-las nos mesmos termos em que lhe exigiram, visto que em Desterro/Florianópolis os trabalhos “seriam mais dificultosos” do que entre “os caipiras de Araranguá”¹⁵⁴. Esta dificuldade mencionada nas recomendações ao

¹⁵³ QUINTÃO, 2002 (b), p. 59-60.

¹⁵⁴ “O padre Francisco Xavier Topp era um padre germânico que chegou a Santa Catarina para assumir a paróquia de Araranguá. A convite do Bispo de Curitiba, assumiu a igreja em Desterro no ano de 1896 e recebeu

padre Topp pode, dentre outros motivos, ser associada ao fato de as Irmandades leigas (Divino Espírito Santo, Nossa Senhora do Parto, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e outras) terem, entre suas práticas, o pedido de esmolar pelas ruas, à porta das igrejas; organizar barracas com “comilanças” ao lado das capelas em dias festivos; organizar encontros em casas¹⁵⁵, fora do espaço da capela...

Cabe ressaltar que os Mesários tinham poder de voto e decisão, deveriam comparecer a todas as reuniões da Mesa e, para assumir um cargo destes, era necessário ter-se passado três anos de sua entrada e seus anuais em dia. A Mesa Conjunta, de acordo com informações do Compromisso de 1905, estava composta por dezesseis membros e oito suplentes; possuía poder de alterar, cancelar o que fosse preciso no Compromisso; e tinha decisão na realização de compra e venda de imóveis da Irmandade, questões relativas às obras, e tudo mais que fosse solicitado pelo Juiz e demais Irmãos para resolução¹⁵⁶.

O Juiz de Nossa Senhora do Rosário deveria reunir em sua pessoa “zelo”, “possibilidade” (poder se deslocar, ir e vir, resolver pendências e mobilizar pessoas de acordo com as demandas da associação), caráter a alguma representação civil, além de ser o presidente da Mesa¹⁵⁷. Era a função do irmão Juiz convocar as reuniões da Mesa, numerar e rubricar os livros da irmandade, despachar requerimentos, organizar e apresentar relatório de sua gestão, assinar os diplomas dos irmãos, devendo assistir a todas suas reuniões¹⁵⁸. Seu lugar à Mesa era ao lado esquerdo do Reverendo Capelão¹⁵⁹. O costume era escolher um afro

uma correspondência de Dom José” indicando que seus trabalhos em Desterro seriam mais difíceis do que entre “os caipiras” de Araranguá. Provavelmente, o Bispo referia-se a problemas encontrados pela Igreja nas práticas devocionais em Desterro/Florianópolis, dentre eles o poder e autonomia dos leigos nas Irmandades, os batuques, tambores e instrumentos mal vistos pela Igreja, sendo utilizados nas celebrações dentro e fora das capelas. Consultar; STAKONSKI, 2008, capítulo 2.

¹⁵⁵ Alguns destes apontamentos são traçados pelo estudo de STAKONSKI, 2010.

¹⁵⁶ Compromisso de 1905 (transcrito pela autora desta pesquisa). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Capítulo XIV – Da Mesa Conjunta, p. 19.

¹⁵⁷ Antes do Compromisso de 1842, o cargo máximo da Irmandade era o de Rei, extinto em 1842, sem sabermos exatamente o motivo. Adentraremos com maiores informações sobre isso no segundo capítulo deste trabalho. Em caso de interesse sobre o tema, consultar: RASCHE, Karla Leandro. **Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890)**. Itajaí: Editora Casa Aberta, 2010; em especial o capítulo 2.

¹⁵⁸ Compromisso de 1842 (transcrito pela profa. Dra. Cláudia Mortari Malavota e gentilmente cedido para esta pesquisa) e 1905 (transcrito pela autora desta pesquisa). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

¹⁵⁹ O Reverendo Capelão possuía atribuições espirituais para com os Irmãos e Irmãs do Rosário. Deveria comparecer a todas as festividades, enterros, procissões e atos de um modo geral da Irmandade. Celebrar missas pelos vivos e os mortos. Deveria zelar com asseio tudo que fosse do Culto Divino e, conforme salienta o Compromisso de 1905, assistir a todas as reuniões da Mesa. Assim, a partir deste ano passa a interferir não apenas no espiritual, mas no temporal também, visto que sempre que possível participava das reuniões. Na virada do século, a vinda de padres alemães para Santa Catarina, com uma postura voltada para a abolição do Catolicismo de cunho popular implicou reorganizações nas Irmandades e, algumas das reuniões administrativas desde então foram protagonizadas pelo Capelão, provocando “discórdias” na Irmandade, como no caso da expulsão do Juiz Salustiano Fernandes Nolasco em 1901, que será mais bem detalhada na sequência do texto.

para este cargo, visto que sendo a Irmandade criada pelos homens pretos, mantinha este hábito até fins do século XIX¹⁶⁰.

Conforme apontado em trabalho de Mortari, na primeira metade do século XIX os pretos e os crioulos tiveram uma briga envolvendo a figura do Juiz e demais cargos da Mesa ocupados apenas por homens pretos. Neste caso, ocorrido em inícios de 1837, os irmãos crioulos, pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Parto, cuja imagem da santa ficava no altar da lateral do Rosário, disputaram com os irmãos pretos, a ocupação dos cargos na Mesa Administrativa. A situação não ficou entre as quatro paredes da capela do Rosário que também abrigava a Irmandade do parto. Até o reverendo Vigário do Rio de Janeiro foi acionado. A presença de um pardo¹⁶¹ como Juiz acirrou a discussão, visto que o membro da Mesa não era preto, conforme indicava o “costume”. Era 1838, quando o pardo Luiz Miranda Ribeiro colocou em Mesa que a Irmandade do Parto devia repassar o valor de suas esmolas ao tesoureiro da Irmandade do Rosário, aumentaram as contendas:

Há aqui um outro aspecto que consideramos essencial ao processo de investigação sobre o conflito entre os irmãos do Parto e do Rosário. Como evidencia a documentação, a querela iniciou-se em 1837, quando o Juiz de Nossa Senhora do Rosário era o escravo Soloriano, e o Escrivão, o pardo Luiz de Miranda Ribeiro. No ano seguinte, em 1838, Luiz de Miranda vai assumir o cargo de Juiz da Irmandade até o ano de 1840¹⁶² e, (...) durante todo este período de 1837 a 1840, vai deliberar ações contra os Irmãos *crioulos* da Irmandade do Parto, entre eles alguns escravos, tentando restringir a autonomia desses indivíduos¹⁶³.

¹⁶⁰ Apesar de o Compromisso de 1905 retirar a indicação de que os membros da mesa deveriam ser pretos, o “costume” parece ter se mantido. Localizamos informações sobre membros de origem espanhola e polonesa, por exemplo, que estavam aptos – de acordo com o novo Compromisso – a concorrer às eleições de Mesa, e concorreram. No entanto, não levavam votos. Podemos citar aqui Manoel Gardiola e André Kowalski. Ao que tudo indica, a preocupação já afirmada pelos membros da Mesa em 1841, mantinha-se latente, apesar das alterações e impactos da Igreja romanizadora. Uma das táticas de sobrevivência da associação seria manter o poder administrativo “entre os seus”.

¹⁶¹ Os pardos possuíam uma Irmandade própria, a de Nossa Senhora da Conceição, existente na mesma capela que a Irmandade do Rosário. Na tensão ocorrida entre crioulos e pretos na associação, o pardo que era Juiz do Rosário movimentou o debate, mesmo porque os pardos também não possuíam cargos na Mesa do Rosário. Este acontecimento e a própria divisão existente entre as Irmandades – dos Irmãos Crioulos, dos Irmãos Pardos e dos Irmãos Pretos – permite perceber alguns apontamentos discutidos por Larissa Viana sobre os “estatus de pureza de sangue” e a intenção dos grupos de pardos organizados em distanciar-se das marcas da escravidão expressas na cor da pele. A partir da análise de documentos produzidos pelas irmandades de pardos nos séculos XVII e XVIII, a autora discute que “as identidades cultivadas nessas instituições [irmandades de pardos] tenderam a valorizar o nascimento na colônia (em contraponto à África), a mestiçagem e a condição de livre ou liberto, em muitos casos, como fatores de coesão entre os confrades identificados como pardos” (VIANA, 2007, p. 35). Neste caso, temos ainda o fator liberdade como pertinente para estas associações, visto que era preciso estar livre da escravidão. Interessante ressaltar que na Irmandade dos pardos de Desterro/Florianópolis, os fundadores eram pardos livres. Para maiores informações sobre irmandades de pardos, o “estigma da cor” e questão de “pureza de sangue”, consultar: VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

¹⁶² Livro de Atas, 1816-1861. Termo de Mesa de Eleição, 1837, 1838, 1839, 1840. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

¹⁶³ MORTARI, 2011.

O caso mobilizou diferentes instâncias administrativas e judiciais, ao que os pretos alegavam legitimidade em ocupar tais cargos, pelo “costume”, sendo aquela uma irmandade fundada por africanos, e, portanto, pretos; enquanto os crioulos queriam adquirir direitos de votação em Mesa e maior representatividade na Irmandade. Em razão da disputa, a imagem de Nossa Senhora do Parto foi encaminhada à catedral e lá ficou até que a capela do Parto estivesse pronta, tendo os Irmãos do Rosário alterado seu Compromisso, retirando da especificação dos cargos de Mesa a necessidade de atender ao “costume”.¹⁶⁴

As disputas entre as irmandades foram frequentes. Em 1871 ocorreu um desentendimento entre os Irmãos do Rosário e a Irmandade do Santíssimo Sacramento. Em 31 de março de 1871, um ofício foi relatado na reunião da Mesa Administrativa do Rosário, onde constava o pedido da capela para atividades e celebrações da Semana Santa. O problema deu-se, pois a Irmandade do Santíssimo Sacramento quis construir um barracão à frente da capela do Rosário e retirar tijolos do adro nesta ação. Sentindo-se ofendidos, os irmãos do Rosário responderam ao ofício dizendo que o espaço então acordado anteriormente entre as associações, estava suspenso. Ainda, compreendendo possíveis interferências da Igreja Matriz no caso em questão, a Mesa decidiu revogar o que havia colocado à disposição da matriz, em fase de obras e reparos¹⁶⁵. Nem sempre os casos envolviam disputas, pois a Irmandade também estabelecia parceria com outras instituições. A própria Irmandade de Nossa Senhora do Parto e a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, que ficaram sob a mesma capela que a do Rosário, tinham relações e desenvolviam ações conjuntas. Assim como a Irmandade do Rosário e a Igreja Matriz, a Companhia de Jesus do Colégio São Salvador, a Paróquia de São Francisco de Assis e outras.

O cargo de Juiz¹⁶⁶ teve sua representatividade e poder abalados, em alguns momentos, como percebemos no caso da briga envolvendo pardos, crioulos e pretos. Também no começo do século XX, as tensões não foram poucas. Em 1901, com a presença do Padre Francisco Topp a frente de uma reunião sem a participação do Juiz de Nossa Senhora e nem do Juiz de São Benedito (que representaria o Juiz de Nossa Senhora quando de sua ausência), exoneraram Salustiano Fernandes Nolasco, então Juiz, por ter emprestado as alfaias da

¹⁶⁴ MORTARI, 2011.

¹⁶⁵ Para maiores informações, consultar: SIMÃO, 2008, p. 48-49.

¹⁶⁶ O cargo de Juiz sempre foi destaque na associação, mesmo na primeira metade do século XIX quando coexistia com o rei representante do reinado. O Juiz se diferenciava, pois sua função é mais administrativa e um cargo de chefia na Irmandade. Com a chegada do padre Francisco Topp em 1896, a partir de ações da Igreja Católica para controlar as práticas leigas dos membros das irmandades, em especial, a Irmandade do Rosário sentirá as influências romanizadoras e as posturas enérgicas contra atividades/acontecimentos de seu cotidiano, como festas, música, cortejo fúnebre. Esta romanização centralizou o poder religioso na figura do bispo, incidindo sobre o clero regular, secular e, em especial, as associações religiosas formadas por leigos.

Irmandade sem autorização e “para uma agremiação condenada pela nossa santa religião”¹⁶⁷, a maçonaria. Salustiano, acusado pela autoridade da Igreja pelo empréstimo das alaias a uma seita condenada pela “santa religião”, foi expulso numa reunião em que nem ao menos teve a oportunidade de se explicar, visto não ter sido avisado de tal articulação.

O referido Padre Topp esteve entre os articuladores, junto à Mesa Administrativa, para alterações no Compromisso vigente, que datava de 1842. O novo compromisso (de 1905¹⁶⁸) estava mais voltado à beneficência, como mencionamos anteriormente e também impunha que se a Irmandade se desarticulasse, por qualquer motivo, a Igreja seria proprietária de todos os bens da Capela. Esta é apenas uma das tensões experimentadas pelos irmãos e irmãs a partir das investidas da Igreja em controlar as práticas leigas de grupos afros.

A Igreja, representada pelo papa Pio IX no terceiro quartel do século XIX, julgara a maçonaria como “perversa” associação de homens, “prejuízo” à sociedade humana e à religião¹⁶⁹. Além disso, a autonomia da Irmandade estava sob ameaça, visto que até seu representante máximo havia sido deposto por meio de articulações da Igreja romanizadora, através do Padre Topp. Este controle, atrelado à perda de autonomia, significou para a associação a necessidade de um equilíbrio. Práticas, posturas e vivências quotidianas foram vigiadas, desestabilizando a Irmandade, como ocorreu em várias outras associações leigas no Brasil, culminando na desarticulação de centenas delas, senão milhares; com extinção e mesmo demolição das capelas.

1.3.2 *A Presença Feminina na Associação*

No entendimento de Mariza de Carvalho Soares, “a presença de mulheres nas irmandades leigas de origem africana era sempre um grande problema porque estavam filiadas, contribuía financeiramente mas lhes era negada a participação nas decisões da

¹⁶⁷ Livro Ata 3 (1875-1905), p. 59v e 60. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Em outros casos, o Juiz teve menos problemas, não sofrendo represálias e perigo de exclusão. Pôde exercer seu cargo e cumpriu com seus objetivos. Foi o que percebemos com Clemente Manoel Cordeiro, João Fernandes Capella, Idalino Marcolino da Silveira.

¹⁶⁸ O referido Compromisso foi redigido pela associação em 1905 e seu registro final foi em 1908, conforme consta ao final da impressão.

¹⁶⁹ “Entre as múltiplas maquinações e insídias com as quais os inimigos do nome cristão ousaram assaltar a Igreja de Deus, esforçando-se, bem que inutilmente, por arruiná-la e destruí-la deve-se, indubitavelmente, enumerar aquelas perversas associações de homens, denominadas comumente Maçonaria. Esta, refugiada nos esconderijos e nas trevas, saiu para a luz impetuosamente, em prejuízo da religião e da sociedade humana.” (Pio IX). Consultar: FERRER BEMINELI, José Antônio. **Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã**. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 1983 apud: QUINTÃO, 2002 (a), p. 55.

casa”¹⁷⁰. A autora refere-se a um período muito anterior ao de nosso estudo – o século XVIII –, no entanto, a discussão se faz pertinente, pois os Compromissos mantêm praticamente os mesmos cargos destinados às mulheres e participação em votação na Mesa negligenciada. Conforme Julita Scarano, apesar desta discussão relativa a cargos e poder de voto, a presença das mulheres sempre foi muito ativa e em quantidade expressiva. No seu entendimento as atividades femininas poderiam indicar estabilidade social, “permitindo às mulheres participação mais ativa na vida local”¹⁷¹.

As responsabilidades destas, enquanto zeladoras de órfãos na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Desterro/Florianópolis, deixaram de existir a partir do Compromisso de 1905. Assim como outros cargos também foram extintos ou substituídos, como Irmão Regente, Irmãos de Capela e Irmão Andador¹⁷². As Zeladoras de Órfãos cuidavam da lavagem e conserto das roupas dos meninos que fossem necessárias para irem à escola. Estas atividades voltadas a educação e cuidado com os órfãos passaram à responsabilidade das mordomas. Cabe destacar que o lugar de assento destas irmãs era depois da Mesa, junto aos das irmãs Juízas, cujos cargos tinham maior detenção¹⁷³ e prestígio. Na virada do século XIX para o XX, o papel das zeladoras esteve mais ligado aos cuidados com os altares, incluindo também preparos nas festividades. Inúmeras Marias, Ritas, Luisas, Amélias... foram zeladoras e mordomas.

As Mordomas eram eleitas num total de vinte e quatro e, mais duas zeladoras, conforme tabela sobre os cargos da Mesa. Estas categorias não permitiam voto nas reuniões, mas cremos que para além deste espaço restrito ao masculino, desenvolviam funções importantes para o andamento da instituição, como o cuidado com os órfãos, os preparativos para as festividades e relações tecidas no dia a dia da Irmandade, onde construíam laços de sobrevivência enredados nesta sociedade em transformações. Infelizmente, os documentos do acervo da associação pouco nos informam sobre a atuação destas mulheres. No entendimento de Lucilene Reginaldo, os mordomos e as mordomas “constituíam uma categoria mais

¹⁷⁰ SOARES, 2000, p. 181.

¹⁷¹ SCARANO, 1978, confirmar página.

¹⁷² O Irmão Andador era contratado pela Irmandade, não participava dos debates da reunião e apenas quando tocasse a sineta seria chamado para atender demandas da Mesa. Sua função também era reunir zelo, prudência, e submissão, além da exigência de dispor de tempo para suas atribuições. Estava incumbido de todos os avisos solicitados por qualquer oficial de Mesa, além de estar a disposição para auxiliar o Irmão Regente e os Irmãos de Capela nas atividades da capela e celebrações, em especial nas festividades quando tinha a função de conduzir as tochas acesas e entregá-las aos Irmãos de Capela na ocasião do Evangelho e Santos. Também estava incumbido de acompanhar os Irmãos Tesoureiro, Escrivão e Procurador na arrecadação das anuidades¹⁷². Sobre a figura do regente, adentraremos mais especificamente no assunto no segundo capítulo quando discutirmos as festividades.

¹⁷³ Compromisso de 1842 (transcrito pela profa. Dra. Cláudia Mortari Malavota e gentilmente cedido para esta pesquisa). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

humilde de irmãos, ainda que, em algumas irmandades, fizessem parte da mesa diretiva. Sua função principal era o patrocínio e organização do acontecimento público mais importante na vida da confraria: sua festa anual”¹⁷⁴.

De acordo com Célia Maria Borges, os mordomos ou mordomas tinham papel importante nos cuidados caritativos no século XVIII, nas irmandades afro-mineiras leigas.

Os mordomos ou irmãs de Mesa eram obrigados a visitar os enfermos e dar-lhes assistência, levando comida e remédios, objetivo expresso nos compromissos. A alimentação fornecida aos enfermos diferia daquela que habitualmente a população pobre e escrava consumia. Um item valorizado na dieta era o caldo de galinha, herança de cultura portuguesa de tratamento aos doentes¹⁷⁵.

Apesar da grande presença feminina na Irmandade do Rosário e São Benedito de Florianópolis, a documentação pouco informa sobre suas atividades, ideias e ações. Segundo Quintão, as irmãs de Mesa “em razão de seu sexo, que as impede de prestar outros serviços à irmandade, incumbe: pagar uma jóia de dez mil réis e vestir um anjo para acompanhar a procissão que, no dia da festa da Oraga, percorre as ruas da cidade”¹⁷⁶. A autora estuda a associação do Rosário em São Paulo, em fins do século XIX, mas talvez possamos flexibilizar esta presença feminina pensando que, a partir destas funções, inseriam-se em espaços na associação, produzindo convivências comunitárias¹⁷⁷.

Ao atuar na organização dos altares; preparação de órfãos, filhos e demais crianças para serem anjos na procissão da festa do orago; no arranjo dos altares com flores, fitas, lantejoulas e demais objetos decorativos para o andor do santo ou da santa, além das fitas por toda a capela, Adriana Rosa de Jesus, Maria Rosa do Rosário e Juliana Cardoso, eleitas para o cargo de mordomas de 1910, experienciavam o espaço da capela juntas. Além disso, quem sabe não combinavam a vinda juntas, pelo mesmo caminho?

Não sabemos onde residiam, mas podemos pensar em estratégias organizadas por estas mulheres para se encontrarem, conversarem sobre a vida, o trabalho e as questões da irmandade. Um bom motivo para encontros seria a preparação da festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, que naquele ano ocorreu em 24 de outubro, com a costumeira procissão¹⁷⁸. Este assumir espaços em procissão, organizada quando a associação possuía

¹⁷⁴ REGINALDO, 2011, p. 185.

¹⁷⁵ BORGES, 2005, p. 111.

¹⁷⁶ QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Irmandades negras**: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. (b), p. 30.

¹⁷⁷ “Vivendo espiritualidades comunitárias, em vibrações corporais, povos africanos expressam o que atuais críticos da retórica da modernidade e da lógica da colonialidade, questionando exclusões, apontam como *diferença colonial*. (...) A diferença colonial sinaliza subjetividades, conhecimentos, imaginários extraocidentais”. ANTONACCI, 2013, p. 08.

¹⁷⁸ Ata número 28. Livro Ata 4 (1905-1914). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

mais recursos em caixa, significava, entre tantas outras coisas, necessidade de atividades em conjunto para o “grandioso dia”.

Nas primeiras duas décadas do século XX, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito foi marcada por tensões relativas à padronização da região central da cidade, a partir das reformas de urbanização e, junto à Igreja, conflitos pela existência, permanência de práticas, ausências, desencontros e muitas discussões envolvendo a manutenção da associação.

1.3.3 Homens, Mulheres, Crianças, Idosos, Afros, Lusos, Espanhóis, Poloneses...: Perfil de Irmãos e Irmãs

Pretendendo conhecer um pouco o perfil de associados e associadas, utilizamos como fonte, em especial, a tabela de registro de irmãos baseada em anotações de livros de Registros da Irmandade. Durante o período que optamos para recorte desta pesquisa tivemos um total de 960 associados e associadas¹⁷⁹.

Primeiramente, até a virada do século, a Irmandade contou com uma grande participação de libertos e libertas, filhos e filhas de libertos/as, muitos e muitas tendo adentrado na Irmandade ainda na condição de cativos/as. É o caso de Domingas Maria da Conceição, preta de nação, sob a tutela de Julio Melchior Trompowski¹⁸⁰, seu novo senhor. Seu nome apareceu novamente na lista de associados, mas na condição de livre. Domingas, por não pagar devidamente seus anuais, foi incluída no artigo 34 do Compromisso e excluída da Irmandade em 1895, perdendo seus direitos enquanto irmã e um melhor amparo e conforto na hora da morte. Enquanto cativa tinha seus anuais pagos; como liberta, sem recursos, ou com parca renda, não pôde mais sustentar as anuidades e foi excluída. Esta situação pode indicar inserções interdidas pela condição de libertos, não possuindo quem arcasse com os anuais da associação.

Domingas talvez residisse com seu senhor Julio, na segunda metade do século XIX, na avenida que hoje recebe o nome da família Trompowski¹⁸¹, antigamente, bairro Mato Grosso,

¹⁷⁹ Este número pode ser bem maior visto que, como destacamos anteriormente, a Tabela possui “falhas”, pois vários nomes de associados e associadas não constam neste registro. Não sabemos se algum material da Irmandade foi perdido e nele pudesse existir registros de matrículas e anuais, mas até o momento, o que temos nos permite concluir que há mais do que aparece no registro da Tabela.

¹⁸⁰ Júlio Melchior von Trompowsky (19 de julho de 1833 - 7 de setembro de 1890) foi um militar e político brasileiro. Filho de Roberto von Trompowsky e de Felicidade Prudência Trompowsky. Atuou como capitão da 3ª Companhia do 1º Corpo de Cavalaria do Desterro, em 14 de novembro de 1868. Enquanto político foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 21ª legislatura (1876 — 1877).

¹⁸¹ Aberta em 1909, o nome da rua é uma homenagem ao Marechal Robert Trompowsky Leitão de Almeida. “Segundo registram os livros de história, Robert nasceu no dia 8 de fevereiro de 1853. Era filho de Ana Trompowsky e de José Leitão de Almeida. O casal se conheceu em Desterro quando a moça se mudou para cá.

região nobre de chácaras e lugares mais “sossegados”, afastados dos bairros populares que se concentravam mais ao centro, próximo à matriz e à capela do Rosário (ver destaque em azul no mapa a seguir). O caminho até a Irmandade era longo e pouco habitado. Diferente da realidade em volta da capela, de frente ao cortiço Cidade Nova. A região do Mato Grosso, em especial a Avenida Trompowski, foi uma das agraciadas com os trilhos do bonde, em 1909. O trajeto do bonde iniciava no bairro da Figueira. No entanto, a maioria que circulava com este tipo de condução na região da Trompowski eram os mais abastados. No caso de Domingas, parece pouco provável que se utilizasse frequentemente deste transporte, visto que o preço até a Figueira custava 300 réis, algo bastante considerável¹⁸² para uma liberta, talvez ainda desenvolvendo serviços domésticos para seu sustento.

Percebemos outros casos também. Alguns irmãos e irmãs tinham matrícula das décadas de 1850 e 60, quando entraram como cativos, mas com o decorrer do tempo, após a Lei de 13 de maio de 1888, registraram-se novamente, na condição de livres. Também foi o caso de Luisa Amelia da Costa e Florinda Emereciana de Souza¹⁸³, registradas, respectivamente, na condição de escrava e liberta, e que se inscrevem novamente como livres. Luisa Amélia da Costa tinha um tabuleiro, esteve associada à Irmandade entre 1859 e 1906, foi Juíza por Devoção de Nossa Senhora do Rosário nos anos de 1898 e 1899¹⁸⁴. Conviveu com Domingas Maria da Conceição, talvez não trilhando o mesmo caminho até a capela, visto não termos informações sobre a moradia de Domingas, mas é provável que tenham cruzado passagens e histórias a partir das vivências na associação (em verde, no mapa, provável caminho trilhado por Luisa, visto ser a região um bairro popular de forte presença africana ou afro-brasileira).

Aos 18 anos, Robert ingressou na Escola Militar. (...) Robert faleceu em 1926. (...) No início do século XX, quando a Avenida Trompowsky foi oficialmente ativada, detinha o que havia de mais moderno na arquitetura. O bairro era exclusivamente residencial e, embora hoje esteja repleto de empreendimentos, ainda conserva essa característica. A Avenida sempre foi considerada uma das áreas mais sofisticadas da cidade. As casas que foram construídas ao longo dos anos se adaptaram ao novo modelo de vida: deviam ter praticidade”. Consultar: <http://floripamanha.org/2009/12/serie-ruas-do-coracao/>

¹⁸² Para maiores informações, consultar: SANTOS, 2009, p. 468.

¹⁸³ Informações coletadas com base nos dados da Tabela de Registro de Irmãos (1816 a 1937).

¹⁸⁴ Livro Ata 3, p. 46v 47, 50, 50v.

MAPA APROXIMADO DE DESTERRO SÉCULO XIX



Imagem 16: Prováveis caminhos percorridos por associadas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito¹⁸⁵.

¹⁸⁵ Mapa de Desterro (Antigos bairros em Florianópolis) em 1900. Legenda: A) Praia de Fora; B) Mato Grosso;

As irmãs Juízas de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário foram presença marcante desde 1842, quando assumiram posição de destaque ao ser desfeito o cargo mais vultoso, de rainha, “substituído” em prestígio pelo de Juíza de Nossa Senhora do Rosário e também um segundo, de Juíza de São Benedito. Ainda havia mais duas Juízas, por Devoção, como ocorria nos seus respectivos cargos masculinos de Juiz de São Benedito e Juiz de Nossa Senhora do Rosário. Não tinham poder de voto e nem participavam das reuniões da Mesa, no entanto, sempre estavam envolvidas com as festividades, procissões e enterros.

Bonifacia Ricarda da Costa era solteira, foi cativa de Dona Felizarda Amalia da Costa Brocardo, uma senhora de posses na cidade¹⁸⁶, residente à Rua do Palácio do Governo do Estado situado à frente da atual Praça XV de Novembro. Talvez Bonifacia tenha residido com sua senhora até a morte desta em 1863, ou então morasse num daqueles “quartos de aluguel”¹⁸⁷ locados por cativos de ganho, ou cativos que acordaram com seus senhores a possibilidade de residir fora do espaço da casa do senhor; libertos e muitos outros. Talvez tenha ido para estas ruas da Figueira e Tronqueira “viver sobre si” e ganhar seu sustento diário (provável caminho, destacado em vermelho no mapa, imagem 16). Pela data de matrícula (1865), Bonifacia, associada desde os 16 anos, quem sabe não experienciou as obras reformadoras e a expulsão da área central de moradores pobres, pardos, pretos e tantos outros mais não condizentes com a “nova” cidade da República, desejada europeia, branca, civilizada. Pagou sua última anuidade em 1889.

Estas mulheres percorreram a cidade. Ruas antigas, ruas “novas”, renomeadas. Andaram a vender produtos, realizar serviços, comprar mantimentos, roupas e demais necessidades para seu sustento e de seus familiares, que não podemos indicar plenamente a existência. A partir destas histórias, pequenas, mas significativas para o entendimento da vida

C) São Luiz; D) Estreito; E) José Mendes; F) Figueira; G) Rita Maria; H) Pedreira; I) Tronqueira; J) Campo do Manejo; K) Toca; L) Menino Deus; M) Praia Grande; N) Canudinhos. Fonte: Elaborado por Sabrina Boeira, a partir da digitalização de material de “VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: Memória Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993”. É resultado do Projeto Escravidão na Ilha de Santa Catarina, ligada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB-UDESC. Disponível em: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX**. Itajaí: Casa Aberta, 2008, p. 65.

¹⁸⁶ Localizamos um estudo referente aos bens materiais (louças) de pessoas de posses em Desterro no século XIX, elaborado por Fernanda Codevilla Soares, na qual a autora faz um levantamento de vários inventários post mortem, dentre eles o de Felizarda Amalia da Costa Brocardo, “falecida em 1863, montante-mor no valor de 9.863,080 contos de reis, possuía ‘1 morada de casas na rua do Palacio’, avaliada em 5.000,000 contos de reis e ‘7,5 bracas de terras na rua do Palacio’, avaliada por 400.000 mil reis”. (BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. *Inventario post mortem* de Felizarda Amalia da Costa Brocardo, inventariante Joao Pinto da Luz. 1863). Consultar: SOARES, Fernanda Codevilla. **Vida Material de Desterro no Século XIX: as Louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil**. Tese (Doutorado em UTAD) - Universidade de Tras-Os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2011.

¹⁸⁷ Consultar: CARDOSO, 2010.

e das expectativas daquelas pessoas, sinalizamos alguns trajetos possíveis percorridos por elas até a Irmandade. Aproveitamos, com mais alguns dados, para vislumbrar passos de “gente sem eira nem beira”, que migraram das áreas entorno de Florianópolis – muitas zonas rurais, inclusive - e que reconstituíram vidas, experiências, casas, ruas, religiosidades, expectativas, nas “bordas da civilização” e das áreas centrais da cidade. Pessoas, famílias, grupos que passaram a conviver com outros tantos expulsos de suas moradas nas primeiras décadas do século XX. Gente que sofreu com as tentativas de isolamento do “território negro” - a Irmandade –, no centro da cidade modernizada.

Destacamos no mapa anterior outras cores realçadas para discutir brevemente. As linhas roxa e amarela simbolizam caminhos até as Ruas da Pedreira¹⁸⁸ e do Menino Deus, respectivamente, territórios com forte presença africana. A partir da década de 1920, em especial, a parte detrás destas regiões (os morros) apontadas no mapa, começaram a crescer. Este crescimento, ao que tudo indica, resultou da expulsão das populações de origem africana e outros pobres do perímetro central, como muitas famílias migrantes também começaram a construir suas vidas na região. Toda a faixa em destaque no retângulo preto integra os morros da cidade.

Sobre especificidades e alguns indicadores de associados/as, tecemos algumas breves considerações. De acordo com análise realizada por André Luiz dos Santos, em seu trabalho sobre a geografia da pobreza urbana de Florianópolis, dados sistematizados pelo autor são pertinentes ao nosso estudo. Santos também coletou informações na Irmandade do Rosário e São Benedito, constituindo subsídios sobre seus membros/integrantes durante mais de um século. Apesar de o recorte do autor deslocar-se do período de nosso estudo, os dados permitem a percepção geral da condição de seus/suas integrantes, além de numerá-los em cada uma destas condições, conforme tabela a seguir.

Interessa, a partir destes dados, perceber a condição jurídica destes associados e sua divisão por gênero. Depreendemos da tabela que 853 membros possuíam origem africana, visto sua vinculação à condição de cativo/a ou liberto/a; enquanto 922 assentamentos são de homens e mulheres livres, cuja origem não podemos indicar estatisticamente, pois poucos registros informam este dado. Sabemos que muitos eram lusos, imigrantes alemães,

¹⁸⁸ “Em um triângulo formado pela rua do Espírito Santo, descendo à esquerda da Matriz, seguindo pela da Pedreira, costeando e retornando pela rua Augusta, depois chamada João Pinto, temos o primeiro bairro dos abastados da cidade. Os vários sobrados ali construídos no início do século XVIII serviam de indicativo de alguma riqueza na velha vila militar. Na medida em que se estendia para o Oeste, nas suas fronteiras, foram surgindo inúmeros cortiços e moradias populares. Quando, ao final do século XIX, as elites resolveram deixar a região central em direção ao balneário de Beira Mar da Praia de Fora, a própria rua da Pedreira e região circunvizinha se tornara um grande território de escravos, libertos e outros desterrado”. CARDOSO, 2008, p. 67.

espanhóis, poloneses, afro-brasileiros livres; mas não sabemos em números ou percentuais, quantas pessoas pertenciam a cada nacionalidade.

Tabela 2 - Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos entre 1728 e 1899¹⁸⁹.

Condição	Número de Filiados/as
Homens Cativos	308
Mulheres Cativas	405
Homens Libertos	61
Mulheres Libertas	79
Homens livres	421
Mulheres Livres	501
TOTAL	1.771

Alguns dos Irmãos e Irmãs da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito tiveram sua idade de entrada (no ato de matrícula e pagamento da joia de entrada) registrada pelo escrivão. Para o período de 1888 a 1904 estes registros são quase nulos, e mesmo constando esta como obrigação no Compromisso de 1842, ainda vigente, a prática parece ter se perdido com o tempo. Apenas 4 irmãos e irmãs tiveram sua idade registrada num montante de 338 inscritos/as. Em percentuais, o equivalente a 1% foi registrado. Já referente ao período de 1905 a 1937, após a reformulação do Compromisso e maiores requisições da Igreja, o número de registros de idade e também anotações complementares sobre o Irmão ou a Irmã aumentaram. No caso de homens, por idade, podemos depreender que a maior parte de associados estava na faixa etária de 20 a 50 anos.

¹⁸⁹ Fonte: Tabela organizada a partir dos “Registros de Irmãos 1728 – 1899” da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. SANTOS, 2009, p. 204. Mantivemos a nomenclatura da Irmandade de acordo com a época, pois apenas a partir de 1905 foi retirada a denominação “dos homens pretos”. Com relação à condição, optamos por uma alteração na tabela, visto que apenas os livres possuíam o substantivo homem e mulher à frente da condição. Considerando importante consolidar uma memória mais humanizadora de homens e mulheres que experienciaram a escravidão e/ou o pós-emancipação, incluímos nas condições de libertos e cativos (que na tabela de Santos apareciam como escravos) os substantivos masculinos e femininos adequados (homens e mulheres).

Tabela 3 – Registros/causas de expulsões de membros da Irmandade – 1888 a 1937¹⁹⁰.

Período	Motivo	Número de expulsões
1888-1910	Ser protestante	03
	Não pagamento de anuais	77
	Mau comportamento ¹⁹¹	01
	Sem motivo registrado	02
	Excluída por não poder contribuir mais	03
Excluído por desfaltar os cofres da Irmandade ¹⁹²		01
1911-1925	Não pagamento de anuais	88
	Sem motivo registrado	01
	Excluído de acordo com ata n. 35 (1920)	01
	Excluído por ter insultado o Irmão Juiz ¹⁹³	01
1926-1937	Não pagamento de anuais	41
TOTAL		219

No que tange ao número de mulheres, percebemos que os registros também aumentaram, tendo a Irmandade considerável quantidade de associadas entre 20 a 30 anos, sendo importante a participação de mulheres entre 30 a 50¹⁹⁴. Podemos inferir que os cargos ocupados por homens envolviam maior poder administrativo dentro da instituição e na maioria dos cargos, influenciando no momento dos registros, visto termos maior atenção aos registros masculinos e também realizados por um homem, o secretário. No entanto, como veremos adiante, os registros sobre pagamentos de anuidades, pendências, casos de

¹⁹⁰ O recorte justifica-se como 1937, pois a Tabela de Registro possui dados até esta data.

¹⁹¹ Clemente de Freitas, de acordo com a Tabela de Registro, foi excluído em 1907, por mau comportamento. Nos livros Ata nada localizamos sobre os motivos desta expulsão. Teria o Irmão desacatado a Mesa, ou algum membro da associação? Estaria descontente com as mudanças ocorridas na associação sob as pressões da romanização e das reformas urbanas, republicanas? Talvez, alguma prática sua, ligada a outros modos de compreender a Irmandade e suas funções, tenham entrado em choque com membros da atual diretoria (1907). Ou, então, a Irmandade não comportasse mais suas demandas pessoais e associativas. O que teria sido afinal este mau comportamento?

¹⁹² Segundo informações contidas na Tabela de Registro de Irmãos, Rufino Pires da Rocha, 24 anos, ligado à beneficência, foi excluído por desfaltar os cofres da Irmandade. A partir do Livro de Atas 4 (1905-1924), localizamos a Ata n.º. 30, quando a Mesa decidiu a expulsão do Irmão. Rufino era Procurador e ficou responsável por devolver à Irmandade duzentos e vinte e dois mil réis, parcelado e devendo ser pago semanalmente ao Juiz Ismael Olympio Peixoto. Quando finalizasse o pagamento poderia ingressar como Irmão novamente, o que não sabemos se o fez.

¹⁹³ Segundo consta na Tabela de Registro de Irmãos, Patrício Domingos de Alencar, matriculado na beneficência, foi excluído em 15 de junho de 1913 por ter insultado o Irmão Juiz, descumprindo o Compromisso da associação.

¹⁹⁴ Estes dados, quando comparados aos obtidos por Maristela dos Santos Simão em sua pesquisa referente ao período de 1860 a 1880, possibilitam perceber que o número de homens e mulheres tendeu-se ao “equilíbrio”, ou, em outros termos, a diferença de mais de 20% encontrada no percentual de mulheres sobre o de homens naquele período, diminuiu consideravelmente.

protestantes participando da Irmandade, e tantos outros “problemas” rotineiros, marcaram presença pela caneta do secretário.

Além da idade, dado que começou a ser mais frequente nos registros, outra questão que nos instigou, devido a expressividade com que ocorreu, foram as expulsões. Os dados são consideráveis, conforme tabela que segue. Dos 960 associados entre 1888 e 1937, 219 foram expulsos por algum motivo. Isso significa que, aproximadamente, 23% dos associados passaram pela situação de ser expulso, tendo como principal motivo a ausência de pagamento dos anuais. Dados expressivos para avaliar desdobramentos da precária abolição, processo limitado para atender demandas e necessidades das populações recém-libertas, marginalizadas socialmente.

Creemos que a romanização, acentuada pela germanização em Santa Catarina, com a presença dos padres alemães – incluindo o próprio vigário, padre Topp -, pode ter influenciado na rigidez das cobranças, visto que a figura do Vigário fazia-se presente em todas as reuniões da Mesa Administrativa que envolvia eleições para o ano seguinte. Ou seja, o “cuidado” de ver quem seriam os homens a assumir a Mesa seguinte e as mulheres indicadas por estes para os cargos ditos femininos. A presença de Francisco Topp provocou mudanças¹⁹⁵, pois seu “modelo de gestão”, em que os devedores realmente foram expulsos, diferentemente dos raros casos em que isso aconteceu durante o século XIX – mais propriamente, antes de 1880. Assim, Caetana Bernardina da Costa, 27 anos, matriculada em 1907, naquele mesmo ano não pagou a anuidade conforme constava no Compromisso (art. 34) e foi excluída; Inacia Cândida de Jesus Lima também foi expulsa por matricular-se em 1908 e não pagou sequer a primeira anuidade; Clemente de Freitas, matriculado em 1901, foi expulso em 1907, segundo consta, por mau comportamento¹⁹⁶; Rufino Pires da Rocha, jovem, matriculado em 1907, quando tinha apenas 22 anos, foi excluído dois anos depois por desfalcar o cofre da Irmandade. São tantos os motivos, imprevisíveis, e tantos os Irmãos e Irmãs.

Provavelmente, muitos se matricularam e depois não conseguiram arcar com seus anuais por questões financeiras, empobrecimento ou dificuldades; outros ficaram décadas na associação, até a morte, tendo enterros “dignos” e cortejo fúnebre pelas ruas da capital; outras

¹⁹⁵ Sobre a germanização do clero, as práticas e postulados católicos do período de 1880 a 1910, consultar: STAKONSKI, 2008.

¹⁹⁶ Ficamos a refletir sobre o que teria feito Clemente de Freitas para ser expulso por mau comportamento: teria descumprido algum dos artigos do Compromisso se envolvendo em alguma sociedade secreta proibida pela Igreja Católica? Feito algo contra a Irmandade? Talvez se envolvido em algum desentendimento e cometido um crime, uma briga, um ato considerado de vagabundagem? Seu dito “mau comportamento” seria uma afronta aos novos rumos da associação a partir da gerência do catolicismo romanizador/ultramontano em voga? Possibilidades...

peças fizeram pelas ruas da cidade não apenas os trabalhos básicos ao funcionamento da associação, mas desfilaram em cortejo junto a Imagem de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Em meio a esta diversidade de situações, percebemos que, com as influências do catolicismo romanizador, as cobranças da Igreja e a perda de autonomia da Irmandade, muitos e muitas não foram simplesmente expulsos, mas talvez, se “deixaram ser”, visto que a associação, neste novo modo de gestão, não atingia mais os objetivos das pessoas, seus sonhos e anseios. Logicamente, este não foi o caso de todos/as, e nem teríamos elementos para indicar se muitos, mas sabemos que pela conjuntura do momento, algumas pessoas migraram para outras associações, fossem elas clubes recreativos, blocos carnavalescos ou mesmo, outra associação religiosa.

Os clubes recreativos ou sociedades recreativas eram associações organizadas pelos “homens de cor”, uma “elite negra” bem trajada e com propostas de educação, moral e visibilidade das pessoas que delas participassem. Foram comuns em Florianópolis e em tantos outros municípios catarinenses com presença de origem africana¹⁹⁷. Além destes espaços, havia a circulação de diferentes “homens de letras” de origem africana, como Cruz e Sousa¹⁹⁸,

¹⁹⁷ Sobre as sociedades recreativas organizadas por “homens de cor” em Santa Catarina, indicamos alguns trabalhos: CARVALHO, Andréa Cândido de Moraes de. **Negros em Lages: Memória e experiência de afrodescendentes no planalto catarinense**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis: UFSC, 2001; BERNALDO, Pedro Paulo. **Sociedade Recreativa União Operária: um espaço de luta, lazer, identidade e resistência da comunidade negra criciumentense (1950-1970)**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC). Criciúma: UNESC, 2005; MARIA, Maria das Graças. **“Imagens Invisíveis de Áfricas Presentes”**: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis – 1930 a 1940. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: UFSC, 1997; ORSI, Bernadete. **Clube 13 de Maio: um estudo sobre um território negro na área urbana de Tijucas**. Monografia (especialização) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis: UDESC, 1999; REIS, Aloísio. **Brinca quem pode: territorialidade e (in) visibilidade negra em Laguna Santa Catarina**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Estado de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: UFSC, 1996; ROSA, Júlio César da. **União Operária: Resistência e Manifestação Cultural Negra em Criciúma na Década de 30**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma: UNESC, 2006; SILVEIRA, Janaina Nailde da. **Nos Bailes da Vida: Sociedade Sebastião Lucas – Espaço de sociabilidade dos afro-descendentes em Itajaí**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Itajaí; UNIVALI, 2000. SIMIANO, Mariléia. **A Sociedade Recreativa União Operária: Um estudo sobre um território negro na cidade de Criciúma**. Monografia (Especialização) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis: UDESC, 2002.

¹⁹⁸ Filho dos libertos Guilherme da Cruz, mestre-pedreiro, e Carolina Eva da Conceição, João da Cruz recebeu educação com apoio financeiro do Marechal. “Em 1881, dirigiu o jornal *Tribuna Popular* (...). Em 1883, foi recusado como promotor de Laguna por ser negro. Em 1885 lançou o primeiro livro, *Tropos e Fantasias* em parceria com Virgílio Várzea. Cinco anos depois foi para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como arquivista na Estrada de Ferro Central do Brasil, colaborando também com o jornal *Folha Popular*. Em fevereiro de 1893, publica *Missal* (prosa poética baudelairiana) e em agosto, *Broquéis* (poesia), dando início ao Simbolismo no Brasil que se estende até 1922. Em novembro desse mesmo ano casou-se com Gavita Gonçalves, também negra, com quem teve quatro filhos, todos mortos prematuramente por tuberculose, levando-a à loucura”. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cruz_e_Sousa; Sobre a inserção de Cruz e Sousa no universo da escolarização, consultar: SEBRÃO, Graciane Daniela. **Presença/Ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de**

Ildefonso Juvenal¹⁹⁹ e Trajano Margarida²⁰⁰, por exemplo. Estes dois, em 1915, organizaram uma associação para compartilhar “seus sonhos e esperanças”, além de “vislumbrar o levantamento social, cultural, intelectual e moral dos homens negros”²⁰¹. Em comemoração à Abolição, fundaram a Associação dos Homens de Cor e organizaram um evento no Teatro Álvaro de Carvalho, “reunindo negros e brancos, homens e mulheres, autoridades públicas, representantes da imprensa e de outras associações da sociedade civil de Florianópolis”²⁰². Estas associações, clubes ou grupos possuíam interesses, expectativas e formas diversas de autodenominação, como de inserção de seus/suas afiliados/as. Em 1948, foi fundada oficialmente, por afrodescendentes, a Escola de Samba Protegidos da Princesa, existente ainda hoje em Florianópolis²⁰³. Assim como a Irmandade do Rosário, constituíam territórios marcados pela presença e atuação de populações de origem africana em Desterro/Florianópolis no pós-abolição.

No cotidiano de lutas, poderes, inserções, brigas e esperanças, estes sujeitos deixaram registros de narrativas de vida, impregnadas nas marcas de seus corpos; no jeito de conduzir o trabalho, seus tabuleiros e trouxas de roupa; nos amores consolidados sob a anuência de Deus na Capela da Irmandade; nos caminhos percorridos pela consolidação da liberdade e dos sonhos... Antônio, Clementes, Marias, Domingas, Florindas, Damianas e tantos outros sujeitos históricos no lampejo desta narrativa de vidas, agruras e alegrias nos fazem perceber um motivo a mais na consolidação desta pesquisa: fazer ouvir vozes gritantes e nunca ouvidas, de diferentes pessoas comuns que, no seu dia a dia, projetaram emoções, sonhos, expectativas de vida! Deste modo, chegamos às últimas considerações deste capítulo, nas linhas que seguem, adentrando nos cofres da Irmandade, nas ruas a coletar esmolas, nas vidas das pessoas...

escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2010.

¹⁹⁹ Ildefonso Juvenal (1894-1965) era “oficial da Força Pública, farmacêutico, jornalista, teatrólogo, participando de entidades cívicas e literárias, sendo autor de dezesseis livros”. Consultar: GARCIA, Fábio. *Intelectuais negros no pós-abolição: associativismo negro em Florianópolis (1915-1925)*. **Anais Eletrônicos ANPUH**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. p. 01.

²⁰⁰ Trajano Margarida (1889- 1946), “amanuense da Secretaria do Interior do Estado de Santa Catarina, professor, jornalista, educador, autor de diversas obras literárias e membro fundador de entidades cívicas e literárias”. Consultar: GARCIA, 2011, p. 01.

²⁰¹ DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Revista Topoi**, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139.

²⁰² DOMINGUES, 2011, p. 120.

²⁰³ Para maiores informações, acessar:

http://www.protegidos.com.br/index.php?action=megamod_01&icon=HISTORIA.png&sec=HIST%D3RIA

1.3.4 Arrecadações, Gastos e Sobrevivência

De algum modo fomos apresentando elementos dispersos das obras, regras, necessidades e demandas de manutenção da Irmandade. Suas casas, a Capela e demais despesas quotidianas envolviam preocupações e táticas na arrecadação de fundos, doações, anuais, leilões e o que mais fosse possível para suprir o andamento das atividades. A Irmandade tinha muitos gastos, mas também variadas eram suas formas de arrecadação de fundos. Nos compromissos, vislumbramos os cargos a serem preenchidos para o funcionamento da Irmandade, que deveriam ser ocupados por integrantes da instituição. Também, neste estatuto, é possível localizar as possibilidades de arrecadação de recursos como esmolas, doações de qualquer pessoa, cobrança de aluguéis de imóveis, de taxas em virtude dos enterros para os associados e não associados, etc.

Todas estas informações referentes aos recursos e bens das irmandades eram descritas e detalhadas nos “compromissos, inclusive, as formas de prestação de contas, que, em geral, era feita na troca das gestões”²⁰⁴, ou, a partir do começo do século XX, a cada trimestre, conforme exigências do Compromisso. Embora nem sempre ocorrendo nos meses programados quando da elaboração do estatuto, sempre se preocupavam com esta questão das contas e prestavam esclarecimentos aos demais Irmãos sobre os saldos, gastos e quais os destinos de cada recurso. No que tange aos cargos, havia grande responsabilidade dos Irmãos e Irmãs que os assumiam:

cujos oficiais voluntariamente aceitarão seus cargos e se obrigarão de servi-los e desempenhá-los com todo o zelo e devoção tanto no espiritual como no temporal, defendendo todos os direitos da irmandade²⁰⁵.

A cada reforma, festa ou acontecimento importante era convocada a Mesa, sendo papel do Irmão andador avisar a todos da reunião. Discutindo sobre a festa da padroeira Nossa Senhora do Rosário e as despesas possíveis, a respeito dos transtornos com os Irmãos do Parto, em virtude da retirada da imagem da Capela do Rosário sem autorização, devido reformas constantes no Adro, na Torre, no assoalho, nas escadarias da Igreja, tudo era incessantemente acordado antes de ser feito. Durante quase todo o período escolhido para esta pesquisa, através dos inúmeros documentos analisados, percebemos inquietações dos Irmãos para com as obras e boa aparência de sua capela e, para decidirem o que deveria ser feito e

²⁰⁴ ALVES, 2006, p. 51.

²⁰⁵ Acervo Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, Livro Ata 2 (1862-1875), p. 07.

quando, sempre convocando os irmãos da Mesa Administrativa. Ações e deliberações eram acordadas em conjunto, de acordo com os interesses da associação e de seus integrantes.

Destacamos, também, a importância de cargos como o de esmoleiro, no sentido de garantir a arrecadação dos recursos para a celebração das festividades. Assim, a Irmandade do Rosário e São Benedito conseguia fundos de diferentes formas para cumprir com suas atividades dos mundos espiritual e temporal. A fim de angariar fundos para as festas, espórtulas dos padres, concertos e demais despesas diárias, havia no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, um cargo específico de esmoleiro: o cargo do irmão ‘andador’.

A irmandade possuía, igualmente, outras fontes de renda como as casas para alugar, legados que recebiam de testamentos, esmolos, esmolos de bolsa, aluguel de caixões funerários e acompanhamentos para o rito funeral, como tochas e velas²⁰⁶.

A importância do cargo de esmoleiro deriva do fato de que a maior parte da arrecadação vinha de esmolos. A arrecadação de fundos através das esmolos, em sua maioria, era feita com a bolsa da irmandade, quando os irmãos encarregados de esmolar iam às residências para retirar ofertas. No entanto, a partir de 1888, o novo Código de Posturas da cidade voltou novamente seus olhares para as práticas de esmolar e explicitou a preocupação com os esmoleiros das Irmandades, ou que se diziam pertencentes a tais. “É proibido: (...) esmolar pelas ruas para qualquer irmandade religiosa exceto os respectivos irmãos de mesa, nos meses que lhes couber este serviço”²⁰⁷. Como demonstra o Compromisso de 1905, os meses de setembro e outubro eram específicos para pagamentos de anuais e recolhimento de esmolos; mas, em todos os meses apareciam, nos recebimentos, algum recurso agenciado pela bolsa. A figura do esmoleiro deixou de existir e a função do Procurador também estava atrelada ao recebimento destes recursos. Assim, em maio de 1898 o tesoureiro recebeu, dos Irmãos Francisco Rosa (Juiz de Nossa Senhora) e José Goulart (Procurador), os valores de 10\$000 e 18\$720²⁰⁸, respectivamente, tendo sido agenciadas pelos dois estas esmolos.

Em setembro de 1899, o Irmão Domingos da Silva agenciou, com a bolsa de São Benedito, 5\$400 réis de esmolos; estas eram formas muito comuns de arrecadação, além de ser uma prática constante e conhecida por todos na cidade, doar a Irmandade era uma forma

²⁰⁶ SIMÃO, 2006, p. 68.

²⁰⁷ Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital. Jornal *A Regeneração*, 19 de dezembro de 1888. Acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. A discussão sobre Códigos de Postura permite retomar um trecho da obra de Cabral, pois na visão do autor, tudo era proibido, mas não obedecido. “Era a proibição absoluta – mas como tudo que é proibido, sempre foi e é o que maior tentação desperta, tudo faz crer que as Posturas nunca foram obedecidas” (CABRAL, 1979, p. 258). Para o autor, as posturas eram criadas, exigidas, mas as pessoas acabavam por manter suas práticas, mesmo que proibidas.

²⁰⁸ Livro Caixa 14 (1899-1906), p. 1v. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

de “ser cristão” e auxiliar na manutenção da instituição. Além das esmolas de bolsa, percebemos como prática o aluguel de capas, em especial a de Nossa Senhora do Parto²⁰⁹, recebendo como joia 2\$000 réis em fevereiro e maio de 1900, por exemplo. Em 1902, “recebeu o irmão tesoureiro a quantia de mil réis de esmolas recolhidas pelo irmão Fernando Alves, da capa de N. S. do Parto”²¹⁰. Não temos muita informação sobre a utilidade das capas, mas sabemos que tanto a de Nossa Senhora do Parto, quanto de Nossa Senhora do Rosário, renderam recursos, pois recebiam esmolas e eram alugadas. Em nosso entendimento, cremos que poderia ser utilizada em cerimônias na própria capela, como batizados²¹¹, por exemplo. Sabemos que a capa era utilizada nas festas, quando a imagem do Rosário recebia a coroa, a capa e outros objetos sagrados de adorno à santa padroeira.

Outra fonte de recursos da associação eram as casas que possuía. Consta nos registros, por exemplo, segundo análise feita por Simão, que a instituição era proprietária de um patrimônio considerável em imóveis - no período de 1860 a 1880 -, sendo alugadas por um valor em torno de 15\$000 (quinze mil réis) por mês, variando consideravelmente no decorrer dos anos. “É o caso do imóvel da Rua da Carioca, número 24, que em 1875, locada pelo ex-procurador, Ir. Jacinto Godinho, pelo valor de 60\$000 (sessenta mil réis) por cinco meses”. Entretanto, os valores nem sempre eram estáveis; e eram passíveis de negociação, sendo que de acordo com a autora, “o ano seguinte o mesmo imóvel estava locado pelo Tenente Eduardo Agostinho Noronha, pelo valor de 26\$000 (vinte e seis mil réis) por três meses”. Com valores diversos, localizadas em diferentes ruas e avenidas de Desterro, estas casas geravam recursos pelos seus aluguéis.

Estes imóveis de posse da associação eram recebidos por doações de irmãos de situação financeira favorável em testamentos, por exemplo. Era comum pessoas de posses deixarem alguma herança à Irmandade, às vezes por piedade, outras, com medo das agruras do pós-morte. Além disso, era interesse da Irmandade, sempre que possível, quando seus cofres permitissem, adquirir imóveis para depois alugá-los.

Simão localizou, para o período entre 1860 e 1880, um total de pelo menos seis casas de aluguel de propriedade da Irmandade. “Três delas vizinhas na Rua do Ouvidor, de números

²⁰⁹ Ficamos surpresos com as várias atividades referentes ao culto de Nossa Senhora do Parto neste período e dentro da Capela do Rosário. Após a briga ocorrida entre os crioulos devotos de Nossa Senhora do Parto e os irmãos pretos de Nossa Senhora do Rosário por causa dos cargos administrativos da Mesa em 1841, esta irmandade ficou abrigada na Igreja Matriz até que sua capela ficou pronta em 1861 (MORTARI, 2011). Apesar da briga, que desembocou numa disputa política e judicial, a devoção a esta santa se fazia presente na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito na virada do século.

²¹⁰ Livro Caixa 14 (1899-1906), p. 27v. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

²¹¹ “Recebeu o irmão tesoureiro da capa de N. S. do Parto para um batizado”. Livro Caixa 14 (1899-1906), p. 1v. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

27, 29, 31, uma na Rua da Carioca, número 24, estas localizadas no Bairro da Figueira e outras duas na Rua São Francisco, números 27 e 31, no Bairro do Mato Grosso”²¹². Durante o período da última década do século XIX e primeiras do XX, ao que nossas fontes indicam, a Irmandade teve menos casas, mas sempre com objetivo de adquirir propriedades assim que tivesse caixa para isso, conforme indicava seu Compromisso²¹³ e era discutido nas reuniões da Mesa. Os aluguéis constantes indicam a existência de uma casa na Rua 28 de Setembro nº 24, Rua Alto do Mato Grosso nº 7, Rua João Pinto nº 17 e nº 57, e uma no quintal da Capela.

Pedreiros, cal, madeira, chapa para fogão, tintas, pregos, impostos... tudo para as casas da Irmandade. Os aluguéis eram rentáveis também, desde que os inquilinos cumprissem com suas obrigações. No entanto, nem sempre era possível fazê-lo, como foi o caso de Manoel Gardiola, espanhol, 43 anos, matriculado na Irmandade em 1906²¹⁴, mesmo ano em que encaminha ofício à Mesa solicitando a diminuição do valor do aluguel da Rua João Pinto. A Mesa decidiu que primeiro o cidadão acertasse a pendência de dois meses de atraso no referido aluguel e depois seria atendido seu pedido²¹⁵. Ao que tudo indica, a casa da Rua João Pinto ficou de posse da Irmandade por bastante tempo. Em ata de 1916, a referida casa foi assunto de pauta, pois necessitava de reparos, sendo estes aprovados pela Mesa²¹⁶.

Ainda em 1906, outro problema envolvendo aluguel, pois o Irmão Rufino estava com locação atrasada e a Mesa concluiu que daria um prazo de 30 dias para a regularização da metade do aluguel²¹⁷, após o que tomaria outras providências. Em 1908, o mesmo Irmão Rufino Pereira solicitou abatimento do aluguel da pequena casa do quintal da Igreja onde residia, sendo atendido ficando o aluguel pelo preço de 5\$000 réis²¹⁸.

Outra fonte de receitas, o aluguel do caixão fúnebre e seus acompanhamentos era prática bastante comum e interessante. Visto que, a partir do Código de Posturas de 1845, ninguém mais poderia ser sepultado sem ser conduzido em caixão fechado, o aluguel de caixões “apareceu” como uma forma de cumprir o estabelecido por Lei e, ao mesmo tempo, servir de arrecadação para a Irmandade. Muitos associados e associadas faleceram enquanto pertenciam a Irmandade e isso implicava em gastos, mas também recursos pois o pagamento dos anuais corretamente significava ter direito a um enterro digno e com todas as honras possibilitadas pela agremiação. Nos casos de Irmãos com débitos, a família poderia quitar a

²¹² SIMÃO, 2008, p. 86-89.

²¹³ Compromisso de 1905. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

²¹⁴ O irmão Manoel Gardiola permaneceu na Irmandade até 1922 quando faleceu.

²¹⁵ Livro Ata 4 (1905-1914). Ata nº 09. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

²¹⁶ Livro Ata 5 (1915 -1925). Ata nº 12. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

²¹⁷ Livro Ata 4 (1905-1914). Ata nº 12. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

²¹⁸ Livro Ata 4 (1905-1914). Ata nº 12. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

dívida e então o funeral seria completo. Assim, as anuidades eram fonte de renda; já a realização dos funerais significava gastos com cera, velas, caixão, abertura de sepultura, contratação de padre e muitos outros empenhos. A passagem da vida para a morte era momento de rezas, cantorias, procissão com o corpo, mas também implicava em questões financeiras da associação. Abertura de sepulturas, capinação do cemitério, construção da cerca nova do cemitério em 1902... ainda em 1904 a cerca do cemitério era pauta e motivo de anotações. “Despendeu o irmão tesoureiro a quantia de 11\$000 réis proveniente de 26 mourões para cerca do cemitério”²¹⁹.

Muitas foram as formas de arrecadar fundos, mas também muitas constituíram os gastos. Assim, com doações de joias e objetos de valor, testamentos que deixavam valiosos adereços (anéis, colares, joias diversas), em especial de senhoras que foram associadas ou então ávidas “por uma boa ação”; esmolas de bolsa, arrecadações com a capa de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora do Parto; missas rezadas pelas almas dos falecidos; esmolas tiradas nas salvas durante o momento de ofertório nas celebrações; anuais recebidos na capela ou cobrados de porta em porta²²⁰ pela mesa, enfim, a movimentação era intensa.

Comum também foi o recebimento de jóias e roupas destinadas a ornar as irmandades, acrescentando os bordados para os altares. A Irmandade do rosário de Itaverava recebeu ‘brincos e laços com suas pedras’, doados pelo casal João Miguel e sua mulher Ana, além de jóias da filha Maria de Jesus, falecida. Essa mesma Irmandade recebeu, outrossim, um rosário e um coração de ouro. Longe de serem raras, essas doações tinham como objetivo ornamentar as imagens das santas. Nesse sentido, os inventários dos bens das irmandades são um mostruário dessa realidade²²¹.

Por diferentes motivos, estes ornamentos se fizeram presentes no cotidiano da Irmandade. Talvez, nem sempre os valores arrecadados eram os esperados, mas as atividades da agremiação iam muito além de seu caráter financeiro. O que movia a associação eram as movimentações, sociabilidades, realidades coletivas: corpos, intenções, experiências, mobilidade, andanças e esperanças na manutenção da Igreja, da capela construída e da Irmandade ali erigida ainda no século XVIII.

Creemos, é o momento de extirpar os fôlegos deste capítulo e adentrar num outro ponto de discussão, desejos, contratos, buscas e festejos... Vamos ao segundo capítulo!

²¹⁹ Livro Caixa 14 (1899-1906), p. 39. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

²²⁰ “(...) o qual foi aprovado pela Mesa e no mesmo instante o irmão Juiz [Ismael Olympio Peixoto] convidou a mesa presente para Domingo sair na cobrança do anual a qual ficou para Domingo as 10 da manhã”. Livro Ata 4 (1905-1914). Ata nº 28, 1910. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

²²¹ BORGES, 2005, p. 97.

CAPÍTULO 2

A IRMANDADE TOMAVA AS RUAS: FESTAS E CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS NA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO

O presente capítulo pretende esmiuçar práticas festivo-religiosas exercidas pelos irmãos e irmãs da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Intentamos compreender manifestações culturais a partir de experiências vivenciadas no cotidiano da associação, em especial nos seus momentos de organização e realização da festa ao orago/padroeiro. Sempre que possível - marcada por procissões, coroações, foguetórios e música -, a festa era momento de destaque na confraria. No entanto, tais manifestações devocionais foram alvo de intervenções da Igreja em seu caráter romanizador e germânico, em Santa Catarina, pretendendo reduzir o poder leigo, alterar práticas consideradas profanas e, sobretudo, conduzir a associação de modo a impedir ações desvinculadas dos “novos” rumos do catolicismo.

Deste modo, vislumbramos práticas de associados e associadas da Irmandade indicando ações, artimanhas e tensões múltiplas, na tentativa de cultivar manifestações culturais. Nossa intenção não se pauta apenas em compreender as ações da Igreja Católica, que sabemos foram marcantes, mas como diferentes pessoas organizadas numa irmandade leiga dialogaram, lutaram e buscaram, em seus universos culturais e nas alianças do cotidiano, resistir às transformações, incorporando alterações nas relações de poderes. De que modo a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito reagiu às investidas da Igreja sobre as práticas festivas? Quais as interferências do Catolicismo Romanizador nestes momentos leigos da associação? Como compreender as tensões pelos modos de festejar e a luta da Irmandade por autonomia?

2.1 AS FIGURAS DO REI E DA RAINHA: MANIFESTAÇÕES POPULARES DE FINS DO SÉCULO XVIII ATÉ MEADOS DO XIX

Uma gravura, do início do século XIX, desenhada por um dos tripulantes de Georg Henrich von Langsdorff¹, indica a comemoração de passagem de ano ocorrida na Ilha de

¹ “O Barão Georg Henrich von Langsdorff, chefe da expedição russa que esteve no Brasil na primeira metade do século XIX, nasceu no reino de Hessen em 1774, na localidade de Wölstein, Alemanha. Em 29 de junho de 1852, aos 78 anos, ele faleceu na cidade de Freiburg, em Breisgau. De 1783 a 1793, estudou nos ginásios de Buchsweiler (Alsácia) e de Idstein (Hessen-Nassau). Na Universidade de Göttingen estudou Ciências Naturais e Medicina, doutorando-se aos 23 anos em Medicina”. LUVIZOTTO, Rodrigo. **O diário de Langsdorff: o éthos**

Santa Catarina, atualmente denominada Florianópolis. A imagem traz em si elementos que merecem nossa atenção neste início de capítulo.

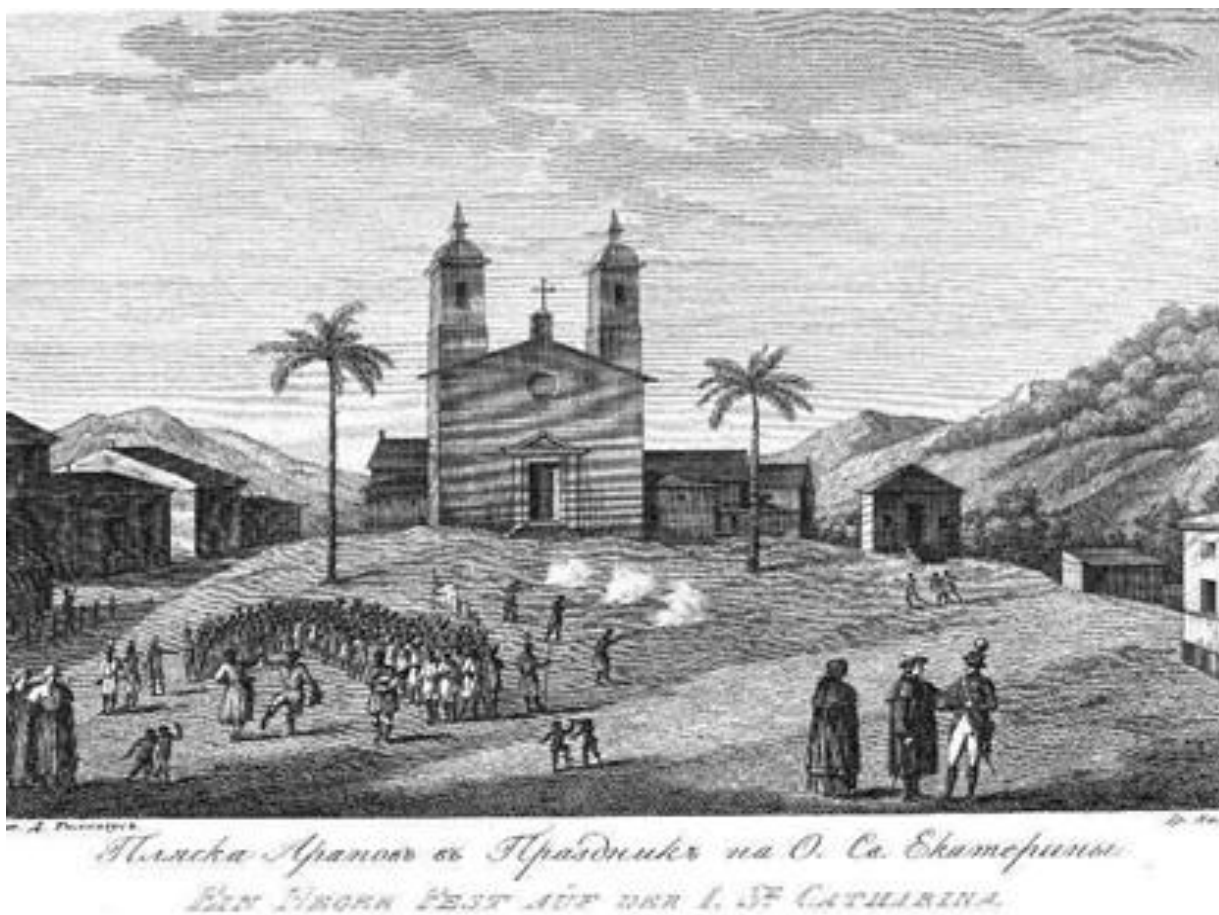


Imagem 17: Festa de negros na Ilha de Santa Catarina – 1803.²

Percebemos uma procissão em blocos com figuras destacadas à frente da procissão – uma espécie de abre alas, identificando e nomeando quem vem -, carregando um objeto semelhante a um cetro e uma espécie de coroa sobre a cabeça. Fogos de artifício anunciavam danças, crianças, alguma autoridade da lei nas proximidades (à direita), junto ao que imaginamos ser um padre e comemoração. O acontecimento deu-se em frente à Capela Nossa Senhora do Desterro, hoje em dia Igreja Matriz ou Catedral Metropolitana.

Sabemos que as comemorações em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, organizadas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, datam do século XVIII, pelo menos. Oswaldo Rodrigues Cabral salienta que já em 1777, uma

do cientista-viajante. São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2007, p. 12.

² Imagem disponível em: CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis – Ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2005. 2ª ed.

das irmãs, tendo sido coroada rainha naquele ano, deixa de entregar sua coroa de prata³ à Irmandade. Segundo relata este autor, a eleição de rei e rainha do Rosário ocorria anualmente e sempre se elegia um irmão e uma irmã cativa. A exceção de 1790, ano em que o rei foi um branco livre⁴.

Ocorrência interessante, pois o cargo de rei, historicamente e pela formação da associação, pertencia aos “homens pretos” (africanos). No entanto, a figura coroada como rei era Joaquim Francisco do Livramento, mais conhecido como irmão Joaquim. Filho de Tomaz Francisco da Costa, “homem abastado e conceituado, (...) a sua vocação revelou-se desde cedo, determinou enveredar pelo caminho que fez do Poverelo de Assis um dos maiores Santos de todos os tempos”⁵.

Irmão Joaquim, como ficou conhecido, após sua passagem pela Irmandade, ante sua escolha pela caridade e vida humilde, como um franciscano, esteve em diferentes estados e mesmo fora do país, fundando associações e cuidando dos pobres, doentes e carentes. Fundou o Hospital de Caridade em Desterro, o Asilo São Joaquim de Salvador pois também atuou na Bahia, a Santa Casa de Porto Alegre onde existe uma estátua em homenagem ao “monge”, e tantos outros estabelecimentos voltados ao atendimento dos pobres. Ainda hoje existe o Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim⁶, e o famoso “Beco do irmão Joaquim”, existente nos séculos XVIII e XIX, local que hoje integra a parte central da cidade. Na Capela Nosso Senhor dos Passos, devoção de irmão Joaquim, há nos dias de hoje, um quadro pintado em homenagem ao irmão.

Talvez a história de vida e a opção pela pobreza, caridade e solidariedade aos pobres e oprimidos tenha sido motivo de integração tão marcante do Irmão Joaquim à Irmandade do Rosário. Sendo “homem branco” poderia entrar na associação, mas alcançar o posto de rei significava tratar-se de alguém bastante importante aos olhos dos irmãos do Rosário. Cremos que Cabral percebeu a humildade e pobreza do “franciscano” como motivo de identificação com os “pretos” do Rosário⁷.

³ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Notícia Histórica sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário**. Florianópolis, 1950, p. 05.

⁴ CABRAL, 1950, p. 07.

⁵ CABRAL, 1950, p. 07.

⁶ Atualmente, o Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim sito à Avenida Mauro Ramos, em Florianópolis. Com seus tons azulados, o asilo mantém as características originais de sua construção no século XIX.

⁷ “Renunciou aos bens terrenos, à própria família, vestiu o burel da pobreza e, tocado pela graça de Deus, saiu a mendigar para os desherdados da fortuna. Desta vida tecida de renúncias e de desconfortos, dedicada toda ao amor do próximo, resultaram inúmeras casas de caridade ainda hoje existentes e que, duzentos anos depois de sua fundação, ainda guardam carinhosamente a sua memória: o Hospital da Caridade dos Pobres, do Destêrro, a Santa Casa de Porto Alegre, o Asilo São Joaquim de Salvador da Bahia, a fundação de Itú e outras mais. Para lograr amparo para essas fundações, peregrinou pelo Brasil, foi três vezes à Europa, foi recebido na Côte

No Brasil, segundo informações dispostas por Nirlene Nepomuceno, o registro mais antigo encontrado até agora referente à presença de reis africanos data da primeira metade do século XVII. Este caso não registra uma eleição ou uma entronização/coroação, como aconteceu em muitos lugares posteriormente, inclusive na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Desterro, mas representou o movimento de uma apresentação ritual durante a visita de um embaixador do rei do Congo ao Recife, em 1642, então sob o domínio dos holandeses. O acontecimento, envolvendo “danças e simulação de lutas com espadas, foi imortalizado pelo cronista Gaspar de Barleus, encarregado de enaltecer os feitos do conde Maurício de Nassau nos trópicos”⁸.

A coroação de rei e rainha na Irmandade do Rosário de Florianópolis ocorreu até o ano de 1842 quando, a partir de um novo Compromisso⁹, a Irmandade deixou de ter estes cargos, após os desentendimentos envolvendo crioulos, pardos e pretos, mencionados no capítulo 2 deste trabalho. Durante o período da primeira metade do século XIX, a partir de informações contidas no Livro Tombo da Irmandade¹⁰, a maioria dos reis e das rainhas eleitas e coroadas era de origem africana, em sua maioria, cativos/as. Em alguns casos, como ocorreu em 1823 e em 1825, as rainhas foram mencionadas precedidas do significante *senhora* à frente do nome, o que nos indica, possivelmente, tratar-se de uma senhora livre. Nos demais casos, sempre há elementos que permitem apreender a origem africana: quando os nomes são acompanhados da condição de cativo/a e do nome do/a senhor/a, ou então quando os sobrenomes nos apontam esta origem, como percebemos em Ana Rosa de Jesus (sobrenomes indicando menção a um santo ou referência cristã), Ana Angélica (Angélica era o nome da senhora de Ana e fora acrescentada ao seu nome), Aurora de Jesus.

portuguesa e conseguiu obter aquilo que desejou para as suas instituições. Numa quarta viagem, morreu em Marselha. Morreu como certamente desejou, pobre e ignorado, levado para a vala comum, anonimamente como os infelizes a quem tanto amou e aos quais dedicara toda a sua vida.

Taulois de Mesquita, criterioso genealogista catarinense, em Marselha, procurou o registro do seu óbito, o local da sua sepultura, em pura perda. Nada consta. Morreu como um indigente qualquer, como o mais desgraçado dos seus irmãos, entregando os seus restos a uma terra estranha, a sua alma a Deus e a sua memória aos tempos como um benfeitor da humanidade.

Foi êle. Rei por um ano, numa Irmandade humilde, de pretos cativos, como o mais humilde deles. Homenagem daqueles homens que sentiam derretidas as cadeias da escravidão ante o fogo do seu amor? Pode ter sido. Deve ter sido...”. CABRAL, 1950, p. 08.

⁸ NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino**. Teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e Caribe. São Paulo: PUC-SP. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2011, p. 63.

⁹ O Compromisso de 1842 excluiu os cargos de rei e rainha e a representação de maior destaque e atuação na Mesa Administrativa passou a ser o juiz de Nossa Senhora, seguido do juiz de São Benedito. O culto a este santo teve início na Irmandade na década de 30 do século XIX conforme destacamos adiante neste capítulo.

¹⁰ Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. **Livro Tombo I (1745-2006)**. Florianópolis: Utilidade Pública Estadual e Municipal, Tombamento Estadual e Municipal, Patrimônio Público Estadual, 2006.

Estas considerações, conforme vimos anteriormente, identificavam homens e mulheres da diáspora pertencentes à Irmandade. Muitas vezes, tinham apenas o primeiro nome mencionado, seguido da condição jurídica (cativo/a, forro/a, livre) e do/a senhor/a, quando fosse o caso. Outras vezes, recebiam nomes de santos remetentes ao catolicismo e, em alguns momentos, recebiam os nomes ou sobrenomes de seus/suas senhores/as. Em 1827, foram eleitos Benedito e Suzana, como rei e rainha, respectivamente. Ambos aparecem descritos apenas por seu primeiro nome; já em 1829, José e Alexandrina aparecem com referência à condição de cativos e também o indicativo de seus senhores.

Mas, para além de condições jurídicas, indicações de senhores/as, estas pessoas possuíam papel de destaque na associação. O título de rei e de rainha indicam figuras de realce tanto em Portugal como em África. Portugal, por sua estrutura governamental baseada na realeza e, em África, muitos povos se utilizaram de “elementos reais” em suas formas de administração. Neste sentido, Marina de Melo e Souza¹¹ estabelece conexões entre os elementos reais – coroa, cetro, manto¹², trono – em Portugal, em África e na diáspora. Segundo interpretação da autora, muitos africanos e africanas utilizaram estes ornamentos em suas manifestações festivo-religiosas a partir de suas vivências e concepções africanas.

As coroações no Brasil ocorriam durante as festividades em homenagem aos chamados santos pretos ou negros¹³, pelas ruas das cidades, numa manifestação de inversão da ordem social¹⁴ estabelecida. Desde o século XVII, quando surgiram as primeiras irmandades do Rosário organizadas e frequentadas por africanas/os e seus descendentes, muitas foram as reclamações e as manifestações públicas por parte de autoridades, elites e viajantes. As festas africanas no Brasil e na diáspora, no entendimento de Nirlene Nepomuceno, expressam

tensões e apontam para artimanhas de sobrevivência cultural, traduzidas nas incorporações seletivamente elaboradas de determinados elementos, que confundiam aqueles responsáveis por controlá-las e por zelar pelo exercício de práticas “civilizadas”.

¹¹ SOUZA, Marina de Mello. **Reis negros no Brasil escravista**. História da festa de coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

¹² No entendimento de Mariza de Carvalho Soares que estudou irmandades religiosas organizadas por africanos no Rio de Janeiro no século XVIII, “assim como a irmandade sai incorporada’ com suas capas e alfaias, também a folia é apresentada ao público em trajes especiais, com manto, coroa, cetro, bastão e vara. Os reis e rainhas da folia não caminham sob o sol ou a chuva, havendo sempre quem lhes cubra a cabeça coroada com um grande guarda-sol, ao som de tambores e outros instrumentos. As irmandades e as folias assim como as corporações de ofício, têm seus estandartes e também sua bandeira, que fica hasteada durante os dias de festa”. SOARES, 1999, p. 155.

¹³ Ainda neste capítulo discutiremos alguns destes santos e os cortejos a estas imagens.

¹⁴ SCARANO, 1978; SOUZA, 2002; dentre outros.

Em certos casos, as festas negras eram vistas com temor, pelo potencial de revolta que guardavam; em outros, eram encaradas de forma oposta, como um instrumento necessário para quebrantar pressões decorrentes dos rigores da escravidão¹⁵.

Para melhor entender o significado das festas e sua importância para a sociabilidade destas instituições e vida de seus Irmãos e Irmãs, foi necessário recuar o estudo para fins do século XVIII e início do XIX, e perceber como aconteciam os rituais em homenagem a Nossa Senhora e São Benedito. Nem sempre a Irmandade teve os mesmos cargos na Mesa Administrativa ou celebrou suas festividades seguindo um mesmo estilo, conforme apreendemos nas discussões trazidas neste capítulo.

O memorialista Mello Moraes Filho (1844-1919), autor baiano, realizador de várias descrições sobre festas/celebrações vistas por ele em diferentes lugares do Brasil, em sua obra *Festas e Tradições Populares do Brasil* (1999)¹⁶, narra uma procissão de São Benedito em Lagarto (Sergipe), realizada em 6 de janeiro na matriz de Nossa Senhora da Piedade.

A magna festa tinha por prólogo, no dia 1º de janeiro, a retirada do mastro consagrado ao Santo e que se achava fincado no largo do Rosário, em frente a Igreja. (...)

A vila em peso, pode-se dizer, participava do folguedo: os senhores de engenho abalavam-se de léguas; o povaréu formigava nas estradas; negros escravos, dispensados do trabalho, festejavam o seu santo, descuidosos, contentes, felizes. (...)

E ao som da música, à toada popular de conhecidas trovas, destacava-se em aparatoso andor a imagem de Santo Antônio, de tamanho natural, que recolhia cultos a louvores. (...)

Logo depois, balançando em outro andor, avultava aéreo e bonito S. Benedito, rindo, com os dentinhos de fora, para o menino Jesus, que trazia deitado nos braços.

E três negras, fantasiadas de rainha, arrastando compridos mantos, com suas coroas douradas, caminhavam após, ladeadas de *Congos* vestidos de branco e com enormes barretinas de linho, enlaçadas de fitas e recamadas de miçangas¹⁷.

A narrativa é rica em elementos e também apresenta traços que marcam a percepção do autor. Como muitas festas a São Benedito, esta acontecia em janeiro, normalmente no dia de Reis, salienta Mello Moraes Filho. Ao que tudo indica, muitas pessoas assistiam aos festejos, à procissão e danças ao som de músicas e trovas. Dois andores levavam São Benedito e Santo Antônio, mulheres negras com trajes de rainha e coroas douradas; além dos adereços como barretinas de linho com miçangas e fitas enlaçadas. Cremos tratar-se de uma festa com muitas cores, movimentos, performances, musicalidade e ritmos. Muita pompa e opulência podem ser apreendidas da cena descrita pelo memorialista.

¹⁵ NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino**. Teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e Caribe. São Paulo: PUC-SP. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2011, p. 07.

¹⁶ FILHO, Mello Moraes. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1999.

¹⁷ FILHO, 1999, p. 70-72.

Em Desterro, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos também manifestava sua devoção em performances em procissões homenageando santos padroeiros. Africanos/as e seus descendentes, coroados com toda a pompa, desenvolviam pelas ruas da cidade e aos arredores da Capela do Rosário, com ritmos, sons e musicalidade, práticas devocionais de um catolicismo leigo, criouloizado, permeado de elementos incorporados por populações das diásporas nas Américas.

No ano de 1841, os cargos de rei e rainha foram eleitos pela última vez, sendo o irmão Eleuterço, “escravo de Dona Anjelica França” eleito para rei e a irmã Laureana, “escrava de Dona Ana Joaquina de Proença”, para o cargo de rainha¹⁸, funções a serem desenvolvidas em fins daquele ano até o ano de 1842 quando, em outubro, ocorreria a próxima eleição.

O momento da festa apresentava-se como destaque na vida da Irmandade, visto que muitos dos registros¹⁹ levantam esta atividade devocional e o compromisso como fundamental a cada ano. Assim, o festejo organizava-se antecipadamente, de acordo com as possibilidades financeiras. Missa solene, cantada ou rezada²⁰, de acordo com os recursos e pompa pretendidos na ocasião; procissão em via pública, levantamento do mastro com a bandeira da associação, coroação do rei e da rainha do Rosário, banda de música para animar a celebração e comidas para degustação após o enredo organizado. Nos dizeres de Célia Maia Borges, “tudo isso exigia encontros para produzir o ritual, como combinar a comida, prepará-la, confeccionar a indumentária dos participantes, ornamentar a via pública e o trono da realeza”²¹.

Assim, muitas vezes, Eleuterço e Laureana devem ter se dirigido à capela da Irmandade para pensar, junto aos demais membros da Mesa, nos preparativos festivos. Provavelmente, ambos moravam nas proximidades da capela, em bairros como a Figueira e a Tronqueira, que abrigavam parcelas das populações de origem africana cativas do período.

¹⁸ Pasta de Folhas Avulsas (1788-1905), p. 10, Documento 04, pertencente ao Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

¹⁹ Livros-Ata, Caixa e Compromissos.

²⁰ De acordo com estudo realizado por Mauro Dillman Tavares sobre as Irmandades Religiosas em Porto Alegre na segunda metade do século XIX, os termos missa rezada, cantada e solene têm significados diferentes implicando desde a questão dos recursos financeiros até a pomposidade da missa. Assim, quando nossa documentação informa que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito pôde apenas realizar uma missa rezada - normalmente, quando estava sem recursos por causa das obras constantes, por exemplo -, sendo esta uma celebração mais simples, sem ritos especiais e contendo somente preces litúrgicas; a missa cantada constituía elementos de uma celebração mais solene e orações cantadas; já uma missa solene integrava um campo de elementos de maior pomposidade, estando os irmãos participantes vestidos com suas opas e a cor da Irmandade, a celebração realizada por um membro superior da Igreja – um bispo, por exemplo -, a capela e todo o altar deveriam estar decorados, enfeitados com flores, mantos e todos os preparos necessários a ocasião. Consultar: TAVARES, Mauro Dillman. **Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)**. São Leopoldo: UNISINOS. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2007, p. 165.

²¹ BORGES, 2005, p. 181.

Eleuterço e Laureana foram os últimos a utilizar os ornamentos em rituais de coroação. Eleuterço vestiu-se com o manto, o cetro e a coroa da Irmandade; Laureana, trajada de rainha, utilizou também a coroa que o cargo recomendava. Talvez, ainda aquela coroa de prata “esquecida” de ser entregue por uma antiga rainha em 1777. A coroa constituía elemento marcante junto ao figurino festivo de coroação. Utilizada pela rainha, completa o traje real, objeto de uso também do rei. Homens e mulheres, cativos e cativas de diferentes procedências africanas, celebravam suas práticas, devoções e sociabilidades.

Havia muitas cores, música, instrumentos, adereços em todos/as os/as participantes e, principalmente, cuidados... a rainha, destaque da festividade, muitas vezes ficava resguardada do sol, sob uma espécie de grande guarda-sol. Não uma cópia dos procedimentos de origem europeia, mas a incorporação de elementos de realezas africanas torna-se marcante. Incorporar significa neste momento, utilizar-se de elementos de outros grupos culturais ou étnicos e reinterpretá-los, apropriar-se de modo a satisfazer demandas culturais e práticas dos grupos que as selecionaram. Neste sentido, incorporar adereços e posturas reais europeias podia ser uma forma de constituir laços e conseguir aglutinar pessoas cativas em meio a todos os impedimentos vindos das autoridades, por receios de rebelião, fugas, etc. Por outro lado, muitos africanos e africanas estavam envolvidos em formações estatais em África, antes de aportarem no Brasil pelo tráfico. Assim, a estrutura real era praticada por diferentes povos africanos a seu modo, sendo, entretanto, constituída por objetos, insígnias e adereços semelhantes.

Além de uma tática de resistência numa sociedade que pretendia o controle sobre manifestações de origem africana, muitos estudos indicaram que elementos da realeza eram conhecidos por diferentes povos africanos antes do contato com portugueses²², pois suas práticas culturais em África se utilizavam destas insígnias. A figura do rei e da rainha coroados em praça pública também poderia simbolizar um papel político importante e saberes ancestrais, como bem aponta Nirlene Nepomuceno:

Ridicularizados por autoridades coloniais e por religiosos, que costumavam classificá-los como “reis de fumaça” ou “reis imaginários”, esses soberanos negros cumpriam um papel cujo significado, reunindo poder político e saberes ancestrais, fugia ao entendimento daqueles externos ao grupo. A despeito da condição de “imaginários”, infligiam temor naqueles encarregados de zelar pela ordem, receosos do alcance de sua influência sobre o grosso dos escravos, não sendo poucas as iniciativas para o banimento da eleição e coroação desses dignitários²³.

²² Consultar: HEYWOOD, 2010; SOUZA, 2002; BORGES, 2005.

²³ NEPOMUCENO, 2011, p. 70.



Imagem18: Carlos Julião. Cortejo de uma Rainha Negra, Rio de Janeiro, Brasil - 1776.²⁴

Além da coroa do rei e da rainha, a santa prestigiada – Nossa Senhora do Rosário – também possuía uma coroa. Ao que tudo indica a Igreja Católica não veria com bons olhos uma manifestação devocional e o cortejo na qual a figura central estivesse fora de seu universo de controle e santificação. Assim, a figura central da coroação, a partir da visão da Igreja, era a santa (Nossa Senhora do Rosário), enquanto para as populações frequentadoras da Irmandade, a santa era importante, mas seu rei e sua rainha tinham papel simbólico no intermédio entre dois mundos: o espiritual, dos ancestrais; e o terreno, dos homens e mulheres.

A gravura a seguir, produzida no começo do século XIX por Rugendas²⁵, realça um momento de dança, festa e movimento celebrados, provavelmente por uma Irmandade, pois se tratava de uma congada com rei e rainha, corte, bandeira, música, adornos e muitos encontros. As cores fortes constituem elemento de destaque ao observarmos a pintura, além dos

²⁴ Carlos Juliao. “Riscos illuminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio” (Rio de Janeiro, 1960).

²⁵ Johann Moritz Rugendas nasceu em Augsburg em 29 de Março de 1802. Seu pai, um artista que também conseguiu a Escola de Arte, foi seu professor em seus primeiros anos. Em 1814 Rugendas, que era empreendedor, mesmo no início da adolescência, foi para Munique para estudar ainda mais sob Albrecht Adam. Em 1817, Johann Moritz Rugendas se matriculou na Academia de Arte de Munique, onde sua principal era professor. Rugendas foi atraído para a pintura da paisagem, os cavalos e trabalhos da natureza. Em 1821 Rugendas, com apenas 19 anos de idade, aproveitou a oportunidade oferecida pelo Cônsul-Geral russo no Brasil, Freiherr von Langsdorff, a viajar à América do Sul e explorar as matas. No decorrer da expedição, no entanto, Rugendas rompeu o seu contrato com Langsdorff, a fim de estudar o país, sua flora e fauna e os habitantes, por conta própria. Ele também documentou a vida agitada do Rio, enquanto o Brasil estava lutando pela independência. Em 1845, após muitas viagens e paisagens, voltou para a Europa, parando antes na Argentina, no Uruguai e no Brasil, chegando a Paris em 1847. Ele conseguiu vender suas obras para o Rei Max II da Baviera, para uma renda garantida. No entanto, estava fraco de saúde desde o acidente de cavalo sofrido numa viagem aos Andes. Johann Moritz Rugendas morreu em Weilheim na Teck em 29 de Maio de 1858. Maiores informações em: <http://www.johann-moritz-rugendas.com/>. Acesso em 07 de agosto de 2012.

instrumentos musicais como um tambor, as coroas da corte festiva e muitos populares de origem africana na festividade.

No caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Desterro/Florianópolis, não temos elementos suficientes para informar quais os demais integrantes desta corte, além do rei e da rainha, pois os documentos da Irmandade não nos fornecem tais dispositivos. cremos que, assim como em milhares de associações leigas de africanos/as e seus descendentes no Brasil, esta festividade do Rosário de Desterro compunha-se de cargos como príncipe, princesa, músicos, uma figura a conduzir o estandarte e o povo a prestigiar tal acontecimento solene em praça pública, aos olhos de todos.

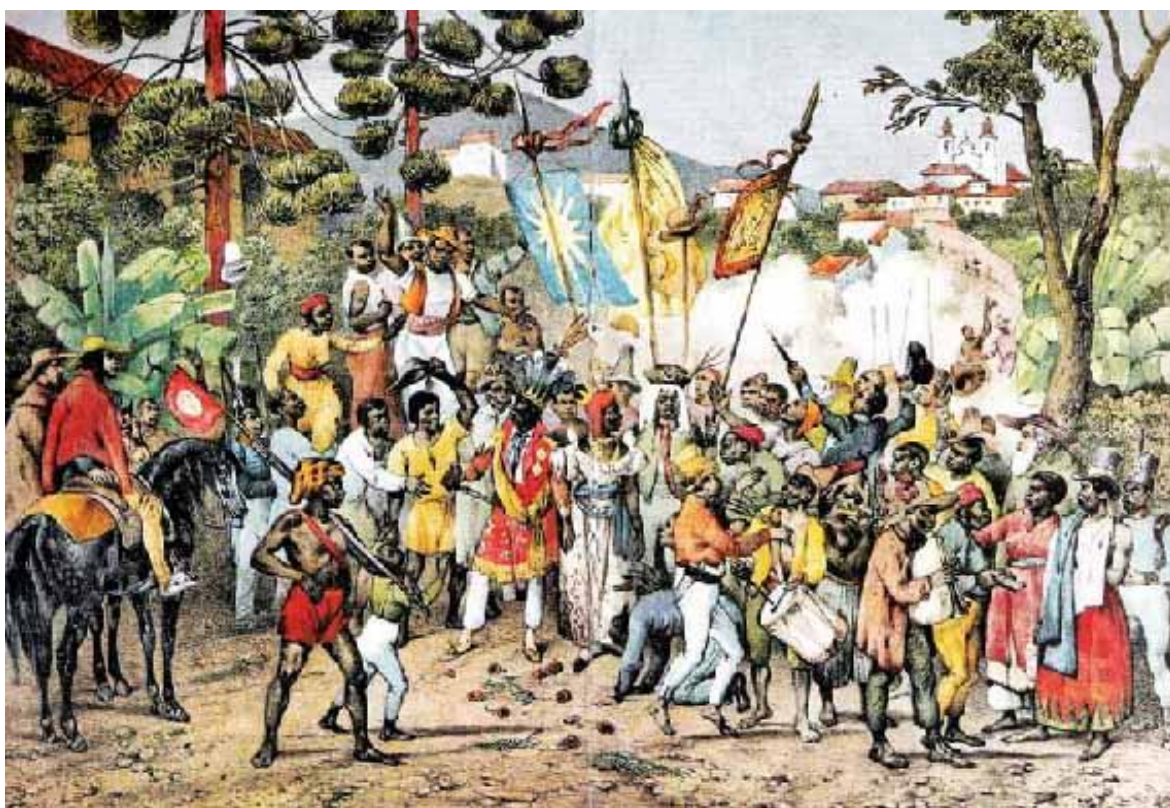


Imagem 19: Ambiente do Brasil-Colônia, a dança da congada.²⁶

Para Julita Scarano, nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário foi que as populações de origem africana conservaram seus reis e rainhas, “personagens esses que terão lugar de prestígio, aos quais se tributa homenagem e respeito, e que ocupam posição de realce sobretudo durante as festividades e comemorações”²⁷. Os reis ocupavam lugar de destaque na

²⁶ Johann Moritz Rugendas (1802–1858). Data: 1835. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rugendascongada.jpg#file>. Acesso em 01 de agosto de 2012.

²⁷ SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional. 1978, p. 45. 2ª. ed.

associação, tendo espaço privilegiado no altar-mor. Os trajes, adornos, símbolos reais, refletiam a importância destes cargos. “Estes reis negros, apesar de se vestirem à maneira dos brancos, dançam suas danças próprias, cantam suas canções de mistura com as letras da oração”²⁸.

Os estudos realizados sobre as irmandades leigas organizadas por pretos e pardos nos séculos XVIII e XIX sugerem formas de manifestação festiva, danças, músicas e performances, utilização de instrumentos musicais indicativos de uma forma de festejar própria da diáspora africana no Novo Mundo.

Em 1815, durante passagem pela Ilha de Santa Catarina, o viajante naturalista Louis Choris deixou um relato, permeado de detalhes, com suas impressões sobre festividades africanas realizadas na Ilha:

Os negros não trabalham aos domingos. Durante as festas de fim de ano gozam de uma liberdade quase ilimitada. Eles se reúnem em grupos de dez a vinte; seus senhores os vestem de seda com ornamentos bizarros que consistem em plumas, fitas, e pequenos espelhos. Cada grupo tem um chefe que está armado com uma espada; outros têm címbalos, flautas e tambores, pedaços de bambus talhados em cortes transversais; pulam por cima de uma vara com bastante ligeireza, produzindo uma espécie de som rouco.

(...) Estes grupos vão de casa em casa dançando; e quanto mais se aproxima o fim destes três dias, mais eles se extravasam em arrebatamento nos seus prazeres (...). Os negros amam a dança, iniciando este divertimento pela tarde. Um negro e uma negra dançam sozinhos, muitas vezes ao som de um instrumento chamado “Carimba” pelos portugueses, e “Bansa” pelos negros. Este instrumento é formado de uma tabuinha com uma base longa, na extremidade da qual batutas de ferro aplanadas são fixadas umas ao lado das outras sobre um pequeno cavalete de ferro ou de madeira, que as sustém. Troncos colocados de cada lado servem para segurá-lo e também emitir um som. Pressiona-se a ponta das batutas de ferro com o polegar, resultando disso uma espécie de som queixoso. O homem que toca este instrumento serve-se de acompanhamento um canto que faz freqüentemente correr lágrimas dos olhos dos negros, de maneira que se vêem os negros dançando e chorando ao mesmo tempo²⁹.

A partir deste relato rico em detalhes percebemos alguns instrumentos utilizados pelas populações africanas e seus descendentes na realização das festas, como flautas, kalimbas e tambores, presentes em relatos sobre outras províncias do país nos séculos XVIII e XIX. A “carimba” ou “bansa” também é encontrado grafado de outras formas, como “kalimba”, “sanza” ou “likembe”³⁰, por exemplo, de acordo com a região a qual pertenciam os povos africanos. Era um instrumento muito comum e utilizado na ocasião dos festejos. Produzido em madeira ou cabaça, tinham uma abertura e uma sequência de filetes de metal, produzindo som forte quando tocados. Os protagonistas da festa reuniam-se em grupos, aos olhos do viajante, dispo de uma “liberdade quase ilimitada”, pois se tratavam de cativos com

²⁸ SCARANO, 1978, p. 45.

²⁹ HARO, Martim Afonso Palma de (org.). **Ilha de Santa Catarina**: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardi, 1996, 3ª. ed., p. 243.

³⁰ Maiores informações em: <http://www.kalimba.art.br/kalimbas.html>. Acesso em 25 de setembro de 2012.

liberdade para festejar “entre os seus”. As festas eram momentos de catarse, de renovação de energias, muito além de meros divertimentos, constituindo encontros em que sensibilidades afloravam, onde choro e dança se encontravam ao celebrarem suas tradições em cativeiros. A partir do relato percebemos os grupos produziam sonoridades em “som queixoso”, revelando seus estados emocionais e subjetividades na diáspora.



Kalimba africana - *Sanza*
Instrumento originário do Zaire, medindo 21,5x17.5 cm recolhido em 1947 pelo Museo Luigi Pigorini, Roma.



Kalimba brasileira - *Kalimbas T15 e T11* - Corpo tradicionalmente construído com “cabaças” e o tampo em madeira de lei. Portanto são instrumentos únicos e com formas bem diversas, acompanhando a forma da cabaça.

Imagem 20 - Kalimbas – africana e brasileira³¹.

Segundo informações do viajante, os grupos estavam trajados com muitos ornamentos vestidos pelos próprios senhores, com seda e “ornamentos bizarros”, constitutivos de culturas diversas ao modo europeu de enxergar o mundo; além de festejarem dias seguidos – muito sintomático, serem três dias de festa, num final de ano, nas proximidades do Natal, semelhança que ocorreu posteriormente com os festejos de carnaval.

Chamou-nos atenção o fato de “um negro e uma negra dançarem sozinhos”, ao som da “kalimba”, acompanhados de um canto que não podemos identificar qual seja. Este trecho incita-nos a pensar nos elementos citados e semelhantes aos festejos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, quando da ocasião das homenagens à padroeira, anualmente, em dezembro. Aproxima-se o fato de que, em ambas as festividades, “um negro e uma negra” dançavam ao som de instrumentos, cantos e um grupo de pessoas a acompanha-los. Este “casal” de africanos seria um rei e uma rainha coroados por ocasião da festa a Nossa Senhora

³¹Fonte: <http://www.kalimba.art.br/kalimbas.html>. Acesso em 11 de fevereiro de 2013.

do Rosário? Não podemos afirmar tal pretensão, mas os trajes ornamentados com plumas, fitas e outros adereços, indicavam um jeito de vestir próprio para as comemorações; um jeito próprio de vestir e dançar ao som de seus instrumentos. O fato de estarem “sozinhos”, “distanciados” dos membros dos demais grupos, pode ser sugestivo de algum tipo de distinção de comemoração em que um homem e uma mulher, africanos ou de descendência, tinham destaque, referência.

O viajante, ao ressaltar que o canto fazia “freqüentemente correr lágrimas dos olhos dos negros, de maneira que se vêem os negros dançando e chorando ao mesmo tempo”, permite-nos inferir que o canto causava tristeza/melancolia ao possibilitar relembrar vivências em África e a situação de cativo experienciada no Brasil. Cantavam e dançavam, ao passo que também choravam. Talvez o canto e o choro fossem revivências coletivas do passado e reatualizações culturais, experienciando uma memória comunitária em relação à terra que ficou para trás, do outro lado do Atlântico. A kalimba, tocada por um homem do grupo de pessoas a rememorar lembranças e reatualizar práticas culturais, é um instrumento africano, com um som próprio, descrito pelo viajante como “queixoso”, ou seja, produzindo som de lamento, sentimento, tristeza.

Interessante ainda a presença de dois personagens armados com espada feita de bambu. A “brincadeira”, protagonizada por dois “chefes”, um de cada grupo, assemelha-se muito ao cacumbi, manifestação de origem africana com presença marcante em Desterro/Santa Catarina até a segunda metade do século XX, e com características/elementos semelhantes aos destacados pelo viajante. Assim, cada um com sua “espada”, desenvolvia uma espécie de teatralização de práticas, envolvendo cantoria coletiva, ritmada e repetitiva. Práticas culturais existentes, talvez não da mesma forma, ainda no século XX; mas com elementos, cores, danças remetendo às vivências culturais africanas em Florianópolis³².

Ao mesmo tempo, havia dança, performance, “luta”. Uma série de elementos constitutivos de códigos culturais de matriz africana. A imagem a seguir, retratada por Choris, permite-nos vislumbrar um grupo de africanos ou afrodescendentes no interior da Ilha de Santa Catarina, dançando e, provavelmente, cantando ao som de seus instrumentos. Na ilustração vemos um homem sentado sob a árvore, uma mulher de pé ao seu lado, pouco distanciados do grupo de dançantes. Um homem, talvez um jovem, porta um tambor e toca-o produzindo sonoridade, ritmo, emoção e memórias, ao que duas integrantes daquele

³² Sobre a presença de dois grupos de Cacumbi em Santa Catarina na segunda metade do século XX, consultar: ALVES, Jucélia Maria; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleidi. **Cacumbi**: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, Coedição Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

grupo, dançam. Outro homem parece segurar um pandeiro que, apesar da pouca visibilidade dada pela imagem, aparece no relato do viajante em forma de descrição. A dança parece alegre, comemorativa. Ao fundo, em menor destaque, um casal caminha de braços dados, a olhar as paisagens. Talvez, proprietários daquelas terras interioranas e senhores daqueles homens e mulheres que festejam o final de ano, cantando, festejando e, ao que se assemelha, sambando.



Imagem 21- Desenho do viajante Louis Choris, retratando as danças e as músicas na Ilha de Santa Catarina no século XIX³³.

Louis Choris, o viajante do século XIX, ainda relata mais algumas considerações a respeito de sua estada e dos “divertimentos negros”. Pertinente perceber os elementos de ligação da fala do viajante a imagem produzida por ele, a performance, a dança e as práticas. Eram meros divertimentos a olhares externos, para eles podiam ser reencontros com seus

³³ Fonte: HARO, 1996, p. 240.

pares, atualizando tradições e memórias de Áfricas, em atividades consagradoras de seus sentimentos africanos, ainda que escravizados no Brasil.

Pelo fim do dia os negros, para distraírem seus trabalhos penosos, reúnem-se e dançam: por toda a parte onde esta raça de gente habita, ela se entrega com paixão ao divertimento. A orquestra é simples; um dançarino toca o pandeiro, e acompanha assim seus passos e os de uma ou duas dançarinas, enquanto que um dos espectadores bate sobre um tamborim esperando o momento em que ele o deixará para figurar, por sua vez, com o pandeiro.³⁴

Nas palavras de Muniz Sodré (1998), existe na música africana a chamada síncopa³⁵, dita como a “batida que falta” e que, necessariamente, produz uma incitação ao preenchimento dessa espécie de “espaço” temporal existente entre uma marcação e outra. Segundo o autor, “tanto no *jazz* quanto no *samba*, atua de modo especial a síncopa, incitando o ouvinte a preencher o tempo vazio com a marcação corporal – palmas, meneios, balanços, dança”³⁶. O corpo, o ouvir, o falar, o cantar, produz movimento e, quando celebrado com vários corpos, mãos, falares, cantares, recria experiências, reatualiza vivências culturais. “Entre o tempo fraco e tempo forte irrompe a mobilização do corpo, mas também o apelo a uma volta impossível, ao que de essencial se perdeu com a diáspora negra”³⁷. Mobilizar o corpo, a performance, movimenta saberes, modos de vida alterados e ressignificados na diáspora.

Outro relato realizado na primeira década do século XIX, especificamente no ano novo de 1804, permite compreender, para além do estranhamento do viajante, algumas práticas festivas organizadas por africanos e seus descendentes em Desterro, atentando, especialmente, para indícios de africanos destacados nas impressões do naturalista Langsdorff.

Encontrei com facilidade o terreiro de danças no centro da vila, pois o som da música e os gritos dos dançantes ecoava à distância; digo música, mesmo que não ouvisse um só dos nossos instrumentos europeus de som ou de corda. Era uma gritaria monótona, uma marcação barulhenta e selvagem do compasso, com as batidas dos chocalhos e palmas indicando à distância o lugar da reunião. [...] O rei ou o mestre do grupo dançante se destacava de todos os outros companheiros do baile pela estatura, as dimensões do corpo e os gestos. Como herói ele conduzia seu povo, que se reunia em círculo em torno dele. Ao invés do elmo azulado sua cabeça estava coberta de brilho, papel dourado e penas coloridas, e em vez do plastrão usava pequenas franjas de lantejoulas ao peito, sóis e estrelas recortadas em papel dourado e prateado adornavam todo o ambiente. Na mão esquerda este herói segurava um bastão de dois pés de comprimento que era atritado em outro menor na mão direita. Em lugar de músicos, havia um círculo de negros sentados ao chão em

³⁴ HARO, 1996, p. 246.

³⁵ “Síncopa, sabe-se, é a ausência no compasso da marcação de um tempo (fraco) que, no entanto, repercute noutro mais forte”; “A síncopa garantia a recriação ou reinvenção dos efeitos específicos dos instrumentos de percussão dos negros”. SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 2ª. ed., p. 11; 31.

³⁶ SODRÉ, 1998, p. 11.

³⁷ SODRÉ, 1998, p. 67.

um canto e batiam com as mãos sobre uma pele de boi esticada sobre um toco de árvore – Este era o tambor. (...) Alguns cobriam o rosto com máscaras, outros estavam horrivelmente lambuzados de vermelho, branco e outras cores. (...) Eles gingavam de uma maneira incomparável os quadris, girando-os horizontalmente em forma de círculo (...).³⁸

As observações narradas por Langsdorff, apesar de permeadas por preconceitos, eram vistas de seu próprio universo cultural, julgando as manifestações culturais alheias enquanto selvagens, indicando, no entanto, práticas africanas. O tambor, “uma pele de boi esticada sobre um toco de árvore”, sobre o qual batiam com as mãos, mais uma vez foi destacado e, desta vez, utilizado para dar ritmo ao grupo de africanos que em círculo, com os movimentos de suas mãos e a musicalidade de suas vozes e corpos, alguns com máscaras, “lambuzados de vermelho, branco e outras cores”, compunham uma celebração festiva comunitária. Havia uma “gritaria monótona”, marcada por um acompanhamento barulhento e selvagem. O ritmo do canto (“gritaria”) seguia a marcação do compasso com “batidas dos chocalhos e palmas”. Uma figura avultava-se em meio aos demais, o rei, ou “herói”, ornado de muitos adereços brilhantes, além de um bastão longo e outro menor, sem o plastrão que seria uma espécie de proteção ao corpo. O rei, chefe supremo ou líder, destaca-se na dança que a todos articula – muito além da realidade e do imaginário ocidental.

O narrador informa que o som e a música eram ouvidos de longe. A música estava distante dos sons e instrumentos utilizados por europeus, talvez por isso a simplificação do viajante na descrição dos sons produzidos e dos materiais utilizados na performance teatral. O repertório produzido pelo grupo de africanos constituía-se de instrumentos musicais africanos, “gritos” que provavelmente indicavam uma sonoridade não compreendida pelo estrangeiro, visto não integrar seu universo cultural. Tais gritos, muito possivelmente, sugeriam um drama musical, uma estética e uma língua diferentes das, costumeiramente, ouvidas por Langsdorff.

O grupo gingava, revelando movimentos nos quais os quadris giravam em “forma de círculo”. Estes movimentos, em termos do que o Cristianismo oficial propunha, estavam muito distantes de práticas consideradas sagradas. Elementos culturais considerados pagãos, profanos e indicativos de modos diversos de ver e viver o mundo significava “autonomia existencial”, riscos ao controle da Igreja³⁹. O corpo, “principal fonte da perdição”, estava sob a tutela cristã e o ideal seria desvincular-se de seu físico. “O requebrado era, naturalmente, a ofensa mais grave”⁴⁰. O corpo, à mostra, em movimento “incomparável”, em meio a tantos outros corpos em performances grupais, rememorava práticas, o profano.

³⁸ HARO, 1996, p. 169-170.

³⁹ SILVEIRA, 2005, p. 21.

⁴⁰ SILVEIRA, 2005, p. 27.

Também esteve em Santa Catarina, na Ilha, em 1825, Carl Friedrich Gustav Seidler, um suíço-alemão. Sua visão em relação à população africana era extremamente pejorativa, racista e limitada ao seu mundo ocidental, branco, europeu. No entanto, seus comentários auxiliam no entendimento acerca de festas, folguedos e práticas de matriz africana.

Nos dias de festa também lhes é permitido de se entregarem livremente a seus folguedos. Costumam então reunir-se em lugares a isso destinados, perto das cidades para esquecerem com a música e a dança as penas e tristezas da semana. Os instrumentos musicais de que aí se servem são em regra extremamente simples, o que não impede que toquem alguns deles com grande perícia. O mais importante deles consiste numa meia cabeça ou porongo, com hastezinhas de ferro, o qual de todos é o que soa mais agradavelmente. Também usam uma corda de tripa esticada sobre um arco, bem como tocam com as mãos uma espécie de tambor. Não se pode esperar grande harmonia de semelhante instrumental, mas os negros com ele sentem-se bem felizes pois durante essas horas têm a ilusão de serem independentes e livres. Já as suas danças (...) não merecem louvor, pois mais têm que ver com os faunos do que com Terpsícore.⁴¹

Novamente temos destaque para os instrumentos musicais elaborados e tocados por africanos. A kalimba, nas palavras do viajante, soava “mais agradavelmente” talvez porque sua sonoridade seja mais suave, diferentemente do som produzido por um tambor, mais forte, “estrondoso”, latente. A presença da corda de tripa esticada sobre um arco lembra um berimbau, instrumento sonoro bastante utilizado na capoeira. A harmonia destes três instrumentos diversos parecia impossível, de acordo com o relator, visto que os sentidos de audição e fonação são radicalmente distintos ao seu universo europeu. Para ele, a dança, ao som daqueles instrumentos, tinha mais a “ver com os faunos do que com Terpsícore”, sugerindo que a dança deveria ser “singela”, calma e tranquila, tal qual sua musa representada sentada com uma lira.

Creemos que sua visão eurocêntrica impediu averiguar e compreender a singularidade daquela experiência festiva, uma vivência comunitária, um “partilhar de sentimentos coletivos”⁴². Era na festa que grupos culturais ressignificavam suas vidas. A música, as danças, práticas instrumentais renovavam seus modos de vida, reatualizavam sua energia vital para a continuação das atividades do restante dos meses. Festas, folguedos, encontros celebrativos refaziam o ser africano ainda que escravizado. Interessante como a partir desse relato algumas subjetividades africanas foram percebidas, dos escravizados que tocando, dançando, cantando, recuperavam energias desgastadas no árduo viver do cativo.

Ressaltamos também, os comentários de Urey Lisinasky, inglês, contemporâneo de viagem com Krusenstern, aportado na Ilha de Santa Catarina em dezembro de 1803. Seu relato refere-se aos festejos do Natal de 1803.

⁴¹ HARO, 1996, p. 292.

⁴² PRIORE, Mary Lucy Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 10.

Os costumes dos senhores, diferindo pouco dos usados pelos católicos da Europa, quase não atraíam minha atenção. O que não acontecia com relação aos negros que, estando divididos em grupos, de acordo com seus aspectos, produziam em mim uma grande diversão, com suas esquisitas danças típicas, onde eram introduzidas ações e gestos característicos, à maneira de suas condutas em batalhas. Este inocente entretenimento de danças continuava por uma quinzena, sem interrupção. Não sabia de que mais me admirar: se dos seus espíritos infatigáveis ou dos seus procedimentos recatados. (...) O último dia de festas foi encerrado com uma espécie de comédia, interpretada diante do Governador, por negros devidamente escolhidos (...)⁴³.

O viajante sentiu-se atraído pela diversidade e curiosidade que o festejo causava. Os costumes dos senhores, nada possuíam de atrativo, pois era o que se habituara ver na Europa. Diferentemente, as práticas culturais africanas na pequena Ilha de Santa Catarina, possuidoras de gestos, danças e coreografias, incitavam olhares alheios àquele universo cultural. Ao referenciar que se tratavam de “esquisitas danças típicas”, logo evidenciamos seu olhar estrangeiro e eurocêntrico sobre modos de vida desconhecidos, cujas condutas, reduziu ao significado de danças em forma de batalha, mas, ao menos nesta passagem deu a perceber que sentia sons e climas de confronto, de combate. Interessante que o viajante relata a existência de diferentes grupos, provavelmente de diversas origens africanas (congos, minas, monjolos, moçambiques, angolas e tantos outros que localizamos nas documentações da Irmandade do Rosário, por exemplo), tendo por meio da dança, a concretização de um episódio coreografado, narrativa de memórias e histórias africanas reatualizadas na diáspora. Para o narrador, o “entretenimento” era “inocente”, ocorrendo durante uma quinzena inteira. Esse “entretenimento”, encerrado com uma comédia apresentada ao Governador, provavelmente ocorria entre a quinzena do Natal e o dia de Reis, muito festejado por africanos/as e seus descendentes no Brasil. Tratava-se de uma festa com demonstrações teatrais, cujos personagens, incansáveis, concretizavam práticas e manifestações revivendo seus universos culturais.

As passagens festivas relatadas pelos viajantes assemelham-se a outras vivências culturais festivas realizadas por populares de origem africana nas primeiras décadas do século XIX. Apesar de mais distantes temporalmente de nossos sujeitos históricos do começo do século XX, suas práticas de vida, experiências comunitárias e “ajuntamentos”, indicam que as culturas africanas resistiram, lutaram, viveram tensões com Posturas Municipais, Igreja Católica, elites urbanas, reformas de todos os tipos, mas, não se deixaram vencer e dominar pelos valores europeus.

⁴³ HARO, 1996, p. 154-155.

Localizamos no Livro Caixa 4⁴⁴, do acervo da Irmandade, no ano de 1832 gastos com a realização de duas missas para a posse e entrega do Reinado da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário aos futuros Rei e Rainha. Além das missas, um valor de 36\$380 réis que seriam gastos exclusivamente com a festa de Nossa Senhora do Rosário, o altar-mor seria todo coberto de flores e com pano rosa. A irmandade adquiriu ceras, velas e incenso para as cerimônias a serem realizadas em homenagem à padroeira. O rei era Antônio e a rainha Ana Rosa de Jesus.

Como mencionamos no segundo capítulo, havia diferentes formas de a associação adquirir recursos, dentre as quais, doações e testamentos. No ano de 1833, a Irmandade recebeu um anel precioso deixado pelo falecido padre Sant'Anna, anel que foi cravado na coroa da santa padroeira durante os festejos⁴⁵. Neste ano, também muitos foram os gastos com o foguetório, as músicas da novena e da festa, o sermão da missa, as ceras para o dia da coroação.

Percebemos que a festa não acontecia apenas em um momento, mas envolvia atividades diferentes por um longo período, quase o ano todo. Em virtude da escassez de fontes que permitam esmiuçar os detalhes da festividade, temos algumas dificuldades para tentar “refazer” de maneira didática, de que modo seguia o festejo. Conseguimos, no entanto, através dos elementos deixados em Atas e Livros Caixa, montar este “quebra-cabeça” e esboçar alguns elementos existentes nas festividades e como os/as irmãos/ãs procediam nestes grandes momentos.

De acordo com Ana Maria Bidegain, o significado da festa para as irmandades leigas de pretos/as e pardos/as pode ser identificado como lugar central nas atividades durante o ano. “Tudo convergia para que a festa tivesse o máximo de esplendor”. Para a autora, a festa tem relação com o cotidiano e “é a única coisa diferente da vida diária; é um espaço de liberdade próprio de uma vida de escravidão. O escravo deve trabalhar para o senhor, mas na festa dança para si mesmo⁴⁶”. Em Desterro, veremos muitas ruas cheias desde o século XVIII com as “gloriosas” festas e procissões negras aos oragos.

Como ressaltou Louis Choris em seu relato de 1815, “os negros africanos não trabalhavam aos domingos”. Esta negociação, além de envolver momentos dos cativos dados a lembranças de Áfricas, aos cuidados com suas plantações e ao que atualizava suas tradições, permitia cultivar sua santa, festejar sua devoção, encontrar seus “irmãos de fé” e de folia.

⁴⁴ Livro Caixa 4 (1829-1847). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

⁴⁵ Livro Caixa 4 (1829-1847). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

⁴⁶ BIDEGAIN, A. M. **História dos Cristãos na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 193 apud: SILVA, 2008, p. 54.

Assim, domingos, dias santos e outros tantos momentos de menor cobrança, vigilância e repressão, possibilitavam confraternizações, “dança para si mesmo”. A festividade comportava outros encontros, um distanciamento das árduas lidas da vida em cativo.

Para entender o significado das festas e a importância destas para a vida da associação e de seus irmãos e irmãs precisamos compreender de que forma aconteciam estes rituais em homenagem a Nossa Senhora e São Benedito. Percebemos que o mundo da cidade de Desterro, no início do século XIX, assistia nas suas ruas - do que hoje é o centro da cidade -, aos desfiles organizados pela Irmandade do Rosário para coroar seu rei e sua rainha e homenagear a Santa padroeira Nossa Senhora do Rosário.

A procissão era momento fundamental, e os cortejos ao rei e à rainha ocupavam as ruas da cidade produzindo uma paisagem distinta, com marcas da diáspora, falando de uma coroação⁴⁷ de reis pretos⁴⁸, em praça pública, em pleno período Imperial no Brasil, que, a partir de 1808, tem no próprio território brasileiro a figura do seu Rei e sua corte imperial. No entanto, parece que a sociedade imperial e escravagista deste início do século “compreendia” ou negociava melhor estes momentos de celebração por parte das populações de origem africana, a maioria na condição de cativos/as.

Esta “compreensão” pode ser entendida como permissão para festejos, apesar de diferentes ações, Posturas Municipais e reprimendas policiais aos chamados “ajuntamentos negros”. Longe de ser uma concessão, a “compreensão” de que momentos de lazer, em especial os cortejos festivos a uma rainha/santa católica, eram, muitas vezes aceitos como forma de evitar rebeliões. Apesar de muitas autoridades terem criado atritos e regulamentações, proibindo tais manifestações, folguedos e festanças, elas aconteciam. Os

⁴⁷ “Embora a solenidade principal da coroação dos reis do Congo acontecesse dentro dos templos (costume que prevaleceu até o século XIX, quando proibições sucessivas por parte dos padres obrigaram a mudança para o adro das igrejas), o auto festivo não se esgotava aí, mas incluía a realização de danças e desfiles em que os negros reviviam aspectos ligados àquele mesmo ato na África e que envolviam elementos não apenas políticos, mas religiosos”. TINHORÃO, José Ramos. **Os sons dos negros no Brasil**: cantos – danças – folguedos: origens. São Paulo: Art Editora, 1988, p. 105.

⁴⁸ Fazemos aqui uma distinção com relação ao termo comumente utilizado na bibliografia sobre irmandades e festividades de origem africana envolvendo coroações de reis e rainha, em especial. Em nosso entendimento – e a documentação sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Beneditos dos Homens Pretos, referente ao século XIX -, o termo adequado é rei preto ou rainha preta, de acordo com a denominação da época, em especial porque homens e mulheres que ocuparam estes cargos fundamentais nas festividades e celebrações rituais de origem africana na diáspora eram africanos/as. Assim, parece-nos mais condizente utilizar esta denominação, ao invés de reis negros ou rainhas negras, visto ser este um termo amplo, pretendendo abranger pretos, pardos, mulatos, crioulos e tantas outras denominações de condição jurídica e social, sendo estes diferentes sujeitos vistos por si próprios como grupo diferentes. Ressaltamos, enfim, a própria briga dentro da Irmandade em 1841 - envolvendo pretos e crioulos disputando poder, espaço e representatividade -, como dispositivo que nos permite compreendê-los enquanto distintos, embora unidos em torno da mesma devoção e condição, pois muitos eram cativos.

maiores cerceamentos ocorreram a partir de meados do século XIX, em especial após a Revolta de Malês⁴⁹, como discutiremos nas páginas seguintes.

As festas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário compunham-se de missas, normalmente duas, sendo difícil afirmar os números exatos, pois podiam mudar de acordo com os recursos disponíveis para as festas; contavam com o sermão do padre e a coroação de Nossa Senhora. Já o momento da procissão era, dentre outras perspectivas, para festejar o rei e a rainha eleitos e coroados naquele ano, referendando seus poderes e cumprir obrigações dispostas no compromisso⁵⁰.

No ano de 1838, o Rei Gabriel e a Rainha Ana Angélica⁵¹ vivenciaram um momento especial na festa em homenagem à santa do Rosário: foram coroados, desfilaram pelas ruas da cidade e compartilharam a festividade com inúmeros irmãos e irmãs da associação. Os desfiles ou danças, componentes das procissões pelas ruas, simbolizavam “fenômenos comunitários e hierárquicos”⁵², exprimindo solidariedades comunitárias e, ao mesmo tempo, seguindo alguns movimentos traduzidos ao catolicismo. Constituíam espaço de alteração do cotidiano, com instrumentos musicais, danças performativas e um “barulho” envolvente, ou “estrondoso” e ininteligível aos ouvidos europeizados.

Naquele ano, os gastos com a Missa para o dia do Reinado foram de 3 mil réis e os montantes de foguetes e bombas, lançados durante todo o período de outubro até o Dia de Reis em janeiro, somaram 19\$480 réis.

Despendeu mais com a Missa do	
Dia de Reis para o mesmo Reinado três mil réis-----	3\$000
Despendeu com foguetes e bombas desde	
o primeiro Domingo de outubro até o dia	
de Reis dezenove mil e quatrocentos e oitenta	19\$480. ⁵³

As festas e procissões demandavam recursos para concretização dos espetáculos, alimentação dos participantes, realização de foguetórios, música, missas, contratações e tantas outras atividades concernentes ao digno cortejo festivo. Assim, para angariar recursos, as irmandades coletavam ou recebiam esmolas antes, ou mesmo, nas datas comemorativas. Grande parte das festas religiosas começava com a arrecadação de esmolas, doações pedidas pelos membros das irmandades para sua manutenção e realização de suas comemorações festivas. Uma prancha de Debret, representando a coleta de esmolas de uma irmandade do

⁴⁹ REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

⁵⁰ Aqui nos referimos ao Compromisso de 1807, visto que o Compromisso anterior foi perdido e o de 1842 não possuía os cargos de rei e rainha.

⁵¹ Livro Ata 1 (1816 – 1861), p. 67. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

⁵² PRIORE, 2000, p. 31.

⁵³ Livro Ata 4 (1829 – 1847), p. 63. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Rosário do Rio Grande do Sul, faz-se elucidativa de elementos da corte festiva e da prática de arrecadar donativos e recursos.

O rei aparece sentado numa espécie de trono, com assento de maior distinção que a rainha. Sua coroa assemelha-se a algo feito de prata, seu manto vermelho e longo é decorado e seu cetro indica um detalhe em ouro na parte superior. A rainha aparenta possuir uma coroa de ouro, com maior destaque estético que a do rei. Ambos possuem um crucifixo num colar junto ao pescoço em provável tradução de seus adereços reais em África. A mesa do peditório está adornada com toalha vermelha e algum detalhe em cor clara sobre o tampo, onde está depositada a bandeja de coleta. O rei e a rainha estão acompanhados de mais dois membros da corte, um sentado ao lado do rei - ao que tudo indica -, o príncipe e outro de pé, ao lado da rainha, acompanhando as doações que ocorrem por adultos e crianças. Também chama a atenção que uma banda de músicos acalora o momento com a presença de um clarinete e um trompete, indicando inclusive, pelo instrumental utilizado, que se tratava de músicos de orquestra.



Imagem 22 – Coleta de Esmolas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – Rio Grande do Sul - 1828⁵⁴.

⁵⁴ Imagem disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean_Baptiste_Debret_-_Coleta_de_esmolas_para_a_Igreja_do_Rosário,_1828.jpg. Acesso em 12 de fevereiro de 2013. Esta obra de Jean-Baptiste Debret encontra-se, atualmente no Museu do Açude, Rio de Janeiro, Brasil. Em preto e branco, é possível visualizá-la no trabalho “**Debret**: todas as pranchas originais de VIAGEM PITORESCA AO BRASIL,

Conforme foi mencionado, os cargos de rei e rainha, com todo o aparato das coroações no dia 26 *de* dezembro, ou então no dia da Reis, em 06 de janeiro, deixaram de existir em 1842, quando da aprovação do novo Compromisso da instituição. Desse modo, a própria comemoração das festas se modificou nesta transição. Enquanto no ano de 1838, ficou registrada uma festa com missa, foguetório, sermão, músicas e coroação, após o ano de 1842, a parte do ritual que envolvia a coroação das figuras representativas do reinado, desaparece – e isso nos surpreende - porque na documentação consultada não foram localizadas explicações para este “sumiço”.

Após 1841, quando foram eleitos o último rei e rainha da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, as festas tiveram modificações, inclusive pela ausência de cargos antes tão importantes, coroados e festejados em praça pública nas procissões. Quintão acredita que a proibição da festa de coroação de reis e rainhas em irmandades de pretos e pardos - prática existente desde o século XVII -, esteja associada à chegada da família real no Brasil, pois com a vinda da Corte o Rei “verdadeiro” “não poderia admitir uma tal contrafação feita pelos escravos, seja pelo desprestígio, seja por uma eventual comparação irônica ou séria”⁵⁵. No entanto, há uma distância significativa entre a data de vinda da família real para o Brasil (mas não em relação à coroação de D. Pedro II, em 1842, este sim um imperador brasileiro) e a extinção destes cargos no Compromisso da irmandade. Existem aí questões as quais não temos subsídios suficientes para encaminhar considerações neste sentido.

De acordo com o Código de Posturas de 1845, “ficam proibidos d’aqui em diante, os ajuntamentos de escravos, ou libertos para formarem batuques; bem como os que tiverem por objetos os supostos reinados africanos, que por festas costumam fazer.”⁵⁶ A incidência de ações repressoras às práticas festivas de origem africana já estavam manifestadas antes, no Código de 1828, mas foram expressas enfaticamente em 1845, quando outro Império se expandia no Brasil. Havia decorrido pouco tempo da organização, entre cativos malês (1835) desencadeadora do Levante em Salvador, e a sociedade brasileira vivia sob os medos de novas

com legenda de Herculano Gomes Mathias (do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)”, publicado pela *Edições de Ouro* em 1980. Segundo informações do organizador do material, a imagem retrata “uma coleta de esmolas para ajudar a manutenção da Igreja do Rosário, antiga Sé, na Rua Uruguaiana, recentemente destruída por um incêndio” [à época da publicação] (p. 98).

⁵⁵ QUINTÃO, 2002, p. 85.

⁵⁶ AHAL/SC. **Desterro, Código de Posturas**. Lei n. 222 de 10 de maio de 1845.

mobilizações, sem esquecer os acontecimentos desencadeados no Haiti entre 1792/1804, contra o sistema escravocrata.

Uma das ações possíveis, além de intensificar a vigilância policial nas ruas e impedir a movimentação de cativos sem passe dos senhores, no período noturno, foi a repressão às festas, momentos de encontro. Estes encontros, movidos a danças, músicas, cantos e comidas mobilizavam e identificavam inúmeros homens e mulheres de origem africana e, aos olhos das elites governantes, representavam um perigo ao “sossego público”.

Neste sentido, caminhou a própria extinção dos cargos de rei e rainha do Rosário. Ao que tudo indica, a legislação impediu estas manifestações, sem, no entanto, que isso simbolizasse o fim das práticas festivas ou a extinção de personagens representativos destas culturas celebrativas. Foram necessárias outras formas de manifestação ou a reorganização das formas existentes, de modo a resistir às normas impostas. Teriam as populações de origem africana, praticantes das coroações de reis e rainhas do Rosário na dita Irmandade de mesmo nome, “disfarçado” de alguma forma o ritual de coroação? Transportar a coroa real para a figura protetora de Nossa Senhora do Rosário simbolizava alguma espécie de adaptação/tradução deste culto que passava por represália às antigas práticas de coroar rei e rainha? Quais as reorganizações pensadas pela Irmandade a partir das proibições destas coroações e de que forma a associação manteve suas festividades? Teriam estes reis e rainhas sido “adaptados” a novos cargos em outras esferas da vida das populações de origem africana em Desterro/Florianópolis, como o caso do mestre sala e da porta-bandeira nas escolas de samba, assumindo outros territórios e papéis/significação? Quais as táticas organizadas pela Irmandade, por africanos e seus descendentes de um modo geral, vigiados pelas novas posturas?

A Irmandade solicitou, em 1853, à Câmara da Assembleia Legislativa, o direito de festejar seus reis, visto que a associação estava com dificuldades em se manter, principalmente após as proibições dos reinados e as posturas rígidas sobre as práticas africanas.

(...) Alegando o estado de progressiva decadência e pobreza em que v[inha] caindo o templo dedicado a Nossa Senhora por falta de socorros provenientes das esmolas que davam os irmãos africanos (...), devido às proibições dos divertimentos estipulada nas leis⁵⁷.

Os Mesários pediram aos representantes da Assembleia Provincial que se

⁵⁷ APESC. **Pareceres da Comissão de Câmaras Municipais**, 1848 – 1867. Parecer de 29/04/1853.

permita aos africanos irmãos daquela irmandade gozarem do prazer de se divertirem nos domingos e dias santos de guarda uma vez que não ofenda a moral pública conforme seus usos e representações dos seus reis e outros personagens (...)⁵⁸.

Porém, para os representantes da Assembleia, era fato que “desde tempo imemorial” os divertimentos, por ocasião da festa de Natal, eram permitidos às populações de origem africana. Mas a Câmara também ressalta que o “divertimento” havia sido proibido. Continuava o documento a destacar motivos para que a prática de coroação de rei e rainha não voltasse a ocorrer.

A indecência das danças de quase todas as nações africanas que ofendia a moral e as desordens que se originarão da embriaguez de muito desses indivíduos, o choque resultante do encontro de uma com outra não que nesse encontro se disputavam a [procedência?] no [passo?] a rivalidade rancorosa que de entre essas desenvolvia por [ocasião?] desse divertimento, causas estas que bastante fazia temer pela tranquilidade pública em ocasiões tais muito ameaçadora e além disto repulsa que de tais divertimentos [ilegível] o estado de civilização a que tenhamos chegado⁵⁹.

A “indecência” ressaltada no documento da Câmara, assim como a “tranquilidade pública”, que seria afetada pelas festas afro ocorridas nas ruas, em razão da celebração de seus reinados, foi destacada como motivos pelos quais os festejos deveriam permanecer proibidos. Os olhares externos só viam maledicências, mas evidenciam fortes aspectos de lutas culturais. Estas anotações são considerações do poder público, carregadas de estereótipos e intolerâncias, considerando apenas a suposta “ameaça” que tais comemorações de reisados significavam. No entanto, a partir destes apontamentos preconceituosos podemos apreender práticas, experiências e culturas festivas em confronto com a rigidez da civilização europeia, improvável de ser detido, mas que alude a temores senhoriais no século XIX.

Ofensa a moral e desordens apontadas no documento da Câmara indicam choques civilizacionais, em que moral e estéticas europeias e africanas defrontavam-se em Santa Catarina. Tais divertimentos africanos causavam repulsa às elites dirigentes, e “bastante fazia[m] temer”, provavelmente pela estética das danças, vestimentas, sonoridades e ritmos causadores de desconfortos à “tranquilidade pública”.

Vislumbramos ser a rua o espaço principal ocupado pelas populações; bebidas e comidas congregavam o cortejo; além de percebermos a possibilidade de vivências múltiplas de inúmeras “nações africanas”, a dançar e folgar ao som de músicas, instrumentos ou cantorias próprias, onde os corpos produziam sons, performances e celebrações. Talvez, aos olhos das autoridades, a quantidade de afros organizados em torno de uma devoção, coroando seu próprio rei e rainha representasse “perigo” e, conseqüentemente, medo de uma possível

⁵⁸ APESC. **Pareceres da Comissão de Câmaras Municipais**, 1848 – 1867. Parecer de 29/04/1853.

⁵⁹ APESC. **Pareceres da Comissão de Câmaras Municipais**, 1848 – 1867. Parecer de 29/04/1853.

manifestação contrária à “ordem escravista”. Como bem ressaltou Reis, os batuques permeados de danças e “cenas públicas de sensualidade negra” indicavam imoralidades e indecência, tendo as famílias brancas que se “preservar” de tais “desonestidades”. Ainda, “desonestidade não combinava com civilização. Já que parecia difícil fechar os olhos, cabia proibir”⁶⁰. Sendo assim, estes modos de festejar causavam desgosto, desconforto, desassossego e impactavam pelas performances corporais que produziam.

Sabe-se, como afirma João José Reis, que foram muitas as proibições aos rituais de coroação de reis e rainhas das Irmandades de pretos, desde o século XVIII, como bem apresenta: “Em 1786, em seguida a mais uma proibição, um grupo de irmãos negros pediu a El Rei de Portugal permissão para realizar suas tradicionais mascaradas, danças e cantos em idioma de Angola. Não sabemos se conseguiram. Ao longo do século XIX prosseguiram as negociações entre os negros e os novos poderes do Brasil-Império”⁶¹. Até mesmo os juízes municipais e eclesiásticos proibiam alguns tipos de atitudes, não sendo necessária uma ordem do Império. Segundo Reis, após uma visita eclesiástica em 1832, o clérigo repassou informações ao juiz municipal Francisco Xavier de Sousa Figueiredo: na Vila de Cairu, no sul da Bahia existia uma Irmandade de pretos em honra a São Benedito que fazia a coroação de reis e rainhas e quando da visita do clérigo “proibira a festa, obrigando que a interdição constasse do compromisso da irmandade”.

Percebemos, a partir de nossas leituras, que práticas de coroação de reis e rainhas negras ocorreram de formas diversas em todo o território brasileiro: algumas irmandades tiveram estes cargos ou representantes até o final do século XVIII, enquanto outras, deixaram de manifestá-los no começo do XIX; algumas, no entanto, coroam rei e rainha até os dias de hoje e, outras, como a irmandade do Rosário de São José, “vizinha” a de Desterro/Florianópolis, anunciava “tranquilamente”, em 1851, que haveria festividade, coroação de rei e rainha e muitas comemorações⁶².

⁶⁰ REIS, João José. Tambores e Temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira da Cunha. **Carnavais e Outras F(r)estas: ensaios de História Social da Cultura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002, p. 126.

⁶¹ REIS, 1996.

⁶² Consultar: SILVA, Janaina Amorim da. **Tramas cotidianas dos afrodescendentes em São José na pós-Abolição**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011; SIMÃO, 2008.

2.2 DEVOÇÕES, FESTAS E PROCISSÕES: EXTINÇÃO DE CARGOS, ALTERAÇÃO DE PRÁTICAS

Faremos, agora, uma breve reflexão sobre as festividades a partir da metade do século XIX. Apesar das modificações de cargos, conforme apresentamos, e de alguns atributos das festas e procissões, a estrutura destas celebrações teve permanências e rearranjos. Cabe ressaltar que estes rearranjos caminham no sentido de compreender reformulações culturais e não atribuir uma cronologia histórica às manifestações vivenciadas por estas populações a partir da análise das festas. Compreender reorganizações, a partir de uma nova realidade - o impedimento de realizar reisados -, sugere modificações nas formas de comemoração e festejo, como também alterações nos modos de interação dentro do grupo organizado pela Irmandade. Neste sentido, buscamos entender as festas como expressão de embates sociais, disputas de poder, luta por territórios, espaços de práticas e significados que se alteraram ao longo do tempo, apesar de permanências performativas, históricas e culturais⁶³.

Os preparativos para uma festa envolviam muitas pessoas e ações: contratação de músicos, compra de foguetes, contratação de padre para as missas e sermões, além de todas as ditas “miudezas”, mas não explicadas (objetos necessários para a sacristia, para a santa, para as comidas, etc.). Cada uma destas demandas precisava ser resolvida previamente. Interessante ressaltar a organização dos carnavais, envolvendo preparativos e deslocamento de ações para sua concretização. Essas manifestações culturais “adentram ao reino das possibilidades imaginativas e empíricas que frequentemente são negadas no cotidiano social, econômico, político e religioso”⁶⁴. As festas representam processos dinâmicos e coletivos de subjetividades, momentos em que a performatividade dos participantes atua e se recria. Estes sujeitos históricos transcendem a si mesmos, usando a “performance para afrontar, escarnecer, rejeitar, interrogar e desconstruir o individualismo e o naturalismo ocidental”⁶⁵, reatualizando práticas culturais.

Durante os festejos, havia também muitas tarefas “emergenciais”, de momento: hasteamento da bandeira que representava a irmandade, arrumação dos altares da capela, preparo da imagem da santa ou do santo e decorações, organização dos utensílios litúrgicos da missa, preparação das roupas e demais adereços das procissões. A bandeira constituía distintivo de cada Irmandade, servindo para identificar a associação. O distintivo era

⁶³ LARA, Silvia Hunold. Significados cruzados: um reinado de congos na Bahia setecentista. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira da Cunha. **Carnavais e Outras F(r)estas: ensaios de História Social da Cultura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

⁶⁴ IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 44, p. 173-193, jun. 2012, p. 279.

⁶⁵ IROBI, 2012, p. 279.

composto por uma coroa, com as iniciais da Associação (NSR) envolta num rosário. A coroa, símbolo real e também referência à coroação da rainha do Rosário durante os festejos, completava-se pelo rosário, símbolo da padroeira, Nossa Senhora do Rosário. Este emblema ficava no centro da bandeira, confeccionada em tecido e composta por uma longa haste utilizada para segurá-la.

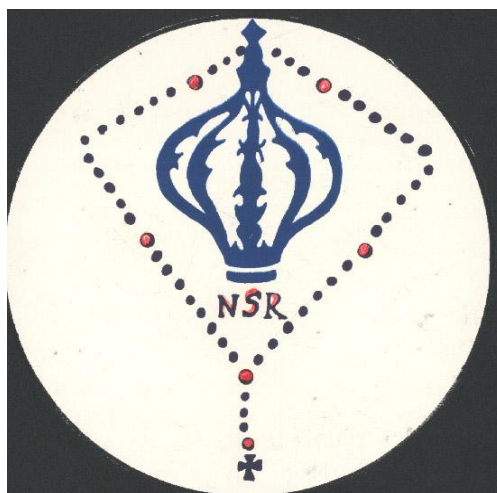


Imagem 23: Emblema da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.⁶⁶

No entendimento de João José Reis, a festa era “uma oportunidade para a celebração de valores culturais trazidos pelos africanos e de outros aqui criados”⁶⁷. Geradoras de tantas insistências por parte das populações de origem africana, as festas indicavam “um mundo que desejavam sempre mais ampliado em tempo, espaço, formas, gestos, jeitos, com abundância de dança, música, comida, bebida, dádivas e deuses”⁶⁸. Espaço de batuques, sambas, danças e diferentes sociabilidades, as festas tencionavam o cotidiano, desde alianças e dissabores em disputa por espaço e legitimidade com setores eclesiásticos, da administração pública, autoridades policiais e mesmo conflitos com outras associações religiosas ou organizações afro.

Para os cortejos festivos, a capela era arranjada de modo a receber a santa e a comitiva. A armação da igreja com flores, fitas, cores e aromas instigava a participação desde muitos sentidos e sensibilidades. O andor era a estrutura onde se carregava a imagem devota numa base de quatro alongamentos que permitiam segurá-lo. Todo decorado, o andor era

⁶⁶ Acervo Fotográfico da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. S/d.

⁶⁷ REIS, João José. Tambores e Temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira da Cunha. **Carnavais e Outras F(r)estas: ensaios de História Social da Cultura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

⁶⁸ REIS, 2002, p. 102.

carregado pelas ruas em procissão e depois retornava à Igreja para as celebrações. Consideramos pertinente pensar o andor enquanto artefato possuidor de sentido e função. Utilizado para conduzir São Benedito ou Nossa Senhora do Rosário, o andor elevava o/a santo/a acima dos homens e mulheres que seguiam o cortejo. Talvez, a história de vida do santo ou santa protetora, aliada à ideia de “exemplo” a ser seguido, construída sobre a figura santificada, tivesse sentidos de apego por parte das populações africanas em Desterro/Florianópolis, ou significassem apenas uma alternativa possível para realizar encontros, festas e experiências de vida compartilhadas. Não podemos afirmar tratar-se restritamente de um propósito ou outro, pois o fato é que as pessoas se apegavam à devoção da forma que lhes convinha e com os elementos de que dispunham.

Havia um status conferido aos homens da Mesa Administrativa; em sua posição de comando na Irmandade, assumiam pontos estratégicos no andamento da procissão e coordenação dos espaços, das alas do préstito e na condução da/o padroeira/o. Estes conduziam o andor com a imagem de “exemplo” de vida cristã, mas também, símbolo das agruras dos pobres, esquecidos pelos poderes públicos. O andor possibilitava que todos/as vislumbrassem a figura posta sobre ele, assim como destinava ao protetor um lugar de destaque.

No entendimento de José Ramos Tinhorão, as procissões realizadas em Portugal compunham-se de diferentes temas retirados da Bíblia e de lendas cristãs, sendo encenadas na forma de autos. Havia exibição de alegorias, muitos cantos, músicas, coreografias, formando um cortejo organizado em alas. Para Tinhorão, esta forma de disposição espacial e funcional antecipava, “em quase seis séculos, a criação, nas escolas de samba brasileiras, das chamadas alas, destinadas exatamente a abrigar, durante as procissões carnavalescas, os vários blocos de foliões encarregados de ilustrar o enredo ou tema geral do desfile”⁶⁹. Neste sentido, os elementos constitutivos das procissões católicas assemelharam-se posteriormente ao carnaval, como forma de limitar estes festejos aos três dias, como vemos atualmente.

As procissões compostas por diferentes alas, sujeitos e coreografias eram grandiosas festas populares animadoras das festas religiosas, significando, em forma de folia, a devoção; uma manifestação de devoção efusiva, contagiante. Tratava-se de um espetáculo transformado em procissão, celebração, possibilidade de encontro e sociabilidade festiva. Manifestações coletivas exacerbando o clima de festa, gestos, movimentos e “sonoridade retumbante de

⁶⁹ TINHORÃO, José Ramos. **Festa de Negro em Devoção de Branco**: do carnaval na procissão ao teatro no círio. São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p. 17.

tambores”⁷⁰, além do ressoar de marimbas (ou kalimbas), em solene procissão pelas ruas e vilarejos. As ruas tornavam-se cenários de uma espécie de “teatro de rua de massa”⁷¹ permeado por dimensões estéticas e performáticas, “transcendência expressa através do espetáculo”⁷².

Também podemos associar pistas sobre os sentidos do andor e do trono. O trono, símbolo de poder político e reconhecimento, recebia o rei e a rainha, eleitos por ocasião das festas do Rosário até 1842. Ocupava posição de destaque a coroação, realçada pelas vestimentas, muitas vezes o guarda-sol e o trono, conduzido pelos festeiros. O andor, também em posição de destaque, acima das cabeças dos homens e mulheres que seguiam a procissão, simbolizava também poder, além de proteção. O rei era protetor assim como a figura do padroeiro. No entanto, não sabemos de que forma estes indicativos sugerem possibilidades de interpretação sobre como tais práticas eram realizadas. O que significava elevar, em seu trono/andor, a imagem do Rosário/ou de São Benedito?

Além disso, não apenas a/o santa/o e a capela ficavam em “trajes festivos”, pois a Mesa Administrativa ou os irmãos de Mesa vestiam-se caracteristicamente com suas opas brancas, indumento que simbolizava a cor (o distintivo) da associação perante as demais irmandades existentes na cidade. A Irmandade tomava as ruas. A procissão saía em alas, e uma das atribuições do Irmão Procurador, existente no Estatuto da instituição, era de controlar estas alas, para o qual possuía uma vara que levava no “meio das alas para as regular”, de forma a seguirem continuamente. Durante a procissão, os membros levavam o andor com a imagem da santa enquanto outros seguiam com as tochas.

Compreendemos que a festa, o batuque, a batucada, acontecia na rua, “a festa negra pública e a repreensão, o controle e a repressão a ela”⁷³. A procissão, em alas, coordenada (ou coreografada?) pela orquestração do Irmão Procurador, tomava as ruas com tochas acesas, repiques de sinos e muito foguetório. Não podemos afirmar o que exatamente queriam dizer o “genérico” termo batuque ou batucada, visto que aparecem nos documentos relatados, em especial nos Códigos de Postura, de maneira geral, sem especificação de qual prática exatamente estava sendo proibida. Para José Ramos Tinhorão, essas danças, genericamente classificadas como batuques⁷⁴ incluíam “uma diversidade de práticas religiosas, danças,

⁷⁰ TINHORÃO, 2012, p. 93.

⁷¹ IROBI, 2012, p. 281.

⁷² IROBI, 2012, p. 279.

⁷³ REIS, 2002, p. 135.

⁷⁴ “Na prática, para a autoridade não era nada evidente quais festas mereceriam sua ‘total reprovação’. O termo ‘batuque’, por exemplo, sempre designava encontros dançantes animados por música percussiva, mas esses encontros podiam ter diversas características. Uma coisa era o folguedo improvisado numa esquina ou em

rituais e formas de lazer”⁷⁵. Mas, é sintomático que, ao generalizar, várias práticas envolvendo música, ritmo e dança, organizadas por irmandades leigas afro ou outras celebrações festivas não católicas, estavam sob os olhares municipais, sob suspeita e passíveis de repreensão.

Essa procissão, organizada por alas, cuja abertura era protagonizada pelo andor conduzindo a padroeira (ou o padroeiro), seguia acompanhada por instrumentos, música e cantoria. Não temos como afirmar o que era cantado neste período por falta de documentos que permitam conhecer tais informações, mas as possibilidades de cores, danças e muitos sons se faziam presentes. Era, em especial, durante a procissão que ocorria o foguetório, normalmente presente em todas as festividades negras. À porta da igreja ficava hasteada a bandeira da Irmandade, já levantada nas novenas e, muitas vezes, erguida com fogos e mais alegria, anteriormente ao dia da festa. A entrada na capela era acompanhada de um sermão e depois acontecia a coroação a Nossa Senhora do Rosário. Nas décadas anteriores, quando ocorria coroação de rei e rainha do Rosário, a Santa Nossa Senhora também possuía coroa, sem, no entanto, receber todo o destaque dado a da rainha. Com a abolição destes cargos e proibição destas práticas, o destaque ficou na coroação da Senhora do Rosário, a padroeira.

Neste momento de virada para a segunda metade do século XIX, os cargos de Rei e Rainha estavam extintos e a coroação acontecia apenas a Nossa Senhora do Rosário. Em 1877, a festividade em homenagem a santa contou com celebração, procissão, fogos e muita música. Para o momento, a Irmandade contratou José Brazilício de Souza, animador da festividade. José Brazilício de Souza era músico e compositor, realizador da melodia do Hino de Santa Catarina, mas sua preferência era pela astronomia. Foi convidado a cantar na festa do Rosário e mais tarde, a banda da qual fez parte – *Amor à Arte* -, também esteve entre as frequentadoras da festa da Santa, na condição de músicos contratados para a animação⁷⁶.

Creemos que por ser uma figura conhecida na sociedade de Desterro no período em que aparece nos registros, a Irmandade o tenha convidado para a festa. A cobrança de 100\$000 réis⁷⁷ foi o gasto mais alto realizado para a comemoração daquele ano. Em 1877, João

terrenos baldios, sambas-de-roda de puro divertimento. Bem diferentes eram as cerimônias africanas equivalentes a ritos de passagem oficiais, frequentemente acompanhadas de percussão, como enterros, aniversários, casamentos e batizados, que tornavam a proibição um tanto quanto delicada – mesmo juízes duros hesitavam em proibir festejos tão familiares. Outras, ainda, eram as festividades religiosas do calendário cristão, procissões, festas de padroeiros, Natal, ou as comemorações cívicas, aniversários e casamentos na família real, coroações do rei do Congo, comemorações de vitórias militares, quando os afro-baianos participavam com seu auxílio luxuoso, fazendo muito sucesso”. SILVEIRA, 2005, p. 29.

⁷⁵ TINHORÃO, 1988, p. 45.

⁷⁶ A Banda ao qual nos referimos chamava-se *Amor à Arte* e será mais bem discutida na sequência deste capítulo.

⁷⁷ Livro Caixa 11 – 1876 a 1890, p. 11. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Fernandes Capella era o Juiz de Nossa Senhora do Rosário; Luiz da Silva Goulart, o de São Benedito; Antônio da Rocha Paiva era Escrivão; e o Tesoureiro, Jacinto Lopes Gondim⁷⁸.

João Fernandes Capella não sabia escrever e, em 1896, apareceu no registro do jornal “A República”, pelo pagamento de seus impostos sobre dois carrinhos de mão⁷⁹ de sua propriedade. Ao que tudo indica, tratava-se de um homem pobre, de poucas posses. Não localizamos seu registro na Tabela de Irmãos da Associação, o que dificulta também maiores informações sobre sua vida e funções quotidianas de sobrevivência, laços familiares e outros.

Antônio da Rocha Paiva era português, negociante e esteve matriculado na Irmandade entre os anos de 1875 a 1885⁸⁰. O Juiz de São Benedito, Luiz da Silva Goulart, também não aparece nos registros da Tabela de Irmãos e isso dificulta nosso entendimento sobre sua realidade, mas ao que tudo indica, pelos demais membros da Irmandade que tinham o sobrenome Goulart, tratava-se de um homem livre, desconhecedor das letras. O tesoureiro, apesar do entendimento e presteza com os números, também não sabia escrever.

Uma figura de provável destaque na sociedade desterreense do período era Sebastião de Souza Mello, tenente coronel que havia assumido o cargo de Juiz por devoção a São Benedito⁸¹. Cremos que estes cargos ocupados por livres mais abastados, podem ter auxiliado nas indicações/sugestões e mesmo na contratação de figuras, como o músico José Brazilício de Sousa.

A contratação de uma banda civil conhecida na cidade, como era o caso da *Amor à Arte*, pode apresentar indícios de algumas alterações nas práticas das procissões e festas. Quais as músicas solicitadas a Brazilício de Souza para o cortejo em 1877? Teria sido contratado para cantar sozinho? Pouco provável para um ritual de experiência comunitária como eram as festas organizadas pela Irmandade. Seria ele acompanhado por outros músicos que a própria Irmandade contatasse de forma oral, sem registros nos livros? Quais as músicas e ritmos destes prováveis músicos de origem africana? Contratar Brazilício constituiria uma tática para evitar repressões às práticas africanas da festa? Tendo em mente as diferentes proibições presentes nas Posturas Municipais dos últimos tempos, esta seria uma forma de a associação despertar menos “interesses” às elites dirigentes?

⁷⁸ Livro Ata 3 (1875 – 1905), p. 6. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

⁷⁹ Jornal *A República*, quinta-feira, 24 de setembro de 1896. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Setor de Obras Raras.

⁸⁰ Tabela de Registro de Irmãos 1816-1934. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Transcrição realizada por Maristela dos Santos Simão e Michelle Maria Stakonski.

⁸¹ Livro Ata 3 (1875 – 1905), p. 6. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Além de demonstrar receios da população branca em relação aos festejos realizados pelas populações de origem africana, as proibições presentes nos Códigos de Posturas permitem vislumbrar outras pistas, muito latentes, apontadas por Lisandra Barbosa.

Ao proibir batuques, reisados e serenatas, o código de posturas revela a presença da musicalidade de matriz africana que deveria se manifestar com frequência, através das reuniões dos grupos e cativos, libertos e, na pós-abolição, ex-escravos e descendentes que davam continuidade às manifestações culturais de seus ancestrais, que, aliás, são muito respeitados e estão sempre sendo lembrados, principalmente nos rituais religiosos⁸².

Em nosso entendimento, as manifestações, lutas e objetivos da Irmandade não dependiam de figuras “ilustres” da cidade para se desenvolverem. Afinal, a Irmandade possuía poder político e suas decisões, mesmo as mais singelas ou imaginadas como inofensivas, partiam de interesses coletivos e com a finalidade de “engrandecer” a associação. Isso, movido a muita discussão, entraves, reuniões, decisões e vontades.

Além das novenas, missa e procissão, saliento, apesar dos poucas informações encontradas nas fontes, que a confraternização ultrapassava o campo do religioso, envolvendo lazer e divertimentos. Comidas e bebidas, músicas e danças faziam parte do arcabouço festivo que completava as orações e o cortejo dos pretos e das pretas do Rosário. As chamadas “comilanças”, permeadas por apresentações teatrais ou performáticas eram “ocasião para manifestações de alegria menos contidas e solenes”. Concordamos com Lucilene Reginaldo, pois estas manifestações, muitas delas fora do espaço da capela, dificilmente aparecem registradas nos documentos das irmandades. “Na certa porque fugiam aos objetivos devocionais, os gastos destinados à festa profana raramente aparecem nos livros de receita e despesa”⁸³. Deste modo, algumas possibilidades de interpretação ficam mais restritas, sem, no entanto, que pensemos em alternativas.

No entendimento de Mariza de Carvalho Soares - apesar de tratar-se de um estudo sobre o século XVIII -, alguns indicativos sobre o profano se fazem importantes para a compreensão do vivido pela Irmandade do Rosário de Desterro/Florianópolis:

A festa que se inicia no interior da igreja, com a missa solene, é estendida à sacristia, ao consistório e às ruas, onde ficam instaladas as barracas, cuja armação está a cargo do procurador. Há farta distribuição de comida. São as chamadas ‘comilanças’ um dos pontos altos da festa e também dos mais controversos. As pessoas perambulam por esses espaços comendo, cantando, tocando instrumentos, numa mistura constante, sendo impossível distinguir entre o sagrado e o profano na medida em que

⁸² MACEDO, Lisandra Barbosa. **Ginga, Catarina!** Manifestações do samba em Florianópolis na década de 1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011, p. 17.

⁸³ REGINALDO, 2011, p. 202.

a ocasião como que sacraliza o espaço e as ações como um todo, mas ao mesmo tempo sob uma outra ótica, tudo é profanado⁸⁴.

Sabemos que o profano tem suas variações de significados em cada período histórico, mas Igreja Católica em particular, tem um “caso histórico” com este termo. Sempre, por motivos diversos, alguma prática é posta enquanto profana. Principalmente, quando nos referimos a experiências e modos de vida que divergem do mundo hegemônico cristão ocidental branco colonizador.

As festas em dezembro, como aconteciam antes da extinção dos reisados/reinados, tiveram alterações em seu calendário. São Benedito, incorporado pelo Compromisso de 1842 seria festejado no dia de Reis, em 6 de janeiro e Nossa Senhora do Rosário, no segundo domingo de outubro. Estas datas são significativas para pensarmos que a festa não era acontecimento de um dia, mas representava grande parte das vivências da associação. Conforme relatos de viajantes do começo do século XIX, já mencionados no começo deste capítulo - Adalbert Von Chamisso e Langsdorff -, as festas africanas de final de ano, ocorridas entre o Natal e o Ano Novo, duravam dias. Utilizavam marco temporal do calendário católico, mas seguiam suas próprias formas de festejar.

Ao migrar de dezembro para outubro, mês consagrado pela Igreja Católica a Nossa Senhora (Maria, mãe de Jesus) e São Benedito comemorado em janeiro, no dia de Reis, sendo que a data destinada à ele pelo calendário católico é em maio, alguns apontamentos podem ser sugeridos e dúvidas despontam. Quais as pressões existentes para que a festa do Rosário tivesse sua data alterada? Havia relações com a briga ocorrida em 1841, entre os irmãos pardos e os pretos pelo poder administrativo da Irmandade, sendo alterada a data de festejo? Por que a Irmandade inseriu a comemoração de São Benedito no dia de Reis? Seria uma forma de rememorar o reisado/reinado proibido? Quais as tensões da Irmandade com poderes públicos e instâncias eclesiásticas na escolha de tais datas para o novo calendário festivo da associação? Teriam as festas de janeiro, em homenagem a São Benedito, incorporado elementos das antigas práticas de reisados? Em que medida estas transformações migraram para o que, em fins do século XIX e começo do XX, seriam as “protofestas” carnavalescas e os primórdios das “escolas de samba”?

⁸⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 173.

2.3 DEVOÇÕES A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Segundo Caio César Boschi, apesar das insistências do Concílio de Trento no que tange à invocação e ao culto a santos, essas devoções correspondiam a reivindicações temporais, de caráter efêmero, e denotavam para que públicos foram criadas. Desse modo, Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, São Elesbão, Santa Efigênia foram invocados por populações de origem africana não apenas por serem da mesma cor de pele, mas pela ligação que tinham com “suas agruras”, dissabores e sofrimentos⁸⁵.



Imagem 26: Nossa Senhora do Rosário – Foto do Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Florianópolis.

Nossa Senhora do Rosário é uma santa branca. Provavelmente, pela vida da santa, seu estigma, e os milagres que os fiéis creem ela ter realizado, tornou-a digna da devoção dos “homens pretos”, transformando-a em referência de devoção. Para Julita Scarano, a devoção a Nossa Senhora fora propagada em África pelos colonizadores portugueses, inserindo elementos da fé católica entre as populações africanas. Segundo a autora:

⁸⁵ BOSCHI, 1986.

Não nos parecem bastante claras as razões de escolha de Nossa Senhora do Rosário para protetora dos pretos. Nenhuma explicação oferecida é realmente satisfatória. Sabe-se que a padroeira dos crioulos, Nossa Senhora das Mercês, está ligada à redenção dos prisioneiros cristãos. A irmandade originou-se da antiga Ordem Religiosa de Nossa Senhora das Mercês para a Redenção dos Cativos, dedicada a livrar, na África, os cristãos do jugo mouro. Neste caso é, pois, compreensível que fosse a padroeira escolhida.

Quanto à Senhora do Rosário, seu culto tornou-se popular com a batalha de Lepanto e sua fama, bem como a recitação do terço, foram intensamente divulgadas pelos dominicanos. Os inúmeros privilégios que mereceram dos pontífices provocaram um florescimento de Igrejas, Conventos e Irmandades, de geral aceitação. Divulgada a devoção de Nossa Senhora do Rosário na Península Ibérica, logo foi tida como protetora de inúmeros grupos, como os homens do mar no Porto sobretudo e considerada milagrosa entre os marinheiros⁸⁶.

A análise possível feita por Quintão sobre a disseminação do culto a Senhora do Rosário, por parte das populações de origem africana, é de que essa devoção poderia estar ligada às grandes vitórias contra os inimigos da cristandade. Segundo ela, a vitória do príncipe Eugênio sobre os turcos, em 1716, no Danúbio e a posição do Papa Clemente XI em estender a festa do Rosário para toda a igreja, colocando-a no primeiro domingo de outubro, associada a uma ideia de libertação da escravidão. Parece, aos olhos da autora, uma das melhores explicações para essa popularidade.

No entanto, outras possibilidades, seguindo as interpretações de outros autores e autoras, trazem explicações diferentes. Na análise de Juliana Beatriz Almeida de Souza, os escravos de procedência banto, principalmente os de Angola e os do Congo, foram mais receptivos ao culto devocional a Nossa Senhora do Rosário pelo contato em solo africano. Para ela, Frei Agostinho de Santa Maria, no início do século XVIII, tinha uma explicação para o início desse culto entre as populações de origem africana.

Segundo ele, foi uma imagem resgatada em Argel que deu início ao culto e levou os negros a escolherem-na como padroeira. Gomes & Pereira (1992:346) relacionaram a ligação da festa de Nossa Senhora do Rosário com os negros a partir de um relato do surgimento da imagem nas águas. Segundo o relato, para louvar a Mãe de Deus, os brancos trouxeram banda de música e cantaram suas loas, chamando a Virgem – mas a imagem não se movia. Vieram, então, os negros do Congo, batendo seus instrumentos em ritmo acelerado, e a Senhora moveu-se apenas lentamente, permanecendo nas águas. Foi somente a batida lenta dos tambores do Moçambique que tirou a imagem das águas. Aí, os brancos levaram a imagem para capela, onde o padre a benzeu. Mas a imagem desapareceu do altar e voltou às águas até que os negros a retiraram, desta vez definitivamente, para torná-la sua padroeira⁸⁷.

Segundo estudos da autora, a tradição sobre a vida de Nossa Senhora do Rosário narra que esta santa apareceu para Domingos de Gusmão, um pregador na região de Albi, no sul da França, ensinando-lhe o método de oração com as contas do rosário e desde aquela aparição,

⁸⁶ SCARANO, 1978, p. 39.

⁸⁷ SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**. Ano 23, nº. 2, 2001, p. 1-17, p. 12. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n2/a05v23n2.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2012.

ocorrida em inícios do século XIII, a narrativa das origens vem sendo descrita pelos papas⁸⁸ e passada adiante pela Igreja.

No entendimento de Lucilene Reginaldo, autora que fez análises sobre Irmandades do Rosário em África e na Bahia, no período do século XVIII, a incorporação do culto a Senhora do Rosário ocorreu ainda no século XVII em Moçambique, espalhando-se depois para outros territórios. As irmandades despertaram interesses de africanos/as e seus descendentes em África, nas Américas e na Ásia também, lugares onde os portugueses deixaram suas marcas coloniais em traços de culturas diversas.

Maristela dos Santos Simão, em importante trabalho de mestrado, analisa as Irmandades do Rosário do século XVIII e auxilia a interpretar o interesse das populações de origem africana ao culto de Nossa Senhora do Rosário. Segundo a autora, um forte indício pode estar associado ao fato de que as irmandades do Rosário aceitavam pessoas de todas as origens e condição social, demandando apenas que os fiéis fossem devotos e demonstrassem essa devoção rezando o rosário, uma oração com repetições e fácil de ser lembrada⁸⁹, memorizada e recitada.

A devoção ao Rosário, por parte das populações de origem africana, pode indicar a fusão de diferentes elementos e tradições incorporadas na prática de um catolicismo popular. No entendimento de Vanicléia Silva Santos, a incorporação do cristianismo pelos africanos e também seus descendentes esteve associada a múltiplos elementos e uma visão de mundo na qual estes elementos produziam sentidos. Assim, a cruz, a água (utilizada para o ritual do batismo, por exemplo), o céu e tantos outros elementos dos quais se utiliza o cristianismo, também tinham seus sentidos e significados nos universos culturais africanos⁹⁰.

Na perspectiva da incorporação de elementos e práticas, podemos crer que a própria prática de utilizar as contas do rosário numa espécie de colar pendurado no pescoço simbolizava uma proteção ao corpo. Como bem ressaltou Vanicléia Silva Santos sobre as bolsas de mandinga⁹¹ e Mônica Carolina Savieto, em relação aos santos de nó de pinho⁹² e os

⁸⁸ SOUZA, 2001, p. 04.

⁸⁹ SIMÃO, Maristela dos Santos. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do século XVIII**. Lisboa: UL. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa (UL). Lisboa, 2010.

⁹⁰ SANTOS, Vanicléia Silva. **As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: século XVIII**. São Paulo: USP. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2008. Consultar também SOUZA, 2002.

⁹¹ “A Bolsa de mandinga é um produto do mundo atlântico da escravidão, da colonização. Do contato entre diferentes culturas numa situação de opressão, infortúnio e demonização de práticas não católicas. É o produto de misturas diversas, resultado de processos ocorridos no mundo Atlântico, num momento de opressão do escravismo e de preconceito contra o não europeu”. (SANTOS, 2008, p. 207). Assim, as bolsinhas ou saquinhos utilizados por populares de origem africana enquanto amuletos ou talismãs que indicassem proteção contra males, doenças, feras perigosas nos caminhos e tantas outras coisas e infortúnios da vida foram interpretados,

minkisi⁹³, estes e tantos outros objetos desempenhavam função de proteção ou amuleto⁹⁴, sendo utilizados por africanos e seus descendentes na diáspora.

Não me parece absurdo afirmar que, em certa medida, o processo de catequese [no Brasil colonial] foi bem-sucedido ao impor a religião do colonizador. No entanto, isso não exclui a possibilidade de esta religião ter sido apreendida em formas variadas. Não é possível medir o nível de sentimento religioso dos africanos e seus descendentes, entretanto, é possível ver que os mesmos estavam envolvidos em práticas católicas. Não cabe ao historiador definir a autenticidade ou não dessas práticas, mas sim compreender a razão daqueles grupos em estrutura-las de uma determinada forma.⁹⁵

Creemos ser o culto a Nossa Senhora do Rosário uma ressignificação de elementos e práticas, não de um catolicismo europeu, mas concretizado pelo imprevisto, através de estratégias culturais de diversas culturas. As populações de origem africana não absorveram o catolicismo tal qual ele foi imposto, mas incorporaram, transformando-o e moldando-o de modo a atender expectativas de vida, culturas e resistências.

2.4 CULTUANDO SÃO BENEDITO

Para africanos e afrodescendentes deslocados de suas nações, a devoção a diferentes santos católicos contém variadas histórias e formas de compreensão. Em todo o Brasil, centenas de irmandades de africanos/as e descendentes devotaram sua fé aos mais distintos santos e santas: Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio de Categeró, Santa Efigênia, Santo Elesbão, Nossa Senhora da Conceição, São Benedito, São Gonçalo, Nossa Senhora das Mercês, entre tantas outras.

pela Igreja Católica, como ameaças ao catolicismo e práticas condenáveis. Então, muitos homens e mulheres cristãs foram perseguidos pelo Santo Ofício nos séculos XVII e XVIII por se utilizarem de elementos considerados profanos, pactos com o demônio e afins; mas que indicavam no fundo, apenas uma medida preventiva das pessoas. “Os amuletos (...) são formas de se recorrer a forças invisíveis que dispensam organização de um local de culto, de estrutura eclesial, de atividade devocional, como as existentes nos calundus e mais tarde nos candomblés” (SANTOS, 2008, p. 211).

⁹² Sobre os santos esculpido em nó de pinho, consultar em especial, SAVIETO, Mônica Carolina. **Catolicismos crioulizados**: presença centro-africana na região do Vale do Paraíba (SP). São Paulo: PUC-SP. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2011. Estes santos esculpido em madeira, osso ou outros materiais eram, muitas vezes, a imagem de Santo Antônio, carregado junto ao corpo dos fiéis às escondidas.

⁹³ Os minkisi eram objetos mágico-religiosos utilizados na África Central, compostos de diferentes ingredientes/elementos que captavam poderes espirituais. “Os minkisi são estatuetas bakongo, da África Central, que devem permanecer escondidas no interior da mata, ou seja, não devem ser postas à público; só podem ser vistas e manipuladas por poucos; fazem referência à fertilidade e à saúde. Os minkisi estão associados aos espíritos da água e da terra, capazes de provocar a fertilidade e interferências diante de doenças. Eles também representam a possibilidade de pedidos para a vida prática, ou seja, reporta-se a eles na procura por êxitos pessoais”. Consultar: SAVIETO, 2011, p. 76.

⁹⁴ Esta ideia de que africanos/as e seus descendentes na diáspora apreenderam o rosário enquanto amuleto ou talismã protetor está presente em: SWEET, James. **Recriar África**. Lisboa: Edições 70, 2003.

⁹⁵ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Devoção Negra**: santos pretos e catequese no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2008, p. 34.



Imagem 25: Foto de São Benedito do Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Florianópolis – S/d (meados do século XX).

Anteriormente, vimos aspectos da incorporação de Nossa Senhora ao “mundo” africano; agora esperamos alinhar alguns apontamentos acerca da devoção a São Benedito e sua anexação ao calendário religioso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Desterro/Florianópolis. Anderson Oliveira, em sua obra *Devoção Negra* auxilia no processo de reflexão sobre a incorporação de práticas devocionais católicas por parte das populações de origem africana⁹⁶. Para o autor, o mundo colonial esteve permeado de múltiplas práticas e vivências de catolicismos diversos, experienciados por grupos

⁹⁶ A partir de relatos das histórias de vida dos santos, produzidas de modo a permitir uma identificação dos “santos negros” com cativos, libertos e livres africanos e afrodescendentes no Brasil, nas Américas como um todo e em diferentes colônias portuguesas em África, podemos compreender aspectos desta incorporação e alguns dos sentidos atribuídos pelos afros no culto aos santos pretos. Consultar: OLIVEIRA, 2008.

socioculturais muito plurais. Sua análise está voltada para a compreensão dos cultos a Santa Efigênia e Santo Elesbão, mas os encaminhamentos que faz a respeito da incorporação de histórias de vida dos chamados “santos negros” ou “santos pretos” ampara no sentido de pensar como discursos e práticas da Igreja Católica, em sua missão evangelizadora, foram pensados, incorporados, ressignificados e praticados pelas populações afros no Brasil colônia⁹⁷.

Apesar de o período ser bastante recuado em relação ao recorte temporal da presente pesquisa, cremos que o entendimento do autor sobre as hagiografias, como foram pensadas, reelaboradas e tomadas de significados pelas populações de origem africana, destaca movimentos e relações a serem estabelecidas com os sujeitos históricos de nossa pesquisa e suas artimanhas, interpretações e práticas devocionais aos santos da Irmandade.

Nos dizeres de Naiara Alves, o culto a São Benedito foi difundido no Brasil em meados do século XVII, “quando lhe foi atribuída a cura do filho de uma escrava no Convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro”⁹⁸. Pesquisando informações sobre este santo no site da Paróquia São Benedito de Jaçanã, em São Paulo, localizamos esta história de devoção⁹⁹.

Diz a “lenda” que a mãe de São Benedito era, “na verdade, natural de Kissama, no Reino de Angola, suger[indo] um caminho para a identificação com o santo, além daquela em decorrência da semelhança física”¹⁰⁰. A identificação com a tez, além do caso da devoção a São Benedito, pode ter sido o motivo de identificação também de outros santos, como Santo Elesbão e Santa Efigênia¹⁰¹. As histórias de vida, sofrimentos, fé e a cor da pele formam elementos influenciadores na escolha destes santos pelas populações católicas de origem africana.

São Benedito foi canonizado em 1807 e já em 1842 havia registro formalmente no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Desterro/Florianópolis. Naquele momento o Compromisso alterado incluía o nome de São Benedito à associação e seu culto seria preparado desde então.

⁹⁷ OLIVEIRA, 2008.

⁹⁸ ALVES, 2006, p. 79.

⁹⁹ Segundo consta, São Benedito nasceu na Sicília (Itália) em 1524 e seus pais seriam descendentes de escravos vindos da África. Em 1562, entrou na Ordem dos Frades Menores do convento de Santa Maria de Jesus, em Palermo (Sicília), onde trabalhou, inicialmente, como cozinheiro e depois foi procurado por diversos colegas e superiores do convento para ajudá-los em questões espirituais. No início do século XVII, décadas após sua morte – ocorrida em 1589 -, era considerado um santo popular e com grande número de devotos. Seu culto espalhou-se pelo mundo e na América do Sul tornou-se protetor das populações de origem africana. Disponível em: <http://www.paroquiasaobenedito.org.br>. Acesso em: 15 de maio de 2009.

¹⁰⁰ REGINALDO, 2011, p. 67.

¹⁰¹ REGINALDO, 2011, p. 68.

No ano de 1833, temos o primeiro registro na documentação de que o santo havia sido incorporado pela associação e já recebia culto, além de esmolas e um altar dourado no ano de 1838. Segundo anotações do tesoureiro,

Idem Recebeu de esmola que deu o
Juiz de S. Benedito pela cera do
Trono para sua festa-----4\$800.¹⁰²

A anotação do tesoureiro referente ao recebimento obtido pela Irmandade aponta para a existência de um trono, em 1833, utilizado para a festa e que o Juiz de São Benedito tinha doado esmolas para a aquisição de cera a ser dispendida com o referido trono. Sabemos que o trono era aparato de uso do rei e da rainha, mas ficamos a imaginar se os santos também não possuíam os seus, ou então, se esta anotação não foi apenas no sentido similar ao andor. O juiz de São Benedito, de acordo com as fontes que dispomos, não era coroado e não possuía cargo de Rei.

Em 1833 ocorreu a coleta de esmolas com a bolsa criada para o santo. De casa em casa, pelas ruas, à porta da Capela, lá estavam os irmãos a coletar esmolas para o santo e sua festividade.

Recebeu de Esmolas da Bolsa de
São Benedito quarenta mil trezentos
e trinta-----40\$330.¹⁰³

Muito preocupados com o altar, a pompa e a devoção, assim que puderam, adquiriram a imagem, o altar e logo mandaram comprar castiçais para o santo. Castiçais dourados para a iluminação e beleza do espaço físico de devoção.

Dispendeu com seis castiçais dou-
rados para o altar de São Benedito trinta
e oito mil e quatrocentos reis-----38\$400.¹⁰⁴

A partir de 1842, anualmente, em janeiro, celebravam festa em homenagem a São Benedito. A festividade do Rosário foi antecipada para o segundo domingo de outubro. No entanto, o ciclo de outubro a janeiro, com foguetes e bombas, decorações e alegria, foi mantido: no segundo domingo de outubro a festa a Nossa Senhora do Rosário, antecedida pela eleição dos cargos para o ano seguinte e, em janeiro, fechando as comemorações, outra festa, a São Benedito.

¹⁰² Informações coletadas no Livro Caixa 4 (1829-1847) referente ao ano de 1838. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, p. 59.

¹⁰³ Livro Caixa 4 (1829-1847) referente ao ano de 1833. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

¹⁰⁴ Livro Caixa 4 (1829-1847) referente ao ano de 1833. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, p. 63.

2.5 A COROA, A SANTA E AS PRÁTICAS FESTIVO-RELIGIOSAS EM INÍCIOS DO XX

Percebemos que as práticas festivas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos sofreram proibições, rupturas que reorganizaram suas vivências culturais a partir de seus impactos. Em fins do século, a incidência da romanização, caracterizada pela germanização clerical em Santa Catarina, acarretou desdobramentos na vida dessa associação, novos arranjos, ressignificações de códigos culturais de matrizes africanas e modos de permanência cultural. Era dia 24 de outubro de 1909, um domingo. Logo cedo, ao despertar o dia, muitas movimentações pelas ruas da cidade em direção à Capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Festa em homenagem a padroeira Nossa Senhora do Rosário.

Os membros da Mesa Administrativa¹⁰⁵ logo cedo prepararam o grande dia. Além da Mesa, que tomava as decisões burocráticas em reunião, as juízas, mordomas e zeladoras¹⁰⁶ também faziam parte das atividades necessárias à organização do evento festivo. Maria Fátima da Rosa era juíza de Nossa Senhora, o cargo de maior destaque, seguido do de Juíza de São Benedito, ocupado naquele ano por Agostinha Taborda da Costa. Sobre Maria de Fátima da Rosa não temos informações, visto que a Tabela de registro de Irmãos é limitada e alguns nomes presentes nos livros Ata não aparecem registrados. Agostinha Taborda da Costa era brasileira, entrou na Irmandade em 1905 e permaneceu até 1935, tendo entrado com 20 anos e em 1909, ano em que estava na condição de Juíza de São Benedito, estava com 24 anos. Era uma jovem mulher ligada à Beneficência¹⁰⁷ e nada mais sabemos.

Ambas auxiliaram e muito, assim como as juízas por devoção, mordomas e zeladoras, a preparar a Capela, o andor, a Santa para aquele domingo, dia 24. As novenas, realizadas anteriormente, também contavam com o envolvimento de mulheres e homens com cargos na

¹⁰⁵ Francisco João Fernandes, Juiz de Nossa Senhora; Juiz por Devoção, Clemente Manoel Cordeiro; Juiz de São Benedito, Idalino Marcolino da Silveira; Juiz por Devoção de São Benedito, Hipólito da Silva; Leopoldo Cândido Pires, Secretário; João Manoel da Silva, 2º Secretário; Ismael Olympio Peixoto, Tesoureiro; Norberto Alexandre Braga, Procurador da Irmandade; Procuradores de Caridade, Isidoro Pavam, Rufino da Rocha e Domingos Pedro de Alcântara; Consultores: João Manoel Guimarães, Elesbão Moreira, Tiago da Cunha, Antônio dos Santos, Fernandes Moreira, Aoreliano de Lima, Estevão dos Anjos da Silva.

¹⁰⁶ Maria Fátima da Rosa, Juíza de Nossa Senhora; Juíza por Devoção, Anna Rosa Guimarães; Juíza de São Benedito, Agostinha Taborda da Costa; Juíza por Devoção de São Benedito, Guetana Bernardina da Silva; Mordomas: Maria Rita das Dores, Maria Braga, Maria Olímpia da Silveira, Maria da Rosa de Jesus Correia, Maria Rita Barboza, Amélia Guilhermina César, Maria da Silva, Sofia Braga, Manoela de Jesus Vieira, Maria do Carmo, Maria B. Rodrigues Taborda, Luíza Tonnera, Martinha Wanzeler, Aditha O. da Silva, Maria da Conceição Freitas, Raquel Jacques, Maria Gardiola, Adelaide Estephania Soares, Maria Elesbão Moreira, Cecília Maria da Silva, Alice Cristina de Faria, Maria Lydia de Abreu, Maria das Dores Pinheiro e Honorata Maria Constança.

¹⁰⁷ Tabela de Registro de Irmãos 1816-1934. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Transcrição realizada por Maristela dos Santos Simão e Michelle Maria Stakonski.

Irmandade, além de pessoas que iam para festejar e participar das atividades celebrativas do dia. Rosas decorando a Capela toda, o andor que carregava a santa na procissão, a própria santa envolta em rosas e muitas fitas, cores e alegria. A festa daquele ano de 1908 foi completa, com missa solene, procissão, novenas realizadas na véspera, fogos de artifício, música, tudo preparado com antecedência.

Francisco João Fernandes era o juiz de Nossa Senhora e Leopoldo Cândido Pires, o secretário, estando este entre os Associados de uma instituição musical em Florianópolis - a *Sociedade Amor à Arte*, uma banda civil da cidade fundada oficialmente em 1897¹⁰⁸. A Sociedade pensava em organizar uma orquestra, mas suas características eram de uma banda, pelo número de integrantes, que era alto¹⁰⁹. A banda foi convidada pela Irmandade do Rosário em 1908 para animar a festa da Padroeira. Também foi contratada para outras atividades, como acompanhamento do cortejo fúnebre aos irmãos e irmãs. “A banda se fazia presente também em festas e quermesses, assim como em bailes, realizados pelos diversos clubes e associações da cidade, que ocorriam mensalmente, sendo intensificados durante o carnaval”.¹¹⁰

O que chama atenção com relação a Banda, segundo estudo realizado por Alexandre da Silva Schneider¹¹¹, é que algumas práticas da Irmandade não estavam dentro dos padrões romanizadores esperados pela Igreja do período. Na virada do século, em especial, nas décadas de 1910 e 1920, foram muitas as solicitações de mudança, incluindo nestas as festas, consideradas pelo clero permeadas de muitos elementos profanos.

O profano, assim considerado pela Igreja Católica no período, envolvia desde certos instrumentos de metal que não poderiam ser utilizados nas músicas celebradas nas festas sacras, em especial dentro das igrejas, como também outras práticas leigas de devoção, a saber, o contato com associações religiosas não católicas e movimentos performáticos com o

¹⁰⁸ Indicamos aqui a data de fundação oficial por ser a registrada pela própria Sociedade, no entanto já em 1875, via-se nos jornais de Desterro atividades desenvolvidas pelos músicos da Banda.

¹⁰⁹ Uma orquestra compunha-se de 6 componentes. A Banda Amor à Arte chegou a ter 30 integrantes em alguns momentos.

¹¹⁰ SCHNEIDER, Alexandre da Silva. **Sociedade Musical Amor à Arte**: um estudo histórico sobre a atuação de uma banda em Florianópolis na Primeira República. Florianópolis: UDESC. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011, p. 46.

¹¹¹ SCHNEIDER, 2011. Chamou-nos atenção também no trabalho deste autor, os dados coletados sobre o acervo da Sociedade Musical Amor à Arte, referente às décadas de 1910 a 1930. “O tango, o maxixe e o samba, junto às marchas carnavalescas, foram os gêneros musicais que com maior frequência apareceram dentre os gêneros que normalmente são considerados nacionais no acervo da SMAA. Foram encontrados manuscritos de 19 tangos, 10 maxixes e 31 sambas, que correspondem a aproximadamente 15% de todas as obras estudadas no acervo. (...) Por volta de 1900, a música sobre a qual se dançava o maxixe foi tomando características próprias e passou a ser considerada também um gênero musical. Mais do que a polca, o maxixe era considerado indecente e chegou a ser proibido em certos locais, pois possuía um caráter muito sensual, trazendo o requebrado e os casais dançando ‘colados’” (p. 65-66).

corpo durante os festejos. As bandas, presentes nas celebrações com mais recursos, animavam os cortejos e a festividade, onde música e cantoria compunham um repertório completado pela dança em procissão.

Muitos estudos, como de Quintão, mencionam que havia repressão ao profano, mas poucos informam sobre quais práticas eram ponderadas como profanas, sendo que, os maiores olhares estavam em torno das festas, momentos de batuques, com músicas, danças e cantorias rejeitadas pela Igreja¹¹². Ou seja, as performances envolvendo o corpo, expressões e marcas culturais, faziam parte do profano, a ser reprimido, vigiado, impedido.

Todavia, segundo Esiaba Irobi, ao tratar a experiência da diáspora africana a partir a inteligência do corpo, performance, a dança constitui forte expressão de rememoração, sendo que práticas estéticas e corpóreas¹¹³ permitem lembrar ou manter laços culturais e identitários, como códigos culturais de matrizes africanas¹¹⁴. Neste sentido, a música, a dança, práticas vistas pela Igreja como profanas, principalmente quando envolviam performances corporais, constituíram formas de manutenção, reatualização e ressignificação cultural de Áfricas nas Américas.

O catolicismo romanizado, em Santa Catarina, trouxe padres de origem europeia para as paróquias, em especial muitos germânicos que atuaram na Primeira República, envolvendo a Igreja Católica em reformas, em sua estrutura, tornando-a uma forte instituição disciplinar. A germanização do clero acarretou maior rigidez no controle das práticas dos devotos, incidindo também nas manifestações devocionais mágico-religiosas, presentes em especial nas irmandades¹¹⁵.

Parece-nos complicado compreender o que significariam e quais seriam práticas devocionais mágico-religiosas. No entanto, podemos imaginar possibilidades sobre estas “artes” desenvolvidas por populações cujo universo cultural era permeado de elementos de todas as esferas cósmicas – mineral, animal, vegetal, humano¹¹⁶. Seria profano lavar a imagem de São Benedito às vésperas da festividade em sua devoção? Utilizar ervas, plantas ou outras espécies vegetais para ornar altares e santos, em indícios de interação entre diferentes elementos da vida? Quais formas de pensar o sagrado constituíam, em termos de uma perspectiva de vivências quotidianas?

¹¹² QUINTÃO, 2002 a, p. 114-115.

¹¹³ IROBI, 2012.

¹¹⁴ LISANDRA, 2011, p. 16-18.

¹¹⁵ Sobre o assunto, consultar: STAKONSKI, 2010.

¹¹⁶ HAMPATÊ-BÁ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org). **História Geral da África. I - Metodologia e pré-história da África.** São Paulo: Ática/UNESCO 1982; ANTONACCI, 2013.

Neste período entre séculos XIX e XX, fez-se marcante o envolvimento entre a modernização da cidade e uma “modernização” do clero pautada na romanização. No entanto, algumas práticas do catolicismo crioulyzido - muitas vezes tratado por autores diversos como tradicional ou barroco -, faziam-se presentes, mesmo com todas as tentativas da Igreja em controlar e exterminá-las.

Parece-nos que, o entendimento de um catolicismo popular crioulyzido¹¹⁷ ganha mais sentido para pensar e situar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Recorrendo a Riolando Azzi, o catolicismo tradicional ou barroco, baseado no caráter leigo, popular, com manifestações públicas de fé¹¹⁸, em geral sem muitos “controles” ou regulamentos sobre práticas devocionais, foi muitas vezes visto, pela Igreja, como profanidade. Como o próprio autor destaca, este catolicismo dito tradicional, medieval, luso-brasileiro, familiar e social, comporta compreensão limitada, pensada apenas a partir dos parâmetros oriundos de influências lusas, com alguns indícios de elementos indígenas e africanos, restringindo a compreensão, por exemplo, de todas as manifestações de reisados e festas com ritmos, cores, performances e instrumentos africanos ou de origens africanas¹¹⁹.

Com a República, a Igreja Católica intensificou seu poderio e presença no Brasil, no sentido de que mais padres, párocos, bispos e outros membros do clero se fizessem presentes na vida das pessoas, implicando um aumento significativo no número destes nas cidades, vilas e regiões brasileiras. Esta intensificação, junto a novas regras para a prática devocional, atingiram as Irmandades que até então eram marcadas pelo seu caráter leigo e, em especial, pela autonomia política e devocional que possuíam. No entendimento de Quintão, ao analisar a ação da romanização na Irmandade do Rosário de São Paulo, a preocupação da Igreja era “substituir as irmandades e os costumes do catolicismo tradicional” por novas associações que ficassem sob a orientação expressa do clero, na qual o poder religioso estaria concentrado.

¹¹⁷ GLISSANT, 2005.

¹¹⁸ AZZI, Riolando. Elementos para a História do Catolicismo Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 36, face 141, mar. 1976.

¹¹⁹ No entendimento de Michele Maria Stakonski: “Quando Riolando Azzi afirma que o catolicismo presente no Antigo Regime era luso-brasileiro, imediatamente reporta ao conceito de *sincretismo religioso*. Para o autor, as estruturas religiosas lusitanas teriam sofrido modificações ao entrar em contato com práticas oriundas de populações de origem africana e das populações indígenas. Neste sentido, o processo de adaptação do catolicismo no Brasil teria sofrido paulatinamente influências das culturas indígenas e africanas.

Indo de encontro à afirmação de Azzi, (...) observa-se que esse processo não foi homogêneo. Não se pode observar na história do catolicismo uma tendência de unificação de idéias ou doutrinas até então. No Catolicismo Tradicional brasileiro não se observa uma fusão de elementos antagônicos em uma só prática religiosa, pelo contrário, o fenômeno de adaptação é heterogêneo e plural. Portanto, não se pode inferir que a religiosidade católica é fruto do acarretamento do sincretismo de práticas devocionais antagônicas”. STAKONSKI, 2010, p. 37-38.

Assim, a autonomia, característica das irmandades, foi sendo substituída por posições concentradas em mãos clericais¹²⁰.

Esta nova forma de catolicismo tinha como objetivo desestabilizar as irmandades, de modo que fossem extintas, como aconteceu com centenas delas, em especial as organizadas por afros. Como destacamos no primeiro capítulo, a Igreja instituiu uma espécie de “manual” contendo algumas informações sobre o funcionamento das irmandades que deveria ser seguido pelas Mesas Administrativas e, caso descumprissem os encaminhamentos dados pela Igreja, poderiam sofrer a dissolução da associação, como foi o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Paulo, por exemplo.

Na Irmandade do Rosário de Desterro/Florianópolis, as ações da Igreja Católica não conseguiram dissolver a Irmandade e assumir a propriedade sobre seus bens materiais, o que causou desencontros e demandou, dos membros da associação, estratégias de manutenção, tanto de práticas culturais africanas quanto religiosas, ao mesmo tempo em que foi preciso repensar a irmandade a partir das novas demandas do catolicismo. Como esta poderia se organizar de modo a preservar práticas, religiosidades populares, culturas comunitárias e vivências comuns a partir das pressões impostas pelo catolicismo romanizado?

O Catolicismo Romanizado¹²¹, em interpretação de Riolando Azzi, caracteriza-se por ser romano, clerical, tridentino, individual e sacramental. Esta forma de catolicismo indica que a manifestação de fé deveria ser pessoal e institucional¹²², ou seja, retraída nas devoções exteriores, como as festas por exemplo. O poder da salvação estava em cumprir, em silêncio, os sacramentos da Igreja e isso dependia de si próprio, com o intermédio do padre ou algum representante oficial da Igreja. “A ‘salvação’ é almejada individualmente, e para alcança-la é preciso merecer pela dignidade”¹²³, questão diametralmente oposta ao espírito comunitário de crenças e tradições africanas.

Esta nova forma de compreensão do catolicismo, talvez não tenha sido incorporada pela população leiga da irmandade de origem africana de Desterro/Florianópolis. Como tradições africanas, pensadas em códigos culturais, experiências comunitárias e vivências grupais, incorporariam esta forma de devoção e “salvação” baseada na individualidade?

¹²⁰ QUINTÃO, 2002 b, p. 59.

¹²¹ De acordo com Michele Maria Stakonski, “essa estrutura devocional católica contava com pouquíssimos padres que lhes davam assistência. Em Santa Catarina, o catolicismo sustentou-se por iniciativa de poucos padres e muitos leigos nas direções de irmandades e confrarias católicas. Os primeiros resquícios de Catolicismo Romanizado foram introduzidos inicialmente nas áreas de imigração europeia na segunda metade do século XIX, pelos próprios imigrantes e pelos sacerdotes que lhes davam assistência religiosa”. STAKONSKI, 2010, p. 97.

¹²² AZZI, 1976, p. 102.

¹²³ STAKONSKI, 2010, p. 95.

Parece-nos um ponto de tensão, pois estas culturas vivem no avesso da reordenação exigida pela Igreja, tanto em termos éticos como estéticos.

Chamou-nos atenção uma visita eclesial ocorrida em 1912 na Irmandade, cujos propósitos seriam reativar algumas necessidades da Igreja nos “novos tempos”, talvez deixadas ao abandono pela associação. O Bispo Dom João Becker, de Florianópolis, em 25 de julho de 1912, elogiou a agremiação, ressaltando que esta possuía um Compromisso aprovado provisoriamente (desde 1906!) e que precisava de alguns ajustes na torre da capela, além de adquirir um confessionário.

Lembramos a prestimosa Irmandade a
conveniência de concertar a torre de sua igreja, e
a necessidade de adquirir um confessioná-
rio, de que sentimos a falta¹²⁴.

Ao chamar atenção, neste documento, às “pendências” existentes na pia agremiação, o Bispo permite-nos perceber, por exemplo, que o confessionário não fazia parte do costume da agremiação. A ideia do confessionário volta-se para uma conversa, confissão, entre o fiel e o padre, a individualidade. Para as culturas africanas, o indivíduo não faz sentido, visto que suas vivências são em “sociedades comunitárias, nunca de todos para alguns”¹²⁵. Ao que tudo indica, pouco sentido faria um confessionário na Irmandade. Além disso, ao “lembrar” que a torre da capela estava com problemas temos indícios fortes de que era preciso alinhar-se às demandas da cidade urbanizada, remodelada e “bela”. Elementos que fazem pensar tensões entre o catolicismo dito tradicional e a atuação do catolicismo romanizador, impondo ordens e formas de vivência religiosa.

No caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Desterro/Florianópolis, por suas manifestações devocionais permeadas por elementos plurais e multiétnicos, as pressões e influências da Igreja católica romanizadora, tornaram-se impensáveis, inviáveis. A imprevisibilidade, componente fundamental da crioulização, pressupondo “que os elementos heterogêneos colocados em relação ‘se intervalizem’, ou seja, que não haja degradação ou diminuição do ser nesse contato e nessa mistura”¹²⁶, configura-se como possibilidade alternativa de reflexão nestas tensões. No entendimento de Glissant, populações oriundas da diáspora africana recompuseram suas matrizes culturais nas Américas, em contato com tradições nativas e europeias “através de rastros/resíduos, uma

¹²⁴ Livro Ata 4 (1905-1914). Provimentos de Visita. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

¹²⁵ CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Porto: Editora Poveira, 1971, p. 25.

¹²⁶ GLISSANT, 2005, p. 22.

língua e manifestações artísticas, que poderíamos dizer válidas para todos”¹²⁷. Neste sentido, importa destacar também incorporações feitas por diferentes povos africanos nas Américas, ressignificando suas visões de mundo, suas práticas culturais e formas de ocupar espaços nas diásporas.

A perspectiva de criouliização proposta por Glissant, permite-nos vislumbrar, nas práticas festivas, elementos de incorporação, desistências, alterações, pressões da Igreja, tudo resultando em novas articulações de irmãos e irmãs associados de modo a lidar com suas demandas do cotidiano. Levando em conta que o corpo, o ritmo, a música, o costume, as expressões artísticas propagam linguagens de Áfricas presentes no Brasil, como podemos pensar este catolicismo criouliizado praticado pela Irmandade? Em que medida podemos apreender práticas criouliizadas? O embate com a Igreja romanizada implicou em quais alterações, ressignificações e resistências pela manutenção de seus códigos culturais presentes no uso de instrumentos e cantorias nas músicas, na forma de lidar com a organização das festas sempre em diálogo com outros membros de Mesa? A partir de suas vivências comunitárias e não “de cima para baixo” como propunha [ou impunha] a nova forma de catolicismo exigida, quais orientações foram migrando na disposição de alas nas procissões, por parte do procurador e demais membros da associação, apesar das impertinências do padre Francisco Topp em reordená-las em fileiras, a seu modo germânico romanizador?

As marcas da criouliização no catolicismo experienciado e vivido pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito podem ser compreendidos a partir da dispersão de elementos festivos e das atividades realizadas pelos irmãos e pelas irmãs da associação. Ao criouliizarem práticas, resistiam – ao catolicismo romanizado, às posturas, às modernizações da cidade... de modos possíveis. As remodelações na cidade e na Igreja expulsaram do centro da cidade não apenas modos de vida incoerentes com a República e a higienização, mas tentaram retirar das ruas práticas festivas celebradas por populações excluídas, pobres e de origem africana. A criouliização não ocorreu apenas no catolicismo, mas nas práticas culturais africanas, que se recriaram a partir de impedimentos, regras, posturas e interdições.

Se a cidade e a vivência religiosa dos leigos “precisava” ser alterada, há indícios de que os modos de vida destas camadas da população incomodavam. Quais os sentidos de rememoração ou “reavivação” cultural presentes no impedimento às práticas festivas de rua em moldes africanos de ser? Percebemos que elementos culturais na forma de festejar o Natal e as comemorações de Ano Novo e dia de Reis, relatadas por diferentes viajantes na primeira

¹²⁷ GLISSANT, 2005, p. 18.

metade do século XIX, permaneceram nas manifestações culturais afros. Não podemos afirmar que as práticas se mantiveram intactas, pois culturas se transformam rejeitando, incorporando, negociando, (re)significando e recriando, mas a persistência de instrumentos como o tambor e outros chamados “instrumentos de metal”, produzindo sons marcantes e “estrondosos”, assinalados pelos Códigos de Postura como impróprios por causar “ajuntamentos” e “barulho”, apontam indícios de culturas latentes. Por que a Igreja sentia-se tão incomodada com as formas de vida religiosa dos leigos?

Nina Rodrigues, em *Os Africanos no Brasil*¹²⁸, obra destacada pelas práticas africanas que menciona – apesar de seus preconceitos e estereótipos, fruto de um racismo do período -, permite reflexões sobre as culturas africanas na Bahia do final do século XIX e começo do XX, onde vivia. Ao narrar suas impressões sobre as danças, festas, músicas afro-brasileiras, presenciadas pelo autor, percebemos a possibilidade de abrir diálogos entre elementos culturais africanos de diferentes regiões do país. Nas palavras deste autor/observador, as danças eram compostas de “mímicas” e “trejeitos”, “uma narração cantada”, onde,

via de regra, ao lado da rude orquestra os dançarinos ficam em círculo, cantando e batendo as palmas, formando um coro de acompanhamento. No centro do círculo saem os blocos a dançar cada um dos presentes. E esse, ao terminar sua participação, com um simples aceno ou violento encontrão convida outro a substituí-lo¹²⁹.

Chamou-nos atenção a forma como o autor descreveu a banda de músicos – uma orquestra, permitindo pensar que, formada por músicos afros, pobres, componentes de irmandades, sociedades musicais, ou não, continha ancestrais subsídios culturais africanos e, aliada ao compasso marcado pelas palmas das mãos e corpos em movimento, formavam um coro. A vivência festiva era comunitária, com sons, ritmos e movimentos conjuntos, em blocos. Ainda merece evidência, no sentido de interconexões sagrado/profano, como Nina Rodrigues descreve suas impressões sobre festas africanas na Bahia, provavelmente, no período de carnaval em fins do XIX.

Vimos compacta multidão de negros e mestiços que a ele, podemos dizer, haviam incorporado e que o acompanhavam cantando as cantigas africanas, sapateando as suas danças e vitoriando os seus ídolos ou santos que lhes eram mostrados do carro do feitiço. Dir-se-ia um candomblé colossal a perambular pelas ruas da cidade. E, de feito, os negros fetichistas vingavam-se assim das impertinências intermitentes da polícia, exibindo em público a sua festa¹³⁰.

A “festa negra” retratada por Nina Rodrigues era o carnaval, cujos elementos permitem estabelecer conexões com outras festas de matrizes africanas celebradas no Brasil. O corpo, marcado por memórias, manifestava por meio do gesto, da música e da dança

¹²⁸ RODRIGUES, Nina Raymundo. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Madra, 2008.

¹²⁹ RODRIGUES, 2008, p. 141.

¹³⁰ RODRIGUES, 2008, p. 170.

vestígios que “permaneciam enquanto prática estética e corpórea”¹³¹, formas de “rememoração” cultural.

Esta festa, profana nas palavras do autor, adorava santos ou ídolos (provavelmente divindades africanas), cantavam cantigas africanas, “em língua vernácula”, como diria o padre Topp. Uma multidão envolvida com a festa, com as danças, em público, “um candomblé colossal a perambular pelas ruas da cidade”. A rua, espaço de sociabilidades e devoções destas populações, era lugar do carnaval, das procissões, das festas e romarias, de cortejos celebrativos de vida e morte. Em que medida tais manifestações compunham os mesmos códigos culturais africanos perceptíveis em Santa Catarina? Os indícios são tentadores, pois a festa possibilitou enxergarmos culturas diaspóricas com elementos comuns em diferentes lugares e tempos. Talvez, performances, inscrições de códigos em corpos, oralidade e vivências comunitárias tenham permitido a perpetuação de múltiplas práticas, manifestações que nem a romanização, mesmo germânica, conseguiu extinguir. Quem sabe, ainda, muitos dos desencontros tenham indicado às pessoas outros caminhos, outras f(r)estas? Culturas africanas já não cabiam mais dentro das repressões sofridas pela Irmandade.

As festas são tratadas aqui não enquanto momentos efêmeros, ocorridos anualmente na Irmandade e cujo objetivo é apenas a alegria. Festejar significa mais. A “festa negra” é o encontro de sociabilidades, experiências de vida, representando momento de diálogos, conexões culturais, dissabores e amores. As festas da irmandade organizavam grande parte da vida da associação. Antes, durante e depois do acontecimento, do dia de cada santo, festejar também pode significar relembrar, rememorar a cada preparativo o santo ou a santa, tradições e memórias da Irmandade e de pessoas que por ela passaram.

Importa retomar Oswaldo Rodrigues Cabral, em seu entendimento sobre festas de Irmandades em Santa Catarina.

As festas religiosas do Destêrro foram bastante freqüentes, pois a religião do povo era uma religião alegre e festiva, de comemorações hagiológicas na sua maioria repleta de júbilo, o Senhor uma pessoa da casa, amiga e complacente, mais respeitada do que temida, que gostava de festas, de música, e procissões, de barulho, no que era acompanhado pelos seus santos, que apreciavam ver os seus devotos folgar, dançar, cantar nas suas festas¹³².

As festas, conforme descritas, evidenciam características de um catolicismo tradicional, com marcantes manifestações exteriores de fé, bem diferente do que as novas propostas romanizadoras pretendiam. Associando as palavras de Cabral às práticas realizadas

¹³¹ IROBI, 2012, p. 276.

¹³² CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Destêrro**. Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979, p. 255.

pela Irmandade do Rosário e São Benedito, o folgar, o dançar, o cantar, a partir de performances de origens africanas, instrumentalizadas por uma banda contratada para o cortejo, pelas ruas da cidade até a chegada a capela, exprimem o imprevisível no cotidiano, o criouliizado.

Em 1895, Manoel Luis de Miranda foi contratado, para com sua banda/ orquestra¹³³, animar a festa de Nossa Senhora do Rosário. Manoel foi professor de música e a banda era organizada pela *Sociedade Lyra Artística Catarinense*¹³⁴ até 1881.

Recebi do irmão Antonio
Gerônimo Pires, tesoureiro
da Irmandade de Nossa
Senhora do Rosário a quantia
de cento e deis mil réis 110:000
Proveniente da Orquestra que
tocou na festa da mesma
Senhora dia 6 do corrente.
Florianópolis, 3 de Outubro
de 1895.
Nº8 [Ass.] Manoel Luis de Miranda.¹³⁵

Não sabemos quais os membros componentes da Banda e nem os instrumentos utilizados para a festividade. Manoel foi o compositor de uma polca¹³⁶ carnavalesca “Diabo a Quatro”, nome também de uma sociedade carnavalesca de Florianópolis. Apesar de

¹³³ “A reforma litúrgica da Igreja Católica, iniciada em 1868 até início do século XX, considerava a música das bandas como profana, já que apenas o canto gregoriano e a polifonia palestriniana eram considerados obras sacras. Assim as bandas de música foram afastadas da igreja por meio do Motu Próprio de 1903 do Papa Pio X, endossado no Brasil no Concílio Plenário sobre Música Sacra. Isso ocorreu porque durante a missa as bandas tocavam dentro da igreja peças que não eram destinadas ao culto. Sem poder entrar nas igrejas, a banda passou a ocupar ainda mais o espaço externo, nos coretos das praças (onde na maioria das vezes se localizava a igreja) tocando nas retretas marchas, dobrados, valsas, polcas e outros ritmos”. Consultar: PIRES, Débora Costa. **Atuação das Sociedades Musicais, Bandas Cívicas e Militares em Desterro durante o Império**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Música) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2008, p. 18.

¹³⁴ A *Sociedade Lyra Artística Catarinense* foi “fundada em 1 de agosto de 1875, segundo *O Despertador* de 10 de agosto do mesmo ano. A última referência aparece no mesmo jornal de 06 de Abril de 1881, que noticiou a participação desta sociedade na trasladação da Imagem do Senhor Jesus dos Passos. O mestre de música, na época da inauguração, era o Sr. Manoel Luiz de Miranda e a Sociedade contava com 22 sócios executores, como noticiado no jornal *O Despertador* de agosto de 1875. A *Sociedade Lyra Artística Catharinense* teve sua estréia em 05 de abril de 1876, como relata o jornal *O Conservador*”. Ver: PIRES, 2008, p. 25.

¹³⁵ Livro Caixa 13 (1891-1906), p. 1v. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

¹³⁶ “Dança de salão em compasso binário, geralmente em tom maior e andamento alegreto, originária da Boêmia (parte do império austro-húngaro, depois Tchecoslováquia e atualmente República Tcheca). Chegou a Paris em meados dos anos de 30 do século XIX, difundindo-se daí para todo o mundo ocidental e tornando-se nele a principal dança de salão (...)”. Pixinguinha, por sua vez, falando ao Museu da Imagem e do Som, confirmou: “Quando eu fiz o Carinhoso (por volta de 1916 ou 1917), era uma polca. Polca lenta. Naquele tempo, tudo era polca, qualquer que fosse o andamento”. “O velho chorão Alexandre Gonçalves Pinto, no livro *O Choro*, de 1935, juntou sua voz popular ao coro: ‘A polca é como o samba - uma tradição brasileira. A polca é a única dança que encerra nossos costumes, a única que tem brasilidade’. Esses elogios encontravam razão de ser na fusão dos elementos da polca com os afro-brasileiros do lundu, e na aceitação da rítmica daí resultante pelos conjuntos populares de flauta, cavaquinho e violão, gerando gêneros como o tango (brasileiro), o maxixe e, posteriormente, o próprio choro.” Consultar: Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/polca/dados-artisticos>, acesso em 10 de outubro de 2012.

desconhecer os instrumentos e as músicas solicitadas para a animação do cortejo, o histórico da banda indica a presença de uma polca, que apesar de sua origem popular polonesa ou austríaca, no Brasil recebeu muitas influências do lundu e foi também intercambiada para o que posteriormente veio a se denominar choro, ou maxixe. Estas músicas possuíam matrizes africanas, envolviam ritmo, dança, ginga do corpo. O mesmo Manoel foi convidado para a animação da festa em outros anos, como ocorreu em 1897. Para os olhares da Igreja seriam bandas, instrumentos e músicas profanas?

Naquele ano de 1908, conforme iniciamos este subcapítulo, os mesários chegaram cedo, a igreja da Irmandade foi aberta, os peditórios estavam à porta, o tesoureiro estava no consistório onde irmãos e irmãs chegariam para regularizar seus anuais. As zeladoras, com auxílio das mordomas, como Maria da Conceição Freitas, Maria Gardiola, Adelaide Estephania Soares e Maria Elesbão Moreira, preparavam os últimos ajustes dos altares decorados e auxiliavam na organização das crianças para a procissão.

Era prática da Irmandade, assim como de outras associações religiosas, organizar, junto ao cortejo, um grupo de crianças que, vestidas de anjo, embelezariam a procissão. Além disso, na Irmandade, neste período, as crianças eram protagonistas na coroação da santa. Durante a missa, dentro da capela, uma das crianças fazia a coroação ao som de cânticos e sob os olhares do público presente.

Em se tratando de despesas das festas, procissões e novenas festivas, observam-se nos gastos da festa da oraga da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em 1896, despesas nos valores de três mil reis (3#000) provenientes do convite no jornal *A República*; dezessete mil e trezentos e sessenta reis, de sedas e rendas (17#360); sessenta e seis mil e quinhentos réis, de cetim branco para as alfaias religiosas (66#500); doze mil reis ao Irmão Ismael Peixoto, por serviços gerais na festa (12#000); cento e trinta mil reis, para a Orquestra que tocou nas novenas e na missa cantada (130#000); doze mil reis para o sacristão da festa (12#000); e por fim, oitenta e um mil e duzentos e sessenta reis, de objetos diversos para a festividade (81#260).

Em nosso acervo de pesquisa, há fotografias de momentos festivos realizados na Irmandade. No entanto, estas são algumas imagens das décadas posteriores ao período deste trabalho, o que apesar de nos auxiliar no que tange aos possíveis elementos utilizados nas festas, indica práticas talvez ainda não existentes no nosso período de estudo. Mesmo com os riscos que incidimos, pois a fotografia, não sendo um registro do real, mas uma interpretação, uma produção sobre este possível real, trazemos indicativos interessantes para esta análise.

Vemos a seguir uma fotografia do interior da capela do Rosário, em dia de festa à Santa Padroeira, tendo o altar muitas flores, fitas e adereços. As crianças - vestidas de anjos, organizadas no altar-mor, sob os olhares do capelão, dos membros da Mesa Administrativa trajando as opas brancas, sob as apreciações dos demais santos dos altares laterais da capela e envolvendo a imagem de Nossa Senhora do Rosário -, realizam a coroação. Conforme destaque da imagem, a coroa, disposta em mãos de uma criança, seguirá para o destino: a cabeça da santa.

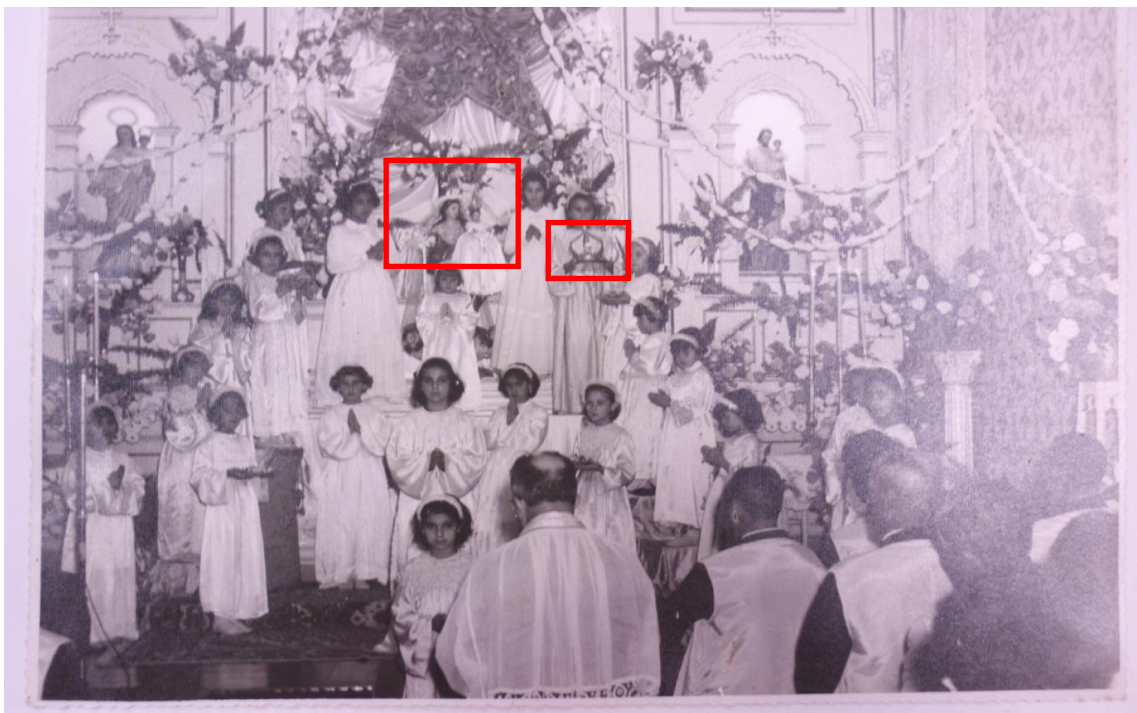


Imagem 26: Fotografia da Coroação de Nossa Senhora do Rosário – Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. S/d.

Na imagem seguinte - também sem data exata de identificação, mas pelas características, provavelmente das décadas de 1950 a 1960 -, identificamos subsídios sobre a “armação dos andores” com os quais gastavam recursos para aquisição de fitas, cetins e sedas, flores, lantejoulas¹³⁷... Nesta fotografia, o destaque maior vai para o andor decorado de Nossa Senhora do Rosário, estando São Benedito no andor à esquerda e com menor foco. É provável que esta fotografia tenha sido produzida em uma festividade de Nossa Senhora, mas o andor de São Benedito também foi preparado a caráter.

¹³⁷ Consultar livros Caixa: Caixa 11 – 1876 a 1890, CAIXA 15 - 1907 a 1912, CAIXA 16 – 1912 a 1925 e CAIXA 17 - (1925) do Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Estes andores eram carregados pelos irmãos da Mesa Administrativa durante a procissão e, conforme já estabelecia o Compromisso de 1842, o irmão procurador seguia com a vara a fim de organizar a procissão em alas, onde juízes, secretário e tesoureiro conduziam o andor carregando o santo ou a santa. As alas eram organizadas em grupos formando um conjunto harmônico e estético para a apresentação da comitiva. Constituindo um roteiro urbano de teatro popular pelas ruas da cidade, o cortejo caminhava portando a bandeira à frente, “o pálido era uma espécie de sobreceú portátil, com varas (...) debaixo dele ficava o santo festejado ou o sacerdote que levava a custódia. Era o centro da procissão, o local de maior destaque”¹³⁸. Tanto que a condução do andor com o santo, que muitas vezes ficava sob o pálido, era encaminhada pelos membros da Mesa, figuras importantes na vida da associação e dos/as festejantes.

O povo caminhava junto, ao som das bandas ou orquestras contratadas para o cortejo. Estariam entoando cantorias e organizando performances corporais, em alas, ao seguirem o cortejo? Quais as formas de seguir o cortejo? Por que motivos a Igreja pretendia impedir que as irmandades e as bandas tivessem autonomia nas escolhas do repertório musical das procissões e festas?



Imagem 27: Fotografia da Capela com destaque para os andores e decorações da festa a Oraga – Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. S/d.

¹³⁸ REGINALDO, 2010, p. 191.

Em 1908, a banda *Amor à Arte* havia sido contratada, conforme lembramos anteriormente. Neste período, o Compromisso reelaborado em 1905 para orientar a Irmandade, a partir de então, já estava em vigência. Com as reformas, o vigário da paróquia também assumia as celebrações nas Irmandades. Inclusive, pelo novo Compromisso da Irmandade do Rosário, o padre deveria fazer-se presente nas reuniões. Isso, porém, não foi regular, visto que pelas atas analisadas (entre 1904 e 1930), o padre estava presente mais em momentos como o das eleições da Mesa para o ano seguinte, ou quando havia alguma questão envolvendo o patrimônio da Irmandade¹³⁹.

Estas questões envolviam a autonomia da associação e o empoderamento dos membros da Mesa ficava sob ameaça. Por mais que não participasse de todas as reuniões, o papel do Vigário era vigiar os encaminhamentos dados à Irmandade. Além de todas as questões burocrático-financeiras da associação, o reverendo poderia interferir na organização leiga das festividades, prática centenária da agremiação e cuja organização sempre esteve a cargo dos leigos.

Para Michelle Stakonski, a presença e atuação do padre Topp incidiu inclusive sobre a forma de organizar a procissão, além da questão das bandas e orquestras. Segundo ela, o padre teria atuado no formato da procissão e esta deveria “seguir uma norma rígida de lugares, ou seja, cada irmandade deveria seguir, em fila, de forma ordeira de acordo com o estipulado pelo padre, primeiro para efeito estético, segundo a fim de esquadrihar e diferenciar os Irmãos entre si”¹⁴⁰. A partir destas considerações e das evidências apontadas, alguns encaminhamentos podem ser propostos, em diálogo com os indícios documentais da Irmandade. As tensões envolvendo a associação e a Igreja, desde a vinda do padre Topp, protagonista dos ideais de romanização do catolicismo em Florianópolis, acirraram-se. A procissão - sempre organizada pela Mesa e conduzida pelo procurador, coordenador de alas, astro da “ordem” das procissões de modo que o cortejo seguisse caminho e embelezasse as ruas com a apresentação -, passou a ser alvo do padre e suas críticas.

As considerações de Stakonski são pertinentes, apesar de não sabermos exatamente quais as influências ocorridas na estética das procissões a partir dos comentários de Topp.

¹³⁹ Faz-se importante realçar que a partir de 1905, quando da reformulação do Compromisso, os bens da Irmandade estavam sob os olhares aguçados da Igreja Católica. Assim, caso a Irmandade, por qualquer motivo, fosse dissolvida, todos os bens levantados, construídos, doados, esmolados pelos irmãos e irmãs, seriam de posse da paróquia, ou seja, da Igreja. Compromisso de 1905, página final, acrescida pelo Bispo Dom Duarte, da Diocese de Florianópolis.

¹⁴⁰ STAKONSKI, 2010, p. 106.

Sabemos que a germanização do clero, como o próprio padre Francisco Topp atestou, interferiram na vida religiosa da agremiação, mas no que tange às procissões, não podemos, com os documentos consultados até o momento, encaminhar mais questões

Creemos sim que a influência do padre, advindo de uma formação mais rígida, de um catolicismo romanizado e pretendido controlador de práticas, implicou transformações na Irmandade e em suas festas. Mas vale ressaltar, que desde 1841, no Compromisso aprovado naquele ano - e, este sim, organizado apenas pelos homens da Mesa Administrativa -, havia uma estética das procissões. Cada irmão da Mesa tinha uma função, levar as tochas, hastear a bandeira, coletar as esmolos, conduzir o andor da padroeira, levar a vara para que a procissão seguisse em alas. O povo seguia o cortejo com a banda de músicos, os fogos de artifício lançados pelo caminho e, às portas da capela, acompanhada por anjos (crianças) que “embelezavam” a procissão. A estética não possuía a rigidez pretendida pelo padre germânico, abrindo para embates com a associação ao querer controlar as formas de vivenciar a procissão, parte “esplendorosa” dos festejos. Irmãos da Mesa, sabendo suas próprias funções, as funções dos demais membros, aparatos, sequência musical, acompanhamentos, “narração cantada”, entoavam a procissão como momento de religiosidade, encontros, performances, música, sagração e profanidade.

As bandas ou orquestras eram contratadas pela Irmandade, de acordo com suas condições financeiras. Se José Brazilício de Souza havia sido contratado para animar a festa em 1877¹⁴¹; no ano de 1900 foram pagos 115\$000 réis a Francisco Octaviano do Livramento pela animação da festa, por uma orquestra que tocou em outubro¹⁴². A *Banda Amor à Arte* foi a animadora em 1908.

As bandas civis e orquestras foram severamente criticadas pelos Sínodos Diocesanos realizados em Florianópolis. Para as autoridades eclesiásticas envolvidas na elaboração das regras/normas criadas nestes Sínodos, as Irmandades estavam deixando a desejar, pois além de outras coisas, contratavam bandas para animação de festas, sendo estas bandas compostas de instrumentos que passaram a ser considerados profanos pela Igreja romanizada: tambores, pratos, trompa, trombone e demais instrumentos de metal. Como temos apontado ao longo deste trabalho, as tensões faziam-se presentes em diferentes aspectos daquelas vivências.

Os Sínodos organizados em Florianópolis, com atuação intensa do Padre Francisco Topp, pretenderam normatizar práticas ainda existentes e condizentes com um modo de vida religiosa dissonante das propostas da Igreja Romanizadora do período. Tais documentos

¹⁴¹ Livro Caixa 11 – 1876 a 1890. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, p. 10v.

¹⁴² Livro Caixa 14 – 1899 a 1906. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, p. 22.

religiosos constituíam “reuniões religiosas do clero com a autoridade eclesial regional, no caso o bispo diocesano, destinadas a criar um código de normas, baseadas no código canônico e nos concílios católicos, para normatizar as regras de culto dos fiéis e do clero”.¹⁴³

Para melhor entendimento de suas funções e propósitos, organizamos um quadro, permitindo conhecer as discussões presentes nestes encontros e quais os encaminhamentos realizados. No quadro utilizamos apenas dados referentes ao foco desta pesquisa, com objetivo especial de compreender os olhares religiosos sobre práticas “profanas”, festas, morte e “religiosidade popular”, conforme mencionado nos Sínodos. As informações completas sobre estes documentos eclesiásticos estão ao final do trabalho, no material anexo.

Quadro 3 – Sínodos Diocesanos de Florianópolis¹⁴⁴.

Tema	Sínodo de 1910	Sínodo de 1919
Dos Principais Erros Modernos		Condenação dos homens que se dizem felizes e tranquilos com as religiões, pois acreditam que todas são igualmente boas, possibilitadas a alcançar a “salvação eterna”.
Seitas Religiosas	“Exponham os Rs. Sacerdotes aos fiéis as penas que a Igreja estabeleceu para aqueles que dão sue nome a qualquer seita religiosa ou a outras proibidas, ou assistam aos atos de seu culto; (...) e afastem das mãos de seus paroquianos as bíblias chamadas protestantes (...)” (p. 48).	
Das Ordens e Congregações Religiosas	Estas associações devem funcionar sob a supervisão de um conselho para assuntos financeiros e administrativos.	São poderosos órgãos utilizados a serviço da moral e do progresso.
Das Festas/Das Festas Religiosas	As festas devem manter apenas seu caráter religioso, evitando danças, folias, recolhimento de esmolas para profanidades. É preciso licença para realização das festas e orçamento deve ser analisado pelo vigário.	O culto divino é a elevação da alma e tudo que não for realizado com tal finalidade deve ser considerado supérfluo e supersticioso. Deve-se eliminar das festas os abusos, como folias e danças. Os peditórios (esmolas) feitos com a bandeira devem ocorrer por pessoas reconhecidas da religião. O vigário deve informar a idoneidade das pessoas e aprovar o programa de festejos.
Canto e Música	Proibido cantar em língua vernácula nas funções litúrgicas. Proibido usar instrumentos de metais nas igrejas e é preciso atentar para as bandas musicais.	“O canto sacro deve ser feito de modo que não haja nele nada de profano, nada de mundano ou teatral” (Bento XIV) (p. 87).

¹⁴³ STAKONSKI, 2012, p. 43.

¹⁴⁴Organizada com base nos dois Sínodos mencionados, com objetivo de divulgar os estatutos, ou normas, resultantes dos documentos sinodais.

Dos Cemitérios e Sepulturas/Dos Funerais e Sepulturas	Conservar sempre a decência dos cemitérios: murados, capinados, limpos, com uma cruz identificadora. Terá um zelador.	Os funerais devem ser feitos nas igrejas, exceto em casos extraordinários. O enterro deve ser feito após certo tempo, atestando realmente a morte verdadeira da pessoa.
Das Irmandades	Não podem fundar novas irmandades nem alterar o Compromisso sem aprovação do Bispo. Membros destas associações não podem pertencer a seitas ou sociedades secretas proibidas pela Igreja.	Devem possuir estatuto próprio para ter legitimidade e reconhecimento. Pessoas possuidoras de más condutas não devem ser admitidas nestas irmandades. Em caso de dissolução, os bens destas associações pertencerão à Igreja.
Das Devoções		É preciso atrair os fiéis para as devoções sagradas. “Quanto às devoções populares, em geral, uma vez expurgadas de quaisquer abusos; e dentro da lei, podem ser mantidas e até reavivadas pelos srs. Vigários, como um dos meios de manter-se a fé, e exercerem eles a necessária ação social e religiosa sobre as massas” (p. 88).

Os dados do quadro coletados nos capítulos dos dois Sínodos possibilitam reflexões sobre as tentativas de controle que a Igreja Católica pretendia. Nossa atenção, em especial, volta-se aos apontamentos em relação às práticas festivas, folias, rufar de tambores (ou batuques?) e práticas funerárias. “Quanto às ‘folias’, por serem absolutamente proibidas, lembra o Sínodo aos fiéis que modo algum os podem favorecer, nem ajudar com esmolas, sempre que por essa forma se apresentarem (...)”. Assim sendo, lembravam os eclesiásticos que muitas práticas devocionais, envolvendo folias, eram proibidas, devendo ser inclusive inadequado que pudessem os fiéis da Igreja doar esmolas e contribuir com tais festividades condenadas. Não bastassem as folias, ainda muitas associações saíam a esmolar pela cidade, sem o controle da Igreja, o que significava autonomia, práticas e códigos culturais próprios de lidar com a religiosidade e suas diferentes nuances, o que em nada agradava bispos e padres: “e que a ninguém é permitido angariar esmolas pela paróquia, de qualquer modo que seja, para igrejas ou outro fim pio, sem licença pelos menos por escrito, do respectivo vigário, autorizado pela Cúria”¹⁴⁵.

Os documentos eclesiásticos aqui discutidos propunham cuidados com a morte, dispunham de preocupações com as festividades, para que mantivessem apenas o caráter religioso e, com relação às irmandades, em especial, previa que, em caso de dissolução desta, seus bens ficariam sob a responsabilidade da Igreja. Atitudes clericais que possibilitam

¹⁴⁵ SEGUNDO Sínodo da Diocese de Florianópolis – 1919.

perceber tensões entre estas associações leigas e a disputa por autonomia, espaço e poder com a Igreja.

A música e os cantos também são preocupações nos Sínodos, pois podem incitar a dança, ser compostas de canções “ligeiras”, elementos profanos que indicariam um catolicismo permeado de códigos culturais não ligados ao catolicismo, mas pertinentes às formas de vida de populações de origem africana, populações rurais – como menciona o Sínodo -, ou pessoas cujos modos de viver a religiosidade não compreendiam os anseios romanizadores impostos pela nova forma de ser católico que então se exigia.

Ao mesmo tempo em que muitas cobranças se faziam presentes, em áreas ditas rurais da Diocese, permitia-se o uso de instrumentos e manifestações um pouco diversas às demandadas para áreas urbanas. Chamou-nos atenção uma passagem, quase “disfarçada” em meio a tantas normas, leis e apontamentos, destacando: “Sendo permitido o rufo de tambores nas freguesias rurais”¹⁴⁶. Cremos que tal “concessão” por parte clerical significava que a manutenção de algumas práticas nestas áreas rurais possibilitaria à Igreja alcançar espaço dentro daqueles grupos culturais. Afinal, proibir, às vezes, implicava perder espaço no campo das disputas religiosas com outras instituições, por exemplo. Ou mesmo, poderia significar a opção destas populações por práticas condenáveis pela Igreja Católica, que elas muitas vezes manifestavam, mas nem sempre admitiam, ou então camuflavam, através do catolicismo.

As bandas, muitas delas contratadas pelas irmandades leigas, inclusive a de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, estavam sob o olhar reprovador da Igreja Católica. Quais os motivos para considerar instrumentos de metal elementos profanos? Os ruídos “estrepitosos”, “ensurdecedores”, já narrados por viajantes, atrapalhariam os propósitos da Igreja no cuidado com seus fiéis? Em que medida as bandas e as irmandades representavam elementos de matriz africana permeados de práticas perturbadoras às ordens clericais vigentes na virada do século?

Neste sentido, Michelle Stakonski traz abordagens sobre os Sínodos que interessam para compreender as posturas da Igreja.

Segundo o Sínodo de 1910:

297. Nas funções litúrgicas solenes é proibido cantar, seja o que for, em língua vernácula.

298. Todas as composições eclesíásticas devem revestir o caráter da música sacra, ao menos em sua maior parte. Fica absolutamente proibidos nas igrejas a execução vocal ou instrumental de trechos de opera ou de outra música profana. (...)

300. É proibido às bandas musicais tocar dentro das igrejas. Fora delas são permitidas nas procissões contanto que os músicos se comportem com respeito e não executem composições profanas e ligeiras.

¹⁴⁶ PRIMEIRO Sínodo da Diocese de Florianópolis – 1910, p. 98.

239. Não são proibidas orquestras, devem, porém, ser delas excluídos todos os instrumentos fragorosos ou não convenientes com a santidade do lugar, como sejam: tambores, triângulo, pratos etc. e em geral todos os instrumentos de metal¹⁴⁷.

O Sínodo acima destacado foi o primeiro realizado em Florianópolis, sendo o segundo, realizado em menos de uma década. Sinal, inclusive, de que as práticas proibidas ou reprovadas pela Igreja continuaram sendo cultivadas pelos fiéis, com ou sem a presença dos padres alemães. Cremos que as práticas são elementos da cultura, de modos de vida e de luta, normas criadas podem reprovar, proibir, dificultar estas manifestações, mas as populações ressignificam e readequam suas formas de ser e viver de modo a burlar estas normas. Como foram burladas estas normas, ainda não podemos afirmar. Alguns indícios, o próprio Sínodo nos traz. Enquanto instrumento normativo, tratava de práticas ainda vigentes, apesar de todas as interferências do catolicismo romanizado desde a última década do século XIX. Ao realçar que bandas se utilizavam de tambores¹⁴⁸, instrumentos de metal, cantavam em línguas vernáculas (africanas?) aos quais os padres não tinham controle, mesmo após duas décadas de ações para que tais práticas fossem extintas e modificadas, inquietamo-nos ao pensar que a Igreja alcançou seus objetivos. Afinal, se os tivesse alcançado, não precisaria lembrar duas décadas após a instalação de suas propostas romanizadoras, que práticas consideradas profanas, incoerentes com a devoção católica, precisavam ser combatidas e eliminadas.

A *Banda Amor à Arte*, uma banda civil que animava festas religiosas, aniversários, cortejos fúnebres, festas associativas e tantos outros espaços de sociabilidade, esteve nos registros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, talvez até por influências do irmão Leopoldo Cândido Pires, associado à Irmandade e à Sociedade musical.

O fato é que mesmo com as alterações já em discussão para o novo Compromisso e as “solicitações” nada singelas da Igreja, a banda foi contratada para tocar. Em 1905, a Irmandade pagou 10\$000 réis pela animação da procissão em homenagem ao orago Nossa Senhora do Rosário. A referida banda, não estava muito a contento das novas regras eclesiásticas vindas com a romanização e germanização do clero, pois entre seus instrumentos

¹⁴⁷ PRIMEIRO Sínodo da Diocese de Florianópolis – 1910, p. 100.

¹⁴⁸ Há um trecho importante destacado por Nina Rodrigues sobre os tambores e outros instrumentos utilizados por africanos na Diáspora. “Não só de Pernambuco mas de todo o Brasil pode-se afirmar que a música africana entrou no país com os primeiros escravos negros. Continua o dr. Pereira da Costa: ‘Celebravam os africanos as suas festas com danças e cantorias acompanhadas de instrumentos musicais, fabricados e exclusivamente usados por eles, além das castanholas, bater de palmas côncavas e de diferentes formas de assobios por eles inventados com muita variedade. Esses instrumentos eram o *atabaque* ou *tambaque*, espécie de tambor, porém, quadrado e muito estrepitoso, *canzá*, feito de cana com as extremidades fechadas pelos gomos da mesma cana e com orifícios; *marimba*, formada de dois arcos semicirculares e com coités em cujas bases colocavam uma espécie de tecla de madeira sobre a qual batiam com um pauzinho ao modo de vaqueta; o *marimbau*, que não sabemos se é um instrumento diferente desse último; matungo, uma cuia com ponteiros de ferro harmonicamente dispostos; e os pandeiros e berimbaus que adotaram’. (...) No Brasil, o tambor é o instrumento musical por excelência dos pretos”. Consultar: RODRIGUES, 2008, p. 144-145.

estavam todos aqueles considerados impróprios para o culto divino na mesma década. A saber: trompete, barítono, sax soprano, sax alto, sax tenor, trompa, cors/coris, trombone, pratos e triângulo¹⁴⁹. Estes instrumentos fizeram parte da estrutura da banda até dezembro de 1929. A partir deste ano, os saxes e o triângulo deixaram de compor o quadro de instrumentos tocados pelo grupo musical¹⁵⁰.

Os descontentamentos da Igreja auxiliam-nos a refletir sobre as sonoridades presentes nestas manifestações devocionais, festivas, comunitárias e religiosas. Havia conflitos sonoros, auditivos, percussivos, performáticos, denotando sentidos e significados em confronto. Igreja e Irmandade sentiram suas formas de revelar a fé de modo diferente, ou melhor, divergente. Para as populações de origem africana, festa sem música, cantoria, sonoridade, ritmo e performance, perde o sentido; ao passo que a Igreja, em boicote a todas estas manifestações, pretendia o controle sobre a Irmandade, seus bens, suas práticas e seus membros.

Sendo uma banda civil¹⁵¹, *Amor à Arte* tocava de modo a agradar o povo. As partituras encontradas no acervo da banda por Alexandre da Silva Schneider mostram uma variedade de ritmos, sons e gostos musicais. Entre suas partituras estavam vários gêneros musicais, dentre eles samba (31 partituras), maxixe (10 partituras), *habanera* (01 partitura), batuque e batucada¹⁵² (ambas com 01 partitura). Podemos inferir que músicas, comilanças e danças continuaram a ser consideradas profanas por muito tempo pela Igreja Católica, apesar das variações nos seus preparos e aparatos. São indícios de colonialidade¹⁵³ sobre festas de matrizes africanas, sintomas sinalizando desencontros e que tenderam a aumentar em fins do século XIX e começos do XX.

Luisa Amélia da Costa, dona de tabuleiro e vendedora de seus quitutes pelas ruas de Florianópolis, associada à Irmandade, conforme já destacamos no primeiro capítulo deste trabalho, havia entrado na associação ainda sob a condição de cativa, em 1859. Permaneceu na agremiação até 1906, ano em que foi excluída. Devota de Nossa Senhora do Rosário e São

¹⁴⁹ Informações coletadas em: SCHNEIDER, 2011, p. 52. O autor faz uma discussão sobre a Sociedade Musical Amor à Arte e suas indicações a respeito dos instrumentos utilizados, ritmos e composições tocadas auxiliam nosso entendimento em relação ao que a banda fazia à pedido da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

¹⁵⁰ SCHNEIDER, 2011, p. 52.

¹⁵¹ Segundo estudos de Schneider, “as bandas civis costumavam optar por obras em voga no período, ao contrário das militares, que enfatizavam as obras de música europeia”. SCHNEIDER, 2011, p. 64.

¹⁵² SCHNEIDER, 2011, p. 55-56.

¹⁵³ O colonialismo europeu, impulsionado pelo iluminismo e cartesianismo, impôs poderes e “viveres na lógica de uma ciência e razão”, “profanando corpos e tradições, violando redes simbólicas, consumindo práticas de pensar e conhecer de povos e culturas desde então considerados primitivos, bárbaros ou atrasados”. ANTONACCI, 2013, p. 01.

Benedito, transitava pela cidade na venda com seu tabuleiro, mas também transitava nas procissões aos oragos de sua devoção; transitava para cortejar irmãos e irmãs falecidas.

Teria Luisa Amélia da Costa participado das novenas de véspera e da lavagem da imagem de São Benedito para a festividade? Era parte do costume a “reza” na véspera da festa, assim como lavar a imagem do santo antes da procissão. O ritual da lavagem nos instiga a compreender práticas crioualizadas no interior da associação. Muito comum nas comemorações a Nosso Senhor do Bonfim, na Bahia, a prática de lavar as escadarias e o adro da Igreja “associa-se aos ritos lustrais realizados nos terreiros de candomblé durante a festa pública conhecida como ‘Águas de Oxalá’, na qual um dos mitos de Oxalá é revivido anualmente”¹⁵⁴. Segundo Nei Lopes, a água simboliza fecundidade, criação, fluxos e está ligada à vida. Na tradição dos orixás este elemento tem ligação com Oxalá e encontra-se presente em todos os momentos da vida¹⁵⁵. A água utilizada para a lavagem – “limpa, purifica, renova, gera vida, promove o renascimento”¹⁵⁶ -, é símbolo visual de potencialidade, de existências possíveis, de fundamento de vida”¹⁵⁷. Esta prática, o ritual de purificação pelas águas, envolve pessoas, santos, proteções¹⁵⁸, constituía parte do universo cultural de culturas populares, como também acontecia com a festa do Divino Espírito Santo, sendo a água utilizada para lavagem da imagem.

¹⁵⁴ SANTOS, Eufrazia Cristina Menezes. **Performances Culturais Nas Festas de Largo da Bahia**. Artigo Disponível Em: [Http://Www.Antropologia.Com.Br/Arti/Colab/A40-Esantos.Pdf](http://Www.Antropologia.Com.Br/Arti/Colab/A40-Esantos.Pdf), p. 10. Acesso em 25 de outubro de 2012.

¹⁵⁵ LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004, p. 41.

¹⁵⁶ SANTOS, p. 10.

¹⁵⁷ INIESTA, Ferran. *El pensamiento tradicional africano: regreso ao Planeta negro*. Barcelona: Catarata/Casa África, 2010, p. 47. In: ANTONACCI, Maria Antonieta Martines. **Animistas/fetichistas? Dizem eles**. 2012. Mimeo, p. 02.

¹⁵⁸ “A lavagem, no mês de janeiro, marca o início do ano na Bahia sob a égide de Oxalá (Senhor do Bonfim) e de todos os orixás (santos). Nos terreiros de candomblé, as águas de Oxalá (independente do mês em que é realizado) marca o início do ano litúrgico. Segundo Nina Rodrigues (1935, p. 177), a equivalência simbólica entre Senhor do Bonfim e Oxalá ocorreu, também, pelo fato de a Igreja do Bonfim localizar-se no alto de um monte. O Orixá, por seu turno, era adorado no Monte Oukê, na África”. SANTOS, p. 10.



Imagem 28: Fotografia da Procissão a São Benedito – Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. S/d.

A procissão a São Benedito, conforme o costume, era realizada no mês de janeiro, geralmente no dia de Reis, bem como a de Nossa Senhora do Rosário, no dia vinte e cinco de outubro (com as ressalvas já apontadas neste trabalho). Estas duas festas eram “fixas” no calendário da confraria, e o fato de não poder realizá-las era motivo de desgosto por parte dos Irmãos mesários que tinham como uma de suas funções, não oficiais, zelar pela realização da festividade dos oragos, segundo pode-se perceber pelos Livros Atas. A procissão dos oragos dava-se com a maior pompa possível, sendo que, quando havia dinheiro em caixa, esta era anunciada nos jornais da cidade.

Merece atenção o sentido de “fixas”, pois nem sempre as festas ocorriam no mesmo período. A festividade a São Benedito realmente ocorria em janeiro, normalmente no dia 06, antiga data celebrativa dos reisados. Quando, em 1841, o compromisso foi alterado, as figuras do rei e da rainha deixaram de compor o quadro da associação, mas o culto a São Benedito foi incorporado, e justamente para ser celebrado no dia 06 de janeiro, dia de Reis. Mas, por algum motivo, no século XX, o culto teve alteração na data festiva e passou a ser realizada a festa ao santo anualmente no mês de julho. Seria uma imposição da Igreja a fim de apagar os

resquícios que ligavam a festa de São Benedito à memória das coroações de Rei e Rainha do Rosário? Não sabemos, mas as tentativas de desestabilizar a associação não foram poucas, o que incita a pensar que muitas coisas aconteceram e não temos elementos suficientes para desenvolver, mas muitas perguntas ficam a nos inquietar.

Na tentativa de elencar algumas considerações sobre as festividades e as procissões realizadas pelos pretos e pretas do Rosário, esperamos ter contribuído na problematização destas manifestações organizadas pelas populações de origem africana na ilha de Santa Catarina em fins do século XIX e primeiras décadas do XX.

CAPÍTULO 3

CELEBRAÇÕES DA MORTE

Este capítulo procura compreender como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário cultuava seus mortos, os preparos para o além-morte, as rezas pelas almas e os sentidos de cortejar dignamente os irmãos e irmãs associados. Percebemos que o cuidado com os mortos existe em todas as sociedades e cada uma a seu modo, em cada tempo.

Como as práticas africanas na diáspora, com suas interações com o mundo católico, existentes na Irmandade, manifestaram seus rituais de morte a partir das investidas do catolicismo romanizado? Teriam os padres de origem germânica interferido nas formas de enterramento exercidas na associação? De que modo? Em quais circunstâncias? Com quais interesses? Como a associação lidou com as tensões entre diferentes práticas e visões de mundo? Estas são algumas indagações que permitem refletir sobre as práticas funerárias existentes na Irmandade.

3.1 UM FUNERAL “DIGNO”: SINOS, VELAS, CORTEJO... E MISSAS PELA ALMA

Nos dizeres de João José Reis, a “boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo”, que a alma deste estivesse pronta para a “partida”, com todos os direitos ao cortejo fúnebre que lhe coubesse e que seus irmãos e irmãs pudessem proporcionar. Participar de uma irmandade também significava socorro na hora da morte, seja de seus parentes ou de si próprio, desde que arcassem com os devidos gastos. Apenas para os/as filiados/as muito pobres e incapazes de arcar com o funeral, abriam-se exceções.

O medo de ter o corpo insepulto ou ser sepultado sem honra, fez com que pretos/as quisessem um funeral cristão. Desta forma, não apenas o morto recebia uma morte digna, mas também a irmandade mostrava sua pompa e os cuidados com seus mortos.¹ Era costume, até o século XIX, enterrarem-se os mortos nas igrejas, capelas e demais lugares “santos” pela proximidade que acreditavam existir com a salvação. Assim, quanto mais próximo ao altar, maiores as “garantias” de ter a alma salva. Nas mais diferentes regiões do país encontram-se informações sobre tais práticas. Não foi muito diferente esta arte na Irmandade do Rosário de Desterro/Florianópolis.

¹ REIS, 1991, p. 92; SOARES, 1999, p. 142.

No entendimento de João José Reis (1991), este caráter leigo compunha um jeito de compreender a morte e seus rituais pela “pompa”, no chamado catolicismo barroco, caracterizado por um desejo de externar práticas devocionais em ritos de passagem como indicativo de fé e renovação da vida.

O funeral barroco se caracterizava pela pompa: o luxo dos caixões, dos panos funerários, a quantidade de velas queimadas, o número de participantes no cortejo – de padres, pobres, confrarias, músicos, autoridades, convidados -, a solenidade e o número das missas de corpo presente, a decoração da igreja, o prestígio do local escolhido para sepultura.²

A cultura católica ocidental, desde a Idade Média até a Idade Moderna, tinha na procissão fúnebre uma demonstração de brilho, suntuosidade, elementos que chamassem a atenção, uma cerimônia composta por música, muitas pessoas e a condução do corpo até seu destino final. Interessante refletir sobre os panos funerários e o cuidado com a “pompa”. Nas tradições africanas, até hoje famílias confeccionam panos para a morte de seus parentes. Conforme destacamos neste trabalho, o catolicismo praticado por estas populações deve ser considerado particular, próprio, repleto de significados complexos diferentes do que outros grupos culturais experienciavam enquanto ser católico.

Esta forma de compreensão do catolicismo praticada por populações de origem africana, um catolicismo dinâmico, inserido em universos culturais de matrizes africanas, também implicou em formas diferenciadas de lidar e sentir a morte, por mais que as práticas fossem denominadas católicas. “A força das representações negativas sobre os cultos africanos marcaram as trajetórias de muitos indivíduos que precisaram encontrar mecanismos para, ao mesmo tempo, manter os cultos afro-ancestrais e professar a religião socialmente aceita”, o catolicismo³. Tanto culturas africanas quanto católicas preocupavam-se com a morte, sendo, no entanto, diferenciadas suas concepções com relação a este momento de passagem. Possuindo visões de mundo distintas, suas relações com os mortos e a própria ideia de morte, de antepassados e tradições, constituíam-se de perspectivas diversas. As experiências relacionadas à morte por parte das populações de origem africana em Desterro/Florianópolis permitem conhecer códigos culturais presentes nestas populações entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, momento de interferências do catolicismo romanizador e tensões entre associações religiosas de caráter leigo e a Igreja católica.

² REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 75.

³ NASCIMENTO, 2012, p. 109.

Nos séculos XVIII e até as primeiras décadas do XIX era comum, em Desterro, o enterro de corpos envoltos em mortalhas, prática existente também em outras regiões brasileiras⁴. Estas mantas de tecido envolviam o corpo do morto e possuíam significados, conforme veremos na sequência. Além da mortalha, o corpo era depositado numa espécie de rede e, algumas irmandades utilizavam esquifes para carregarem os corpos, um tipo de armações de madeira forrada, como se fosse uma padiola⁵.



Imagem 29 – Padiola – análoga a uma maca. Objeto que se assemelha ao esquife ou caixão aberto, utilizado para transporte do corpo em cortejo fúnebre⁶.

Quase em meados do século XIX apareceram os primeiros caixões para condução dos corpos aos seus destinos, sem, no entanto, que houvesse exclusividade. Assim, o corpo era conduzido e após ser sepultado o caixão retornava ao seu local de origem – uma irmandade ou instituição – a qual pertencesse. Nesta época era muito comum que as associações alugassem os caixões para quem os necessitasse. Inicialmente, ser conduzido num caixão era sinal de status, mas com o passar do tempo esta prática se popularizou e até os mais pobres acessavam este “conforto” na hora da morte⁷.

Nas palavras de Santos (2009), quem estivesse no porto ouviria os sinos das igrejas anunciando um cortejo que se aproximava. “Os mortos eram carregados em caixões abertos ou nos esquifes das Irmandades. (...). Os defuntos escravos ou crianças abandonadas eram carregados de qualquer jeito, sem caixão”⁸. Esta descrição apresentada por André Luiz Santos

⁴ Em trabalho sobre o cemitério dos “pretos novos”, Júlio César Medeiros da Silva Pereira (2007) busca “desvelar práticas funerárias africanas” que possibilitem compreender os motivos pelos quais cativos se filiavam às irmandades⁴, visto que muitos encontravam nestas associações uma forma de ter enterro digno, um sepultamento. “Cientes do falecimento de um irmão, caberia à irmandade encomendar o corpo, preparar a mortalha adequada, o transporte e o sepultamento com a presença de um religioso, assim como a missa e as velas”⁴. Ver: PEREIRA, 2007, p. 54.

⁵ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Notícia I. Florianópolis: Editora da UFSC, 1971, p. 503.

⁶ Imagem disponível em http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://3.bp.blogspot.com/_191Vp-ydfIQ/SumhS5SQTAI/AAAAAAAAAEo/00TJNCWrOuY/s320/padiola.JPG&imgrefurl=http://marimylife.blogspot.com/2009/10/padiola_29.html&h=101&w=177&sz=5&tbnid=P5-qko8me9xg9M:&tbnh=70&tbnw=122&zoom=1&usg=__FTevt68tOC_fdVZjTOW7PkR7pXk=&docid=c62ObSM1AsHdNM&sa=X&ei=PvgCUYuyBoP68gT3wYGGcW&ved=0CDYQ9QEwAQ&dur=219

⁷ CABRAL, 1971, p. 503.

⁸ SANTOS, 2009, p. 354.

refere-se aos corpos de mortos no Hospital de Caridade, ou então, com enterro sob a responsabilidade do Hospital. Estes dados permitem pensar, por exemplo, o deslocamento necessário do Hospital de Caridade até o Cemitério, então localizado na cabeceira da atual Ponte Hercílio Luz. Além do trajeto, bastante longo e feito pelas ruas da cidade, com soar de sinos, não passaria despercebido. Vemos, na imagem a seguir, um indicativo da distância entre o Hospital e o Cemitério Municipal. A localização do cemitério em relação ao Caridade e à Irmandade do Rosário demandavam um longo deslocamento em diferentes ruas para realização dos enterramentos.



Imagem 30 - Vista do centro da torre da ponte Hercílio Luz (1945) – Destaque em realce rosa para o Hospital de Caridade. Acervo Velho Bruxo⁹.

O Cemitério Público de Desterro foi construído em 1841, localizado no terreno que hoje aloca o Parque da Luz, nas proximidades da cabeceira da Ponte Hercílio Luz. Sua instalação, no alto do morro, logo na entrada da cidade, aos olhos de todos, foi alvo dos higienistas e urbanistas no começo do século XX, quando estavam a pleno vapor as obras de reforma da cidade. O cemitério interrompia o caminho de passagem da Ponte Hercílio Luz que seria iniciada em 1923¹⁰. Assim, o cemitério foi transferido e destinado ao chamado Cemitério do Itacorubi, numa região mais afastada do centro da cidade.

⁹ Disponível em <http://hid0141.blogspot.com.br/2010/12/florianopolis-antigo.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2013.

¹⁰ CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz um cemitério**: a transferência do cemitério público de Florianópolis (1923-26). Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis, 2004, p. 13.

Em 03 de setembro de 1888, a Assembleia Provincial de Santa Catarina, em Sessão Ordinária, discutiu a questão do cemitério público, informando sobre o terreno do cemitério e a divisão deste entre as Irmandades e demais associações. “As irmandades e particulares, que possuam qualquer porção de terreno no atual cemitério público, terão direito a igual porção em o novo cemitério, independente de qualquer pagamento”¹¹. A preocupação com a morte, os enterramentos e as condutas para os rituais eram manifestações e cuidados efetivos de leigos e leigas, mas também estavam sob os olhares da administração provincial. Quais as percepções da Irmandade do Rosário em relação aos novos modos de enterramento “sugeridos” pelas Posturas e “acompanhados” por agentes da administração pública? Em que medida as mudanças dos locais de sepultamento interferiram em práticas de cortejo, celebração da morte e manifestação pública dessas preocupações com a “boa morte”?



Imagem 31 – Vista Parcial de Florianópolis – 1920. Destaque para o Cemitério localizado na cabeceira da Ponte Hercílio Luz¹² - ênfase em realce branco para o cemitério.

Nesta imagem destacamos o Cemitério existente onde foi construída a Ponte Hercílio Luz. Esta fotografia, da década de 1920, permite perceber a localização e como estava construído o cemitério. Este espaço também foi utilizado pelos protestantes para construção de um cemitério, ao lado do municipal, visto que protestantes eram proibidos pela Igreja

¹¹ Jornal *A Regeneração*, Desterro, sexta-feira, 07 de setembro de 1888. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina - Setor de Obras Raras.

¹² Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Católica de serem enterrados em cemitérios católicos¹³. A ideia de transferir os enterros para o cemitério foi planejada e sua concretização distanciada do perímetro urbano da cidade. O lugar atendia aos pensamentos da época com relação a cemitérios: “terreno fosse enxuto, longe dos rios, e ajuntamento de águas; bastantemente vasto, para dar lugar a todos os corpos, durante quatro anos pelo menos, sem se bulir no lugar das primeiras covas”¹⁴. As mudanças no cuidado com o enterro de mortos, em especial pobres e cativos, às vezes enterrados “à flor da terra”, ou seja, em covas rasas, também influenciou, de modo geral, no Brasil, a questão de onde inumar os corpos e como fazê-lo.

O sepultamento dos membros da Irmandade era feito na própria capela da associação, até 1840, quando foi proibido. “O alto da colina do estreito entre a Ilha e o continente no terreno da chácara de José Vieira de Castro foi o lugar escolhido para o cemitério”. Cada Irmandade e associação religiosa de Desterro adquiriu uma área específica, indicada por uma cruz de ferro¹⁵. Noticiava o jornal *A Regeneração*, a decisão adotada pela Assembleia com relação ao cemitério: “as irmandades e particulares, que possuam qualquer porção de terreno no atual cemitério público, terão direito a igual porção em o novo cemitério, independente de qualquer pagamento”¹⁶.

O Cemitério Público no Morro do Vieira, a caminho do Estreito, atualmente cabeceira da Ponte Hercílio Luz, era o espaço destinado ao enterro dos mortos. No entanto, nem todos poderiam ser enterrados naquele espaço, pois quem não proferisse a fé católica ou assim se afirmasse, corria o risco de ficar insepulto. Assim, o Cemitério Alemão, em terreno comprado ao lado do Cemitério Público, atenderia a demanda de protestantes e outros. José Epiphânio da Cunha, excluído em 1899, Justo Mario da Costa, excluído em 1897 e Roza Camara da Cunha, excluída em 1899¹⁷, foram expulsos da Irmandade por serem descobertos protestantes, e não teriam destino certo quando a morte lhes acometesse. O dito Cemitério dos Alemães, embora particular, destinava-se a atender tais demandas.

¹³ Para maiores informações a respeito, consultar: CASTRO, Elisiana Trilha. **Um chão para cair morto**: os cemitérios de imigrantes protestantes em Santa Catarina no século XIX. Florianópolis, 2009 p. 04. Disponível em: <http://elisianacastro.files.wordpress.com/2009/06/artigo-elisiana-siepea.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2012.

¹⁴ Biblioteca Nacional, Jornal *Aurora Fluminense*, nº. 145 de 23/1/1829. “Sobre o depósito de pretos novos e a necessidade de um cemitério” apud: PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra**: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007, p. 95.

¹⁵ SANTOS, 2009, p. 204.

¹⁶ Ata da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Provincial de Santa Catarina. Jornal *A Regeneração*, 07 de setembro de 1888, n. 188, Desterro. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Setor de Obras Raras.

¹⁷ Tabela de Registro de Irmãos (1816 a 1937). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Vale indagar se o cemitério, construído ao lado do municipal, demonstrava uma tensão presente entre católicos e protestantes na cidade, resvalando nos membros da Irmandade, mais assiduamente vislumbrados pela Igreja, evitando que “seitas” proibidas permeassem o universo da associação. Os protestantes excluídos, talvez indiquem uma disputa existente na cidade com relação a um “mercado de almas”, sendo possível uma perda de “domínio” da Igreja Católica. O Cemitério dos Alemães, como ficou conhecido, relacionado aos casos de expulsões de protestantes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, permite-nos conjecturar que a presença de protestantes e adeptos estava em expansão na cidade, acompanhando a expansão de novas elites e projeto político.

A questão de onde enterrar os mortos sofreu grandes interferências, tanto da Igreja Católica quanto das pressões e ideias político-sanitárias¹⁸. Assim, os elementos presentes nos enterros ocidentais possuem as marcas destas influências: afastamento do cemitério do espaço urbano, caixões individuais, túmulos separados e lacrados, prazo limite para enterro do morto evitando possíveis contágios e outros. Essas transformações ocorreram, em grande medida, ao longo do século XIX.

Até meados da década de 1880, Desterro havia se alarmado com as inúmeras epidemias. Uma das questões que nos chamou atenção, relacionada a isso foi a alteração na forma de condução dos corpos de mortos vítimas dos contágios. A inspetoria da cidade recomendou “que os mortos por varíola fossem conduzidos até o cemitério em carroças fechadas e sem acompanhamento, revela[ndo] a dimensão e o extremo das medidas para combater a epidemia de 1882”¹⁹.

Esta medida preventiva diante de epidemias que haviam levado centenas de pessoas à morte a cada momento que um novo surto se estabelecia na cidade, implicou em alterações emergenciais nas práticas funerárias. Como a Irmandade conduziu seus funerais diante da impossibilidade de fazer o cortejo pela Rua do Príncipe até o cemitério? Em se tratando de uma epidemia, o corpo do morto era conduzido em uma carroça lacrada, evitando possíveis contaminações. Talvez, nestes casos e na forma como se deram estas mortes, o enterro digno ficasse desprovido de cortejo adequado. São apenas ilações, visto não termos dados

¹⁸ “A partir da segunda metade do século XIX torna-se consenso entre as autoridades médicas e governamentais de várias cidades brasileiras a necessidade da exclusão dos cemitérios do perímetro urbano, inclusive os cemitérios contíguos às igrejas, devido ao fato de serem facilitadores da propagação dos miasmas culpados pelas epidemias. Começa, então, a criação de cemitérios extra-muros (...)”. Consultar: ROSA, Edna Teresinha. **A relação das áreas de Cemitérios Públicos com o crescimento urbano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2003, p. 33.

¹⁹ SANTOS, 2009, p. 379-380.

suficientes para afirmar se associados da Irmandade vieram a óbito em virtude das endemias e quais os procedimentos tomados pelos Irmãos e Irmãs diante disso.

Desde o Código de Posturas de 1845, as preocupações com os cortejos fúnebres e os caixões para condução dos mortos, estavam sob a mira das autoridades. O alvo principal eram as irmandades e suas práticas – as Irmandades católicas utilizavam esquifes nos cortejos. Os esquifes eram abertos significando certa exposição do corpo e, aos olhos preocupados das autoridades com as epidemias, deveriam ser extintos, utilizando-se então, apenas caixões fechados.

Nenhum corpo de qualquer tamanho, e cor que seja será conduzido a sepultura sem ser em caixão fechado, quando qualquer Facultativo tiver declarado que a enfermidade do falecido fora contagiosa. A administração da Caridade terá um, ou mais caixões, que servirão de conduzir os cadáveres (...) Ficam extintos os Esquifes das Irmandades, e substituídos por caixões fechados (...)²⁰.

O medo, principalmente da varíola, constituiu preocupação do governo para com as medidas sanitárias e os cuidados com a higiene, assim como intensificou a fiscalização sobre residências, lixo, águas servidas e a própria condução da morte por parte das associações. O receio de uma nova epidemia chegou ao extremo de proibir os “cortejos fúnebres que atravessassem áreas habitadas”²¹. A morte envolvia diferentes instâncias, para além do sagrado e dos preparativos de cada sociedade em relação a ela.

A imagem a seguir, uma pintura de Jean Baptiste Debret, quando veio a Ilha de Santa Catarina na primeira metade do século XIX, permite compreender de que forma eram estes esquifes e como ocorria a condução dos corpos enfermos ou mortos. A imagem mostra uma belíssima vista da cidade, do alto, onde ficava (e ainda fica atualmente) o Hospital de Caridade.

²⁰ **Código de Posturas de Desterro de 1845**. Capítulo Segundo, Artigo 9, p. 211. Lei n. 222 de 10 de maio de 1845. Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa/SC.

²¹ SANTOS, 2009, p. 372.

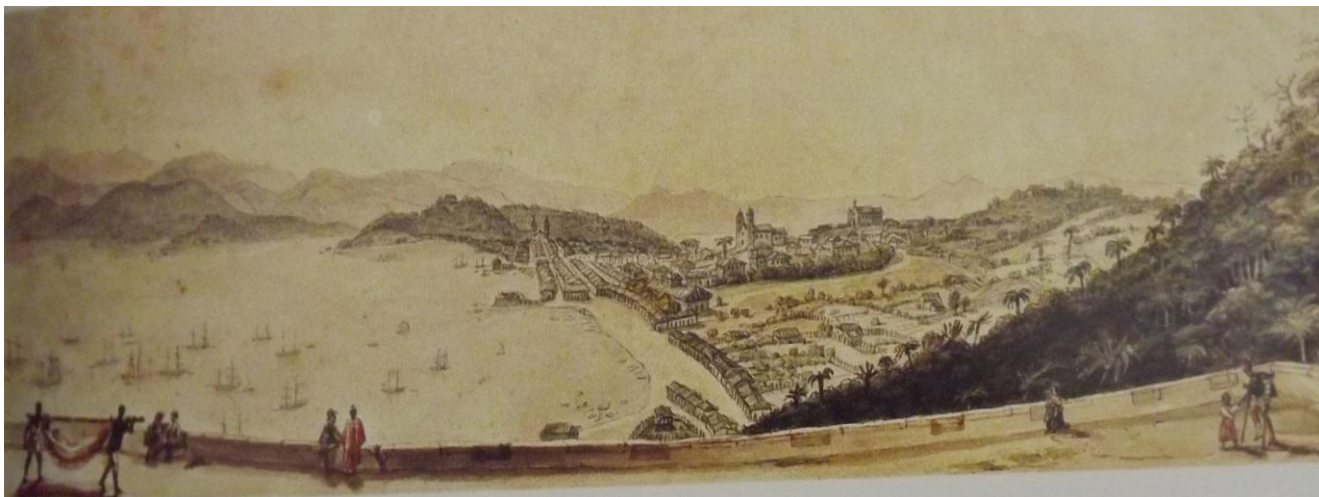


Imagem 32 - Vista do Hospital, Florianópolis (Desterro), 1828 – Acervo Museu Castro Maya IBRAM/Minc²².

Ao lado direito, uma criança acompanha um homem de muleta, com faixas no braço e na perna, indicando sua condição debilitada naquele momento e a provável estada no hospital, para realização dos procedimentos necessários à resolução do problema que até lá o conduzia. Ao lado esquerdo, vê-se dois homens afros com um esquife e um corpo dentro, ao que parece, uma pessoa branca. Os esquifes eram muito comuns nesta época, sendo constante seu uso por Irmandades, Associações e igrejas para a condução de Irmãos e Irmãs ou fiéis que morressem. Os homens conduziam alguém, ao que tudo indica, morto, sendo os dois condutores marcados pelo caminhar em direção à saída do Hospital, cuja descida do Morro situa-se ao lado direito, atrás da figura do senhor de muletas. Ainda nesta gravura, percebemos o destaque do autor às duas igrejas presentes bem no centro da Vila, em posição mais elevada. A Igreja Matriz, com suas duas torres e, logo atrás, a capela do Rosário. Também podemos pensar, a partir desta imagem, no trajeto do hospital ou de uma dessas capelas até o morro onde estava o cemitério até 1925, no Estreito, ao fundo, naquela região mais coberta de vegetação e com poucos moradores próximos até o final do século XIX.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, ainda denominada dos homens pretos até 1905, recebeu influências das alterações sanitárias e da Igreja, necessitando realizar mudanças em suas práticas para adequar-se às novas regras mortuárias em vigência a

²² Pintura de Jean Baptiste Debret disponível no Catálogo: BAPTISTA, Ana Paola. **Debret**: viagem ao Sul do Brasil. Rio de Janeiro: Memória Visual, 2011, p. 37. (Catálogo de Exposição realizada na Caixa Cultural São Paulo).

partir de 1845, especialmente quando os Códigos de Postura, baseados nas preocupações médico-sanitaristas e higienistas, exigiam modificações para evitar contágios²³.

A mudança de local do “Morro do Vieira” para o Itacorubi envolveu muitos aspectos, dentre os quais, destacamos a divulgação em jornais informando que a municipalidade solicitava que os responsáveis pelos corpos sepultados no cemitério que funcionara desde 1841, fizessem a exumação dos cadáveres e providenciassem a transferência para o novo espaço destinado aos mortos, no Itacorubi. Ocorreu a publicação de um edital em 25 de setembro de 1924 com prazo de sessenta dias para as providências cabíveis de remoção dos corpos. Caso os familiares não cumprissem com suas obrigações, as exumações seriam feitas pelo município²⁴.

A reserva de áreas dentro do cemitério São Francisco de Assis para as sete irmandades tem raízes históricas no século XIX quando da construção do Cemitério Público no Morro do Vieira. As irmandades receberam, por volta de 1841, da Câmara municipal de Desterro áreas demarcadas dentro do cemitério para as suas necrópoles, já que haviam sido proibidos os enterramentos dentro e ao redor das igrejas. Diferentemente, a pequena comunidade alemã da cidade, quase todos comerciantes protestantes, por sentir-se depreciada pelo tratamento recebido pela comunidade católica, que lhes reservava espaços dentro dos cemitérios destinados aos indigentes, decidiu comprar um terreno ao lado da necrópole pública de uso restrito aos seus associados no Morro do Vieira, hoje cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz. Interessada na desativação do Cemitério Público, a Prefeitura da capital ofereceu, em 1925, às irmandade e a Associação da Comunidade Alemã áreas dentro do extenso Cemitério São Francisco de Assis, onde permanecem até hoje.²⁵

Teria a Irmandade do Rosário providenciado a exumação de irmãos e irmãs enterrados no cemitério público? Como procedeu? São questões que, pela documentação pesquisada, ficam como indagações sem respostas. Sabemos, no entanto, pelo estudo realizado por

²³ Aliada aos cuidados sobre a localização do cemitério, lugar onde poucas pessoas moravam ao redor, ou mesmo transitavam, a região da atual cabeceira tornou-se ideal segundo médicos higienistas e políticos. No entanto, apesar de afastado do centro da cidade, a rua de saída para o cemitério partia do centro, e muitos cortejos fúnebres saíam das regiões centrais em direção ao cemitério. Isso também gerou alguns problemas, em especial porque Desterro sentiu os horrores das epidemias na segunda metade do século XIX. A população foi acometida entre 1840 e 1841, logo na instalação do cemitério, por “febres cerebrais”, deixando muitas vítimas, em especial militares. “No primeiro ano dessa epidemia o Cemitério do Estreito foi inaugurado e foram proibidos os enterramentos nas Igrejas da cidade”. “Esses anos de epidemias devem ter influenciado o código de posturas da cidade aprovado em 1845, quanto ao conjunto de medidas médicas sobre higiene e saúde e as medidas de sanidade urbana que o código continha. Um longo período de epidemias de “febres escarlatina e amarela” assolou a província durante os anos de 1850 até 1853. Segundo Almeida Coelho (1877, p. 178 e 179), mais de um terço da população de Desterro foi atingida o que fez diminuir a população. A febre causou grande mortalidade no colégio dos padres jesuítas, o que segundo Almeida foi a causa do fim do estabelecimento na província” (SANTOS, 2009, p. 356).

²⁴ CASTRO, 2004, p. 30.

²⁵ ROSA, Edna Teresinha. **A relação das áreas de Cemitérios Públicos com o crescimento urbano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2003, p. 45-47. As sete irmandades mencionadas pela autora são: Irmandade do Divino Espírito Santo, Irmandade Senhor Jesus dos Passos, Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Irmandade Nossa Senhora do Parto, Irmandade Nossa Senhora da Conceição, Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Ordem Terceira de São Francisco de Assis.

Maristela dos Santos Simão (2008), que o Cemitério localizado no bairro Itacorubi abriga atualmente ex-membros da Irmandade, com cruz do cemitério da Irmandade identificada sob o letreiro I.B.N.S.R.S.B. (Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, conforme passou a se denominar com a reforma do Compromisso em 1908). De acordo com a historiadora, a transferência do Cemitério Público para o Itacorubi, também resultou no deslocamento de ex-membros sepultados no antigo cemitério. “No ossário, sob a cruz, é pertinente pensar que alguns dos ossos ali depositados remetam a pessoas sepultadas ainda dentro da capela, e que já passaram, antes dali, pelo espaço ao lado da Igreja e pelo Cemitério Municipal no Bairro Estreito”²⁶.

No caso das irmandades havia um cuidado maior com os mortos e seus sepultamentos. Conforme já mencionamos, nestas associações, um dos objetivos principais era o cuidado com os mortos. Na Irmandade do Rosário, muitos foram os associados falecidos cujos enterramentos ocorreram por conta da associação e com todas as pompas possíveis, de acordo com os direitos do morto e os cofres da agremiação. A morte constituía um evento, pois, assim como os demais acontecimentos do ciclo da vida (nascimento, crescimento, intempéries, etc.), estabilizava esse ciclo natural, reestruturando a ordem. Tais acontecimentos eram vivenciados como práticas mágico-religiosas, espetáculos da vida que não sabemos a explicação, mas sobre os quais criamos significados, inserimos expectativas e reatualizações. A morte significa desordem em relação ao cotidiano, por mais que fosse esperada e preparada, indicava uma ruptura. Assim, organizar o “espetáculo fúnebre” reconstituía a ordem perdida, “ajudando os vivos a reconstruir a vida sem ele [o morto]”, significando positivamente o seu lugar junto ao mundo dos mortos. Como um dos fenômenos sociais, a morte e os ritos a ela associados ligavam-se à tarefa de desvincular, desagregar o morto do domínio do universo dos vivos e introduzi-lo no dos mortos²⁷.

Os ritos fúnebres em culturas afro, assim como demais momentos de passagem - nascimento, casamento, ritos de iniciação, etc -, são fundantes, pois refazem tempos cíclicos, constituem fluxos contínuos, potencializando vivências comunitárias. A morte, neste caso, não significa o abandono de um corpo morto, inerte, inativo, mas reatualização de sua experiência de vida, no sentido de celebrar seus feitos e sua memória. Esta forma de lidar com a morte utiliza-se das experiências do morto para o funcionamento de suas comunidades, pois

²⁶ SIMÃO, 2008, p. 102.

²⁷ RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983. Apud: RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997, p. 173.

as práticas ligadas à morte potencializam a vida, são significativas para o estabelecimento da renovação, ressignificação e reatualização “de tudo” e de “todos”. Os vivos reunidos em solidariedade ao morto, “recuperavam algo do equilíbrio perdido com a visita da morte, afirmando a continuidade da vida”²⁸.

Sendo um elo entre o mundo dos vivos e dos mortos, celebrar este momento, esta passagem, significava vivenciar a morte como capacidade de renovação de equilíbrio que salvaguarda interações presente/passado das próprias tradições, usos e costumes. Implica o sentido de uma energia que circulava sob o regime distinto das culturas ocidentais, isoladas e atomizadas nos sujeitos individuais. Este modo de experienciar a morte, como parte da vida e necessária ao reestabelecimento do equilíbrio, é coletivo, constituído de valores e saberes a serem preservados. Por isso, a importância de celebrar a vida e a memória dos mortos, pois seus corpos não são matéria inerte, um cadáver apenas, como supõe a ciência ocidental. O corpo não se extingue no momento da morte, pois sua função, a partir da passagem para o mundo dos mortos, é atuar neste mundo para estabelecer, ou manter, o equilíbrio.

O corpo de uma pessoa possui sentidos, demonstra formas culturais e compreensões de mundo, diferenciadas em cada cultura. É no corpo que se operam mudanças, que se recebe o poder de alguma coisa ou de alguém, de um morto²⁹. Nele estão impregnados símbolos, resíduos, energias e códigos que se põem em ligações múltiplas, dinâmicas. Quando o corpo sofre alterações, como em caso de doença, ou mesmo de morte, as memórias e experiências vivenciadas pelo corpo não se extinguem com o corpo do cadáver, em ditames da ciência ocidental. Estes signos, codificações presentes no corpo precisam ser entendidos, reafirmados e desenrolados em práticas, permitindo que a passagem do mundo dos vivos ao mundo dos mortos seja adequada, e que a ordem natural de viver e morrer sejam mantidos. O corpo, codificado segundo traços de sua cultura, é uma linguagem que, afastada de reconhecimento e afeto (entendimento destes códigos), não se sustenta³⁰. Talvez, as lógicas de sentido de culturas africanas na diáspora, seus modos de reatualizar e ressignificar práticas, tenham possibilitado ao corpo, em especial, do morto, adentrar no mundo dos mortos auxiliando na administração de energias do mundo dos vivos. Os ancestrais possuem papel significativo na consolidação desta transição, ritual e comunitária, onde a morte não constitui experiência a ser vivenciada na solidão, mas em conjunto.

²⁸ REIS, 1991, p. 138.

²⁹ GIL, José. **Metamorfoses do Corpo**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997, p. 26.

³⁰ GIL, 1997, p. 42.

Diante destes modos de ver o mundo, percebe-se uma disputa cultural com a Igreja Católica, que afirmava sua “supremacia no tocante a estes assuntos” [de morte], sendo sua visão de salvação a ser seguida. Neste modo de lidar com a morte, a Igreja não demonstrava preocupação com o corpo, sendo seu foco voltado apenas ao cuidado da alma. “A morte estava dentro dos limites da religiosidade, circunscrita ao perímetro da fé. Neste sentido, pouco importava o que era feito do corpo, considerado mero invólucro da alma, da qual importava a salvação”³¹. Destacamos que o corpo devia ser velado e sepultado pela Igreja, dentro de seus preceitos, sem, no entanto, possuir um sentido, um significado, pois estava morto, inativo. Ao contrário dessa visão preocupada apenas com a alma e sua salvação, as culturas de matriz africana produziam seus corpos com códigos culturais, marcas de vida e experiência. Neste sentido, o corpo precisava ser cultuado, pois estava embrenhado de vivências, saberes e práticas a serem transmitidas, repensadas e reatualizadas, não necessariamente ligadas à ideia de alma e salvação atribuídas pela Igreja Católica.

Assim como as festas compunham momento de reatualização, de estabelecimento da ordem e sentidos para continuar as demais atividades do ano, também a morte, sua celebração coletiva, seus sentidos, encontros e sociabilidades, estabilizava os mundos. Vida e morte, choro e riso³², sagrado e profano, assim como outras dicotomias impostas pela visão de mundo ocidental, não constituíam oposições nas culturas de matrizes africanas. Essas dicotomias foram incapazes de explicar os modos de vida destas populações, mas isso não impediu que formas eurocêntricas de ver o mundo categorizassem, nomeassem negativamente e usurpassem saberes e práticas julgadas por olhares racializantes. cremos que estes valores estiveram em constante conflito no século XIX e nas primeiras décadas do XX, pois o modo de vida das populações de origem africana em Desterro/Florianópolis não condizia com os “novos ares” republicanos e nem com as práticas exigidas pelo catolicismo.

A imagem a seguir, uma obra de Rugendas, em visita ao Brasil no século XIX, possibilita percepções sobre como era conduzido o funeral de uma irmandade religiosa organizada por afros.

³¹ PEREIRA, 2007, p. 88.

³² Interessante trazer novamente a descrição do viajante Louis Choris, destacando uma passagem em que comentava “negros dançando e chorando ao mesmo tempo”, pois em culturas de origem africana riso e choro, cantar e chorar ao mesmo tempo não compunham oposição.



Imagem 33 - Johann Moritz Rugendas. Enterro de um negro na Bahia, c. 1830³³.

Percebemos que todos estão descalços, sinal alusivo da condição de cativo dos acompanhantes do cortejo, exceto o padre e alguns membros mais ao final da procissão. À frente segue um jovem carregando a cruz, acompanhado de dois meninos conduzindo as tochas e um homem, ao que parece adulto, portando um estandarte indicativo de um cortejo fúnebre, tendo em vista a caveira retratada na flâmula. A figura do padre parece envolto em leitura da Bíblia, organizando as orações ao morto, carregado num caixão aberto, logo atrás, por um grupo de homens.

Ao lado do padre, sacristãos, sendo que um deles visivelmente utiliza um turíbulo dispersando incenso no ambiente. O corpo aparenta estar coberto por uma espécie de mortalha que, devido aos detalhes da imagem, nos impossibilita identificar especificamente a cor, tipo de tecido, ou se possui algum indício de relação a um santo de devoção. Em seguida ao

³³ Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?hl=pt-BR&client=firefox-a&hs=W0b&sa=X&tbo=d&rls=org.mozilla:pt-BR:official&biw=1358&bih=614&tbnm=isch&tbnid=jO8KNd-iKhVybM:&imgrefurl=http://people.ufpr.br/~lgeraldo/upoimagens4.html&docid=eo0EsfBf2sJVoM&imgurl=http://people.ufpr.br/~lgeraldo/funeralbahia.jpg&w=1143&h=900&ei=iFP4UKDDFvKK0QHqr4DgDA&zoom=1&iact=hc&vpx=447&vpy=10&dur=1595&hovh=199&hovw=253&tx=95&ty=149&sig=110655742944068515042&page=1&tbnh=138&tbnw=175&start=0&ndsp=24&ved=1t:429,r:3,s:0,i:91>

caixão, uma mulher e uma criança podem ser identificadas. Seria a mulher do morto e o filho, que parece secar as lágrimas levando a mão ao rosto? Não sabemos exatamente, mas estas são possibilidades diante de um momento cotidiano e repleto de significados na vida e na morte.

A pintura de Rugendas evidencia um cortejo organizado em alas distintas, compondo a apresentação do morto ao seu destino, o mundo dos mortos. As alas organizadas em sequência davam ao cortejo um andamento, ritmado pelos cânticos em andamento da condução do corpo do morto sobre o caixão fúnebre. Vários componentes formavam as alas, conforme mencionamos, e havia um grupo de pessoas a acompanhar o ritual de passagem do falecido, o acontecimento era celebrado comunitariamente. Neste momento fazia-se fundamental o preparo organizado pelos vivos para a passagem do morto, pois em se tratando de populações africanas e seus descendentes, preparava-se o encontro com os ancestrais, diferentemente da ideia cristã de apenas “salvar a alma” do morto. Uma das formas de concretizar esta passagem era a utilização de mortalhas adequadas, roupas que pudessem facilitar e embelezar essa transição³⁴, e que depois seriam guardadas por seus familiares.

De acordo com João José Reis, os tipos de mortalha compunham os desejos finais do morto e o acompanhariam na hora da passagem. O tipo de mortalha ou roupa que cobria o defunto variava bastante, não existindo um padrão, havendo “mortalhas brancas, pretas, coloridas, vermelhas. Havia mortalhas que imitavam roupas de santos, como a franciscana, as de várias invocações de Nossa Senhora, as de são João, são Miguel, são Domingos, santo Agostinho, santa Rita, santa Ângela”³⁵. Ao discutir as vestes mortuárias de irmandades de origem africana na Bahia, o autor percebeu que em muitos casos a preferência dos mortos era pela mortalha franciscana, uma herança ibérica, ou então a mortalha branca, cor funerária utilizada no candomblé³⁶. “Vestir o cadáver com a roupa certa podia significar, (...) salvação. (...) A mortalha falava pelo morto, protegendo-o na viagem para o além, e falava do morto como fonte de poder mágico, mas também enquanto sujeito social”³⁷.

Segundo interpretação do autor, as irmandades forneciam as mortalhas aos irmãos pobres e, em geral, estas eram brancas, visto ser a mais comum entre os pobres.

Aparentemente, as irmandades não tinham orientação definida quanto ao tipo de mortalha usado por seus membros. Nenhum compromisso, por exemplo, obrigava ou mesmo recomendava ao irmão esta ou aquela mortalha. As irmandades negras forneciam mortalhas aos irmãos pobres e a do Rosário das Portas do Carmo chegou

³⁴RODRIGUES, 1997, p. 196.

³⁵REIS, 1991, p. 119.

³⁶REIS, 1991, p. 117-118.

³⁷REIS, 1991, p. 124.

a mencionar no compromisso de 1820 que ‘Ihe dará pelo amor de Deus uma mortalha branca’, a típica roupa fúnebre de pobre.³⁸

Enfim, a preocupação com a morte, conforme Soares, acarretou que muitos/as africanos/as e afrodescendentes, mesmo não possuindo bens materiais, fizessem “testamento para deixar ali registradas as condições de seu sepultamento”. De acordo com a autora, a preta Tereza de Jesus, forra mina, “casada com um preto forro, é amortalhada no hábito de Santa Rita e sepultada em Santa Efigênia”³⁹, Irmandade de pretos do Rio de Janeiro. No entendimento de Reis, os/as africanos/as tinham uma preocupação muito grande com os funerais para os seus mortos, experiência que “adaptou-se à tradição luso-barroca de pompa fúnebre”. Assim, as irmandades acompanhavam e enterravam os seus mortos, rezavam por suas almas, num projeto para o “além vida”⁴⁰. Esta preocupação com a morte era algo peculiar às irmandades, pois não apenas os ritos de passagem, como os funerais, eram importantes, mas, “especialmente, as orações pós-morte pelas almas, que eram consideradas fundamentais para que os irmãos alcançassem a salvação”⁴¹.

Florinda Emericiana de Sousa, liberta, associada à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Desterro/Florianópolis desde 1860, faleceu em 9 de dezembro de 1911. Neste ano, os sepultamentos aconteciam no antigo cemitério, localizado na cabeceira da Ponte Hercílio Luz e, seu corpo, provavelmente, seguiu em cortejo até a sepultura em espaço destinado à Irmandade. Ao que tudo indica, Florinda teve um funeral digno de sua participação e atuação na Irmandade. Procissão, enterro no cemitério da associação, sinos repicando ao vento e informando a todos que a irmã do Rosário falecera. A bandeira com a insígnia da Irmandade seguia à frente, como distintivo, assim como seus membros deveriam vestir-se com as tradicionais opas brancas. As tochas seguiam a iluminar o caminho do morto ao além vida, os associados acompanhavam o trajeto cantando, às vezes seguindo a banda musical contratada para o cortejo, dependendo dos recursos disponíveis pela Irmandade.

Florinda Emericiana de Sousa talvez vestisse a comum mortalha branca, ou quem sabe, tivesse optado por uma mortalha associada aos seus santos de devoção, o que não podemos identificar e apenas sugerir. A Irmandade adquiria muitos rosários, em parte para distribuição nas festas, durante as procissões e celebrações, e também para uso em momentos fúnebres. Cremos nas afirmações de João José Reis sobre o uso do rosário amarrado às mãos do morto, a elas unido. O autor percebe algo interessante no que tange ao uso destes rosários e

³⁸ REIS, 1991, p. 127.

³⁹ SOARES, 1999, p. 113.

⁴⁰ REIS, 1996, p. 16.

⁴¹ ALVES, 2006, p. 86.

os significados das cores: “rosários pretos para homens e mulheres casados, azuis para as virgens, brancos para as crianças, roxos para as viúvas. Entre as mãos, uma vela acesa para iluminar os caminhos”⁴².

Sobre o cortejo fúnebre organizado por irmandades afro, Júlio César Medeiros da Silva Pereira, permite-nos compreender algumas práticas culturais e elementos utilizados e/ou incorporados pelas populações de origem africana em seus ritos fúnebres católicos na cidade do Rio de Janeiro.

O cortejo composto do padre, dos irmãos de irmandade, curiosos e pessoas que acompanhavam, ia até a residência do morto. Dali, o morto seria transportado para o local do sepultamento. As pessoas se aglomeravam para observar a cena, um outro grupo composto pelos irmãos da irmandade, conhecidos como transeuntes, acompanhava o corpo inerte transportado numa esteira, sob o ritmo de uma fanfarrinha de negros. O percurso deveria findar na igreja em que fosse acontecer o sepultamento⁴³.

Estes dados trazidos por Pereira são valiosos no sentido de acompanhar o trajeto do corpo até seu destino – a chegada ao além-vida. O caso narrado enfoca um sepultamento que, normalmente, ocorria até meados do século XIX, visto o destino final ser a igreja⁴⁴ ou capela onde seria inumado o morto. O enterro dentro das capelas era prática comum até meados do século XIX, quando as Posturas Municipais criaram regras “mais higienizadas” para os enterramentos e cemitérios para esta finalidade⁴⁵.

Entretanto, neste caso, o recorte temporal não impede que façamos aproximações com práticas posteriores a este período. O cortejo saía da casa do falecido, o conjunto de pessoas – associados/as à irmandade, familiares, curiosos/as, conhecidos/as – acompanhava a comitiva

⁴² REIS, 1991, p. 130.

⁴³ PEREIRA, 2007, p. 57-58.

⁴⁴ No Brasil, principalmente até a segunda metade do século XIX, o sepultamento no interior das igrejas era costume. Ser enterrado próximo ao altar significava ocupar um cargo importante na vida religiosa daquela capela ou irmandade. Este era o objetivo de muitos e muitas devotas quando de seu falecimento. De acordo com Elisiana Castro, “os enterramentos cercavam os altares, as paredes, o chão de capelas e matrizes e, quanto mais próximo aos santos e ao altar, mais desejado era o local da sepultura. A crença que sustentava tal prática era a de poder ser salvo, no dia do Juízo Final, por estar “repousando” mais próximo do altar sagrado. Estando o cemitério dentro das igrejas, o cotidiano da morte prescrevia uma proximidade entre mortos e vivos, que também se dava por meio de ritos, como a realização de cortejos e de velórios em casa, ritos que estão caindo em desuso, sobretudo nos centros urbanos brasileiros”. Consultar: CASTRO, Elisiana Trilha. **Um chão para cair morto: os cemitérios de imigrantes protestantes em Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, 2009 p. 04. Disponível em: <http://elisianacastro.files.wordpress.com/2009/06/artigo-elisiana-siepea.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2012.

⁴⁵ No entanto, como bem ressaltou João José Reis, a população reagiu a estas medidas, pois o catolicismo vivido compreendia o espaço da igreja como sagrado e, deste modo, ser enterrado neste espaço, constituía certo status e possibilidades maiores de salvação da alma⁴⁵. A Cemiterada, conforme destaca o autor, demonstra o significado desta alteração na vida das pessoas comuns, habituadas com o enterro nas igrejas e os sentidos desta prática. “Pois o enterro nas igrejas era visto como uma das estratégias de salvação da alma. (...) Com a chegada da morte se preparava o morto para o funeral. (...) Os funerais eram pomposos, e para isso contribuía o número de participantes no cortejo, de padres, confrades, pobres, músicos, parentes, amigos e estranhos”. Ver: REIS, 1991, em especial o capítulo 1.

carregando o morto numa esteira, ou esquife – comum às irmandades –, caminhando sob o ritmo entoado por uma fanfarra, ou banda, de músicos afros.

Marcelina Maria da Conceição, crioula liberta, morava na residência do senhor Abel Ignácio da Silveira, quando em 1866 matriculou-se na Irmandade, aos 37 anos. A mesma Marcelina aparece registrada novamente em 1905, na condição de livre, quando entra para a beneficência, pois ao que tudo indica não possuía mais condições de sobreviver por sua própria conta, talvez em virtude da idade ou de alguma doença que a impossibilitava de trabalhar. Nesta data, Marcelina estava com 70 anos e não há registros de onde residia. Talvez não morasse mais na residência de Abel. Marcelina Maria da Conceição faleceu em 31 de dezembro de 1908, aos 73 anos.

Marcelina teve seu funeral organizado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, sendo sepultada no espaço da associação dentro do Cemitério Municipal, antiga região da cabeceira da Ponte Hercílio Luz. “Para o transporte do féretro havia toda uma infraestrutura montada e especializada, que permitia o deslocamento do cortejo fúnebre”⁴⁶. As ruas chamavam a atenção pelo repique dos sinos, as vozes a cantar, a banda de músicos a acompanhar a procissão com o corpo do morto carregado no caixão pelos Irmãos da agremiação.

O caminho, até o cemitério, passava pela Rua do Príncipe (atual Conselheiro Mafra), a pensar sua saída da capela da Irmandade, conforme imagem disponível no mapa a seguir. O trajeto, feito a partir de 1925, quando a Irmandade e demais entidades passaram a sepultar seus mortos no Cemitério localizado no Itacorubi, ficou mais longo, fora do perímetro destacado no mapa. A região do novo cemitério, no Itacorubi, ficava no sentido oposto ao do antigo Cemitério do Estreito, numa região mais afastada da cidade e menos habitada.

⁴⁶ ROSA, 2003, p. 40.



Imagem 34 – Trajeto de cortejo fúnebre com saída da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito a caminho do Cemitério Público do Estreito - destaque em realce branco⁴⁷.

O funeral, antes de direcionar-se ao cemitério, realizava práticas litúrgicas na casa do falecido e na própria capela da associação a qual pertencia. A encomendação da alma era feita pelo pároco, na presença de conhecidos, familiares e Irmãos da associação, cujo rito envolvia música. Mas os procedimentos não findavam no cemitério. Após o cortejo e o sepultamento, cuidavam dos resquícios deixados pela morte e, sempre que possível rezavam pelos mortos, mandando celebrar uma missa pela alma do falecido.

Tendo saído o enterro, procurava-se apagar os rastros da morte em casa. As roupas do defunto, especialmente suas roupas de cama e o colchão (no que sono e morte aparecem associados), eram destruídas ou jogadas fora. Varria-se a casa cuidadosamente, lançando a poeira pela porta da frente, que permanecia semicerrada como sinal de luto e para facilitar a saída da alma do morto, caso ainda rondasse por ali.⁴⁸

Em importante trabalho sobre as irmandades de pretos em Pernambuco e no Rio de Janeiro, Antonia Aparecida Quintão registra, de modo enriquecedor, os procedimentos fúnebres destinados ao morto:

⁴⁷ Mapa elaborado a partir da matriz disponível em CARDOSO, 2008, p. 65.

⁴⁸ REIS, 1991, p. 132.

Em falecendo algum nosso irmão ou irmã (...) indo na nossa tumba se tocará o sino e todos os irmãos que morarem na povoação e seus arredores, sendo avisados pelo Procurador se ajuntarão na nossa igreja, para que saiam em ordem acompanhando a cruz e guião com suas opas brancas e tochas ou velas nas mãos e pela rua irão todos com muita compostura e modéstia até a parte onde estiver o corpo do irmão ou irmã defunta e daí irão com a mesma ordem até a igreja donde se for sepultar⁴⁹.

Era função do Procurador, ou em algumas irmandades, do Irmão Andador, avisar a todos/as do falecimento de um membro e chama-los para o cortejo. O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Florianópolis, de 1905, especifica como função do Procurador de Caridade que, no “caso de falecimento de algum irmão, logo que receba aviso, comunicar ao irmão Juiz para este dar ordem de fornecer o funeral por conta da Irmandade”⁵⁰.

A cruz e o guião (estandarte da associação que vai à frente às procissões e demais atos importantes da agremiação), símbolos da associação, integravam a solenidade, estando os Irmãos da Mesa Administrativa trajados com as opas brancas destacando a distinção da Irmandade, levando tochas ou velas nas mãos durante o trajeto do préstito. Todo este aparato em celebração à morte de um membro simbolizava a concretização de uma “boa morte”.

A boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo. Esta seria uma forma de “morte bonita”, em que morrer era um esforço coletivo, envolvendo inúmeras pessoas, exprimia que o fim da vida não poderia ser uma experiência solitária⁵¹, algo significativo se pensarmos nas vivências comunitárias das populações de origem africana, ou seja, suas experiências vividas no seu universo cultural. Salientamos o papel fundamental da morte no equilíbrio destas culturas, regidas por tempos cíclicos – em que vida e morte fazem parte da vida – mesmo porque seus saberes e valores, tradições e códigos culturais são preservados, transmitidos entre gerações. Até na morte, frente sociedades mantidas em perspectivas de tempo linear, forjados em sociedades de progresso e desenvolvimento (ocidentalizadas e ocidentalizantes), visões de mundo europeias e africanas revelam seus desencantos. No ocidente, a morte é enxergada e cultivada como expressão de finitude, superada em vida por si mesma, sendo os ritos fúnebres desfigurados enquanto conexão entre vida e morte. A preparação para a morte envolvia, em vida, a coletividade de irmãos e irmãs, pois esta era situação fundamental da vida.

⁴⁹ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de Santo Antonio do Cabo, Pernambuco, 1765 apud: QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem o meu parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. (a), p. 159.

⁵⁰ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de 1905, capítulo VIII – Atribuições dos irmãos Procuradores de Caridade. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Transcrição da autora.

⁵¹ REIS, 1991, p. 100.

A Irmandade do Rosário dispendeu muitos recursos para atender às demandas mortuárias, ritos fúnebres, de seus associados e associadas. Estar com os anuais em dia era um dos requisitos para ser enterrado como membro da irmandade e com as pompas que ela possibilitava. No entanto, mesmo com estes recursos prévios, pagos pelo filiado ou filiada, os gastos eram grandes: pagamento de padre para a missa, pagamento de coveiro para a abertura da sepultura, compra de ceras, velas, flores e pagamento do capelão.

Em abril de 1900, a Irmandade dispendeu 18\$000 (dezoito mil réis) para pagamento do coveiro do cemitério pela abertura de 8 sepulturas no “Cemitério desta Irmandade, sendo 4 maiores e uma menor”⁵². Neste caso, chamou-nos atenção também a indicação de cemitério da irmandade. Tendo em vista que neste período não se realizavam mais os sepultamentos dentro das capelas ou ao seu redor, cujas medidas proibitivas se aplicavam em Desterro/Florianópolis desde 1845, com o Código de Posturas, é muito provável que a Irmandade seguisse a prática de enterrar seus mortos no Cemitério Municipal.

Ter acompanhamento funeral, um lugar certo para sepultamento, sinos tocando, orações, missas e rezas pela alma durante a passagem ao além vida era privilégio dos associados. Em vários capítulos dos Compromissos das Irmandades⁵³, Quintão constatou a importância do sino para os confrades:

Cap. 13º Quando morrer qualquer irmão ex-Juiz, o Juiz mandará fazer por ele os sinais, principiando pelo sino grande, e depois de empinar quatro vezes entrarão os outros. Pelo Escrivão, Juizes brancos, Juizas, Pessoas Reais, Bispo e General da capitania, também deve se principiar pelo grande, porém só com duas vezes de empinado, e não mais por pessoa alguma terá princípio pelo referido sino grande.

⁵² Livro Caixa 14 (1899-1906), p. 14. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

⁵³ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo – Salvador/BA (1820): “Quando qualquer irmão falecer, e for enterrado no ato da Irmandade se convocará esta no maior número de que puder ser, e todos com suas capas, e velas em duas alas com o Esquife, guião, e manga, irão buscar para a capela onde será enterrado, e não faltará sair com o Esquife o Capelão, ou outro sacerdote a seu rogo, e os Juizes com mais irmãos que poderem, e se acharem no dito ato, cobrirão a Irmandade levando capas e tochas distintas”. REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 200.

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto - MG (1750): “Assim que falecer algum Irmão ou Irmã, branco ou preto forro ou cativo, se fará logo saber ao Procurador, ou Sacristão da Irmandade, o qual avisará logo esta, não só fazendo com os sinos os sinais costumados para o enterro, e juntos que sejam, sairão todos com suas opas brancas, levando o Sacristão, ou outro qualquer irmão adiante a cruz, e quatro Irmãos a tumba da Irmandade e atrás de todos, irá o Juiz de Nossa Senhora, ou outro qualquer dos mais santos, que presente se achar, com sua vara, e levará à sua mão direita o Reverendo pároco Capelão, e chegados à porta do Irmão defunto, entrará o Reverendo Pároco a encomendá-lo, o que feito mandará o juiz meter na tumba o corpo do defunto, e postos os Irmãos em duas fileiras com a cruz adiante, levantarão o corpo até a sepultura, que lhe estiver destinada em nossa igreja ou outra qualquer onde for sepultado nesta vila, e o Procurador irá regendo a Irmandade para que vá com toda modéstia, e compostura, que se requer em aqueles atos, rezando pela alma do dito defunto”. REGINALDO, 2011, p. 201.

E ainda o capítulo 28º: ‘(O rei) também será obrigado a fazer governador em cada Nação, e os que vierem tomar posse nesta Igreja, e ao dito Rei no dia de sua posse o receberá a Irmandade com repiques de sinos’.⁵⁴

Os sinos eram empregados em diferentes momentos da existência associativa, sendo importante realçar a celebração da vida, da festa e da morte. “E, pelo toque do sino em finados, ao longe, já se sabia que havia falecido um irmão do Rosário, do Carmo ou do Santíssimo”⁵⁵. Fazer soar os repiques dos sinos funcionava como um aviso em locais comunitários, pequenas vilas. Ao longe, ouvia-se o rufar do tambor e as vozes que contagiaram a curiosidade de alguns viajantes, assim como os sinos que, através de seus dobres, emitiam sinais, identificavam a morte e quem morreu. Anunciava-se, pelo toque do sino, a partida, e a necessidade de organização comum para os encaminhamentos do morto ao mundo além vida. O sino transmitia a notícia, ao passo que as sinetas chamavam o povo⁵⁶ para o cortejo, pois eram utilizadas durante a procissão fúnebre, anunciadoras da passagem do préstito por ruas e praças, até a chegada ao cemitério.

Relacionando experiências afro-diaspóricas e africanas, Antonia Aparecida Quintão retrata os sinos enquanto “emblemas de chefia política” utilizados por pessoas de elevado estatuto sociais.

A relação entre os sinos e a chefia pode datar de antes do primeiro milênio. Sinos redondos sem badalo encontravam-se em número preponderante entre os bronzes produzidos ao sul da Nigéria, por volta do século XV. Sinos quadrados figuravam nas insígnias usadas pelos governantes do Benim no século XVI e nos altares erigidos aos antepassados. Na África Central, sinos duplos como insígnias de reis e da nobreza eram mais comuns e consistiam de ‘dois sinos cônicos de ferro de tamanho desigual’. Os sinos eram tocados pelos servidores para anunciar a presença sagrada de um soberano e julga-se que a sua função simbólica era de convocar os antepassados, estabelecendo ‘campos de poder’ à volta do rei.⁵⁷

⁵⁴ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Recife, 1758. In: QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem o meu parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. (a), p. 195.

⁵⁵ SALLES, 2007, p. 103.

⁵⁶ Esta passagem discutida por Mara Regina do Nascimento parece-nos importante destacar. A autora possui uma visão restrita das práticas religiosas, festivas e mortuárias realizadas por africanos e seus descendentes na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, São Domingos e São Benedito, incluindo as manifestações culturais e devocionais destas populações no mesmo universo das irmandades organizadas por brancos. Para a autora, a irmandade organizada por afros era igual a irmandades construídas por brancos, o que, em nosso entendimento, é equivocado, visto que tal ponto de vista exclui universos culturais africanos e suas práticas na diáspora, apesar de estarmos discutindo uma irmandade católica. Ver: NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades Leigas em Porto Alegre**: práticas funerárias e experiência urbana (séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8574/000581308.pdf?sequence=1>

⁵⁷ DIAS, Jill R. **África, nas vésperas do mundo moderno**. Tradução de José Luís Luna, Universidade Nova de Lisboa, Comemorações dos descobrimentos portugueses, p. 220-1, apud. QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem o meu parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. (a), p. 156.

Ao que tudo indica, os sinos caracterizavam um ponto de tensão entre a Irmandade do Rosário e as autoridades eclesiásticas, principalmente, aquelas reunidas nos Sínodos Diocesanos. Em 1910, quando ocorreu a realização do Primeiro Sínodo, vários pontos foram discutidos pela Igreja Católica, pois envolviam ações que esta precisava implementar para a concretização de seus propósitos. Sendo regras, os Sínodos permitem-nos pensar que muitas práticas realizadas constantemente por leigos e leigas compunham as associações religiosas em geral, mas as Irmandades em especial, sendo, no entanto, desaprovadas pela Igreja.

Os sinos possibilitaram perceber estas tensões, e de certo modo, pressões eclesiásticas para com as atitudes, e formas de viver o catolicismo, experimentadas pelas populações de origem africana. Segundo norma do Sínodo Diocesano de 1910, “não permitam os dobres a finados como sinais de festa, e só nas cerimônias fúnebres ou na quaresma”⁵⁸. A normativa proposta pela Igreja voltava suas atenções ao modo como estava sendo vivenciado e praticado o uso do sino em situações de morte. Assim, na visão do catolicismo - romanizado, mais rígido e menos condizente com práticas exteriores de fé -, os dobres de sinos, expelidos das capelas, quando da morte de algum associado ou associada à Irmandade, deveriam ser manifestados impedindo a associação entre esta sonoridade ressonante pela cidade e alguma possível celebração festiva para com o morto.

A quaresma era um período dedicado ao jejum e cuja quarentena terminava com a ressurreição de Cristo, fenômeno comemorado com festejo e muitos dobres de sinos; e as cerimônias fúnebres compunham os rituais para salvação da alma, de acordo com o entendimento católico. Confundiu-nos a forma como a orientação está posta no estatuto da Igreja, pois estariam os bispos e demais autoridades eclesiásticas referindo-se a proibições aos finados, já devidamente enterrados; ou ressaltando que a proibição pautava-se principalmente sobre as cerimônias e a quaresma? De qualquer modo, o que fica latente é o combate a formas de vivenciar a morte, não harmônicas com as realidades exigidas pelo catolicismo naquele momento. Como destaca João José Reis, “em nome da boa morte, os fiéis rompiam com as normas da Igreja, que proibia os funerais noturnos, os insistentes dobres de sinos e música na rua”⁵⁹.

As ruas e a multidão não compunham apenas as celebrações festivas de reis e rainhas, Nossa Senhora do Rosário ou São Benedito, mas se faziam presentes nos festejos fúnebres, exteriorizando no cortejo suas devoções e concepções de morte. A morte portava um conteúdo público, a ser exteriorizado, demonstrado, vivido e compartilhado, muito além de

⁵⁸ I SÍNODO Diocesano de Florianópolis, 1910, p. 100.

⁵⁹ REIS, 1991, p. 139.

sua dimensão privada⁶⁰, particular. A procissão, seguindo o caixão carregado pelos membros da Irmandade, atraía pessoas, instaurava uma situação adversa ao dia a dia, tal qual a festa, mobilizando sentimentos e manifestações coletivas. As sinetas chamavam os “admiradores” nas janelas, conhecidos, amigos, Irmãos e Irmãs para seguirem acompanhando o préstito. Este era o espetáculo, a ostentação, a vivência e não necessariamente a inumação, o ato de enterrar o cadáver. Isso, no entanto, não exclui a importância de onde sepultar o corpo, pois o local de enterro também indicava uma condição. Ser enterrado em cemitérios, por exemplo, enquanto a prática era a realização dos sepultamentos nas igrejas e capelas, significava um descaso para com o morto, muitas vezes sendo o destino de indigentes e cativos.

Segundo Pereira (2007), muitos são os códigos culturais presentes nos rituais mortuários nas mais variadas culturas, sendo o local de sepultamento carregado de implicações simbólicas⁶¹. No caso das análises realizadas sobre os sepultamentos no Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro, local de enterro de africanos/as recém-chegados/as oriundos/as das rotas do tráfico, o autor traz indícios de práticas expressas na própria forma e posição como os corpos eram inumados.

Por exemplo, a simples averiguação da posição dos caixões pôde revelar a preferência escrava em serem inumados com a cabeça na direção do norte. Sabemos que na África, muitos africanos foram sepultados em posições diferenciadas dos demais, que indicavam o momento particular da morte ou a posição social do morto. Desta forma, mortos por relâmpagos, suicidas, abortos e mortos em batalha possuíam tratamento mortuário diferenciado.⁶²

Destacamos que tanto africanos como portugueses destinavam atenção especial aos seus mortos e isso resultou em formas de lidar com a morte e práticas no Brasil. Para João José Reis, algumas preocupações assemelhavam-se, como a arte de banhá-los, cortar o cabelo, a barba e as unhas, vesti-los com roupas adequadas à ocasião ou com as mortalhas, conforme destacamos anteriormente. Constituía objetivo destas cerimônias, tornar a passagem para o além mais segura, alegre e certificando-se de que a alma do morto completasse a transição, impedindo que ficasse entre os vivos a atormentá-los⁶³. Lidamos com aspectos, formas, artes e códigos de culturas diferentes, “próprias, revestidas de sentidos díspares, mas que foram amplamente reapropriadas e reelaboradas por ambas as tradições. Não se trata, pois, de simples aculturação nem assimilação de culturas, mas sim de reelaboração de significados”⁶⁴.

⁶⁰ RODRIGUES, 1997, p. 218.

⁶¹ PEREIRA, 2007, p. 97.

⁶² PEREIRA, 2007, p. 136.

⁶³ REIS, 1991, p. 90.

⁶⁴ PEREIRA, 2007, p. 174.

Algo que nos chama atenção a partir das reflexões de Reis refere-se ao modo como rituais mortuários africanos estabeleciam comunicação com o mundo dos mortos, diferentemente das propostas da Igreja Católica, cujo discurso pautava-se na salvação das almas. Podemos crer que a constituição de um catolicismo diferenciado, múltiplo, permitiu que, para além dos rituais católicos “oficiais”, outras práticas culturais, simbólicas, fossem efetuadas pelas populações de origem africana na diáspora. “Os mortos ganharam mais importância no catolicismo popular, ainda impregnado de fortes componentes mágicos e pagãos. Nessa tradição figuravam como personagens poderosas, capazes de atormentar ou de ajudar os vivos”⁶⁵.

As celebrações constantes, demonstrando preocupação com os mortos, marcaram as atividades da Irmandade. Seu Compromisso possuía um capítulo destinado aos sufrágios de Irmãos e Irmãs.

CAPÍTULO XVII - DOS SUFRÁGIOS DOS IRMÃOS

Art. 29. Falecendo qualquer irmão que esteja quites com a Irmandade, o irmão Procurador dará as providências necessárias, para o que receberá ordens do juiz.

§1. A Irmandade deve acompanhar os corpos dos seus irmãos falecidos, não só aos jazigos da Irmandade como a outros particulares.

§2. Qualquer pessoa que desejar ser sepultada nos jazigos desta Irmandade dará uma joia de cinquenta mil réis, e terá direito ao que diz o §7 do art. 28.

§3. Todos os filhos legítimos de irmãos até a idade de oito anos, terão direito a ser sepultados nos jazigos da Irmandade.

§4. No caso de falecimento de qualquer pessoa que tiver o título de benfeitor da Irmandade ou que deixar legado a esta, o irmão juiz mandará fazer dobres de sino e rezar uma missa por sua alma⁶⁶.

Além do destaque já mencionado ao papel do Procurador de Caridade, o Juiz estabelece as ordens e repassa-as ao próprio Procurador, responsável pelos encaminhamentos. A Irmandade deve acompanhar os corpos de seus Irmãos e Irmãs falecidas, tendo as crianças menores de oito anos, filhas legítimas de associados, direito a uma sepultura e acompanhamento da agremiação. Algo de destaque no Compromisso é a atenção especial aos chamados benfeitores, ou seja, pessoas importantes para a vida da associação e cuja memória deve ser celebrada, quando de sua morte, com dobres de sino, homenagem pela dedicação à

⁶⁵ REIS, 1991, p. 90.

⁶⁶ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de 1905, capítulo XVII – Dos sufrágios dos Irmãos. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Transcrição da autora.

Irmandade e distintivo ao morto. A missa pelas almas era prática corrente, no entanto, benfeitores/as tinham direito a uma missa “sem custos”, ou seja, benefício dado pela Irmandade em gratidão às benesses oportunizadas pela benfeitoria do morto.

No que tange aos cargos mais importantes da Mesa Administrativa, Irmãs Juízas e Associados beneméritos, os cortejos fúnebres devem ser organizados de forma solene. As hierarquias existentes na confraria também implicavam em pomposidade e reconhecimento na hora da morte.

CAPÍTULO XIX - DOS FUNERAIS

Art. 31. A Irmandade terá um depósito na Igreja, com caixões fúnebres, essa, velas castiçais e altar para colocar nas casas dos irmãos que falecerem.

§único. Os irmãos que ocuparem os cargos de Juiz de Nossa Senhora, de São Benedito, Secretário, Tesoureiro, Procurador e irmãos beneméritos, assim como as senhoras que forem Juízas, terão o seu enterro solene⁶⁷.

A Irmandade possuía seus paramentos para os rituais fúnebres e enterro de associados/as. Havia um altar móvel para levar à casa de quem falecesse, além de essa⁶⁸, velas e o caixão fúnebre. Em 1906, faleceu Maria Felipa de Faria Veiga, Irmã desde 1890. O custo do pagamento de sua sepultura e mais a capinação do cemitério implicou em 22\$000 (vinte e dois mil réis) para os cofres da associação. Talvez Maria Felipa esteja na relação das/os últimas/os associadas/os a contar com a organização do funeral aos moldes antigos da Irmandade, pois a partir de 1907, em ata do dia 06 de setembro de 1908, decide-se contratar uma Casa Fúnebre para auxiliar nos enterros.

A Casa Funerária havia sido fundada em 1907, pela Liga Operária Beneficente de Santa Catarina⁶⁹, uma associação multiprofissional organizada por operários, e fornecedora de serviços funerários, não apenas a seus associados, mas a toda a cidade. Neste período, a

⁶⁷ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de 1905, capítulo XIX – Dos Funerais. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Transcrição da autora.

⁶⁸ Essa é o mesmo que catafalco, apoio sobre o qual se dispõe o caixão do defunto enquanto se realiza as exéquias. Disponível em; <http://www.dicio.com.br/essa/>. Acesso em 15 de março de 2013.

⁶⁹ A Liga Operária Beneficente de Santa Catarina foi fundada em 1891 e existe até os dias atuais, alternando-se várias sedes localizadas no centro de Florianópolis. Seu caráter era multiprofissional e um dos objetivos principais estava no auxílio (a beneficência) aos seus membros. Interessante ressaltar que dentre os/as associados/as, estavam muitos estivadores e marítimos (trabalhadores do porto), sapateiros, alfaiates, carpinteiros, pintores, marceneiros, pedreiros, barbeiros, cigarreiros, costureiras, ferreiros, domésticas e tantas outras profissões, muitas delas exercidas por populações de origem africana, em sua grande maioria. Para maiores informações sobre a Liga Operária e sua atuação, consultar: LEUCHTENBERGER, Rafaela. **“O Lábano protetor da classe operária”**: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas: UNICAMP, 2009.

cidade contava com serviços de bonde sobre os trilhos puxados por cavalos, carroceiros, charretes e outros pequenos veículos movidos à tração animal, envolvendo disputas por espaço no meio urbano. Os trajetos funerários da casa do morto, da capela ou Irmandade até o cemitério poderia ser feito de diferentes formas, de acordo com as possibilidades do falecido ou de sua família, ou mesmo da Irmandade a qual pertencia. Dependendo da situação, utilizava-se carroça, bonde ou mesmo seguia-se a pé, conduzindo o corpo a ser sepultado sobre a padiola, comum a partir de 1845, quando da proibição do uso de esquifes.

Interessante pensar que os serviços contratados na Casa Funerária ficaram acordados em 36\$000 (trinta e seis mil réis anuais), conforme discutido em reunião da Mesa⁷⁰. De acordo com os gastos efetuados no enterro de Maria Felipa, em 1906, quando a Irmandade dispendeu 22\$000 (vinte e dois mil réis), a proposta negociada com a Casa Funerária pareceu atraente e, financeiramente, adequada. Isso implicou em uma nova forma de tratamento do ritual fúnebre, em que o corpo do morto teria outros cuidados que não apenas os de seus Irmãos e Irmãs da associação, ou familiares e amigos.

Os cuidados com a disposição do morto no caixão, o próprio caixão, e outros componentes necessários ao ritual fúnebre, seriam fornecidos pela funerária. Velas, castiçais, vestimentas mortuárias, rosário para as mãos do finado, decoração do caixão e tantos outros itens que se fizessem necessários, poderiam ser encomendados. Além disso, a condução até a sepultura poderia ser feita por conta da Casa. Era muito comum, neste período do começo do século XX, a condução em procissão com os Irmãos e Irmãs acompanhando o falecido pelas ruas, caminhando; ou então, a contratação de alguém para conduzir o morto usando uma carroça, e até mesmo os acompanhantes, indo de bonde.

Há uma gravura conhecida de Debret que apresenta um acontecimento fúnebre no largo da Carioca, no Rio de Janeiro no século XIX, com a condução do corpo por meio de uma carroça bastante luxuosa, com o séquito seguido por inúmeras carroças e pessoas também caminhando. No caso do final do século XIX, em Florianópolis, o uso de carroças ainda era muito frequente, sendo o carro funerário mais comum a partir dos anos 1920 e 1930. Localizamos duas imagens que nos auxiliam a compreender o formato destes carros e carroças, além de indicar que, no caso da mudança para o Cemitério do Itacorubi, em 1925, a presença destes “suportes tecnológicos” fez-se necessária, visto a distância entre a região central da cidade (e onde se fixava a Irmandade) e a localização do cemitério.

⁷⁰ Ata n. 21, Livro Ata 4 (1905-1914). Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.



Esta carroça, adaptada como "Carro Funerário", também foi utilizada no Brasil antes dos modelos motorizados serem implantados.

Ford 1925 adaptado como "Carro Funerário". Observa-se o cuidado na preparação dos ornamentos e a cobertura para o Caixão. Este modelo foi um dos primeiros a ser utilizado no Brasil.



Imagem 35 – Carroça e “Carro Funerário” adaptado para funerais⁷¹.

Rezar pelas almas, acompanhar os mortos no trajeto de partida, proporcionar-lhes um enterro digno constituíam tarefas da Irmandade para com aqueles e aquelas que com ela contribuíam, dedicavam vidas e estabeleciam redes de solidariedade e sociabilidade. Assim, muito estranhamento, se não incômodo, deve ter causado o fato de “(...) em novembro de 1922, em que haveria uma romaria ao cemitério na qual a banda [*Amor à Arte*] acompanharia a Irmandade do Rosário, porém tal evento não chegou a acontecer por falta de um padre, conforme escrito no livro de presença”⁷².

Como explicar este acontecimento? O padre passou por um imprevisto? Como reagiram os Irmãos e as Irmãs do Rosário ao saberem que, após os preparativos para a procissão ao cemitério, a fim de rezar pelos seus mortos, nada se concretizou? Acompanhar a Irmandade nas suas diferentes atividades era obrigação do capelão, ao que recebia para tais funções, em compromisso assumido com a agremiação. “Cabia ao Reverendo Capelão, comparecer a todos os atos da Irmandade, acompanhar enterros de irmãos graduados e beneméritos, e celebrar missas pelos irmãos defuntos”⁷³.

Além dessa questão mais formal, imposta pela Igreja, percebemos também uma situação de tensão. A figura do capelão representava a Igreja e sua autoridade perante funerais, implicando neste sentido que nenhuma associação poderia praticar por si mesma as

⁷¹ Estas imagens foram coletadas de um site constando uma matéria sobre carros funerários no Brasil. Para maiores informações, acessar: http://www.alemdaimaginacao.com/Noticias/a_historia_dos_carros_funerarios.html. Acesso em 05 de março de 2013.

⁷² SCHNEIDER, 2011, p. 45.

⁷³ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de 1905, capítulo XIX – Dos Funerais. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Transcrição da autora.

práticas funerárias, ou rituais. A legitimidade dada ao capelão pela estrutura católica e seu empoderamento, deixava a Irmandade em situação incômoda com relação a autonomia para exercer práticas a seu modo. Dados culturais antes praticados por africanos/as e seus descendentes como formas de revitalização e vivência cultural, distinguindo formas de lidar com a morte e seus rituais funerários, inclusive com a presença de algum representante que cuidasse do corpo enfermo, ou morto – seria o papel dos “feiticeiros”, “curandeiros”, assim nomeados pejorativamente pelas culturas ocidentais.

O acesso ao simbólico presente nos corpos fazia parte dos sistemas de compreensão do mundo das culturas africanas, e por isso a necessidade de reatualizar significados a partir dos códigos culturais presentes nos corpos, nisso implicando a necessidade de cuidar da passagem, da chegada ao mundo dos mortos. Como bem salienta José Gil, “ritos, práticas mágicas, religiosas, lúdicas, estão presentes para reestruturar os sistemas ameaçados de desordem”⁷⁴; constituindo os rituais funerários, de passagem, uma celebração para o equilíbrio da ordem. Na visão da Igreja, tentava-se, por meio de regras e com a presença do capelão, consolidar o “adestramento” do corpo morto e dos corpos vivos que o acompanhavam.

O evento da Irmandade, em que o padre não pôde participar, foi cancelado, ao que tudo indica meio às pressas, desmarcando a solicitação enviada à *Banda Amor à Arte*, que além das festividades, era convidada a seguir acontecimentos ligados à morte e suas celebrações. As marchas fúnebres, realizadas pela banda, “possuíam andamento lento e caráter solene, sendo muito utilizadas no acompanhamento de enterros (...) foram, após as marchas carnavalescas, as mais abundantes dentre as marchas presentes no acervo”⁷⁵ da Banda. Não sabemos, pela documentação coletada, quais as músicas compostas pela banda, para além da informação que possuíam um andamento mais lento. Também, outras bandas cumpriam esta função de animação nas procissões fúnebres e alusivas a celebração da morte? Quais bandas, orquestras ou grupos e o que tocavam? Havia alguma atividade performativa além dos instrumentos e do uso do corpo para a música? Muitas são as perguntas para as quais não alcançamos respostas, mas atentamos para algumas possibilidades.

Portanto, tal como as festas, os rituais de morte não eram eventos isolados. Envolviam a vida cotidiana da associação, a mobilização dos sócios, aconteciam o ano todo. Faz-se interessante pensar porque, justamente estas organizações mais africanas – formadas por homens e mulheres africanas ou de origem -, se aproximaram tanto da preocupação católica

⁷⁴ GIL, 1997, p. 65.

⁷⁵ SCHNEIDER, 2011, p. 60.

do cuidado com a morte e com o sufrágio das almas. Tradições herdadas das culturas africanas e formas de lidar com o catolicismo se faziam presentes no cotidiano das comunidades de origem africana em Desterro/Florianópolis, numa complexidade de relações culturais com códigos e valores religiosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis que chegou o momento de traçar alguns apontamentos após tantas páginas, comentários, análises e situações. Uma escrita sensível, nas palavras do professor Paulino de Jesus Francisco Cardoso, foi a pretensão deste trabalho. Neste sentido, nossa prática, enquanto historiadores e historiadoras, deve ser pautada na criticidade, nos argumentos e, acima de tudo, nas vozes que paramos para ouvir. Afinal, como aprendi nas aulas lecionadas pela orientadora professora Maria Antonieta Antonacci, nossos sujeitos históricos estão há muito tempo falando, mostrando sinais, dizendo “em alto e bom tom”, mas nem sempre somos capazes de ouvi-los. Como bem ressaltou o professor Ênio José da Costa Brito, este texto é apaixonado. Não adotamos aqui uma perspectiva idealista ou heroicizante, optando por ressaltar conflitos, anseios, disputas, desejos... situações quotidianas da vida de homens e mulheres cujas práticas e vivências culturais foram ressignificadas e reatualizadas na diáspora.

Uma escrita sensível, pautada nas vozes que ressoam de nossos sujeitos históricos permite-nos compreendê-los enquanto atuantes significativos nas construções e sonhos quotidianos. A sensibilidade da escrita não significa sentimento de piedade, vitimização ou lamúrias sobre as memórias e histórias destes atores histórico-culturais, e sim, demonstrar por meio da escrita histórica a dignidade que lhes é merecida. A história, em especial as escritas ocidentalizadas, baseadas em nossas formações eurocêntricas, usurpou (e ainda o faz) saberes, práticas e experiências de populações excluídas e racializadas, ou então categorizadas como inferiores e domináveis pela razão ocidental.

Conhecer práticas culturais de populações de origem africana nesta cidade localizada ao sul do Brasil, ainda hoje fortemente marcada pela ideia de uma “Europa” ao sul do país, constitui-se fundamental para possibilitar à historiografia, e aos diferentes sujeitos cidadãos brasileiros, um entendimento diferente sobre a história deste pedaço “de terra perdido no mar”, permitindo assim, que milhares de pessoas tenham direito à memória e à história. São homens e mulheres cujas versões históricas disponíveis até a década de 1990, excluía, minimizavam ou simplesmente, ignoravam, no sentido de invisibilizar ideologicamente.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, associação existente e atuante na cidade de Florianópolis até os dias atuais, permanece com sua cruz distintiva do espaço desta agremiação no Cemitério do Itacorubi. Suas festas deixaram de cobrir de alegria as ruas de Florianópolis na década de 1960, quando em 1968 realizaram sua última procissão e festa “conforme o costume”, tendo a partir daí apenas celebrações menos “pomposas” e,

muitas vezes, realizando apenas uma missa como solenidade em homenagem a São Benedito ou Nossa Senhora do Rosário.

Creemos que esta pesquisa possibilitou conhecer algumas expectativas de Irmãos e irmãs do Rosário durante um período de intensificação de cobranças e posturas da Igreja Católica, ao mesmo tempo em que recuou ou avançou, no intuito de perceber estes sujeitos além deste espaço/território da agremiação. A Irmandade “serviu” de guia em nossos caminhos pela cidade, percebendo visões de mundo, modos de sentir, jeitos de pensar e organizar a vida prática de cada dia. Esta associação deu-nos indícios para vislumbrar uma Florianópolis mais plural, dinâmica e permeada de diferentes atores sociais.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ALVES, Márcia. **Entre a Folia e a Sacristia**: a festa do Divino em Florianópolis (1896-1925). Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de cor e de fé**: irmandades na Parahyba do século XIX. João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

ALVES, Jucélia Maria; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleidi. **Cacumbi**: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Coedição Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

ANTONACCI, Antonieta Martines. Decolonialidade de corpos e saberes: ensaio sobre a diáspora do eurocentrismo. In: **Memórias Ancoradas em Corpos Negros**. São Paulo: EDUC, 2013. (No prelo).

_____. **Animistas/fetichistas? Dizem eles**. 2012. Mimeo.

ARAÚJO, Hermetes Reis. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República, São Paulo. PUC-SP: 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989.

AZZI, Riolando. Elementos para a História do Catolicismo Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**. vol. 36, face 141, mar. 1976.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense.

BERNALDO, Pedro Paulo. **Sociedade Recreativa União Operária**: um espaço de luta, lazer, identidade e resistência da comunidade negra criciumentense (1950-1970). Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC). Criciúma: UNESC, 2005.

BILÉSSIMO, Ângelo Renato. **Grandes Fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa (UL). Lisboa, 2010.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

_____. **A Festa do Rosário: a alegoria barroca e a reconstrução das diferenças**. (Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Disponível em www.upo.es/depa/webdhuma/areas/artes/actas/3cibi/documentos/097f.pdf

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática. 1986.

BRASILEIRO, Jeremias. **O ressoar dos tambores do Congado** – entre a tradição e a contemporaneidade: cotidiano, memórias, disputas (1955-2011). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia: UFU, 2012.

BRIGNOL, Juliane Moreira. **Bordados do Destino: saberes das mulheres afro-descendentes na passagem do século XIX ao XX na capital de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2002.

CABRAL, Oswaldo R. **Notícia Histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito**. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Florianópolis, 1950.

_____. **Nossa Senhora do Desterro**. Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

_____. **Nossa Senhora do Desterro**. História. Vol.1. Florianópolis: Editora da UFSC, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Multiculturalismo e Políticas de Ação Afirmativa no Brasil: temas para investigação**. NEAB/UEDESC. Mimeo.

_____. A vida na escola e a escola da vida: experiências educativas de afro-descendentes em Santa Catarina no século XX. In: ROMÃO, Jeruse. **História da educação do Negro e outras histórias**. Brasília: SECAD, 2004.

_____. Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888. **Revista PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**. UniCEUB, FACJS, Vol.2, N.1/07, p. 16.

_____. **Negros em Desterro: as experiências das populações de Desterro na segunda metade o século XIX**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

_____. **Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX**. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

_____; MALAVOTA, Cláudia Mortari (Orgs.). **Pretos/as do Rosário: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX)**. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido. **Negros de Lages: memória e experiência de afrodescendentes no planalto serrano**. Florianópolis: UDESC. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Um chão para cair morto: os cemitérios de imigrantes protestantes em Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://elisianacastro.files.wordpress.com/2009/06/artigo-elisiana-siepea.pdf>.

_____. **Aqui jaz um cemitério:** a transferência do cemitério público de Florianópolis (1923-26). Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis, 2004.

CECHINEL, Michelle Maria Stakonski. Sinos, orações e bênçãos; rezas e benzimentos: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e a romanização do catolicismo. **Revista Tempos Acadêmicos**, vol. 8, n. 8, 2010. Criciúma: UNESC.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Porto: Editora Poveira, 1971.

CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (org.). **Questões para a História do Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHEREM, Rosângela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis – Ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2005. 2ª ed.

CRUZ, Heloisa Faria da. **Trabalhadores em Serviços: dominação e resistência** (São Paulo – 1900/1920). São Paulo: Marco Zero; CNPQ, 1991.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da Cunha. **Carnavais e Outras F(r)estas: ensaios de História Social da Cultura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação Escolar das Elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DIAS, Glauco Marcelo Aguiar. **Batuques de negros forros em Porto Alegre: um estudo sobre as práticas religiosas de origem africana na década de 1850**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Revista Projeto História**. São Paulo, n.17, p. 223-258, Nov. 1998.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. 2ª ed.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Revista Topoi**, vol. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139.

FARIAS, Joice. **O negro inexistente: um estudo sobre a escravidão africana na historiografia catarinense (1980-1999)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História - Universidade do Estado de Santa Catarina, 1998.

_____. **A Lagoa da Conceição também é dos pretos!** Experiências dos grupos populares no leste da Ilha de Santa Catarina (1870-1920). Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF).

FILHO, Mello Moraes. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1999.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

GARCIA, Fábio. Intelectuais negros no pós-abolição: associativismo negro em Florianópolis (1915-1925). **Anais Eletrônicos ANPUH**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>, p. 01.

GIL, José. **Metamorfoses do Corpo**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997. 2ª. ed.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da Diversidade**. Juiz de Fora: UFJF, 2005. (tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha).

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Revista Afro-Ásia**. n. 29/30, 2003, pp. 247-269.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HAMPATÊ-BÁ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org). **História Geral da África**. I - Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática/UNESCO 1982.

HARO, Martim Afonso Palma de (org.). **Ilha de Santa Catarina**: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardi, 1996, 3ª. ed.

HEYWOOD, Linda M. (org.). **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

HOFFMANN, Priscila Catarina. **Negros de São Pedro**: experiências das populações de origem africana no pós-abolição em São Pedro de Alcântara. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2009.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Presença, 1973, (Tradução de Maria do Carmo Cary). Vol 1 e vol 2.

HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 44, p. 173-193, jun. 2012.

KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Olhar Europeu**: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 41-48.

KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910/1930**. São Paulo: PUC-SP. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1993.

LANER, Márcia Regina Escorteganha; VALLE, Ângela do; NAPPI, Sérgio Castello Branco. Catedral Metropolitana de Florianópolis: retrospectiva histórica das intervenções arquitetônicas. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**. Fortaleza, CE, 2008. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ea000388.pdf.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: Invisibilidade Histórica e Segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. **“O Lábaro protetor da classe operária”**: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas: UNICAMP, 2009.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-abolição**: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931). Itajaí: Casa Aberta, 2010.

LUVIZOTTO, Rodrigo. **O diário de Langsdorff**: o éthos do cientista-viajante. São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2007.

MACEDO, Lisandra Barbosa. **Ginga, Catarina!** Manifestações do samba em Florianópolis na década de 1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011.

MACHADO, Vanderlei. **Entre Apolo e Dionísio**: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930). Porto Alegre: UFRGS. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2007.

MALAVOTA, Cláudia Mortari. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2007.

_____. **A Irmandade do Rosário e seus Irmãos africanos, crioulos e pardos**. S/d. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/545530/mod_resource/content/2/B4%20Irmandade%20Rosario%20pdf.pdf

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____; RIOS, Ana Lugão. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista TOPOI**. Vol 5, n. 8, jan-jun 2004, pp. 170- 198.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, Marcos Juvêncio de. **Do Governo Provisório ao Fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no Governo Catarinense**. S/d. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sesoes_tematicas/Hist%C3%B3ria%20Econ%C3%B4mica/DO%20GOVERNO%20PROVIS%C3%93RIO%20AO%20FIM%20DA%20PRIMEIRA%20REP%C3%A9BLICA.pdf

MORTARI, Cláudia. **Os homens Pretos de Desterro** – um estudo sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1841-1860). Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

MÜLLER, Liane Susan. O Negro e suas devoções: a importância da Irmandade do Rosário e da Festa dos navegantes para a formação de uma classe média negra porto-alegrense. In: **Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. 2012. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos2/liane%20muller%20completo.pdf>.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades Leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana (séculos XVIII e XIX)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8574/000581308.pdf?sequence=1>

NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino**. Teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e Caribe. São Paulo: PUC-SP. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Negra devoção: Apresentando os santos pretos como modelos de virtude e divulgando suas biografias, Igreja tinha por estratégia converter e disciplinar os escravos**. Revista de História da Biblioteca Nacional, 01/05/2007, disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=627&pagina=3>. Acesso em 25 de outubro de 2009.

_____. **Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos e MENESES, Verônica Maria. A Festa do Rosário dos Homens Pretos na cidade de São Cristóvão (SE). **Cadernos de História** (publicação do corpo discente do departamento de História da UFOP). Ano II, n. 2. Seção Livre, setembro de 2007, p.14-25. Disponível em www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio Ribeiro de. O visível e o invisível: um fotógrafo e o Rio de Janeiro no início do século XX. In: SAMAIN, Etienne. **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 73-84.

ORSI, Bernadete. **Clube 13 de Maio: um estudo sobre um território negro na área urbana de Tijucas**. Monografia (especialização) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis: UDESC, 1999.

PAULA, Benjamin Xavier de. Ensino de História e Cultura da África e Afro-Brasileira: da experiência e reflexão. In: FONSECA, Selva Guimarães (Org.). **Ensinar e Aprender História**: formação, saberes e práticas educativas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

_____. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro no século XIX, (1831-1889). Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1995.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade**. (Publicado originalmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3ª fase, nº 3.981). S/D, p. 13. Disponível em: http://www.arq.ufsc.br/urbanismoV/artigos/artigos_pj.pdf

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra**: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

PIAZZA, Walter F. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. 2ª ed.

PIRES, Débora Costa. **Atuação das Sociedades Musicais, Bandas Cívicas e Militares em Desterro durante o Império**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Música) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2008.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, no. 2, 1996, p. 59-72.

PRIORE, Mary Lucy Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem o meu parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. (a)

_____. **Irmandades negras**: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. (b)

RASCHE, Karla Leandro. **Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890)**. Itajaí: Editora Casa Aberta, 2010.

_____. Trabalhos, Moradias e Devoções: vivências de populações de origem africana em Florianópolis na virada do século XIX para o XX. **Revista Tempos Acadêmicos**, v. 8, n. 8, p. 1-23, 2010.

_____. “Salve os santos negros: Nossa Senhora do Rosário, salve São Benedito” - festas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC 1860 a 1890. **Revista da História da UEG**, v. 1, p. 121-151, 2012.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

REIS, Aloísio. **Brinca quem pode**: territorialidade e (in)visibilidade negra em Laguna Santa Catarina. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Estado de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: UFSC, 1996.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____ Identidade e Diversidade Étnica nas Irmandades negras no tempo da escravidão. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 07-33, 1996. Disponível em www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-1pdf.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Nina Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madra, 2008.

ROSA, Edna Teresinha. **A relação das áreas de Cemitérios Públicos com o crescimento urbano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2003.

ROSA, Júlio César da Rosa. **Sociabilidades e territorialidade**: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950). 2011.110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011.

_____ **União Operária**: Resistência e Manifestação Cultural Negra em Criciúma na Década de 30. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma: UNESC, 2006.

SALES, Sandra Makowieck; LIMA, Débora da Rosa; MACHADO, Marcelo. **As Igrejas e Capelas de Florianópolis**: século s XVIII e XIX. Relatório de Pesquisa. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 1994.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades em Minas no século XVIII. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro**: a geografia da pobreza urbana em Florianópolis. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2009.

SANTOS, Carina Santiago dos. **Um lugar chamado Figueira**: experiências de africanos e afrodescendentes nas duas últimas décadas do século XIX. Florianópolis: UDESC, 2005. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2005.

SANTOS, Carlos José Ferreira. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890-1915). 3ª edição- *São Paulo*: Annablume/Fapesp, 1998.

SANTOS, Eufrazia Cristina Menezes. **Performances Culturais Nas Festas de Largo da Bahia**. Artigo Disponível em: [Http://Www.Antropologia.Com.Br/Arti/Colab/A40-Esantos.Pdf](http://Www.Antropologia.Com.Br/Arti/Colab/A40-Esantos.Pdf).

SANTOS, Vanicléia Silva. **As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: século XVIII**. São Paulo: USP. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2008.

SAVIETO, Mônica Carolina. **Catolicismos crioulistas: presença centro-africana na região do Vale do Paraíba (SP)**. São Paulo, 2011. Mestrado em História, PUC-SP.

SCHNEIDER, Alexandre da Silva. **Sociedade Musical Amor à Arte: um estudo histórico sobre a atuação de uma banda em Florianópolis na Primeira República**. Florianópolis: UDESC. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011.

SEBRÃO, Graciane Daniela. **Presença/Ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2010.

SERPA, Élio C. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional. 1978. 2ª. ed.

SILVA, Haroldo Silis Mendes da. **“Carroceiros, quitandeiras, marinheiros, pombeiros e outras agências”**: trabalho e sobrevivência de africanos e afro-descendentes em Desterro na década da Abolição. Florianópolis, 2001. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

SILVA, Jaime José. **Sons que ecoavam no passado: as festas de origem africana em Desterro na primeira metade do século XIX**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2009.

SILVA, Janaina Amorim da. **Tramas cotidianas dos afrodescendentes em São José no pós-abolição**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011.

SILVA, Selma Maria da. **Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos: práxis de africanidade**. Rio de Janeiro: Quartet: Universidade do Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. (Cadernos Sempre Negro), 2008.

SILVEIRA, Renato da. A guerra do requebrado na Bahia Colonial. In: **Seminário Eparrei, Bárbara: fé e festas do Largo de São Salvador**. Salvador, Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2005.

SILVEIRA, Janaina Nailde da. **Nos Bailes da Vida: Sociedade Sebastião Lucas – Espaço de sociabilidade dos afro-descendentes em Itajaí**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Itajaí; UNIVALI, 2000.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do século XVIII**. Lisboa: UL. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa (UL). Lisboa, 2010.

SIMÃO, Maristela Santos. “**Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte**”- A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). Florianópolis, 2006. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

_____ “**Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte**”- A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). Itajaí: Casa Aberta, 2010.

SIMIANO, Mariléia. **A Sociedade Recreativa União Operária**: Um estudo sobre um território negro na cidade de Criciúma. Monografia (Especialização) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis: UDESC, 2002.

SOARES, Fernanda Codevilla. **Vida Material de Desterro no Século XIX**: as Louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil. Tese (Doutorado em UTAD) - Universidade de Tras-Os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: identidade étnica e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Escravidão Africana e Religiosidade Católica (Rio de Janeiro, século XVIII)**. Trabalho apresentado ao Prêmio Silvio Romero, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 2ª. ed.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**. Ano 23, nº. 2, 2001, p. 1-17, p. 12. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n2/a05v23n2.pdf>.

SOUZA, Marina de Mello. **Reis negros no Brasil escravista**. História da festa de coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

STAKONSKI, Michelle Maria. **Da Sacristia ao Consistório**: tensões da Romanização no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880-1910). Florianópolis, 2007. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

_____ **Da Sacristia ao Consistório**: tensões da Romanização no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880-1910). Itajaí: Casa Aberta, 2010.

SWEET, James H. **Recrutar África**: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.

TAVARES, Mauro Dillman. **Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)**. São Leopoldo: UNISINOS. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2007.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo.

_____ O termo ausente: experiência. In: THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons dos negros no Brasil**: cantos – danças – folguedos: origens. São Paulo: Art Editora, 1988.

_____ **Festa de Negro em Devoção de Branco**: do carnaval na procissão ao teatro no círio. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: Memória Urbana. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

XAVIER, Regina Célia Lima. **Religiosidade e Escravidão no século XIX**: mestre Tito. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ZALUAR, Alba. O crime e o diabo na terra de Deus. In: HORTA, Luiz Paulo (Org.). **Sagrado e Profano**: XI retratos de um Brasil do fim do século. Rio de Janeiro: Agir, 1994, p. 115-136.

FONTESACERVO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO

Livro ATA 3 (1875-1905) – Transcrição realizada pela professora Msc. Michelle Maria Stakonski Cechinel

Livro ATA 4 (1905-1914)

Livro ATA 5 (1914-1930)

Livro CAIXA 12 (1875-1880)

Livro CAIXA 13 “Completo” (1899-1906)

Livro CAIXA 13 A (1880-1905)

Livro CAIXA 13 B (1880-1905)

Livro CAIXA 14 (1899-1906)

Livro CAIXA 15 (1907-1912)

Livro CAIXA 16 (1912-1925)

Livro CAIXA 17 (1925)

Livro de Registro de Irmãos (1866-1934) – Transcrição realizada pelas professoras Msc. Maristela dos Santos Simão e Msc. Michelle Maria Stakonski Cechinel

Livro Tombo da Irmandade

Livros de Recibos (1907-1911, 1911-1923, 1916-1917, 1918-1925, 1925-1940)

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de 1842 - Transcrição realizada pela professora Dr^a. Cláudia Mortari Malavotta

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de 1905

Acervo Fotográfico das Festas em Homenagem a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

ACERVO DA CASA DA MEMÓRIA

Fotografias da cidade de Florianópolis (30 fotografias)

Pasta 1910-1920

Pasta Morros

Pasta Panorâmicas

ACERVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

Fotografias diversas de Florianópolis (final do século XIX e primeiras décadas do XX)

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Notas de jornais – *O Conservador*, *A Regeneração*, *O Progresso*, *O Conciliador*, *O Despertador*, *Jornal do Comércio*.

CÓDIGO DE POSTURAS DA CÂMARA MUNICIPAL – 1888. **Jornal A Regeneração**, 14 de dezembro de 1888. Acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

ARQUIVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/SC

Desterro, Código de Posturas. Lei n. 222 de 10 de maio de 1845.

RELATOS DE VIAJANTES DO SÉCULO XIX (compilados na obra: HARO, Martim Afonso Palma de (org.). **Ilha de Santa Catarina:** relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardi, 1996, 3^a. ed.).

Adam Johan von Krusenstern (1803)
Urey Lisiansky (1803 -1804)
Georg Heinrich von Langsdorff (1803-1804)
Adalbert von Chamisso (1815)
Louis Choris (1815)
René Primevère Lesson (1822)
Carl Friedrich Gustav Seidler (1825)

ACERVO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Setor de Iconografias (digitalizadas e disponíveis on-line) - obras de Carlos Julião, século XVIII.

ACERVO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (NEAB-UDESC)

I Sínodo Diocesano de Florianópolis – 1910
II Sínodo Diocesano de Florianópolis – 1919
(Ambos os documentos foram coletados, digitalizados e disponibilizados pela prof.^a Msc. Michelle Maria Stakonski Cechinel)

ACERVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Imagens Históricas de Florianópolis (disponível on-line – Acervo Velho Bruxo)

ANEXOS

COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO (1905)

CAPÍTULO I

ATRIBUIÇÕES DA IRMANDADE

Art. 1. Prestar devoto culto à Virgem Santíssima do Rosário;

§ 1. Sepultar os irmãos defuntos e sufragar as suas almas.

§ 2. Socorrer os irmãos enfermos e inválidos que ficarem impossibilitados de trabalhar ou viverem em estado de pobreza.

§ 3. O número de irmãos é ilimitado.

Art. 2. Para ser irmão é preciso reunir os seguintes requisitos: Professar a Religião Católica, Apostólica, Romana e viver segundo os preceitos desta Santa Religião; cumprir os preceitos de Deus e da Santa Igreja; ser de bons costumes, ser menor de setenta anos, e no ato de sua entrada gozar de perfeita saúde;

§ 1. Não poderá ser admitida pessoa alguma nesta Irmandade sem a expressa determinação do Juiz, Secretário, Tesoureiro e do Procurador que reunidos resolverão sobre a admissão ou não admissão.

§ 2. O menor de quinze anos que quiser fazer parte desta Irmandade deverá apresentar autorização dos Pais ou tutor não podendo enquanto não atingir a idade de vinte anos, ocupar cargo algum nesta Irmandade.

§ 3. As senhoras reconhecidas de bom Comportamento e meninas de menor idade podem fazer parte desta Irmandade.

§ 4. Todos os irmãos são aptos para exercer os cargos de que se compõem a Mesa, com exceção do Juiz, Secretário, Tesoureiro e procuradores, que deverão saber ler, escrever e contar.

Art. 3. Haverá três classes de irmãos, a saber: contribuintes, remidos e beneméritos;

§ 1. Contribuintes: serão aqueles que entrarem para a Irmandade e pagarem suas joias e anuais pontualmente. Remidos: serão aqueles que entrarem para a Irmandade ou sendo irmãos contribuintes, queiram pagar de uma só vez a taxa de sua remissão. Beneméritos: serão aqueles que sendo contribuintes ou remidos prestarem relevantes serviços a Irmandade ou contribuírem de uma só vez, com a quantia de duzentos mil réis.

§ 2. O título de irmão benemérito só poderá ser confiado por aprovação da Mesa conjunta.

§ 3. Será pela mesma forma conferido o título de protetor a qualquer pessoa que der donativos cuja soma exceda a quinhentos mil réis ou prestarem serviços incontestavelmente relevantes.

CAPÍTULO II

DA MESA

Art. 4. A Mesa compõe-se de dezesseis irmãos, a saber: Dois juizes, um de Nossa Senhora e outro de São Benedito; dois secretários; um tesoureiro; um procurador da Irmandade; três de Caridade, e sete consultores.

Art. 5. Compete a Mesa:

§ 1. Dirigir o culto divino na forma das leis da Santa Igreja Romana.

§ 2. Nomear empregados e arbitrar os seus ordenados.

§ 3. Marcar limites das quantias que o Juiz, por sua ordem, matizar fornecer ao procurador da Irmandade para andamento das obras dos prédios, despesas no cemitério e na igreja, e causas judiciais.

§ 4. Mandar depositar na Caixa Econômica todo o saldo da Irmandade, para quando tiver capital suficiente ser empregado em compra de prédios urbanos dentro da capital ou aplicar na aquisição de apólices.

§ 5. Determinar tudo o que não esteja expresso nas atribuições dos oficiais de Mesa e dos empregados na Irmandade.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DO JUIZ DE NOSSA SENHORA

Art. 6. O Juiz de Nossa Senhora deve reunir em sua pessoa zelo, possibilidade, caráter e será o presidente da Mesa;

§ 1. Deve conservar a Irmandade sempre desembaraçada, sendo esse o seu principal cuidado.

§ 2. Assistir a todas as reuniões em que se achar incorporada a Irmandade para dar bom exemplo e conservar a decência.

§ 3. Convocar reuniões extraordinárias quando julgar precisas e quando forem pedidas por qualquer membro da Mesa.

§ 4. Convocar reunião do conselho com urgência para socorrer ao irmão que se achar enfermo, quando este pedir.

§ 5. Nomear um dos membros da Mesa para servir interinamente na falta ou impedimento de qualquer oficial.

§ 6. Ter voto de consulta em Mesa e desempate nas suas deliberações.

§ 7. Dar ordem ao Tesoureiro para entregar ao Procurador da Irmandade, a quantia estipulada pela Mesa conforme diz o § 4º do art. 5.

§ 8. Dar ordem ao Tesoureiro para entregar ao Procurador da Irmandade, a quantia necessária para as despesas que forem urgentes, não excedendo, porém, a cem mil réis, com obrigação de declarar na primeira reunião do conselho.

§ 9. Numerar e rubricar os livros da Irmandade e pôr o pague-se em todos os documentos de despesas, que tenham de ser pagas pelo Tesoureiro, depois de competentemente conferidos pelo Secretário.

§ 10. Assinar com o Secretário os diplomas dos irmãos e toda a correspondência da irmandade; receber e abrir toda a correspondência que for a ela dirigida por qualquer autoridade ou particular.

§ 11. Despachar, em Mesa, ou fora dela, os requerimentos que forem apresentados.

§ 12. Decidir temporariamente sobre os conflitos que possam haver entre irmãos dando conhecimento ao conselho do que houver feito a respeito, o qual decidirá definitivamente.

§ 13. Apresentar no ato da posse da nova administração, relatório circunstanciado do que houver ocorrido durante o ano compromissal anterior com referencia á Irmandade, remetendo em cópia ao Revmo. Vigário.

§ 14. O irmão não poderá ser Juiz de Nossa senhora, sem que primeiro ocupe o lugar de Juiz de São Benedito.

§ 15. Dará de joia a quantia de cinquenta mil réis.

§ 16. Vagando o seu lugar chamar-se-á outros imediatos em votos e quando estes se recusarem proceder-se-á uma nova eleição.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DO JUIZ DE SÃO BENEDITO

Art. 7º. O Juiz de São Benedito deve reunir em sua pessoa: zelo, possibilidade e caráter, devendo antes ter ocupado algum cargo em Mesa. Compete-lhe:

§ 1. Todas as atribuições do Juiz de Nossa Senhora, na falta ou impedimento deste.

§ 2. Assistir todas as reuniões da Irmandade, não só para dar o seu voto como para suprir a falta do Juiz de Nossa Senhora, quando este se ache impossibilitado de comparecer a qualquer reunião da Irmandade.

§ 3. Vagando o seu lugar, seguir-se-á a mesma ordem do § 16 do art. 5.

§ 4. Dará a joia a quantia de quarenta mil réis.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO

Art. 8. Ao Secretário, que será escolhido dentre os irmãos mais inteligentes e peritos em escrituração e contabilidade, compete:

§ 1. Guardar e conservar com asseio todos os livros e documentos pertencentes a irmandade.

§ 2. Ter para isso um arquivo fechado no consistório, cuja chave ficará sob sua guarda.

§ 3. Receber e propor á Mesa todos os requerimentos a ela dirigidos, despachando aqueles que a Mesa determinar os quais serão rubricados pelo Juiz.

§ 4. Comunicar aos irmãos a sua admissão, abrir-lhes matricula a expedir-lhes o competente diploma.

§ 5. Ter sempre em Mesa o compromisso, o livro de atas e as esferas brancas e pretas que decidem todas as propostas.

§ 6. Lavrar atas de tudo o que se tratar em Mesa as quais serão assignadas pelos membros da mesma Mesa, findo o que o Juiz dará a sessão por acabada.

§ 7. Averbar na matrícula as joias e anuidades pagas pelos irmãos, bem como as despedidas e óbitos, com declaração dos motivos d'aquelas e as datas destes.

§ 8. Receber no fim de cada mês do irmão Tesoureiro, as contas de Receita e Despesa do mês anterior, as contas para serem aprovadas na Mesa, trimestralmente.

§ 9. No fim de cada ano apresentar as contas de receita e despesa dos quatro trimestres, no livro competente para serem aprovadas pela Mesa.

§ 10. Passar dos livros da Irmandade as certidões que forem pedidas em requerimentos com despacho do irmão Juiz.

§ 11. Passar guia para o Tesoureiro retirar da Caixa Econômica, as quantias que a Mesa autorizar, cuja guia será assignada pelos oficiais.

§ 12. Auxiliar o Tesoureiro, Procurador e Juiz, nos meses de Setembro e Outubro, na cobrança de anuais passando recibos que serão assinados pelo Tesoureiro nos talões competentes, a todos os irmãos que pagarem.

§ 13. Oficiar ao Diretor da Caixa Econômica, assim que tomar posse, declarando quais os membros eleitos e fazendo ciência de que o irmão Tesoureiro só poderá retirar qualquer quantia quando for por ordem expressa da mesa.

§ 14. Dividir em três partes iguais as quantias arrecadadas no mês anterior, das quais será a primeira para aumento do capital, a segunda para as despesas da Irmandade e a outra para ser empregada em socorros e funerais dos irmãos.

§ 15. Fazer a nominata dos irmãos que forem propostos para a eleição, de acordo com o Juiz, Procurador e um mesário mais antigo.

§ 16. O seu lugar em Mesa é ao lado esquerdo do Juiz de Nossa Senhora.

§ 17. Caso vague o seu lugar, será ocupado pelo irmão mais votado; no caso de recusa será nomeado interinamente pela Mesa, um irmão que seja hábil.

CAPÍTULO VI

ATRIBUIÇÕES DO TESOUREIRO

Art. 9. O cargo de Tesoureiro deve ser desempenhado por um irmão que seja hábil em escrituração e contabilidade. Compete-lhe:

§ 1. Receber e guardar toda e qualquer quantia ou donativo que pertencer a Irmandade.

§ 2. Pagar as despesas concernentes a Irmandade, á vista de documentos processados pelo Secretário e rubricados pelo Juiz.

§ 3. Ter sob sua guarda todos os objetos, Imagens e alfaias pertencentes a Irmandade, de que tomará conta por inventário.

§ 4. Não poderá emprestar para fora trastes ou alfaias sem ordem do Juiz.

§ 5. Assignar com o Secretario todas as verbas de receita e despesa.

§ 6. No primeiro domingo de cada mês perante o Juiz, Tesoureiro, Secretário e Procurador da Irmandade reunidos no consistório, apresentará a quantia arrecadada no mês anterior, dando conta da despesa para o Secretário escriturar no competente livro.

§ 7. Depositar todos os meses na Caixa Econômica o saldo que tiver em seu poder proveniente do mês anterior.

§ 8. Retirar da Caixa Econômica mediante autorização da Mesa, a quantia que esta estipular quando os saldos em seu poder forem insuficientes, para o que receberá da Mesa uma guia assignada pelo conselho.

§ 9. Assinar os talões das anuidades quando sair em cobrança dos meses de Setembro e Outubro ou em quaisquer outros meses.

§ 10. No fim de cada trimestre apresentar, com tempo suficiente, a conta corrente da receita e despesa do trimestre findo e dois dias antes da Mesa de contas, entregar ao Secretário os documentos e livros respectivos para conferir e apresentar ao conselho, que, achando legal, aprovará.

§ 11. Apresentar nas Mesas de contas a quantia que tiver em seu poder bem como a caderneta da Caixa Econômica.

§ 12. Passar recibo no livro de Procurador, logo que este lhe faça entrega de qualquer quantia ou objetos oferecidos à Irmandade.

§ 13. O Tesoureiro será responsável por qualquer alcance que se verificar em suas contas.

§ 14. O seu lugar em Mesa é à direita do Revdo. Capelão.

§ 15. Na falta do Tesoureiro o seu lugar será preenchido pela ordem do § 16 do art. 6.

CAPÍTULO VII

ATRIBUIÇÕES DO PROCURADOR

Art. 10. O Procurador será um irmão de reconhecida atividade e conhecedor de contabilidade. Compete-lhe:

§ 1. Representar a Irmandade com autorização da Mesa, perante os Tribunais, Juízes e Repartições Públicas.

§ 2. Extrair, por certidão, dos livros e documentos do arquivo, perante o Secretário com prévia autorização do juiz, os dados de que tiver necessidade.

§ 3. Proceder toda a cobrança de aluguéis dos prédios e arrecadar os legados deixados a Irmandade; receber as esmolas e donativos a ela feitos, fazendo entrega ao Tesoureiro que lhe passará recibo no livro competente.

§ 4. Comunicar ao irmão juiz os reparos de que necessitar os prédios da Irmandade para este comunicar a Mesa e esta autorizar a quantia necessária para as referidas despesas.

§ 5. Fiscalizar as obras que se fizerem nos prédios da Irmandade; apresentar a folha das despesas da semana ou do contrato, ao irmão Secretário e ao irmão Juiz para porem o *confere* e o *pague-se* e receber do irmão Tesoureiro a quantia para os respectivos pagamentos quando este tenha autorização da Mesa ao qual passará recibo.

§ 6. Prestar contas trimestralmente á Mesa da quantia que arrecadar, por conta da qual não poderá fazer despesa alguma.

§ 7. Auxiliar os irmãos Juiz, Secretário e Tesoureiro nos meses de Setembro e Outubro, nos meses de Novembro e Dezembro, de acordo, com o art. 34.

§ 8. Avisar os irmãos para reuniões da Mesa, enterros, procissões, etc, logo que receber aviso do Juiz; terá um caderno para [lamente] (?) dos irmãos que avisar para apresentar ao irmão Juiz na obra determinada.

§ 9. Dar ciência ao Juiz, dos irmãos que faltarem os quais ficarão sujeitos à pena do § 5 do art. 13.

§ 10. Participar ao Juiz, logo que vagar qualquer prédio da Irmandade para este deliberar de acordo com os oficiais, a quem se deve alugar.

§ 11. Não poderá fazer ajustes, mover pleitos, fazer requerimentos por parte da Irmandade sem expressa determinação da Mesa.

§ 12. Dirigir a Irmandade quando esta se achar incorporada, recebendo para isso ordem do irmão Juiz.

§ 13. O Procurador da Irmandade ficará isento de pagar o seu anual no ano de sua gestão, desempenhando o seu cargo com toda atividade, de acordo com este compromisso; o seu lugar em Mesa é ao lado do irmão Secretário.

§ 14. Vagando o seu lugar praticar-se-á o que diz o § 16 do art. 6.

CAPÍTULO VIII

ATRIBUIÇÕES DOS IRMÃOS PROCURADORES DE CARIDADE

Art. 11. Os irmãos procuradores de caridade devem reunir em sua pessoa zelo e caridade, quer tenha ou não ocupado os maiores cargos da Irmandade. A cada um compete:

§ 1. Logo depois de sua posse, juntamente com os irmãos procuradores que tenham finalizado a sua gestão, ir visitar os irmãos enfermos socorridos pela Irmandade.

§ 2. Passar recibo ao Tesoureiro da quantia que receber deste para os benefícios.

§ 3. No caso de falecimento de algum irmão, logo que receba aviso, comunicar ao irmão Juiz para este dar ordem de fornecer o funeral por conta da Irmandade.

§ 4. Receber a quantia agenciada para socorrer aos irmãos enfermos, para o que terá uma lista especial.

§ 5. O serviço dos irmãos procuradores de caridade será dividido em três partes durante a sua gestão, sendo quatro meses para cada um.

§ 6. Vagando o lugar de qualquer um dos irmãos procuradores de caridade, far-se-á o que fica determinado no § 16 do art. 6, o seu lugar em Mesa é o imediato ao do irmão procurador da Irmandade.

CAPÍTULO X

ATRIBUIÇÕES DOS IRMÃOS CONSULTORES

Art. 12. Os conselheiros serão eleitos d'entre os irmãos mais inteligentes e zelosos dos interesses da Irmandade. Compete-lhe:

§ 1. Comparecer em Mesa quando forem avisados para as sessões.

§ 2. Propor, discutir e votar todos os negócios da competência da Mesa e auxiliar com suas luzes e dedicação as Dignidades no exercício de suas funções.

§ 3. Participar, com tempo, ao irmão Juiz, quando por legitimo impedimento não possam comparecer na Mesa de eleição, para este dar providências necessárias.

§ 4. Pugnar para que as Mesas de contas se façam impreterivelmente no segundo domingo de Abril, Julho, Outubro e Janeiro; esta última chamar-se-á Mesa de posse.

§ 5. Todos os membros da Mesa serão obrigados a comparecer as reuniões e aqueles que, sem motivo justificado, deixarem de comparecer, pagarão uma joia de quinhentos réis sobre cada vez que assim praticarem.

§ 6. Qualquer membro da Mesa que proceder mal durante as sessões ou faltar com respeito, será admoestado pelo Juiz; no caso de reincidência a Mesa terá o direito de exonerar-lo do cargo que ocupar.

§ 7. Ter em vista nos seus votos somente a glória de Deus e o progresso da Irmandade; darão de joia três mil réis.

§ 8. Os seus lugares em Mesa são imediatos aos do Tesoureiro e Procuradores da caridade; vagando o lugar de consultor, a Mesa nomeará outro interinamente.

CAPÍTULO X

DOS IRMÃOS EM GERAL

Art. 13. Todos os irmãos são obrigados a comparecer as reuniões da Irmandade, sendo para isso avisados.

§1. Em todas as reuniões, internas ou externas, deverão portar-se com toda a decência e seriedade.

§2. Deverão obedecer ao irmão juiz ou aquele que suprir a sua falta.

§3. Qualquer irmão que proceder incorretamente nas reuniões da Irmandade será admoestado pelo juiz; continuando a proceder da mesma forma, será eliminado de acordo com a Mesa e perderá todos os direitos adquiridos, não podendo em tempo algum fazer parte desta Irmandade.

§4. Todos os irmãos têm por dever auxiliar a festa do Orago com uma joia independente de seus anuais.

§5. Todo o irmão que for avisado para [ilegível] e deixar de comparecer não justificando a sua ausência, pagará uma joia de quinhentos reis.

§6. Não poderão fazer parte desta Irmandade pessoas que pertencerem ou forem ligadas a qualquer sociedade secreta e proibida pela Igreja.

CAPÍTULO XI **DAS ELEIÇÕES**

Art. 14. Todos os anos impreterivelmente será eleita uma nova Mesa administrativa.

§1. Os membros de Mesa que forem reconhecidos hábeis, de caráter sério e desempenharem bem o seu cargo poderão ser reeleitos, exceto o Juiz de Nossa Senhora e São Benedito.

§2. Qualquer membro, sem exceção de cargo, que não proceder bem na sua gestão não poderá ser reeleito.

Art. 15. Três dias antes da eleição o Juiz de Nossa Senhora, o Secretário, o Procurador da Irmandade e um mesário mais antigo de acordo com este compromisso, farão a escolha dos irmãos que hão de entrar em nominata para os cargos da Mesa.

§ único. A nominata será feita do seguinte modo: - Para cada cargo três candidatos.

Art. 16. A eleição será realizada oito dias antes da festa, no consistório da Irmandade, perante todos os membros de Mesa.

§1. Na falta de algum membro o juiz convidará outro qualquer irmão para preencher o seu lugar.

§2. Depois de iniciada a sessão o Juiz mandará o Secretário ler em voz alta a nominata dos irmãos para serem votados, finda a leitura o Procurador distribuirá as cédulas em branco entre os irmãos presentes, que escolherão os candidatos, de acordo com a nominata.

§3. Cada cédula contem todos os cargos de que se compõe a Mesa.

§4. Finda a eleição o juiz de acordo com a Mesa porá em aclamação a Juíza de Nossa Senhora e São Benedito, em seguida, da mesma forma se procederá o juizado por devoção, admitindo vinte e quatro mordomas e duas zeladoras para os altares que foram designados.

§ 5. Qualquer irmão que recuse o cargo para que for eleito, deverá apresentar a sua escusa por escrito, procedendo-se conforme o § 16 do art. 6º.

CAPÍTULO XII **DA POSSE E SUAS FORMALIDADES**

Art 17. No segundo domingo de Janeiro reunir-se-ão todos os membros da Mesa atual e os eleitos a fim de tomarem posse de seus cargos e aprovarem as contas de receita e despesa da gestão finda.

§ único. Antes de dar posse o Juiz terá por dever relatar todos os factos ocorridos durante a sua gestão, findo o que será empossada e nova administração, sendo em seguida, pelo secretário, lavrado o termo que todos assinarão na forma do costume.

CAPÍTULO XIII **DA MEZA E SUAS FORMALIDADES**

Art. 18. Haverá, de três em três meses, uma Mesa de contas que será feita no segundo domingo de Abril, Julho, Outubro e Janeiro.

§ único. Nestas Mesas serão conferidas todas as contas dos procuradores.

Art. 19. As sessões extraordinárias só poderão ser pedidas por qualquer membro da Mesa ou pessoas que em algum tempo tenha ocupado cargo nesta Irmandade, oficiando o interessado ao Juiz, que será obrigado a atendê-lo convocando imediatamente a sessão e dando direito de discutir á pessoa interessada.

Art. 20. No primeiro domingo de Setembro, convocar-se-á uma sessão a fim de tratar das disposições da festa do Orago da Irmandade.

Art. 21. Nenhuma Mesa será valida sem que compareçam pelo menos doze membros, especialmente o Secretário, Tesoureiro e Procurador.

§único. Todas as decisões serão feitas por meio de escrutínio.

Art. 22. Todas as obras que forem calculadas em mais de duzentos mil réis serão feitas por contratos, chamando-se para isso, proponentes pela imprensa, no tempo determinado pela Mesa, e será aceita a proposta que for mais vantajosa à Irmandade, autorizando esta ao irmão Procurador, a apresentar aos Srs. Proponentes as disposições que a Mesa determinar.

Art. 23. Toda proposta que for efetuada em Mesa ordinária, sendo das atribuições da Mesa conjunta, poderá esta anular.

CAPÍTULO XIV *DA MESA CONJUNTA*

Art. 24. A Mesa conjunta compor-se-á por dezesseis membros e mais oito suplentes.

§1. Só poderão ser suplentes aqueles que já tenham ocupado outros cargos em Mesa.

§2. Os convites serão feitos por cartas assinadas pelo Secretário, declarando o dia e a hora, que serão determinados pelo juiz.

Art. 25. A Mesa conjunta pode:

§1. Quando for preciso, alterar qualquer parte deste compromisso.

§2. Quando for preciso, anular qualquer ata.

§3. Vender ou arrendar prédios, terrenos ou trastes de valor.

§4. Quando for preciso fazer obras e dispender de uma só vez quantia inferior à dois contos de réis.

§5. Aceitar legados com condições vantajosas.

§6. Decidir sobre qualquer caso não previsto neste compromisso ou outros quaisquer que careçam de maioria de votos.

Art. 26. A Irmandade não poderá ser dissolvida enquanto houver irmãos habilitados a ocupar cargos em Mesa.

CAPÍTULO XV *DO REVERENDO CAPELÃO*

Art. 27. O Reverendo capelão tem por dever:

§1. Comparecer a todos os atos da Irmandade, acompanhar enterros de irmãos graduados e beneméritos, e celebrar missas pelos irmãos defuntos.

§2. Celebrar missas nos dias de sábado, domingos e dias santificados, às oito horas da manhã.

§3. Zelar com asseio tudo o que for do Culto Divino, prevenindo ao Procurador da Irmandade do que faltar, com brandura e delicadeza.

§4. Assistir todas as reuniões da Mesa, com especialidade de eleição e posse, nas quais fará uma pratica.

§5. O capelão no seu impedimento será substituído por um sacerdote por si apresentado.

§6. O reverendo capelão deve fazer parte desta Irmandade; pertence a Mesa a sua nomeação.

CAPÍTULO XVI *DAS JOIAS E REMISSÕES*

Art. 28. Toda pessoa sem distinção de cor pode fazer parte desta Irmandade; no ato de sua entrada dará o seu nome, pátria, idade, rua e numero de sua casa;

§1. Deve entregar ao Tesoureiro no ato de sua entrada a quantia que se determina neste compromisso, a saber: até quarenta anos, cinco mil réis de joia e quatro mil réis anuais; de quarenta a cinquenta, seis mil réis de joia e cinco mil réis anuais; de cinquenta a sessenta, dez mil réis de joia e seis mil réis anuais; de sessenta a setenta, vinte mil réis de joia e dez mil réis anuais.

§2. A idade que regula para o pagamento das anuidades é a que o indivíduo tem na ocasião de sua entrada e uma vez fixada não sofrerá mais alteração.

§3. Os irmãos remidos pagarão de uma só vez a quantia de cento e cinquenta mil réis e gozarão de todos os direitos da Irmandade logo depois de sua remissão.

§4. Qualquer irmão contribuinte pode remir-se pagando na ocasião a taxa de sua remissão.

§5. Todas as quantias arrecadadas mensalmente, tanto a das rendas da Irmandade, como a dos anuais e esmolos, serão divididas em três partes, de acordo com o § 14 do art. 8.

§6. Todos os irmãos que forem ligados a beneficência serão obrigados a contribuir com a quantia de duzentos réis, ou mais se quiserem, para socorrer o irmão enfermo cada vez que o irmão Procurador de Caridade apresentar a lista que será feita pela Mesa e rubricada pelo juiz.

§7. Qualquer pessoa em perigo de vida que quiser fazer parte desta Irmandade, será admitido pagando uma joia de cinquenta mil réis; não terá direito aos socorros e funerais, mas sim a uma missa por sua alma, encomendação e será sepultado nos jazigos da Irmandade.

§8. As pessoas que entrarem para a Irmandade nos casos do parágrafo anterior e restabeçam-se, deverão contribuir com os seus anuais de acordo com o §1 do art. 28.

§9. Todos os irmãos só terão direito aos benefícios e funerais depois de três anos a contar da data de sua admissão, e para com aqueles que falecerem antes desse tempo observar-se-á o determinado no §7 do art. 28.

§10. Qualquer irmão poderá adiantar anuais pelo tempo que quiser, não tendo direito, porém, aos benefícios e funerais sem contar os três anos determinados.

§11. Todo o irmão que for remido fica isento de ocupar qualquer cargo, salvo por sua livre vontade.

CAPÍTULO XVII

DOS SUFRÁGIOS DOS IRMÃOS

Art. 29. Falecendo qualquer irmão que esteja quites com a Irmandade, o irmão Procurador dará as providencias necessárias, para o que receberá ordens do juiz.

§1. A Irmandade deve acompanhar os corpos dos seus irmãos falecidos, não só aos jazigos da Irmandade como a outros particulares.

§2. Qualquer pessoa que desejar ser sepultada nos jazigos desta Irmandade dará uma joia de cinquenta mil réis, e terá direito ao que diz o §7 do art. 28.

§3. Todos os filhos legítimos de irmãos até a idade de oito anos, terão direito a ser sepultados nos jazigos da Irmandade.

§4. No caso de falecimento de qualquer pessoa que tiver o título de benfeitor da Irmandade ou que deixar legado a esta, o irmão juiz mandará fazer dobres de sino e rezar uma missa por sua alma.

CAPÍTULO XVIII

DOS SOCCORROS

Art. 30. Todos os irmãos enfermos terão o direito de ser socorridos quatro vezes no ano.

§1. Os socorros serão feitos do seguinte modo: o juiz convocará uma reunião geral no consistório da Irmandade e apresentará o estado do irmão enfermo, em seguida abrindo a lista e subscriturando, em nome de Nossa Senhora, cinco mil réis, cuja quantia sairá do cofre da Irmandade; em seguida assignarão o juiz de Nossa Senhora e São Benedito, e depois os que se acharem presentes.

§2. A quantia arrecadada na reunião, será imediatamente entregue ao irmão enfermo, praticando em seguida o Procurador de Caridade o que determina o §6 do art. 28.

§3. O irmão Procurador de Caridade, depois de oito dias que tiver a lista em seu poder apresentará esta ao Juiz, Secretário, Tesoureiro e Procurador da Irmandade e depois destes conferi-la será feita a entrega da quantia arrecadada ao irmão enfermo.

§4. O irmão enfermo ou pessoa pertencente a sua família passará na mesma lista um recibo da quantia recebida.

§5. O irmão Procurador de Caridade fará entrega da lista ao irmão Secretario para este numerar e apresentar à Mesa trimestral para ser aprovada e arquivada.

§6. O Secretario passará recibo cada vez que o Procurador de Caridade lhe entregar a lista para o que terá um livro especial.

§7. Se o irmão continuar enfermo e pedir o segundo benefício o Juiz, Secretário, Tesoureiro, Procurador da Irmandade e um Procurador de Caridade, reunidos, abrirão nova lista de conformidade com o §1 do Art. 30, e assim se fará até o quarto benefício.

§8. Os benefícios serão feitos com espaço de trinta dias um do outro.

§9. Depois de seis meses se a moléstia do irmão se tornar crônica ou ficar impossibilitado de trabalhar e sem recursos, terá uma pensão mensal enquanto viver, cuja pensão será da quantia que a Mesa votar.

§10. O irmão que necessitar dos benefícios fará uma petição ao Juiz, e este irá com os três Procuradores de Caridade visitar o irmão enfermo, dando depois, com urgência, as providências necessárias.

CAPÍTULO XIX

DOS FUNERAIS

Art. 31. A Irmandade terá um depósito na Igreja, com caixões fúnebres, essa, velas, castiçais e altar para colocar nas casas dos irmãos que falecerem.

§único. Os irmãos que ocuparem os cargos de Juiz de Nossa Senhora, de São Benedito, Secretário, Tesoureiro, Procurador e irmãos beneméritos, assim como as senhoras que forem Juízas, terão o seu enterro solene.

CAPÍTULO XX

DOS QUE JÁ SÃO IRMÃOS

Art. 32. Todos aqueles que já são irmãos e quiserem gozar dos benefícios da Irmandade contribuirão com suas anuidades de acordo com §1 do Art. 28, ficando porém isentos da joia de entrada.

§1. Só terão direito aos benefícios, depois de três anos a contar da data em que passar o seu nome para o livro de matrícula dos beneficentes.

§2. Todos aqueles que já são irmãos e não quiserem ligar-se a beneficência continuarão a contribuir com seus anuais de um mil réis e gozarão do que fica determinado no § 7 do Art. 28.

§3. Não poderá entrar pessoa alguma para esta Irmandade sem que esteja nos casos exigidos por este compromisso.

§4. O compromisso será distribuído entre os irmãos em geral, e no caso de falecimento de qualquer irmão sua família deverá restituí-lo a Irmandade.

CAPÍTULO XXI

DAS PENAS

Art. 33. O irmão que retirar-se do estado e não comunicar a Irmandade, demorando-se mais de dois anos, será eliminado e quando quiser continuar, fará nova entrada pagando a joia respectiva e contará novo tempo.

Art. 34. O irmão que não pagar o seu anual nos meses de Setembro e Outubro, sem causa justificada terá uma multa de cinquenta por cento que será cobrada nos meses de Novembro e Dezembro do mesmo ano; caso não entre, nos referidos meses, com seus anuais e multa respectiva, será eliminado.

Art. 35. O irmão que impedir a boa marcha da Irmandade ou subtrair qualquer quantia ou objeto a ela pertencente, será eliminado e nunca mais poderá fazer parte desta Irmandade.

Art. 36. Toda eliminação será feita por ordem expressa da Mesa e constará em acta.

CAPÍTULO XXII

DA EDUCAÇÃO DOS FILHOS DOS IRMÃOS

Art. 37. Quando o capital da Irmandade atingir a 20 contos de réis, a Mesa administrativa que estiver funcionando fundará uma escola grátis para a educação dos filhos legítimos dos irmãos:

§1. Os filhos dos irmãos serão admitidos na escola com autorização do juiz e deverão fazer parte da Irmandade.

§2. A escola funcionará num prédio da Irmandade.

Art.38. Haverá n'essa escola dois professores: um para o sexo masculino e outro para o sexo feminino:

§1. Os professores deverão fazer parte da Irmandade e serão nomeados pela Mesa.

§2. Deverão cumprir as ordens que a Mesa determinar.

Art. 39. A Irmandade contribuirá com um ordenado mensal aos professores e fornecerá aos alunos indigentes o material necessário ao estudo.

Art. 40. Qualquer estranho que quiser matricular seus filhos n'essa escola, contribuirá, mensalmente, com a quantia que a Mesa estipular.

§único. Esses alunos só eram admitidos com previa autorização da Mesa.

Aprovado pela Junta Geral, conforme a ata assignada pelos irmãos.

Consistório da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, aos vinte seis dias do mês de Março de ml novecentos e cinco.

JUIZ DE NOSSA SENHORA

Clemente Manoel Cordeiro

JUIZ DE SÃO BENEDICTO

Ismael Olympio Peixoto

SECRETARIO

Leopoldo Candido Pires

TESOUREIRO

Norberto Alexandre Braga

PROCURADOR

Thimóteo José Alves

MESÁRIOS

Manoel Ramos Falcão

Angelo Pavam

Henrique Victotino dos Santos

Manoel Antonio Corrêa
Hilario Francisco dos Santos
Estanislau Jacintho de Aguiar
Percilio da Silva Milles
Francisco Jose Fernandes
Thomaz Machado de Bittencourt
André José Pinheiro
Arthur Hygino Leite
Domingos de Freitas Noronha
Elesbão Moreira da Silva
João Manoel Guimarães
Rufino Miguel Pereira
João Lucio de Almeida
Caetano Manoel Francisco
Francisco Rosa Gonçalves
Candido Jose Dias de Siqueira

Foi Registrada em Março de 1908.

Aprovamos em caráter provisório o presente compromisso com as cláusulas e restrições seguintes:

- 1) A Irmandade não poderá adquirir personalidade jurídica sem expressa autorização nossa;
- 2) A Irmandade fica obrigada a prestar contas à Autoridade Diocesana, ou ao seu delegado, sempre que lhe for exigida, sob pena de dissolução.
- 3) As eleições para os diversos cargos da Irmandade serão sempre presididas pelo Vigário da Paróquia, ou por outro sacerdote por nós designado, sob pena de nulidade.
- 4) O Vigário da Paróquia goza do direito de voto a quaisquer deliberações da Irmandade, no seu caráter de representante da Autoridade Diocesana. Fica salvo, porem, à Irmandade, o direito de recorrer à Autoridade Diocesana.
- 5) Os irmãos que se filiaem a sociedades secretas ou condenadas pela Igreja, ficam ipso facto privados dos seus direitos e serão eliminados por proposta do Vigário ou de algum dos mesários.
- 6) No caso de dissolução ou extinção, todos os bens da Irmandade são devolvidos à Autoridade Diocesana que os aplicará em benefício de obras pias existentes na Diocese.

Este nosso despacho será comunicado ao Revdo. Vigário que o transcreverá integralmente no Livro do tombo da Paróquia.

Florianópolis, 6 de junho de 1905, em Visita Pastoral.
D. Duarte, Bispo Diocesano

ANEXO
Sínodos Diocesanos de Florianópolis (Breve relatório de discussões).

Temas	Primeiro Sínodo - 1910	Segundo Sínodo - 1919
A Fé Católica/Da Fé	Todos deverão fazer profissão de fé, inclusive os professores e professoras nas escolas.	Renovação da Fé católica, de que usa “a Santa Igreja Romana”. Professar os sacramentos cristãos.
Pregação da Palavra de Deus	Pregar o que dizem os catecismos e evangelhos. A pregação deve ser clara, eficaz, sólida e instrutiva, para que todos compreendam e sigam o exemplo, sejam induzidos e se baseiem no que diz a escritura sagrada (vícios que devem se afastar e virtudes das quais devem se aproximar).	
Dos Principais Erros Modernos		Condenação dos homens que se dizem felizes e tranquilos com as religiões, pois acreditam que todas são igualmente boas, possibilitadas a alcançar a “salvação eterna”.
Das Leis Diocesanas		Constituem as normas/leis publicadas para o “bom andamento” das atividades diocesanas.
Da Vida propriamente Sacerdotal		Os clérigos devem levar uma vida santa, ser exemplo de virtude aos fiéis. Não podem frequentar tabernas ou lugares semelhantes sem extrema necessidade. Também não podem assistir a atividades profanas, como bailes, espetáculos, teatros e outros.
Do Romano Pontífice		O Sínodo reconhece o pleno poder do Romano Pontífice.
Seitas Religiosas	“Exponham os Rs. Sacerdotes aos fiéis as penas que a Igreja estabeleceu para aqueles que dão sue nome a qualquer seita religiosa ou a outras proibidas, ou assistam aos atos de seu culto; (...) e afastem das mão se seus paroquianos as bíblias chamadas protestantes (...)” (p. 48).	

Dos Oradores Sacros	Devem ser envolventes e convincentes em suas pregações, além de instruir os ensinamentos da Igreja Católica.	
Do Catecismo	Ensinar o catecismo por uma hora inteira, em igrejas ou oratórios públicos; preparar meninos e meninas para a 1ª comunhão. Os catequistas terão um diploma para exercer tal função.	
Da Cúria Diocesana		Deve possuir arquivos organizados para relatórios e documentos diversos relativos à diocese. Deve receber todos os pedidos via ofício, ou documento escrito.
Dos Consultores Diocesanos		São 4 consultores, seguidores dos costumes recomendados pela Igreja e que auxiliam o Bispo diocesano nas atividades da Diocese.
Juízes Sinodais		Constituem membros exemplares da Igreja e peritos em lidar com causas litigiosas.
Missões Paroquiais	O padre deve realizar visitas frequentes às capelas mais distantes, celebrando missas e demais atos. Todos os atos ocorridos nestas missões deveriam ser registrados e seus referidos pagamentos, repassados à Câmara Episcopal.	Remediar os males públicos e particulares, acabar com concubinos e escândalos, estabelecer os bons costumes através destas missões com visitas regulares.
Exercícios Espirituais	Cabe ao clero reformar os costumes restaurar o espírito cristão.	
Boa Imprensa	A boa imprensa é um meio eficaz de defender a fé e os bons costumes. A má imprensa é, entre outras coisas, inimiga da Igreja Católica.	A boa imprensa está em difusão e deve contar com o trabalho do jornalista católico. Auxilia na propaganda católica.
Da Disciplina Eclesiástica/Da Disciplina Diocesana	Obedecer às leis e a disciplina católica; obediência aos superiores hierárquicos.	É preciso ter ordem, uma autoridade constituída e, de outro lado, “súditos que obedecem”. Os sacerdotes devem respeitar e seguir as hierarquias da Igreja.
Da Vida e Honestidade do Clero	Ser humilde, zeloso pela Igreja; Meditar e refletir em suas missas; Utilizar a veste talar decente e asseada, em todos os espaços; Prudência no tratamento com o outro sexo (feminino).	

Dos Párocos e Coadjuutores/Dos Coadjuutores	Curar as almas, conhecer suas ovelhas (rebanho); dar exemplo; ser paternal e cuidar dos pobres; Fiscalizar cultos e festas; Não contrair dívidas em nome da paróquia.	Idem 1910, expressando a importância de auxiliarem os párocos com seus fiéis.
Examinadores Sinodais e Párocos Consultores		Responsáveis pelos processos de translação dos párocos.
Dos Vigários “Foraneos”	Desempenham funções fora da cidade episcopal; vigilância acerca dos costumes e práticas dos clérigos.	Principal dever destes párocos é vigiar as práticas dos sacerdotes das comarcas e se cumprem os decretos do Bispo dados em visita pastoral.
Dos Párocos – da obrigação de residir		Quando o pároco for encaminhado a cuidar de uma paróquia, deve lá residir para melhor acompanhar “seu rebanho”.
Da Casa Paroquial		Devem, os reverendos, cuidar para que a Casa Paroquial seja uma conveniente residência, ornamentada de simplicidade e modéstia.
Do Arquivo Paroquial		Deve o pároco possuir livros para registros de óbitos, batismos, crismas e outros, cuidadosamente numerados e rubricados, devendo ser armazenados no arquivo.
O Clero e a Política		A política devia ser proibida ao clero, pois é prejudicial aos interesses da Igreja, atualmente.
Da Remoção dos Párocos		O pároco será removido sempre que houver alguma causa, não necessariamente, “culpa” do próprio pároco.
Dos Párocos Religiosos		Os Reverendos Superiores podem auxiliar exigindo o cumprimento das ordens religiosas e nos auxílios às dioceses.
Da Admissão dos Sacerdotes Estrangeiros	Sujeitar-se a um exame de teologia moral e dogmática, quando da transferência de uma capela para outra. Serão submetidos ao exame de língua portuguesa os padres estrangeiros que chegarem para atuar em Santa Catarina.	Necessidade de licenças, teste de língua e outros acompanhamentos para os padres recém-chegados do exterior.

Conferências Eclesiásticas	Para não se perder o gosto pelo estudo, ocorrerá nas cidades episcopais encontros de estudos sobre moral, dogmas, liturgia, escritura sagrada e outros.	Realização de Conferências Eclesiásticas nos meses de fevereiro, abril, julho e novembro com a finalidade de “versar sobre moral e liturgia, com práticas sobre ciência e piedade sacerdotal”.
Dos Diretores e Confessores de Religiosas	É preciso ter autorização para ouvir confissões de religiosas, sendo que o mesmo vigário poderá exercer esta função por no máximo 3 anos.	
Das Ordens e Congregações Religiosas	Estas associações devem funcionar sob a supervisão de um conselho para assuntos financeiros e administrativos.	São poderosos órgãos utilizados a serviço da moral e do progresso.
Dos Exames e Examinadores	Refere-se aos exames necessários para assumir uma paróquia e os responsáveis por esta avaliação.	
Sacerdotes Inválidos	Deus amparará os sacerdotes e o Bispo Diocesano providenciará meios de acudi-los na invalidez e na velhice.	
Dos Sacramentos em geral		Os sacramentos são fundamentais para a santificação da alma.
Do Batismo	O batismo apaga o pecado original e também o atual, se houver; na Igreja deve haver um batismário com o quadro de São João Batista batizando Jesus. Os padrinhos devem ser casados na lei de Deus (na fé católica).	Purificação e libertação do pecado original.
Da Crisma/Do sacramento da confirmação	Este sacramento dá a luz do Espírito Santo e deve ser feito em crianças já batizadas. Os padrinhos de Crisma seguem os mesmo quesitos dos padrinhos de Batismo.	Com a unção por este sacramento aumentam as graças da santidade e do Espírito Santo.
Da Comunhão	Recebimento do corpo e o sangue de cristo. Aparato e solenidade no ato da 1ª Comunhão.	Com a máxima frequência e fervor deve-se receber a comunhão. O dia da 1ª comunhão deve ser feito solenemente.
Da Penitência	Pedido de perdão pelos pecados cometidos depois do batismo; importância das confissões.	Pedido de perdão pelos pecados cometidos depois do batismo.

Da Extrema Unção	Sacramento que apaga os pecados e alivia dores aflições das moléstias. Deve-se procurar a conversão dos enfermos de vida imprópria ou pecadores públicos.	Utiliza-se o óleo de oliveira, extremamente bento, para realizar a extrema unção, antes que a morte chegue.
Da Ordem	Sacramento que permite exercer funções ou ministérios eclesiásticos.	Convidar meninos para esta vocação e cultivar em todos os sacerdotes, reverendos e párocos o cultivo da vocação.
Do Matrimônio	União do homem e da mulher para constituição de uma família santa. Quem não cumpre este sacramento, vive em concubinato, pecado. Averiguar se os nubentes são desimpedidos para o casamento.	As regras do casamento exigem algumas documentações e comprovantes atestando desimpedimento de ambas as partes. Atentar para a santidade do matrimônio.
Do Santo Sacrifício da Missa/Da Santa Missa	Corpo e sangue de Deus, imolado no altar; salvação das almas. Deve ser celebrada nas igrejas.	A missa é o ato católico mais importante.
Da Missa <i>Pro Populo</i>		Os sacerdotes devem cumprir com seus sagrados deveres, em especial rezar as missas em dias santos, domingos, etc.
Das Festas/Das Festas Religiosas	As festas devem manter apenas seu caráter religioso, evitando danças, folias, recolhimento de esmolas para profanidades. É preciso licença para realização das festas e orçamento deve ser analisado pelo vigário.	O culto divino é a elevação da alma e tudo que não for realizado com tal finalidade deve ser considerado supérfluo e supersticioso. Deve-se eliminar das festas os abusos, como folias e danças. Os peditórios (esmolas) feitos com a bandeira devem ocorrer por pessoas reconhecidas da religião. O vigário deve informar a idoneidade das pessoas e aprovar o programa de festejos.
Canto e Música	Proibido cantar em língua vernácula nas funções litúrgicas. Proibido usar instrumentos de metais nas igrejas e é preciso atentar para as bandas musicais.	“O canto sacro deve ser feito de modo que não haja nele nada de profano, nada de mundano ou teatral” (Bento XIV) (p. 87).
Das Igrejas e Capelas/Dos Lugares e Templos Sagrados	Todas as capelas precisam de aprovação para construção. Para iniciar a realização de cultos na nova capela, é necessário que possua todos os equipamentos e paramentos.	Todos os templos e capelas devem ser organizados, construídos e funcionar dentro das leis católicas, com as referidas licenças.
Do Jejum/Do Jejum e Abstinência	Especial atenção à abstinência de carne em certas datas do calendário católico.	Quartas e sextas-feiras da quaresma devem ser jejuadas, além da necessidade de realizar orações, obras de caridade e esmolas.

Do Culto das Imagens	Dos cuidados da igreja com a imagem dos santos.	
Dos Cemitérios e Sepulturas/Dos Funerais e Sepulturas	Conservar sempre a decência dos cemitérios: murados, capinados, limpos, com uma cruz identificadora. Terá um zelador.	Os funerais devem ser feitos nas igrejas, exceto em casos extraordinários. O enterro deve ser feito após certo tempo, atestando realmente a morte verdadeira da pessoa.
Da Ordem Terceira de São Francisco	Chamar o maior número possível de homens à santidade.	
Das Irmandades	Não podem fundar novas irmandades nem alterar o Compromisso sem aprovação do Bispo. Membros destas associações não podem pertencer a seitas ou sociedades secretas proibidas pela Igreja.	Devem possuir estatuto próprio para ter legitimidade e reconhecimento. Pessoas possuidoras de más condutas não devem ser admitidas nestas irmandades. Em caso de dissolução, os bens destas associações pertencerão à Igreja.
As Congregações Marianas	Um meio seguro para salvar a mocidade. Tem por função aumentar a devoção à Virgem Maria.	
O Apostolado da Oração	Fundado pelos Jesuítas e com propósito de realizar missões frutíferas, provendo a glória a Deus e salvação das almas.	
Sociedade de S. Vicente e Damas de Caridade	Cuidado com os pobres e doentes.	
Dos Conselhos de Fábrica		Devem prestar contas, anualmente, das contas de capelas e igrejas.
Dos Deveres dos Cristãos		Ouvir missas, batizar os filhos, observar os jejuns, comungar na páscoa, receber a comunhão frequentemente, receber a extrema-unção, concretizar o sacramento do casamento, providenciar educação física e moral aos filhos e difundir as orações católicas.
Ação Social/Da Ação Social Católica	Concorrem para o bem espiritual (católico) e temporal de todas as classes sociais.	A ação dos católicos visa moralizar as populações, torna-las respeitosas e afastá-las do socialismo. Os ricos devem socorrer os pobres.

Seminário e Vocações Eclesiásticas	Formação de um Clero piedoso, homogêneo e ilustrado. É dever sagrado dos padres atrair meninos para o Seminário.	
Patrimônios Paroquiais	Ter arquivo paroquial. Os bens paroquiais são administrados por um Conselho (Conselho de Fábrica).	
Escolas Paroquiais/Das escolas católicas	Vigilância e supervisão do pároco nestas escolas. Devem ser frequentadas por todos os meninos da freguesia.	A Igreja pode e deve fundar não só escolas elementares, mas médias superiores onde se ensinará também a palavra divina.
Das Devoções		É preciso atrair os fiéis para as devoções sagradas. “Quanto às devoções populares, em geral, uma vez expurgadas de quaisquer abusos; e dentro da lei, podem ser mantidas e até reavivadas pelos srs. Vigários, como um dos meios de manter-se a fé, e exercerem eles a necessária ação social e religiosa sobre as massas” (p. 88).
Semana Santa		Procurar realizar em todas as paróquias os atos da Semana Santa (morte e ressurreição).
Óbolo Diocesano	Contribuições para manutenção da paróquia.	Coletas anuais, percentuais para a manutenção da paróquia.
Dinheiro de São Pedro/Das Coletas	Esmolas para manutenção da Igreja.	As coletas devem ser recolhidas todos os domingos, solenidades de missa e culto e outros, e são utilizadas para manutenção da diocese, suas obras e propaganda católica.
Da Profissão de Fé		Todos são obrigados a fazer a profissão de fé perante o Bispo.
Da Pregação da Palavra de Deus		A pregação é o ofício principal dos Bispos, que devem “pregar ao povo fiel”.
Dos Pregadores e Oradores Sacros		Deve-se realizar a pregação e prepará-la a contento, capacitada a produzir convencimento.

Estatutos que devem ser lidos aos fiéis	É importante que os fiéis conheçam estatutos e sínodos, feitos para a “boa direção de suas almas”.	
Epílogo	O objetivo deste Sínodo foi selecionar leis e disposições indispensáveis a “boa administração desta Paróquia”.	